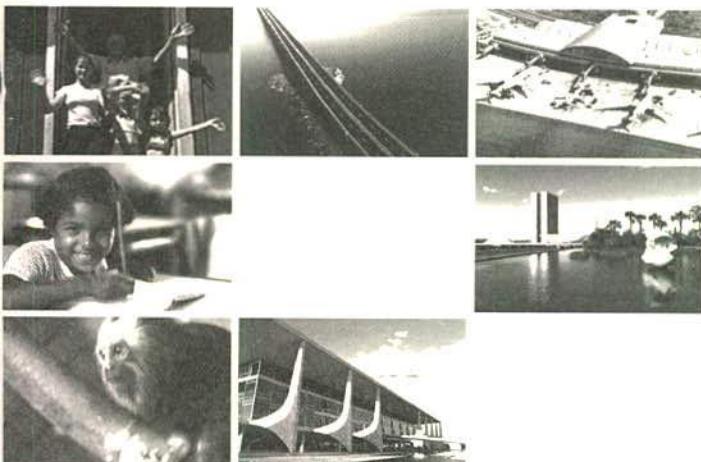




Presidente Fernando Henrique Cardoso

Mensagem ao Congresso Nacional



Brasil. Presidente (1995- :F.H. Cardoso)

Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 4^a
Sessão Legislativa Ordinária da 51^a Legislatura / Fernando
Henrique Cardoso. – Brasília : Presidência da República,
Secretaria de Comunicação de Governo, 2002.

584 p. – (Documentos da Presidência da República)

1. Política e governo – Brasil. I. Cardoso, Fernando
Henrique. II. Título III Série.

CDD 320.981

República Federativa do Brasil

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidente da República

Marco Antônio de Oliveira Maciel

Ministro de Estado da Justiça

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Ministro de Estado da Defesa

Geraldo Magela da Cruz Quintão

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Celso Lafer

Ministro de Estado da Fazenda

Pedro Sampaio Malan

Ministro de Estado dos Transportes (Interino)

Alderico Jefferson da Silva Lima

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Marcos Vinícius Pratini de Moraes

Ministro de Estado da Educação

Paulo Renato Souza

Ministro de Estado da Cultura

Francisco Correa Weffort

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

Roberto Lúcio Rocha Brant

Ministro de Estado da Saúde

José Serra

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Sérgio Silva do Amaral

Ministro de Estado de Minas e Energia

José Jorge de Vasconcelos Lima

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Martus Antônio Rodrigues Tavares

Ministro de Estado das Comunicações

João Pimenta da Veiga Filho

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Embaixador Ronaldo Mota Sardemberg

Ministro de Estado do Meio Ambiente

José Sarney Filho

Ministro de Estado do Esporte e Turismo

Carlos Carmo Andrade Melles

Ministro de Estado da Integração Nacional

Ney Robinson Suassuna

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Raul Belens Jungmann Pinto

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Pedro Pullen Parente

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

General-de-Divisão Alberto Mendes Cardoso

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto

Secretaria de Estado de Comunicação de Governo da Presidência da República

João Roberto Vieira da Costa

Advogado-Geral da União

Gilmar Ferreira Mendes

Corregedora Geral da União

Anadyr de Mendonça Rodrigues

Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República

Ovídio Antônio de Ângelis

Secretário de Estado dos Direitos Humanos

Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro

Secretaria de Estado de Assistência Social

Wanda Engel Aduan

Sumário

Introdução; VII

Oito Anos de Estabilidade, Desenvolvimento e Conquistas Sociais; 3

Políticas Públicas para a Inclusão Social

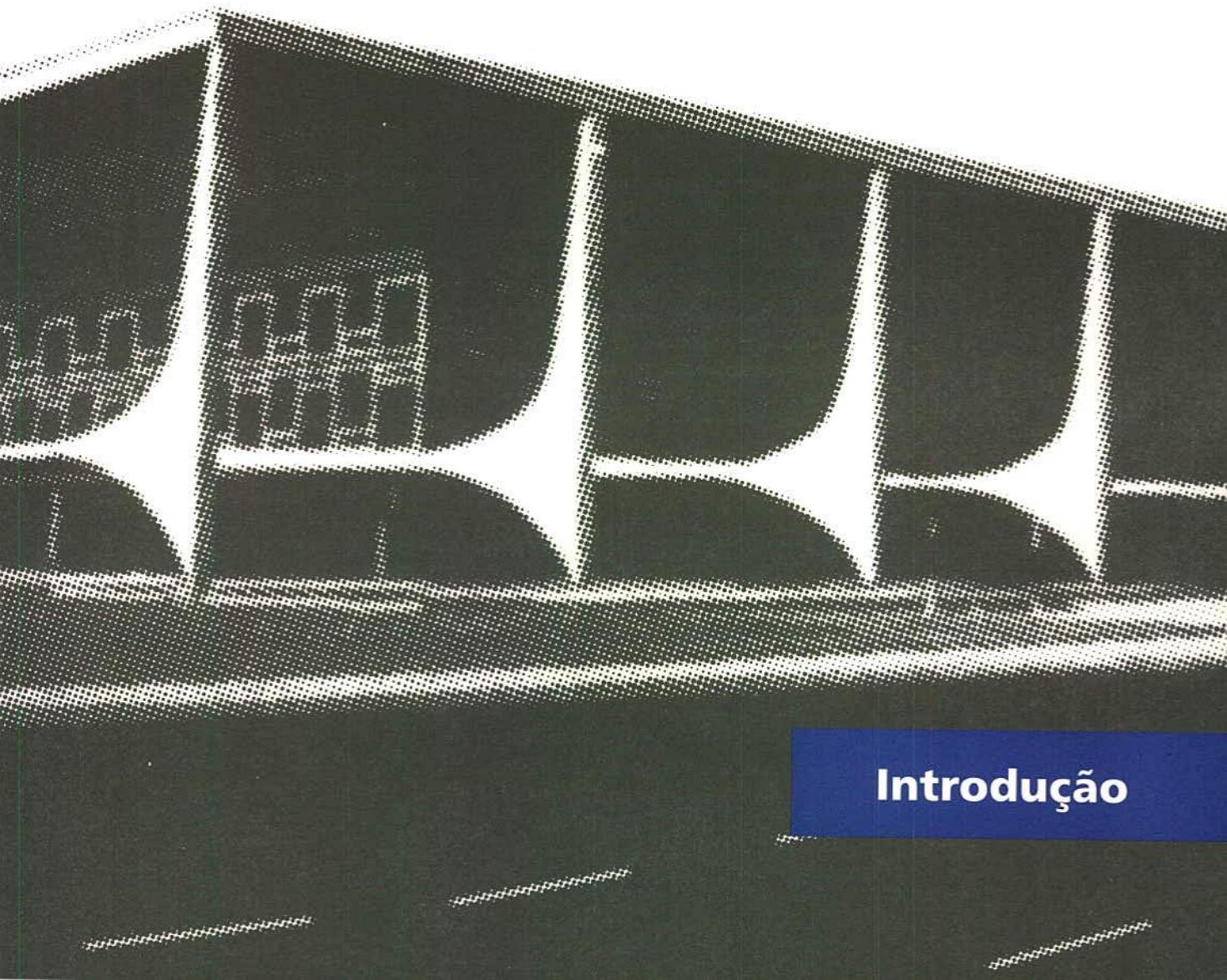
- Introdução; 41
- Educação; 57
- Saúde; 93
- Cultura; 131
- Esporte; 149
- Previdência Social; 155
- Trabalho e Emprego; 167
- Reforma Agrária e Agricultura Familiar; 191
- Assistência Social; 203
- Desenvolvimento Urbano; 229

As Bases Econômicas do Desenvolvimento

- Introdução; 241
- Condução da Política Macroeconômica; 247
- Reforma Fiscal; 265
- Reforma do Sistema Financeiro; 291
- Reestruturação Produtiva e Políticas de Competitividade; 307
- Modernização da Infra-Estrutura; 379
- Meio Ambiente; 427
- Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento; 449
- Integração da América do Sul; 459
- Desenvolvimento Regional; 463

A Democratização do Estado

- Mudanças com Participação, Estabilidade e Segurança Jurídica; 475
- Fortalecendo a Cidadania; 489
- Do Estado Burocrático ao Estado Gerencial; 503
- Ética e Transparéncia: Respeito à Cidadania; 514
- Política Externa; 523
- Defesa; 537



Introdução

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Esta é a oitava Mensagem anual que eu tenho a honra de encaminhar ao Congresso. É a última no meu período de Governo. Por isso ela cobre o ano passado e os anteriores, num balanço geral da evolução do País e das ações do Governo nesse período.

O ano de 2001 começou com expectativas muito favoráveis para o Brasil. Esperávamos crescer o mesmo ou um pouco mais do que no ano anterior, quatro a cinco por cento do PIB.

A recessão em grande parte do mundo desenvolvido, o risco de uma crise de energia no Brasil, as dificuldades da Argentina e a tensão internacional depois dos atentados contra os Estados Unidos nos sobressaltaram e frustraram parcialmente nossa expectativa de crescimento.

No fim do ano, contudo, os problemas pareciam menores – embora graves – e a capacidade do Brasil de enfrentar e vencer os problemas parecia maior.

A recessão norte-americana dá sinais de que não será tão profunda e demorada quanto se chegou a imaginar.

O risco da crise de energia foi afastado pela extraordinária adesão dos brasileiros à redução do consumo, pela aceleração dos investimentos em geração e transmissão e pela normalização das chuvas depois de três verões seguidos excepcionalmente secos.

A Argentina é o principal parceiro do Brasil na América do Sul – parceiro estratégico no comércio bilateral, na construção do Mercosul e na defesa da democracia. Temos sido e seremos solidários com a Argentina, por palavras e atos concretos. Os problemas que envolveram a mudança do regime cambial argentino tiveram, contudo, relativamente pouco impacto na economia brasileira.

O repúdio praticamente unânime do mundo ao terrorismo e a derrota dos apoiadores do terrorismo no Afeganistão diminuíram a tensão internacional, embora muito menos do que nós e o mundo inteiro gostaríamos.

A tragédia da violência de fundo étnico e religioso em outras partes do mundo nos faz valorizar especialmente o ambiente de tolerância de que desfrutamos no Brasil. Infelizmente, nossa tranqüilidade é perturbada pela escalada de violência e ousadia dos criminosos comuns dentro de nossas fronteiras.

Remando contra a corrente, o Brasil fechou o ano com um crescimento de 2% do PIB.

O dólar subiu demais e acabou recuando na medida em que as expectativas desfavoráveis sobre a nossa economia não se confirmaram.

A alta do dólar não fez a inflação disparar, mostrando que a nossa estabilidade não está ancorada no câmbio, mas nos bons fundamentos da economia.

Com preços internos estáveis, as exportações responderam positivamente ao estímulo cambial e cresceram 5,7% sobre o ano anterior, garantindo um superávit comercial de US\$ 2,6 bilhões.

A entrada de investimentos estrangeiros se manteve num patamar elevado, acima de US\$ 20 bilhões.

O mercado de trabalho teve um desempenho, não tão bom quanto em 2000, mas positivo, sem o impacto temido da redução do consumo de energia sobre o nível do emprego.

As dificuldades superadas em 2001 revigoraram nossa confiança no País e em nossa capacidade de enfrentar e vencer outros desafios.

Temos ainda mais razão para nos sentirmos confiantes quando passamos em revista os últimos sete anos e verificamos quanto o Brasil avançou, desde que conseguimos domar a inflação e por em marcha as reformas do Estado e da economia.

Os avanços se medem, antes de mais nada, pelos resultados econômicos e sociais que o País colheu nesse período. Podemos e devemos discutir sempre cada decisão do Governo. Só não é possível negar, diante dos fatos, que as reformas realizadas são profundas e que mudaram para melhor a vida dos brasileiros.

A queda da inflação foi a mudança mais impactante. Os mais moços não se lembram, felizmente, como era viver com uma inflação mensal de 22%. Essa foi a média da inflação nos dez anos antes do Plano Real, com picos de 40% até 80% num único mês. A média de 2001 foi de 0,6% ao mês.

Mas a queda da inflação, como sempre afirmamos, foi só o começo de um processo.

As reformas feitas a partir do real sustentaram a estabilidade dos preços e, ao contrário de outros planos econômicos, garantiram ganhos duradouros aos trabalhadores e aos mais pobres.

O salário mínimo acumulou aumentos reais desde 1994. Hoje ele está 27% acima do começo da década de 1990 e é *de longe o mais alto dos últimos quarenta anos*. De fato, desde que o salário mínimo foi criado, em 1940, só houve dois anos, na década de 1950, em que ele superou o valor atual em termos reais.

O ganho é ainda maior em relação ao custo da cesta básica. Antes do real, um salário mínimo comprava apenas 60% de uma cesta básica; hoje ele compra 120%.

O rendimento médio dos trabalhadores e a renda *per capita* das famílias aumentaram na mesma proporção do salário mínimo.

Graças à estabilidade do real e ao aumento do salário mínimo, que se refletiu nos benefícios da previdência e da assistência social do Governo Federal, doze milhões de brasileiros ultrapassaram a linha da pobreza. Em 2000, último ano para o qual se dispõe dessa informação, a proporção de pobres na população brasileira era de 32%, contra 43% em 1994.

O aumento da renda dos mais pobres estimulou o mercado interno. A produção de carnes e alimentos industrializados, o consumo de cimento para a construção e reforma de residências, a proporção de lares com telefone, aparelho de televisão, geladeira e outras utilidades – todos os indicadores apontam para uma melhora substancial do nível de vida das famílias.

Os principais indicadores sociais confirmam e reforçam essa melhora.

Em 1995, 10% das crianças brasileiras ainda estavam fora da escola. Em 1999 essa proporção caiu para 3% e deve chegar perto de zero em 2002.

O ensino fundamental é o primeiro serviço público a atingir efetivamente o ideal republicano de atender a todos indistintamente. A proporção das crianças mais pobres freqüentando a escola saltou de 75% em 1995 para 93% em 1999. As crianças negras, no mesmo período, saltou de 79% para 93%.

A proporção de crianças analfabetas caiu de 17% em 1995 para 11% em 1999 e tende para zero num prazo de cinco anos.

A melhoria da qualidade do ensino permitiu que a quantidade de crianças que completam o primeiro grau aumentasse 67% em apenas seis anos, desde 1994.

No ensino médio, no mesmo período, o número dos que completam os estudos aumentou 102%. No ensino médio supletivo, o aumento foi de 398%.

A mortalidade infantil diminuiu de 41 por mil em 1994 para 33 por mil em 2001. Nesse indicador, assim como no acesso ao ensino fundamental, diminuiu sensivelmente a distância da Região Nordeste para a média do Brasil.

A mortalidade materna nos hospitais do SUS diminuiu 22% de 1995 a 2000.

A mortalidade causada pela AIDS diminuiu 64% no mesmo período, graças às campanhas de prevenção e à distribuição gratuita de medicamentos pelo Governo Federal.

Para quem acredita que o Governo se preocupa muito com a economia e pouco com o social, é importante notar que a evolução dos indicadores sociais nesse período na verdade andou *na frente* do desempenho da economia. Este, no entanto, melhorou sensivelmente em relação ao período anterior e deu sustentação aos avanços sociais.

Desde 1993, quando foram tomadas as primeiras medidas que preparam o Plano Real, até 2000, o PIB brasileiro cresceu em média 3,3% ao ano, menos do que desejamos, mas acima do dobro do crescimento médio nos doze anos anteriores.

O crescimento foi, além disso, muito mais regular. Com todas as limitações internas e crises externas, não houve nenhum ano de queda do PIB desde 1993. Dos doze anos anteriores, cinco tiveram queda do PIB.

Contrariando a tese de que a maior abertura às importações prejudicaria a indústria brasileira, foi precisamente a indústria que teve a recuperação mais expressiva: de um declínio médio de 0,1% ao ano no período de 1981 a 1992, ela registrou um crescimento médio de 3,1% ao ano, de 1993 a 2000.

A agricultura deu uma forte contribuição à estabilidade do real e também teve um crescimento expressivo. A produção de grãos está ultrapassando a marca dos 100 milhões de toneladas na safra 2001/02, com um crescimento de 46% sobre 1992/93.

No setor de serviços, o Brasil começou finalmente a aproveitar seu imenso potencial para o turismo. A entrada de turistas estrangeiros aumentou 187% de 1994 a 2000, quando alcançou 5,3 milhões. O emprego no setor aumentou 42% de 1994 a 1999, chegando a 3,7 milhões de postos de trabalho.

A retomada dos investimentos e a intensa modernização produtiva depois do real garantiram o crescimento da economia com estabilidade e melhoria da renda dos trabalhadores. Na indústria, a média do investimento de 1995 a 2000 ficou 87% acima da primeira metade da década de 1990.

A entrada de investimentos diretos estrangeiros, que ficou estagnada pouco acima de US\$ 1 bilhão anuais por toda a década de 1980 e no começo da década de 1990, deu um salto de treze vezes na média de 1994 a 2001. Uma parte relativamente pequena desses investimentos dirigiu-se para a privatização dos serviços públicos.

A maior parte foi para o setor privado, incorporando tecnologia de padrão mundial à indústria e aos serviços brasileiros.

Como consequência da maior abertura comercial, o fluxo de importações e exportações do Brasil praticamente dobrou na comparação de 1995-2001 com o começo da década de 1990.

A participação dos manufaturados na pauta de exportações se manteve em torno de 60%. Mas um estudo da composição das exportações por intensidade de fator mostra que os produtos intensivos em tecnologia foram os que lideraram a expansão, com um crescimento de 145% de 1991 a 2000.

A incorporação de tecnologia mais moderna se refletiu no forte aumento dos índices de produtividade da economia. A produtividade física do trabalho na indústria de transformação mais do que dobrou desde o começo da década de 1990. A produtividade por área cultivada na lavoura de grãos aumentou 69%.

A emissão anual de certificados ISO 9000 – padrão internacional de qualidade e produtividade – aumentou oitenta vezes no Brasil desde 1990.

A população ocupada aumentou 1,6% ao ano desde junho de 1994, uma expansão menor do que a desejada mas ainda assim equiparada ao crescimento da população total. Houve migração de postos de trabalho da indústria para os serviços, das regiões metropolitanas para o interior e da Região Sudeste para o Sul e o Centro-Oeste.

A qualificação do trabalhador brasileiro melhorou significativamente. Os trabalhadores com nove anos e mais de instrução aumentaram sua participação na força de trabalho de 35%, em 1991, para 52%, em 2001, enquanto a participação dos trabalhadores com até quatro anos de instrução diminuiu de 39% para 23%.

Na busca de informação e conhecimento, os brasileiros assimilaram rapidamente a internet, leram mais livros e buscaram, em massa, educação superior.

O número de usuários da rede mundial de computadores no Brasil saltou de 170 mil no começo de 1996 para 12 milhões no fim de 2001.

O movimento anual de registro de títulos de livros aumentou 175% entre 1994 e 2000, de 8 mil para 22 mil títulos.

A matrícula nas instituições de ensino superior aumentou de 1,7 milhão em 1994 para 2,7 milhões em 2000, com uma expansão de 62%.

O número de artigos de brasileiros publicados em periódicos científicos internacionais aumentou 97% de 1994 a 2000, sinalizando os

avanços na produção de conhecimento original pelos nossos pesquisadores.

Todos esses avanços não foram fruto de meras circunstâncias favoráveis. Na verdade as condições da economia global permaneceram difíceis para os países em desenvolvimento em quase todo esse período.

Os avanços devem ser creditados, primeiro, ao esforço e à criatividade dos brasileiros, que deram sucessivas demonstrações da sua capacidade de transformar problemas em desafios a serem vencidos, como vimos mais uma vez em 2001.

O Governo, por seu lado, foi capaz de sintonizar suas prioridades com as demandas da sociedade e conduzir as reformas necessárias para abrir efetivamente a máquina do Estado a essas demandas.

A melhora dos indicadores sociais desmente, por si só, a alegação de negligência do Governo em relação à área social. Toda a informação sobre o gasto federal desde 1995 aponta na mesma direção.

Os dados disponíveis mostram, primeiro, que o gasto social do Governo Federal *aumentou* substancialmente a partir de 1995. Um estudo do IPEA que conseguiu calcular o gasto social federal ano a ano pelos mesmos critérios, mostra que na verdade o nível do gasto atingido em 1998-1999, acima de 14% do PIB, é o *mais alto dos últimos vinte anos*, pelo menos.

Os dados também mostram que os cortes de gasto a partir de 1999 preservaram a área social.

Além disso, os executores e beneficiários dos programas sociais essenciais ganharam muito com a pontualidade e a continuidade dos desembolsos do Governo Federal a partir de 1995.

Além de gastar mais, o Governo passou a gastar melhor na área social: com eqüidade crescente na alocação de recursos; buscando com persistência a universalização do acesso a serviços básicos de boa qualidade; com focalização do gasto nos grupos mais pobres e vulneráveis, mediante programas especiais; combinando inteligentemente programas de proteção e de promoção social; usando a descentralização das ações e as parcerias governo-sociedade para potencializar os recursos federais; investindo na avaliação de resultados e no controle social para eliminar os desvios e desperdícios na execução dos programas.

Em prol da eqüidade do gasto, a reforma da previdência reduziu, a partir de 1999, o ritmo de concessão de aposentadorias por tempo de serviço (agora, tempo de contribuição). Em contrapartida, foi possível sustentar a forte expansão do número e do valor dos benefícios da previdência rural e da assistência social aos idosos e pessoas portadoras de deficiência mais pobres.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef fez os recursos dos Estados e Municípios, complementados pela União, convergirem para o ensino fundamental, beneficiando principalmente as regiões e camadas sociais mais pobres.

As mudanças no esquema de financiamento da saúde têm um efeito semelhante. Os recursos da União, dos Estados e Municípios, em vez de ficar concentrados na rede hospitalar, agora chegam aos serviços básicos de prevenção e promoção que atendem aos mais pobres.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e a reforma agrária levaram recursos e esperança para 2 milhões de pequenos agricultores e mais de 580 mil famílias de agricultores sem terra que até então não tinham nenhum apoio do Governo Federal.

A universalização do ensino fundamental está sendo alcançada graças ao Fundef e a um conjunto de ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e a Bolsa Escola dão às famílias mais pobres a possibilidade e o incentivo que faltavam para colocar seus filhos na escola.

Os programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde começam a tornar realidade o ideal de cobertura universal do Sistema Único de Saúde, colocando uma porta de acesso aos serviços perto de cada família brasileira.

Os doze programas de transferência direta de renda que integram a Rede de Proteção Social do Governo Federal são um enorme passo adiante na focalização do gasto social em benefício dos mais vulneráveis entre os pobres: as mulheres gestantes e com filhos recém-nascidos, crianças, adolescentes em situação de risco, idosos, portadores de deficiência, desempregados, agricultores atingidos pela seca. Os mais de 31 milhões de beneficiários desses programas vão receber em 2002 quase R\$ 30 bilhões, o que equivale aproximadamente à parcela da União na arrecadação do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. Isto se chama *redistribuição de renda*.

O Projeto Alvorada trabalha outra vertente de focalização do gasto, que é a geográfica. Ele articula quinze programas sociais com recursos do Governo Federal nos 2.818 municípios com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH mais baixo.

A nova geração de programas de transferência de renda, como a Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, combinam a proteção social representada pelo benefício em dinheiro com a promoção social por meio de ações que reforçam a capacidade das famílias de sair da pobreza.

O programa Comunidade Ativa combina ações de proteção e de promoção dentro do conceito de *desenvolvimento local integrado e sus-*

tentável. Ele soma recursos do Governo Federal, dos Estados e Municípios e das comunidades para dar a estas condições de identificar suas próprias necessidades e avançar com as próprias pernas. Em 2002 ele deve chegar a mais de seiscentos municípios.

A Constituição de 1988 já havia promovido uma ampla descentralização dos recursos tributários da União para os Estados e principalmente para os Municípios. Faltava articular melhor os três níveis de governo na execução das políticas públicas, principalmente na área social. Isto é o que vem acontecendo desde 1995, com o Governo Federal assumindo crescentemente o papel de financiador e coordenador de programas executados pelos Estados e Municípios. Os avanços conseguidos nas áreas da educação, saúde, assistência social, reforma agrária, qualificação profissional seguem, quase sem exceção, esse modelo.

As parcerias do Governo Federal com os Estados e Municípios são complementadas e potencializadas pelas parcerias com a sociedade civil. Há 20 milhões de brasileiros, pelas estimativas mais recentes, que dão alguma colaboração voluntária a projetos sociais. O Conselho da Comunidade Solidária reúne representantes do Governo e da sociedade civil em torno da tarefa de identificar, testar e disseminar novas formas de aproveitar esse imenso potencial.

A introdução ou aperfeiçoamento da avaliação sistemática de resultados das políticas sociais já deu frutos importantes, principalmente na educação. Procedimentos de avaliação estão sendo incorporados ao gerenciamento da maioria dos programas sociais, dentro da metodologia do Plano Plurianual 2000-2003 – Avança Brasil. A implantação do Cadastro Único das famílias beneficiárias de programas de combate à pobreza vai permitir uma avaliação precisa e contínua do impacto desses programas.

A presença de representantes da sociedade civil nos conselhos que controlam a execução de programas sociais também concorre para a melhora da qualidade do gasto. Cerca de R\$ 7 bilhões de recursos federais devem passar pelo crivo desses conselhos em 2002. Não creio que haja exemplo mais importante de *orçamento participativo* em prática em qualquer nível de governo no Brasil.

A condução da política econômica a partir do Plano Real manteve a estabilidade dos preços sem estrangulamento fiscal nem arrocho salarial. Nessa medida, ela também funcionou como uma política social de amplo alcance.

O aumento da concorrência induzido pela abertura externa e pela moeda estável teve um efeito democratizador na economia, ampliando o acesso de todos a bens e serviços de melhor preço e qualidade.

Mas a queda súbita da inflação só se transformou em estabilização duradoura graças a mudanças nem sempre tão visíveis no arcabouço institucional da economia.

O modelo de industrialização seguido pelo Brasil desde a década de 1930, baseado na proteção do Estado e no fechamento do mercado interno, proporcionou ao País cinqüenta anos de forte crescimento. Mas esse modelo nunca foi capaz de distribuir adequadamente os frutos do crescimento e, desde o começo da década de 1980, não conseguiu acompanhar a aceleração do ritmo da inovação tecnológica e produtiva na economia mundial.

Isolar-se do mundo nunca foi uma opção para o Brasil. A alternativa que eu defendi, como ministro e como candidato a Presidente, foi aprofundar a integração do Brasil ao mundo, criando as condições necessárias para voltar a crescer e, *ao mesmo tempo*, distribuir melhor os frutos do crescimento.

Para se integrar mais à economia mundial, preservando sua soberania e seus interesses fundamentais, o Brasil precisava, antes de tudo, investir mais no seu próprio povo. Um povo sadio, educado e empreendedor, mais do que recursos naturais ou máquinas modernas, é a grande vantagem competitiva dos países no mundo de hoje. Desse ponto de vista, os avanços na área social são, por sua vez, parte essencial da estratégia de desenvolvimento que passamos a implementar.

As bases propriamente econômicas dessa estratégia incluem o reordenamento dos gastos públicos e a transparência fiscal; a quebra dos monopólios estatais e as privatizações; a articulação de investimentos públicos e privados em empreendimentos estratégicos; o saneamento do sistema bancário; a redução dos custos financeiros das famílias e empresas; o apoio à reestruturação produtiva das empresas brasileiras e o reforço da capacitação nacional em ciência e tecnologia.

O setor público brasileiro vivia à beira da crise fiscal no começo da década de 1990. O Governo Federal tinha sua capacidade de investimento drasticamente reduzida. Muitos Estados estavam praticamente insolventes, depois de passar por vários planos de refinanciamento das suas dívidas.

O círculo vicioso de endividamento e refinanciamento dos Estados foi rompido, neste Governo, por uma reestruturação das dívidas suficientemente ampla e firmemente condicionada a programas de ajuste fiscal e patrimonial. Hoje, os Estados estão em dia com o serviço de suas dívidas. Muitos, graças ao apoio federal e ao seu próprio esforço, têm conseguido aumentar seus investimentos, principalmente na área social.

Os bancos estaduais eram uma fonte de endividamento fora de controle. A maioria deles foi liquidada ou privatizada, dentro do processo de reestruturação do sistema financeiro nacional.

A moeda estável trouxe os orçamentos públicos, nos três níveis de governo, do plano da ficção inflacionária para o da escolha responsável de prioridades. Somos testemunhas, o Presidente da República e os Membros do Congresso, do quanto a discussão do orçamento federal ganhou objetividade e densidade política.

Hoje, o Brasil é padrão mundial de transparência fiscal. Os Membros do Congresso e do Tribunal de Contas têm, há muito, acesso instantâneo às contas do Governo Federal. As instâncias de controle interno e externo avançam cada vez mais da mera verificação dos aspectos formais para a análise dos resultados do gasto.

Nenhum outro país em desenvolvimento se compara ao Brasil no uso dos meios eletrônicos para disponibilizar aos seus cidadãos informações sobre normas, ações e serviços do Governo.

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, coroando essas mudanças, selo o compromisso do País e de seus dirigentes com a racionalidade, a transparência e a prudência na administração do dinheiro público.

Desde 1998, o Governo passou a adotar metas plurianuais de resultado primário do conjunto do setor público. Para quem ainda confunde expansionismo fiscal com desenvolvimentismo, é importante notar que os superávits fiscais realizados pelo Brasil, dentro dessa política, possibilitam a diminuição dos juros e o aumento da poupança interna – estes sim, fatores de aceleração do crescimento econômico.

A reorganização das finanças públicas e o saneamento das contas da União, Estados e Municípios foram fundamentais para que o setor público deixasse de ser um peso morto e voltasse a assumir um papel positivo – embora diferente do velho Estado-protetor – no desenvolvimento econômico e social do País.

A insuficiência dos investimentos estatais havia deixado acumular gargalos na infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações. A reorganização das finanças públicas e as privatizações permitiram retomar os investimentos nesses setores, embora ainda menos do que o necessário em energia elétrica e transportes.

A expansão da oferta e o aumento da eficiência da infra-estrutura beneficiaram a todos os usuários – indivíduos e empresas.

De 1995 para 2001, o serviço de telefone fixo do País mais que triplicou, de 14,6 milhões para 46 milhões de acessos instalados. O serviço de telefone celular multiplicou por vinte, de 1,4 milhão para 28 milhões de acessos.

De 1996 para 2001, o transporte de carga por ferrovia aumentou 24%, o índice de acidentes caiu 27% e a velocidade média das composições aumentou 24%.

O transporte de carga por hidrovia aumentou 48% de 1994 a 2001, chegando a 25 milhões de toneladas.

A produtividade dos portos brasileiros aumentou de duas a três vezes desde 1994, graças a mudanças nos processos de operação e introdução de novas tecnologias.

Com a utilização de hidrovias e ferrovias, o custo do transporte de grãos foi reduzido em até 40%. O custo portuário diminuiu até 50%.

A estabilização permitiu reconstruir, em novos moldes, instrumentos de planejamento e fomento da economia que o Estado brasileiro já teve e perdeu na voragem da inflação e da desorganização fiscal.

Com o Brasil em Ação, de 1996 a 1999, e com o Avança Brasil, que vai até 2003, o Governo Federal assumiu seu novo papel de formulador e articulador de projetos estratégicos, definindo prioridades claras para a aplicação dos recursos públicos e identificando oportunidades para os investimentos privados.

O estudo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, que serviu de base para o Avança Brasil, é o maior e mais completo diagnóstico jamais feito das potencialidades e gargalos do desenvolvimento das diferentes regiões do País.

Um novo modelo de gestão foi implantado para acompanhar a execução dos empreendimentos do Avança Brasil, com metas bem definidas e avaliação sistemática de resultados.

A metodologia de elaboração do orçamento federal foi inteiramente revista. Desde 1999, orçamento-programa deixou de ser uma figura de retórica para se tornar realidade na administração pública brasileira.

A inflação alta garantia aos bancos um lucro fácil sobre depósitos não-remunerados. Em meados de 1995, alguns bancos começaram a dar sinais de que não suportariam a perda desse lucro.

O Programa de Estímulo à Reestruturação e de Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proer foi criado, depois que o Banco Central teve de intervir em dois grandes bancos privados, para evitar uma crise bancária em cadeia e promover a reestruturação ordenada do setor.

O custo final do Proer poderá ser maior ou menor, dependendo da recuperação de créditos dos bancos que passaram pela reestruturação. Longe de contemplar banqueiros falidos, esse custo se destinou a proteger os interesses legítimos de milhões de depositantes. E foi, em qualquer hipótese, muito menor do que o custo médio de programas de ajuste do sistema financeiro em outros países.

O saneamento do sistema prosseguiu, com programas de redução dos bancos públicos estaduais e de fortalecimento das instituições financeiras federais.

A adoção dessas medidas, em tempo oportuno, evitou a desestruturação de um setor chave da economia e garantiu a continuidade do processo de estabilização.

Além de recuperar a capacidade de investimento do setor público, o Governo também atuou para aumentar a poupança privada e diminuir o custo do financiamento das empresas.

A nova Lei das S.A., as boas práticas de governança corporativa induzidas pelo BNDES, a nova regulamentação dos planos de previdência complementar, tudo isso tende a tornar mais atraente e seguro o mercado de ações.

O Banco Central tem tomado medidas para reduzir o *spread* bancário, diminuindo o custo dos empréstimos para o tomador final.

O BNDES firmou seu papel como grande financiador da reestruturação produtiva do País. Seus financiamentos às empresas brasileiras, em condições internacionalmente competitivas, aumentaram quatro vezes de 1994 a 2001, quando ultrapassaram R\$ 25 bilhões.

As micro, pequenas e médias empresas, que têm um papel preponderante na geração de emprego e na desconcentração da atividade econômica, passaram a receber do Governo Federal mais apoio e um apoio mais orgânico, abrangendo crédito, seguro de crédito, capacitação e acesso ao mercado externo, além da simplificação do regime tributário.

A área de ciência e tecnologia, fundamental para a independência e a competitividade do País, passa por uma ampla reformulação. A atualização da legislação brasileira sobre propriedade intelectual estimula o investimento em inovação. Os novos fundos setoriais federais ampliam e garantem a continuidade do financiamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Os investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento começam a se tornar significativos. Por uma estimativa das próprias empresas, eles aumentaram 78% de 1993 para 1999, quando chegaram a R\$ 4,1 bilhões.

A estabilização e as reformas inverteram a tendência de queda da produtividade que caracterizou a década de 1980. Com a incorporação de novas tecnologias de produtos e processos pelas empresas e a retomada dos investimentos em infra-estrutura, a economia brasileira torna-se mais eficiente, mais competitiva e mais capaz de distribuir os frutos do crescimento.

Os resultados alcançados até aqui pelas reformas nos dão certeza de que o Brasil caminha com passos firmes para um futuro de desenvolvimento economicamente sustentado e socialmente mais justo.

O sentido dessa caminhada e o conteúdo das reformas têm um sinal comum: a abertura do Estado nacional às aspirações de 170 milhões de brasileiros. Numa palavra, democracia.

A Constituição de 1988 nos garantiu as liberdades democráticas e uma ampla carta de direitos. Mas a Constituição, por si só, não poderia transformar um Estado crescido à sombra do autoritarismo e abri-lo efetivamente às demandas e à participação da sociedade. Esta é a grande tarefa a que nós temos nos dedicado desde a Constituinte. Quando digo “nós”, quero me referir a todos: membros dos Poderes constituídos, partidos da situação e da oposição, formadores da opinião pública, lideranças da sociedade civil, eleitores, enfim, cidadãos brasileiros.

O compromisso maior com a democracia marca tanto o resultado das reformas quanto o modo pelo qual elas têm sido encaminhadas.

Ele se expressa, primeiro, na limpidez da fonte da vontade popular que são as eleições. Quantos países no mundo hoje podem dizer que recolhem mais de 90 milhões de votos, como fizemos nas últimas eleições para prefeito, sem questionamentos sobre a regularidade do processo eleitoral nem qualquer incidente digno de nota?

O mesmo compromisso tem inspirado a nossa disposição e aptidão para converter a *maioria eleitoral* numa *maioria política* que possibilite a tomada de decisões dentro das regras democráticas.

A paralisia é uma doença gravíssima para a democracia. A confiança no Brasil cresceu porque, acima de tudo, nós temos provado aos próprios brasileiros e ao mundo que a nossa democracia está vacinada contra essa doença.

O atestado disso está nos anais do Congresso Nacional: na intensidade e qualidade dos debates; na densidade da participação de todos os partidos, correntes de opinião e grupos da sociedade; e, como resultado final, na impressionante produção legislativa desta Casa.

Do começo de 1995 até esta data, foram 31 emendas à Constituição promulgadas e cerca de seiscentas leis complementares e ordinárias aprovadas e sancionadas, sem contar os créditos orçamentários.

Os números dizem pouco da importância do conteúdo. É o roteiro completo das reformas que está inscrito nessa legislação: as medidas fundamentais para consolidar a estabilização, assentar as bases institucionais de um novo modelo econômico, reformar o Estado atendendo às aspirações de democratização da sociedade.

Atrevo-me a afirmar que nunca na história do Brasil, e muito poucas vezes no mundo, transformações tão profundas foram conduzidas na plenitude da democracia, com a participação de toda a sociedade e o consenso de uma ampla maioria.

Nós sabemos o esforço que isso nos custou, especialmente ao Presidente da República e aos Membros do Congresso. As horas sem conta de estudo e elaboração, semanas e meses de negociação paciente, noites de vigília nas votações.

Todo esse esforço, às vezes extenuante, é leve na memória porque foi recompensado pelos resultados que o País começa a colher com as reformas.

Eu digo do fundo do coração a todos e cada um dos Membros do Congresso: muito obrigado!

Obrigado pelo apoio que nos permitiu avançar e também pela oposição que muitas vezes nos fez pensar e justificar melhor os nossos passos.

Nosso sistema político tem essa peculiaridade de possuir partidos relativamente inorgânicos mas um Congresso forte.

Sei por experiência própria dos meus dez anos como Senador: o Congresso Nacional cresce nos momentos de crise porque consegue ao mesmo tempo sintonizar o sentimento da sociedade e promover a negociação das forças políticas para evitar o impasse.

Já fui criticado, à esquerda e à direita, por me preocupar demais com o Congresso. Respondo que respeitar o sentimento do Congresso, buscar seu apoio e organizar a maioria parlamentar para dar sustentação às iniciativas do Governo é obrigação elementar e indeclinável do Presidente da República. Uma obrigação que eu me orgulho de cumprir com todo o empenho, paciência e, às vezes, humildade para aceitar decisões diferentes do que eu gostaria.

O amadurecimento da nossa democracia se expressa também na qualidade das relações políticas no âmbito da Federação.

Como Presidente, eu trato regularmente com 27 governadores que foram eleitos por sete diferentes partidos, alguns dos quais se situam na oposição no plano nacional.

Algo parecido se reproduz em cada Estado: os governadores tratam com prefeitos que foram eleitos por mais de duas dezenas de partidos diferentes.

Compor esse mosaico político e fazer a Federação funcionar como ela deve funcionar não é tarefa para afoitos nem sectários.

Hoje o Brasil é apontado como exemplo de federação bem sucedida no mundo.

Uma parte fundamental desse êxito vem de longe: nossa Federação nos ajudou a manter a unidade de um País continental e desigual.

A Constituição de 1988 teve o mérito de fortalecer a Federação do ponto de vista tributário, fazendo uma importante descentralização para os Estados e principalmente para os Municípios.

Coube ao meu Governo levar adiante esse processo em duas frentes: por um lado, compatibilizando autonomia fiscal com responsabilidade fiscal; por outro lado, levando o Governo Federal a assumir junto aos Estados e Municípios o papel de coordenador de políticas públicas.

Os resultados que estamos colhendo atestam que a Federação brasileira atingiu um novo patamar de maturidade, tanto em termos de controle do gasto agregado como da qualidade na execução das políticas, principalmente na área social.

Vejo sinais da mesma maturidade nas relações com o Judiciário.

O Plano Real teve êxito, entre outras coisas, porque evitou as lesões de direitos que levaram outras tentativas de estabilização a naufragar num mar de demandas judiciais.

As reformas têm sido conduzidas dentro da mesma atitude de respeito aos direitos e garantias fundamentais e, em qualquer hipótese, de irrestrita obediência às decisões da Justiça.

Nestes sete anos, o Governo evitou o quanto pode a abertura de novas demandas em série e solucionou algumas, herdadas de planos econômicos anteriores, que atravancavam a Justiça Federal, como é o caso da correção monetária dos depósitos do FGTS.

A criação dos Juizados Especiais na Justiça Estadual, em 1995, e na Justiça Federal, em 2001, representa um enorme passo adiante para democratizar e tornar mais rápidas as decisões da Justiça.

O Governo patrocinou ou se associou a outras iniciativas no mesmo sentido, como os vários aperfeiçoamentos promovidos no Código de Processo Civil desde 1995.

O aperfeiçoamento das instituições caminha junto com o fortalecimento do grande protagonista da democratização, que é o *cidadão*.

A política de direitos humanos conduzida desde 1995 ajudou a massificar a atenção para esse tema na sociedade e conseguiu vitórias importantes na correção de abusos arraigados nas práticas do Estado e da própria sociedade.

O reconhecimento da morte de pessoas desaparecidas no período de 1961 a 1979, acusadas ou envolvidas em atividades políticas, com a indenização de suas famílias pela União, resgatou uma divida do País para com seus cidadãos e a sua própria memória.

O apoio do Governo Federal a mulheres, crianças, idosos, negros, homossexuais, portadores de deficiência vítimas de violência ou discriminação divulga, legitima e fortalece a mobilização da própria sociedade em favor desses grupos.

O reconhecimento dos direitos dos índios se traduziu, entre outras ações, na demarcação de 41 milhões de hectares de terras indígenas de 1995 a 2001. Isto representa 40% de todas as terras indígenas demarcadas no Brasil desde as primeiras demarcações, na época do Império.

Iniciativas recentes dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Agrário e da Justiça começam a por em prática, no Governo Federal, o conceito de *ação afirmativa* a favor dos negros e outros grupos discriminados.

A defesa da livre concorrência e dos direitos do consumidor ganhou músculos com o fortalecimento da Secretaria de Direito Econômico e do Conselho Administrativo de Defesa, no âmbito do Ministério da Justiça, e com o apoio do Governo Federal às entidades de defesa do consumidor nos Estados.

O agravamento do problema da criminalidade, principalmente nas grandes metrópoles, levou o Governo a rever e ampliar os objetivos a que se havia proposto originalmente nessa área.

A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal foram reequipadas, ampliaram seus efetivos e intensificaram a atuação nas suas áreas específicas.

Em 1998, o Brasil atualizou sua legislação sobre lavagem de dinheiro e criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, para articular as ações dos vários órgãos que têm um papel a desempenhar no combate a essa atividade vital para o crime organizado – Polícia Federal, Banco Central, Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Ministério das Relações Exteriores, Procuradoria da Fazenda Nacional, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados.

O Governo também levou a um novo patamar a cooperação e apoio federal – praticamente nulo no passado – aos Estados na área de segurança pública.

Os bancos de dados nacionais e estaduais de informações criminais, mandados de prisão, população carcerária, armas de fogo, condutores de veículos, veículos furtados e roubados estão sendo inter-

ligados no Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública – Infoseg.

O repasse de recursos federais aos Estados possibilitou a criação de mais de 60 mil novas vagas em penitenciárias, aliviando o problema da superlotação.

A partir da criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2000, cerca de R\$ 650 milhões já foram repassados aos Estados para o equipamento, treinamento e reorganização de suas polícias.

Descentralização, compromisso com resultados, parcerias com a sociedade civil, flexibilização de normas e procedimentos, modernização dos métodos de gestão, qualidade do atendimento ao cidadão são diretrizes fundamentais de um amplo conjunto de mudanças introduzidas na administração federal, sintetizadas no Plano Diretor de Reforma do Estado.

As novas agências reguladoras dos serviços públicos privatizados representam outras tantas portas abertas aos cidadãos, em setores onde o regime de monopólio estatal pouco estimulava as empresas concessionárias a se preocupar com as demandas e reclamações dos usuários.

Ao contrário do propalado “desmantelamento do Estado”, as reformas fortaleceram a administração federal e valorizaram seus servidores segundo critérios de *desempenho e qualificação*.

Nos últimos seis anos, o quadro de pessoal do Executivo Federal diminuiu cerca de 15%, correspondendo a 88 mil servidores. Ao mesmo tempo, foram contratados mais de 54 mil novos servidores concursados, principalmente nas áreas de ensino, ciência e tecnologia, fiscalização, gestão e segurança.

Diante da extraordinária expansão dos principais programas federais nesse período, a conclusão é inevitável: o Governo consegue fazer muito mais com menos servidores, porém mais qualificados.

Outra alegação que não se sustenta é a dos “salários congelados”. De 1995 a 2000, a remuneração média do servidor civil ativo do Executivo Federal passou de R\$ 1.665,00 para R\$ 2.566,00, um aumento de 54% em valores correntes.

A transparéncia e a eficiência caminham lado a lado na implantação do Governo Eletrônico, que disponibiliza pela internet não só informações, mas uma gama crescente de serviços e transações com a administração federal.

O Governo se alia decididamente às exigências de ética e transparéncia na administração pública. Mesmo que eventualmente levem, como têm levado, a injustiças, no geral elas são um sinal auspicioso de amadurecimento democrático da sociedade.

Para corresponder a essas exigências, o Governo fortaleceu e deu pleno curso aos mecanismos existentes de controle interno e externo da administração e criou instrumentos novos: a Comissão de Ética Pública, incumbida de definir e monitorar o cumprimento de regras de conduta para os integrantes da cúpula do Executivo Federal; e a Corregedoria-Geral da União, órgão de nível ministerial encarregado de dar celeridade e maior transparência à apuração e punição de irregularidades em todos os escalões da administração.

Ao mesmo tempo em que assume traços cada vez mais nítidos na face que o Estado brasileiro exibe internamente aos seus cidadãos, a democratização marca vigorosamente a presença externa do Brasil, nos campos da defesa e da diplomacia.

O Brasil dispõe hoje, pela primeira vez na sua história, de uma política de defesa com princípios amplamente debatidos pelas Forças Armadas, pela cúpula civil do Governo, pelo Congresso e por representantes da sociedade.

Para executar essa política, foi criado em 1999 o Ministério da Defesa. Olhando o passado, o significado simbólico e histórico dessa mudança não pode ser ignorado. Olhando o futuro, o importante é o que o novo ministério começa a fazer para reforçar a articulação das Forças Armadas entre si e dar mais fluidez à sua relação com as outras áreas do Estado, incluindo o Congresso Nacional, com a sociedade e com os países amigos com os quais o Brasil mantém cooperação militar.

Ao Ministério da Defesa cabe detalhar a nova política de defesa, agilizar a implantação de seus instrumentos estratégicos, como os sistemas de proteção e vigilância da Amazônia, e apoiar os projetos de modernização das nossas Forças Armadas.

O reconhecimento crescente do Brasil no cenário internacional reflete o empenho pessoal do Presidente da República, o profissionalismo da nossa diplomacia mas, acima de tudo, a percepção dos nossos avanços nos campos social, econômico e político. A imagem externa melhorou porque o País melhorou.

Esse reconhecimento nos permite defender com firmeza e eficácia crescentes os interesses do Brasil no campo econômico: o fortalecimento do Mercosul; a integração da América do Sul; a possibilidade de uma globalização solidária com o mundo em desenvolvimento; uma nova arquitetura financeira que contenha a volatilidade dos mercados globalizados; participação ativa na definição de novas regras para o comércio internacional; maior acesso dos nossos produtos aos países industrializados.

O ano de 2001 trouxe resultados positivos para o Brasil nesse terreno.

A reunião da Organização Mundial do Comércio incluiu na pauta das próximas rodadas de negociação os temas da agricultura, *antidumping* e subsídios à exportação, que são fundamentais para o Brasil.

Tivemos um papel decisivo para que outra declaração importante fosse adotada nessa reunião: que o reconhecimento de patentes de medicamentos não deve impedir os países de cuidar da saúde da sua população, como no combate à AIDS e outras epidemias.

As posições brasileiras terminaram prevalecendo na OMC na disputa sobre gasolina e no contencioso entre a Embraer e a Bombardier.

O Brasil deu uma contribuição importante para reunir o apoio necessário à homologação do objetivo de reforçar o Protocolo de Quioto, sobre controle das emissões de gases de efeito-estufa, apesar da posição contrária dos Estados Unidos.

No plano da política internacional, o Brasil tem reafirmado com repercussão crescente sua vocação a favor da democracia, da paz e da cooperação internacional.

Contribuímos para a consolidação da democracia e a valorização dos direitos humanos na América do Sul.

Participamos de forma decisiva na solução do litígio entre Equador e Peru.

Demos apoio à pacificação e reconstrução do Timor Leste.

Intensificamos a cooperação com a África, particularmente com os países de língua portuguesa.

Ampliamos nossas obrigações na área ambiental.

Empenhamo-nos para reforçar a cooperação internacional no combate ao tráfico de drogas.

Creio que traduzi o sentimento unânime dos brasileiros nos discursos que tive ocasião de fazer na Assembléia Nacional Francesa e na Assembléia Geral das Nações Unidas, assim como nas cartas que escrevi a vários líderes mundiais, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos.

Condenei categoricamente o terrorismo e manifestei nossa solidariedade irrestrita ao governo e ao povo norte-americanos.

Ao mesmo tempo, ressaltei a importância de que se compreenda a crise como oportunidade de aprimorar os padrões de convivência entre os Estados.

Defendi um novo contrato entre os Estados e as nações, que atenda às preocupações com a segurança internacional, mas também valorize a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, e favoreça a correção das assimetrias existentes no comércio e nas finanças internacionais.

Senhores Congressistas,

A visão do caminho percorrido me gratifica e reforça a disposição de trabalhar até o último minuto do meu mandato para levar adiante as reformas que estão mudando a face do Brasil.

Temos grandes desafios a vencer para consolidar as condições de crescimento da economia brasileira num ambiente internacional marcado por incertezas.

A expansão das exportações é essencial para as perspectivas de crescimento sustentado da economia. Ela continuará demandando todo o nosso empenho, na frente interna, apoiando o aumento da competitividade das empresas brasileiras e a redução do custo-Brasil, e na frente externa, defendendo com vigor redobrado os nossos interesses nas negociações bilaterais e multilaterais sobre comércio.

Há medidas importantes a tomar nos campos fiscal e financeiro para manter firmes as bases da estabilidade e estimular a poupança interna.

Os setores de saneamento e energia demandam aperfeiçoamentos em seu arcabouço institucional.

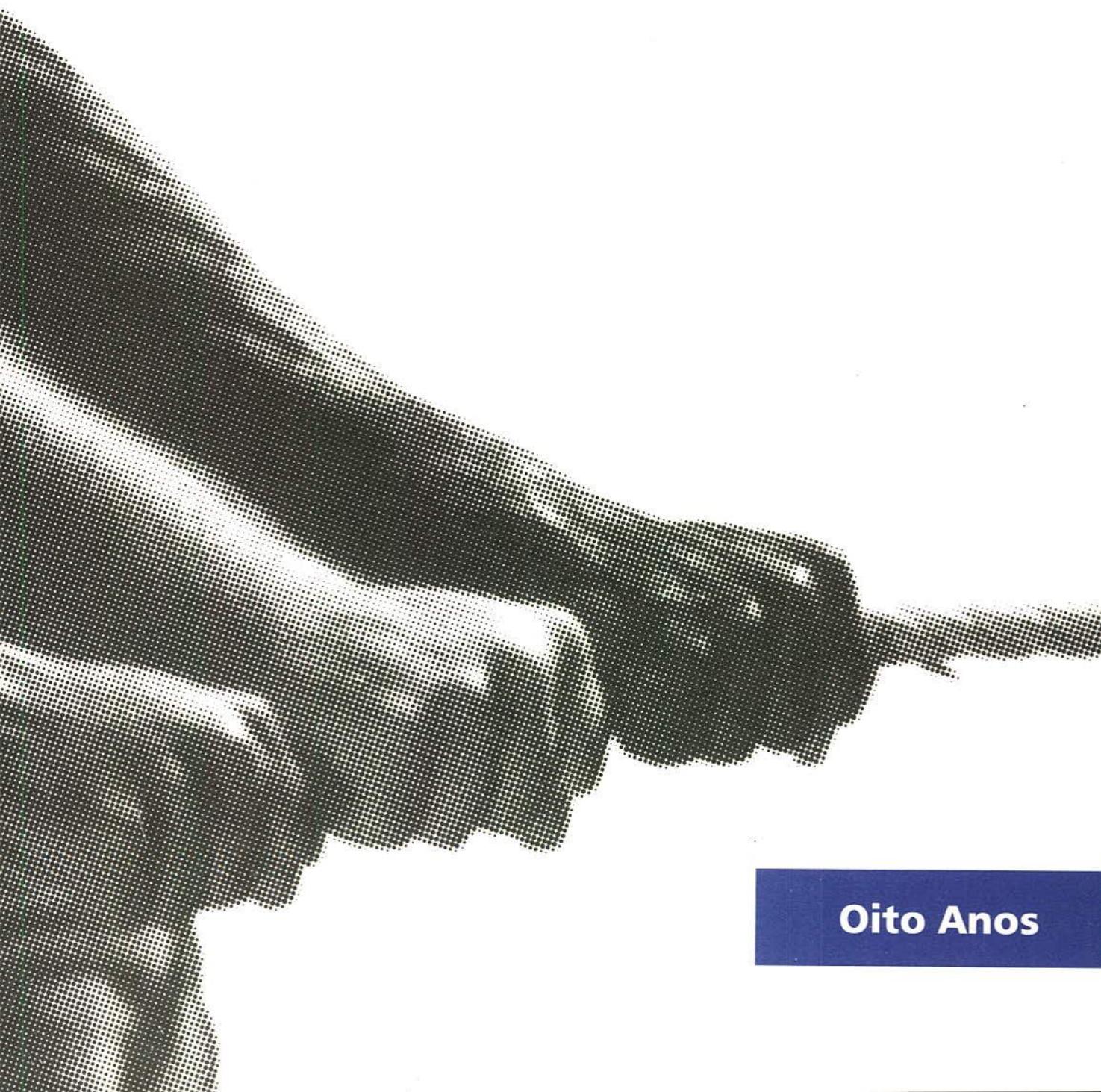
O ano de 2002 será de consolidação da Rede de Proteção Social. A expansão do uso do cartão eletrônico no pagamento dos benefícios e o cadastramento único das famílias beneficiárias devem propiciar um salto de qualidade na gestão desses programas.

O agravamento da criminalidade coloca na ordem do dia as propostas de reestruturação e integração dos órgãos de segurança nos três níveis de governo, assim como a modernização dos procedimentos da Justiça criminal.

Sei que estes e outros desafios nos encontrarão juntos, o Presidente da República e o Congresso Nacional. Juntos, como sempre estivemos, no cotejo das nossas diferenças e na busca do consenso que possibilita as decisões.

Brasília, 15 de fevereiro de 2002.

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República



Oito Anos

Oito anos de estabilidade, desenvolvimento e conquistas sociais

As reformas estruturais empreendidas pelo Brasil desde o Plano Real são um processo em aberto. Seus desdobramentos ainda se estenderão por vários anos à frente. Seus resultados presentes, no entanto, já permitem fazer pelo menos duas constatações. Primeiro, por bastante que se debata o rumo geral e cada passo das reformas, sua importância é indiscutível: elas marcam um ponto de inflexão, o encerramento de uma fase e o começo de outra no desenvolvimento econômico, social e político do País. Segundo, o saldo das mudanças, com todas as dificuldades e sacrifícios envolvidos, tem sido amplamente favorável para a maioria dos brasileiros.

Para colocar na perspectiva correta os avanços feitos pelo Brasil nestes oito anos, é preciso levar em conta as dificuldades do ponto de partida, assim como as que se puseram no caminho.

No começo da década de 1990, o Brasil vivia um quadro de estagnação econômica prolongada, inflação galopante, agravamento dos problemas sociais e desarticulação política. Além de comprometer o potencial de desenvolvimento futuro do País, esse quadro lançava uma sombra de frustração sobre a grande conquista do passado recente que fora a retomada da democracia. Esta não era, obviamente, a causa dos nossos graves problemas sociais e econômicos; alguns deles vinham do período autoritário anterior, outros tinham raízes em séculos de formação colonial e escravista da sociedade brasileira. Mas o jogo político democrático tampouco se mostrava capaz de encaminhar soluções para esses problemas ou de ao menos evitar seu agravamento.

A queda da inflação foi um começo impactante, mas foi só o começo da virada dada pelo Brasil nessa situação. A espiral inflacionária não decorria de um acúmulo mais ou menos fortuito de problemas conjunturais. Ela tinha causas estruturais ligadas ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e à crise do Estado centralizador e intervencionista que presidiu esse modelo até o começo da “década perdida” de 1980. A fim de descortinar um horizonte de estabilidade duradoura, crescimento sustentado e melhoria das condições sociais, o Brasil teria que virar essa página da história e empreender as reformas necessárias para pôr de pé um novo tipo de Estado e um novo modelo de desenvolvimento.

Esse foi o pressuposto da concepção e implementação do Plano Real. Foi também o eixo da candidatura presidencial de Fernando Henrique Cardoso e tem sido o fio condutor das iniciativas do Governo.

O balanço apresentado nesta Mensagem busca refletir, tanto a amplitude das realizações do Governo desde 1995, quanto sua consistência com a agenda das reformas. Ele mostra como, num prazo

curto, enfrentando condições externas desfavoráveis, o Brasil conseguiu refazer os termos de sua participação na economia mundial e transformou-se de um país fechado, quase autárquico, numa economia relativamente aberta, aumentando o dinamismo do seu mercado interno e o vigor da sua base produtiva. Enquanto isso, sobre as ruínas do Estado intervencionista, um novo tipo de Estado começa a ganhar corpo, mais democrático, aberto às demandas da sociedade e ao escrutínio público, voltado para regulação dos mercados, a coordenação estratégica dos investimentos públicos e privados e a universalização dos direitos sociais assegurados pela Constituição.

Mas há uma questão singela que, do ponto de vista do cidadão comum, antecede a discussão sobre o que o Governo fez ou deixou de fazer. A cada um interessa saber, antes de mais nada, o que houve com sua própria vida e com o País nesse período. Afinal o Brasil melhorou ou piorou? Disso tratam as páginas seguintes, com base num amplo conjunto de indicadores econômicos e sociais. A resposta que salta dos dados é francamente positiva: o Brasil mudou e mudou para melhor, tanto do ponto de vista das condições de vida dos brasileiros quanto da capacidade da economia nacional de sustentar de maneira continuada essa melhoria.

Eis os fatos.

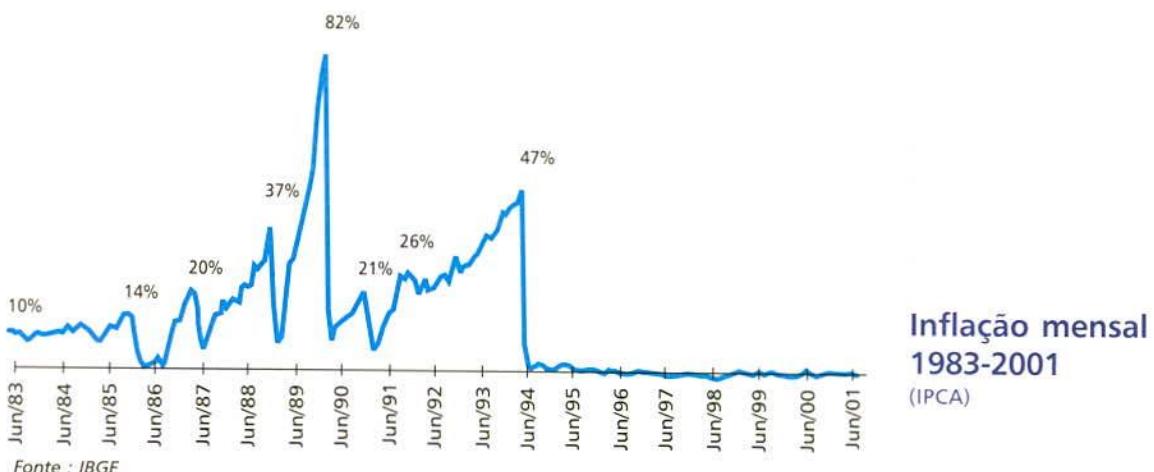
O real derrota o flagelo da inflação

1994

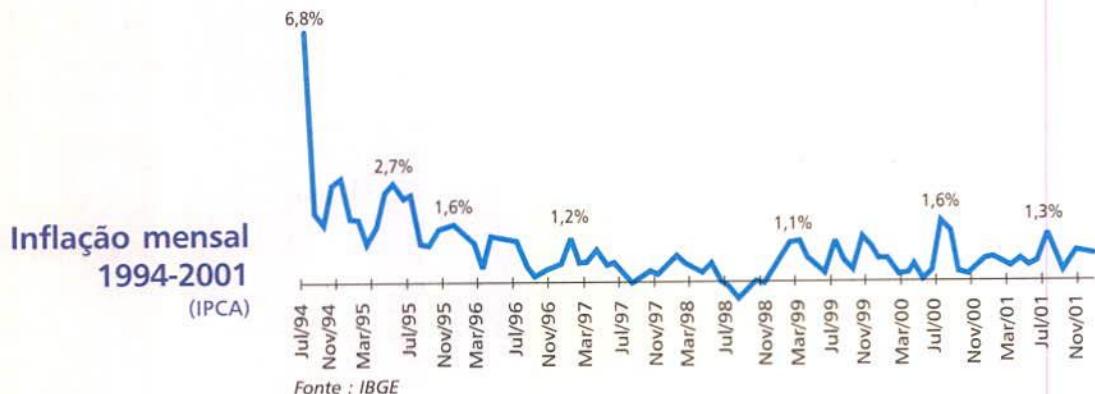
Em junho, a inflação mensal era de 47%, com tendência de alta. A média mensal da inflação nos dez anos anteriores era de 22%.

2001

Em dezembro, a inflação mensal foi de 0,65%, com tendência de baixa. A média mensal da inflação com o real fica em 0,8%



A inflação era um problema crônico no Brasil. Com o fracasso de sucessivos planos de estabilização antes do Plano Real, ela se tornou volátil: cada vez mais suscetível a acelerações, com efeitos devastadores sobre a vida das famílias, das empresas e do governo. Chegou a 14% mensais em janeiro de 1986, às vésperas do Plano Cruzado; a 20% em junho de 1987, às vésperas do Plano Bresser; a 37% em janeiro de 1989, às vésperas do Plano Verão; a 82% em março de 1990, às vésperas do Plano Collor I; a 21% em janeiro de 1991, às vésperas do Plano Collor II; a 47%, em junho de 1994, às vésperas do Plano Real.



A partir do Plano Real, entre 1995 e 1998, a inflação convergiu rápida e persistentemente para níveis característicos de países desenvolvidos. De uma taxa anualizada de mais de 10.000%, ela caiu para perto de zero no fim do período. Isso foi fundamental para que o Brasil conseguisse sepultar os mecanismos formais e informais de indexação que realimentavam a espiral inflacionária.

A desvalorização do real em relação ao dólar em janeiro de 1999, ao contrário do que se temia, não provocou a volta da inflação nem lançou o País em recessão. Além das respostas adequadas da política fiscal e monetária, a desindexação e a abertura da economia haviam mudado estruturalmente o comportamento das empresas e consumidores. A estabilidade tinha fincado raízes.

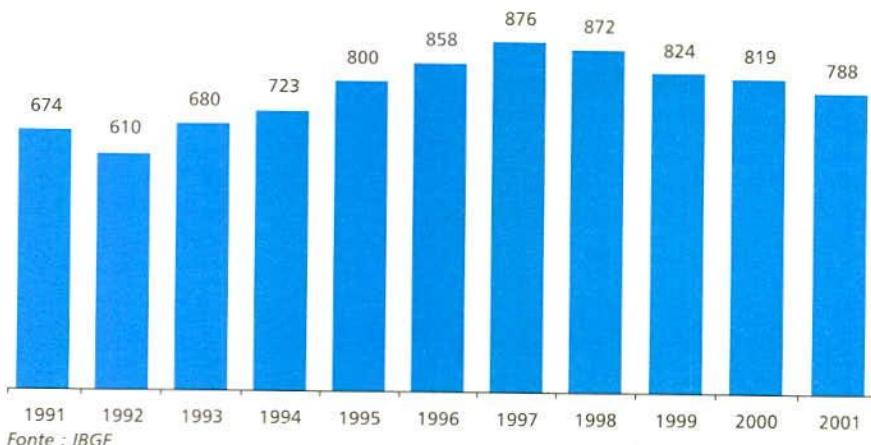
O fim da superinflação descomprime a renda dos trabalhadores

1994

A inflação disparada corroía a renda dos trabalhadores. O rendimento médio mensal do trabalho fica estagnado nos três primeiros anos da década. Começa a se recuperar em 1994 a partir do Plano Real

2001

O rendimento médio dos trabalhadores desde 1995 fica 27% acima do começo da década de 1990. A maior parte dos ganhos do real são preservados, apesar da desvalorização em 1999.



Fonte : IBGE

Rendimento do trabalho

(média mensal em R\$ de dez/2001)

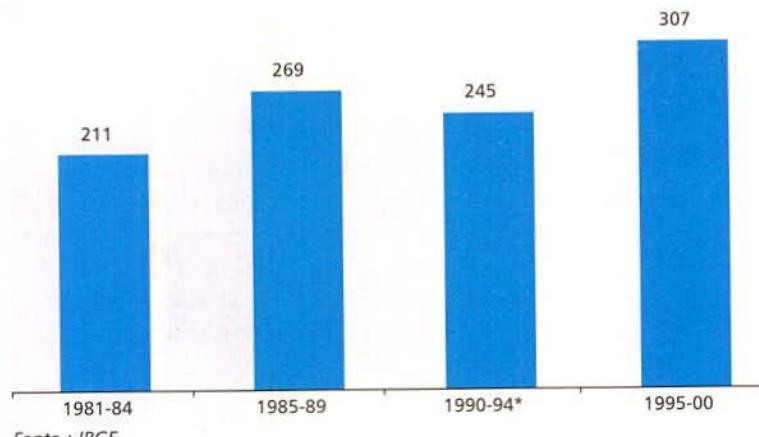
Os ricos e remediados defendiam-se da inflação por meio de múltiplas formas de indexação de contratos e ativos financeiros e de aplicações em ativos reais. A erosão do valor da moeda atingia mais fortemente a renda dos trabalhadores e, em geral, dos mais pobres, que não dispunham dessas defesas. A inflação funcionava, assim, como um imposto socialmente perverso, invisível e violentamente regressivo.

Nos dois primeiros anos do Plano Real, o rendimento dos trabalhadores aumentou fortemente graças à queda persistente da inflação e à expansão do emprego. Depois, manteve-se relativamente estável até o final de 1998. Teve perdas nos últimos três anos, sob o impacto da desvalorização cambial e da retração da atividade econômica. Mesmo assim, na média de 1995 a 2001 o rendimento mensal dos trabalhadores chega a R\$ 834, contra R\$ 655, em 1991 a 1993, com um aumento real de 27%.

Renda domiciliar

per capita

(média mensal em
R\$ de 1999)



A renda das famílias também respondeu positivamente à estabilização e à aceleração da atividade econômica. Na média de 1990 a 1994, a renda domiciliar *per capita* ficou 9% abaixo dos cinco anos anteriores. Na média de 1995 a 2000, ela regista um crescimento de 25% sobre a primeira metade da década de 1990.

O salário mínimo acumula ganhos reais

1994

O salário mínimo perdia a corrida contra a inflação. De 1990 a 1994, seu valor real ficou abaixo da média da década de 1980.

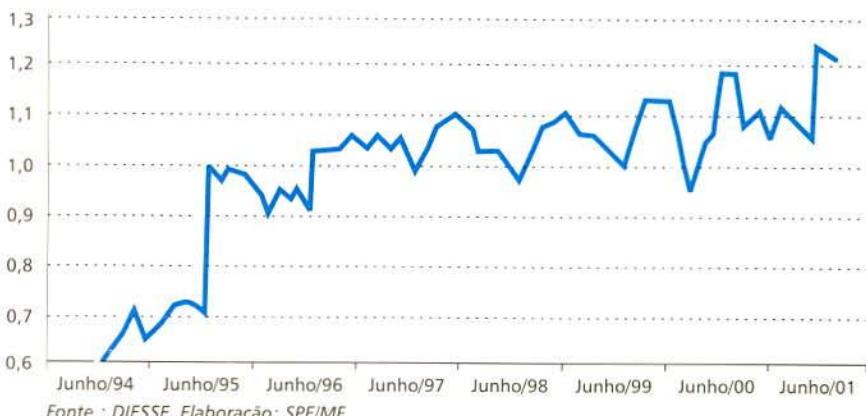
2001

O salário mínimo acumula ganhos de 27% desde 1994 e se aproxima dos níveis de 1957 e 1959, os mais elevados desde sua criação.



Fonte : IPEA, *Texto para Discussão nº 839. Miguel N. Foguel, Lauro Ramos e Francisco Carneiro, The Impacts of the Minimum Wage on Labor Market, Poverty and Fiscal Budget in Brazil.* (Outubro de 2001).

Salário mínimo real
(médias anuais,
deflacionadas pelo
IPC-FIPE, em R\$
de abr. 2000)



Fonte : DIESE. Elaboração: SPE/MF

**Salário mínimo /
cesta básica**

O efeito positivo da estabilização é ainda mais marcante quando se compara a evolução do salário mínimo com o custo da cesta básica. Nesse caso, o ganho desde a introdução do real chega a quase 100%. A estabilidade da moeda elimina, além disso, as violentas reduções do valor real do salário mínimo no intervalo dos reajustes nominais, que tinham um impacto duríssimo sobre as condições de subsistência das famílias mais pobres.

O salário mínimo nacional tem uma importância limitada no mercado de trabalho, especialmente das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, onde o salário médio dos trabalhadores em geral e o salário inicial de contratação dos empregados com carteira assinada têm patamares mais elevados. Ele mantém a importância, no entanto, como instrumento de política social. Treze milhões de aposentados e pensionistas do INSS, incluindo 6,5 milhões da área rural, recebem o salário mínimo. No âmbito da assistência social, 1,3 milhão de pessoas têm benefícios equivalentes ao salário mínimo. Em muitas localidades pobres no interior do Brasil, o pagamento desses benefícios é fundamental para a subsistência de toda a família dos beneficiários e para a economia local.

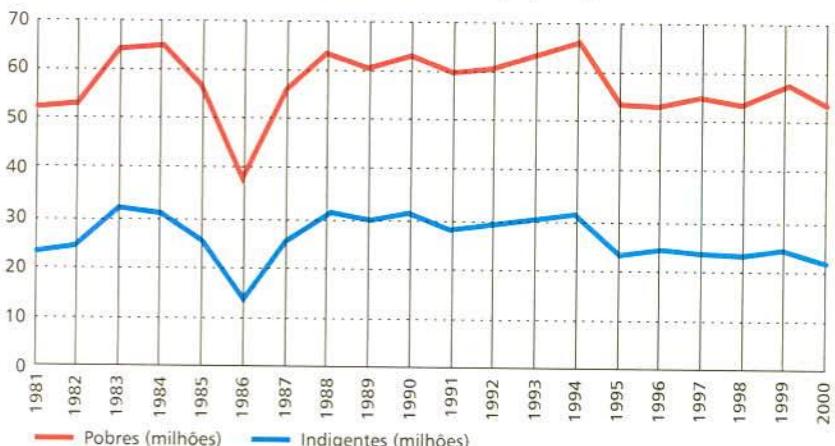
Doze milhões ultrapassam a linha de pobreza

1992

Estagnação e inflação disparada agravavam a miséria secular no País. Mais de 40% dos brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza.

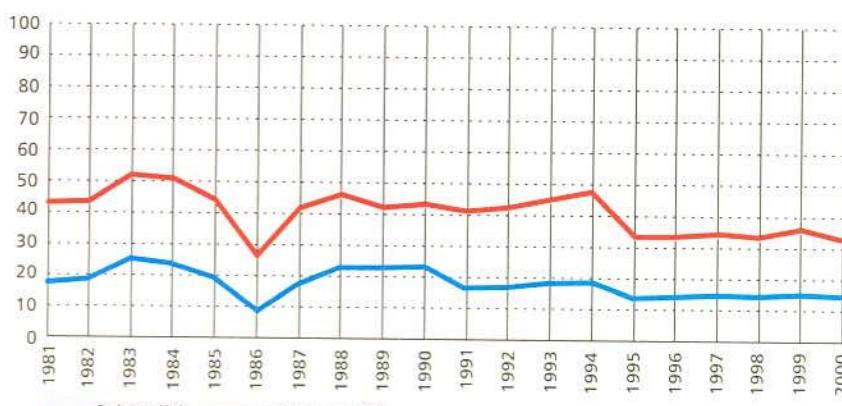
1999

O contingente de pobres teve uma forte redução a partir do Plano Real e mantém-se estável no fim da década em torno de 30% da população.



População
abaixo da linha
da pobreza
(milhões)

Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE. 1991, 1994 e 2000: estimativas DISOC/IPEA



População
abaixo da linha
da pobreza
(% do total)

Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE. 1991, 1994 e 2000: estimativas DISOC/IPEA

Em termos absolutos, o contingente de pobres caiu de 66 milhões, em 1994, para 53 milhões, em 1995, e manteve-se nesse patamar. Em termos relativos, descontado o crescimento da população total no período, a queda foi de sete pontos percentuais, de 43% em 1994 para 34% em 1995. A proporção de pobres continuou a diminuir nos anos seguintes, chegando a 32% em 2000. A diminuição do número e da proporção de indigentes (incluídos no contingente de pobres) foi ainda mais significativa. Ao contrário do que aconteceu com o Plano Cruzado em 1986, o alívio da pobreza a partir do Plano Real não foi efêmero, mas sustentado e aprofundado por um conjunto consistente de medidas econômicas e programas sociais.

Os brasileiros alimentam-se melhor e moram melhor

Produção de alimentos

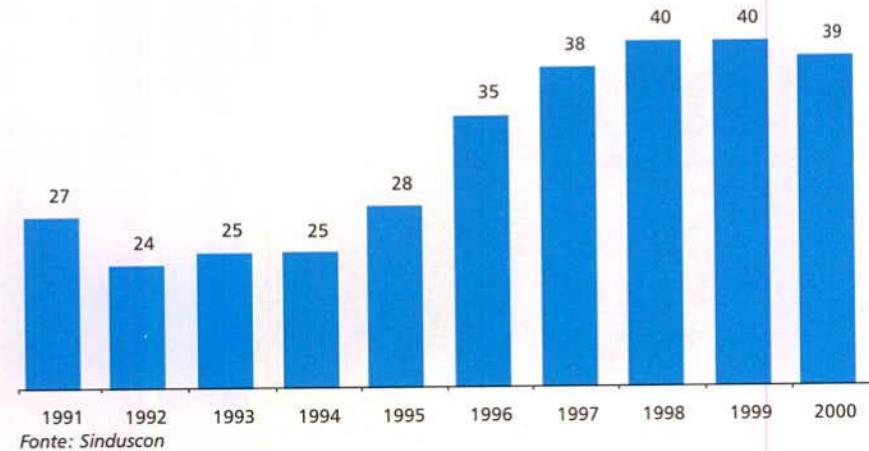
(crescimento 1994-2000)

Frango	86%
Carne suína	57%
Carne bovina	35%
Iogurte	82%
Queijo	41%
Refrigerante	106%
Cerveja	75%
Biscoitos	51%

Fonte: ABIA

Consumo de cimento

(milhões de toneladas)

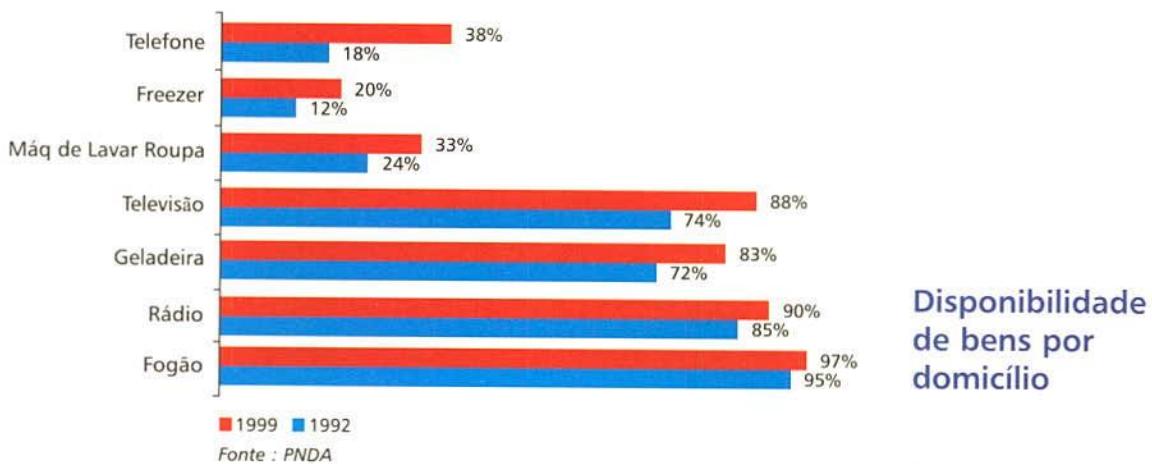


Fonte: Sinduscon

A melhoria da renda a partir da estabilização da moeda repercutiu diretamente no consumo popular, liberando o potencial do mercado interno que permanecia reprimido pela inflação.

De 1994 para 2000, os números da indústria de alimentos apontam um aumento substancial das fontes de proteína (carnes e derivados de leite) na dieta dos brasileiros. O frango foi considerado uma espécie de "herói do real", distinção que continua a merecer diante de um crescimento da produção de 86% até 2000. O iogurte fica pouco atrás, com um crescimento de 82%. A produção de refrigerantes mais do que dobrou no período. Descontado o aumento das exportações, principalmente de frango, essa extraordinária expansão atendeu à demanda reprimida nas camadas de baixa renda.

O consumo de cimento, que caíra na década de 1980 e permanecia estagnado no início da década de 1990, começou a se recuperar em 1995 e deu um salto em 1996. A média do período 1995 a 2000 ficou 45% acima da de 1991 a 1994. Grande parte da expansão deve-se ao "consumo formiga" de famílias que puderam construir ou melhorar suas casas.



O acesso a bens de consumo duráveis também se massificou. A proporção de lares com telefone mais do que dobrou de 1992 a 1999, refletindo tanto a melhora da renda quanto a expansão dos serviços de telefonia e o barateamento da assinatura básica depois da privatização. A disponibilidade de eletrodomésticos mais sofisticados, como freezer e máquina de lavar roupa, também deu um salto. A disponibilidade de itens básicos como televisão, rádio e geladeira caminha para se universalizar.

Toda criança na escola

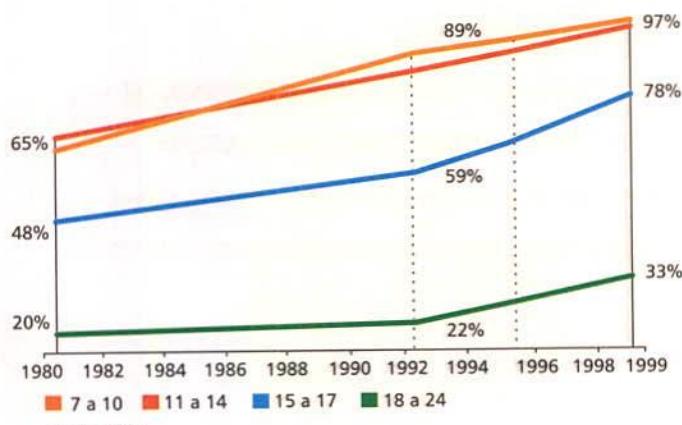
1994

O sistema escolar seguia uma curva inercial de crescimento. A escolarização das crianças de 7 a 14 anos, no começo da década de 1990, aumentava em ritmo inferior ao da década anterior.

1999

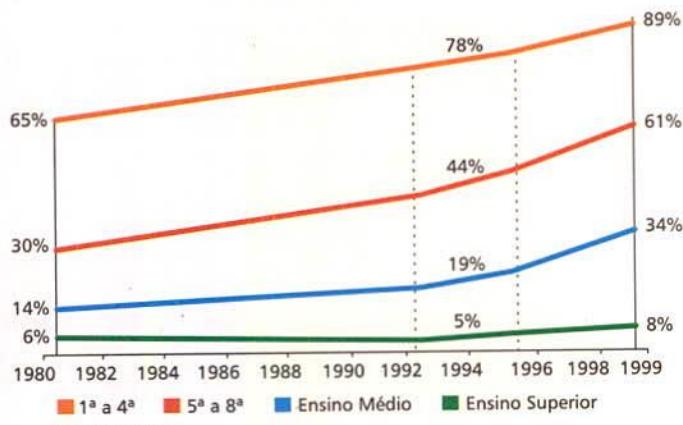
A expansão do sistema se acelerou em todas as faixas. O ensino fundamental aproxima-se da universalização. A matrícula no ensino médio tem um crescimento exponencial.

**Atendimento
escolar por idade**
(% da população)



Fonte: INEP

**Escolarização
líquida**
(% da população)



Fonte: INEP

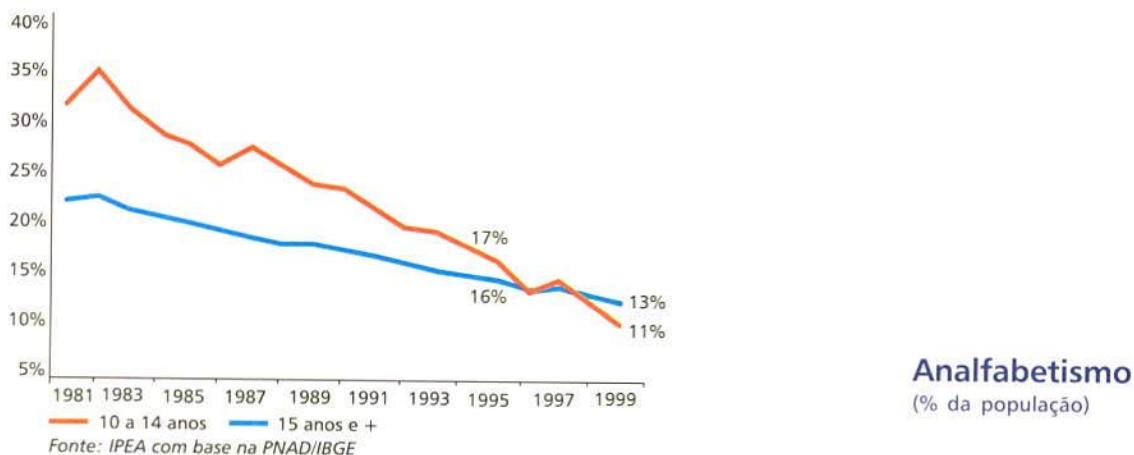
Em 2002 o Brasil deve alcançar a meta de ter todas as crianças na escola. A disponibilidade de vagas deixou de ser, em geral, um obstáculo. Trata-se agora de levar as famílias mais pobres e vulneráveis a usar as vagas disponíveis e manter os filhos na escola. O **Programa Bolsa-Escola** responde a esse desafio. Ele chegou a 4,8 milhões de famílias com 8,2 milhões de crianças em 2001; deve atender a 5,8 milhões de famílias com 10,7 milhões de crianças em 2002. É o impulso que faltava para a universalização do ensino fundamental.

	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	5.147.964	333.605	2.315.890	231.571	1.351.772	915.126
1997	3.679.793	238.759	1.696.430	179.611	958.111	606.882
1998	3.907.252	247.618	1.949.274	206.916	871.606	631.838
1999	3.843.266	236.191	1.908.211	221.395	873.308	604.161
1999/1995	-25%	-29%	-18%	-4%	-35%	-34%

Crianças de 5 a 15 anos ocupadas

O trabalho infantil recua na medida em que o atendimento escolar avança. De 1995 a 1999, o número de crianças de 5 a 15 anos ocupadas na produção caiu 25%, de 5,1 milhões para 3,8 milhões.

Vencida a barreira do acesso, o foco se volta para a melhoria da qualidade do ensino e para a expansão do ensino médio. Altas taxas de repetência e defasagem idade por série eram sintomas da qualidade insatisfatória do ensino. A aceleração do crescimento da escolarização líquida (a proporção de crianças e jovens matriculados nas séries correspondentes à sua faixa etária) mostra que esse desafio começa a ser enfrentado com êxito no ensino fundamental. Em decorrência, o acesso ao ensino médio expandiu-se a mais de 12% ao ano, em termos de escolarização líquida, de 1995 a 1999.



A expansão do atendimento escolar em todas as faixas etárias repercutiu na alfabetização. De 1995 a 1999, o analfabetismo na população adulta (de 15 anos e mais) caiu de 16% para 13%. A queda acelerou-se um pouco, para 0,6 ponto percentual por ano, contra 0,5 ponto percentual por ano nos quatorze anos anteriores. Já na população infantil (de 10 a 14 anos) a diminuição do analfabetismo teve uma forte aceleração. A taxa caiu de 17% em 1995 para 11% em 1999, o que corresponde a uma redução de 1,5 ponto percentual por ano, contra 1 ponto percentual no período anterior. Mantido esse ritmo, o analfabetismo infantil estará erradicado do Brasil dentro de cinco anos.

A escolarização vence barreiras da desigualdade

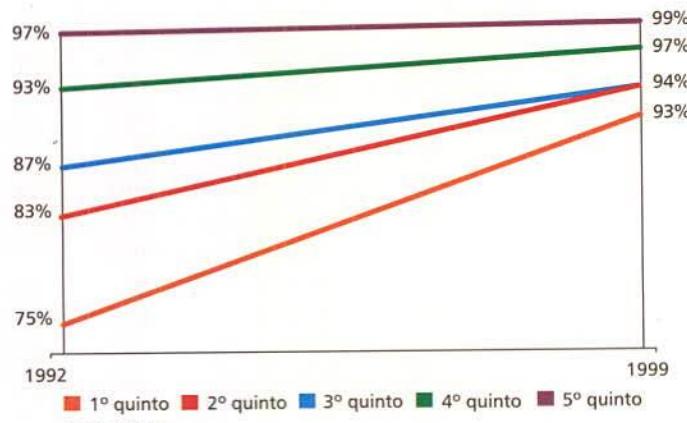
1992

A distribuição do déficit escolar por faixa de renda, raça e região era um retrato das desigualdades no País, ao mesmo tempo em que concorria para perpetuar essas desigualdades.

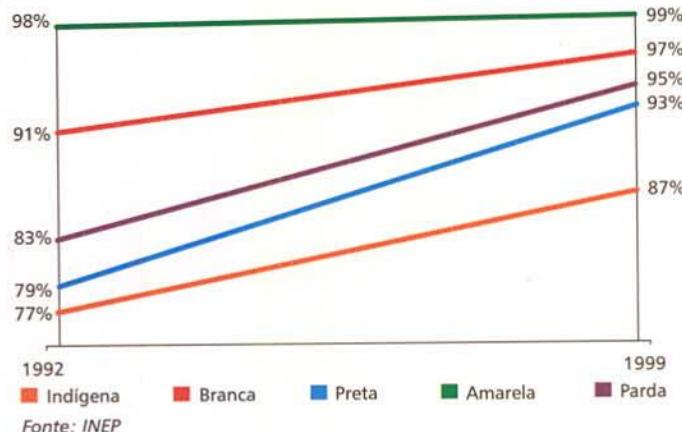
1999

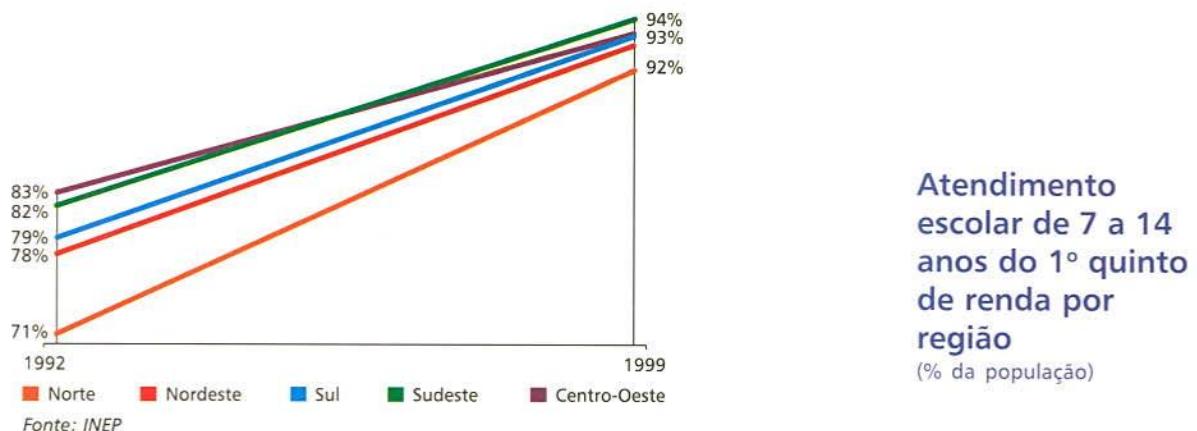
A universalização do atendimento alcança as crianças mais pobres, as negras e pardas e as das Regiões Norte e Nordeste. A escola tornou-se uma porta aberta à inclusão social.

Atendimento
escolar de 7 a 14
anos por quintos
de renda
(% da população)



Atendimento
escolar de 7 a 14
anos por raça
(% da população)



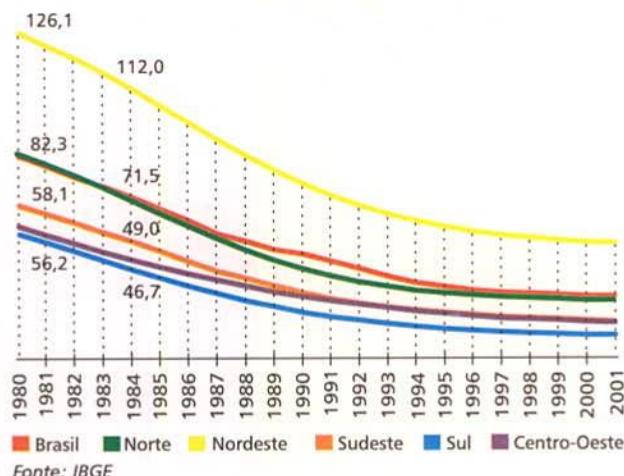


A convergência das curvas de atendimento escolar das crianças de 7 a 14 anos por renda, raça e região dá uma visão nítida de diminuição das distâncias sociais no Brasil. De 1992 a 1999, a diferença das crianças mais pobres para as mais ricas diminuiu de 22 para 6 pontos percentuais. A diferença das crianças negras para as brancas diminuiu de 19 para 6 pontos; das pardas para as brancas diminuiu de 15 para 4 pontos. A diferença da Região Norte para o Sudeste diminuiu de 11 para 2 pontos; do Nordeste para o Sudeste diminuiu de 4 para 1 ponto percentual.

A distribuição mais equilibrada de oportunidades educacionais ataca um ponto nevrálgico da engrenagem de reprodução da miséria e da desigualdade.

Diminui a mortalidade, aumenta a expectativa de vida

Mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)

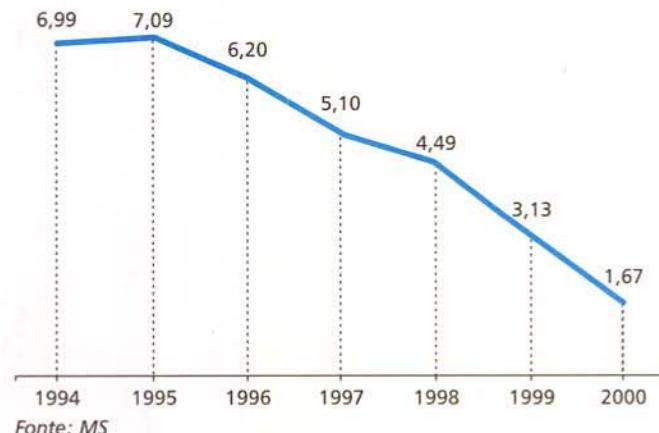


Fonte: IBGE

A mortalidade infantil manteve a trajetória de queda. Na média do Brasil, diminuiu de 82 por mil nascidos vivos em 1980 para 41 por mil, em 1995, e para 33 por mil, em 2001. A diferença da Região Nordeste para a média nacional, que era de mais de 44 pontos em 1980, diminuiu para 18 pontos no fim do período.

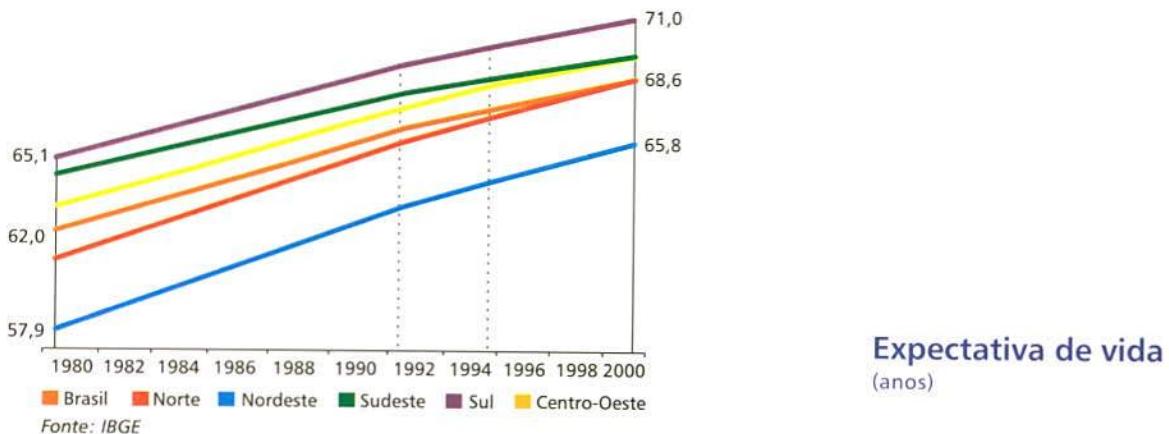
O movimento de internações hospitalares pelo SUS mostra uma redução acentuada da mortalidade materna, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, que até 1995 apresentavam os piores índices do País. Na média nacional, a taxa cai de 37,4 óbitos por 100 mil internações obstétricas em 1995 para 29,3 por cem mil em 2000, uma redução de 22%.

Mortalidade por AIDS óbitos por 100 mil habitantes



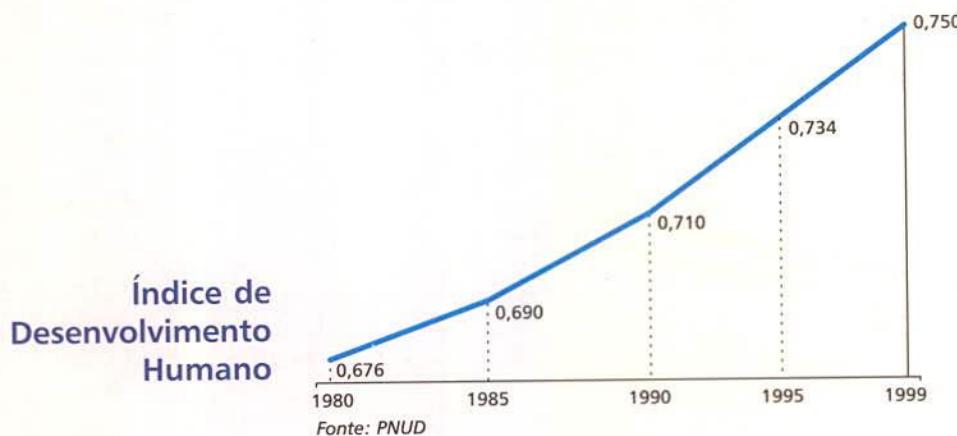
Fonte: MS

A projeção catastrófica que se fazia no começo da década de 1980 sobre o avanço da AIDS no Brasil não se confirmou. A diminuição da mortalidade é marcante a partir de 1995, graças às campanhas de prevenção e à distribuição gratuita de medicamentos específicos pela rede pública de saúde.



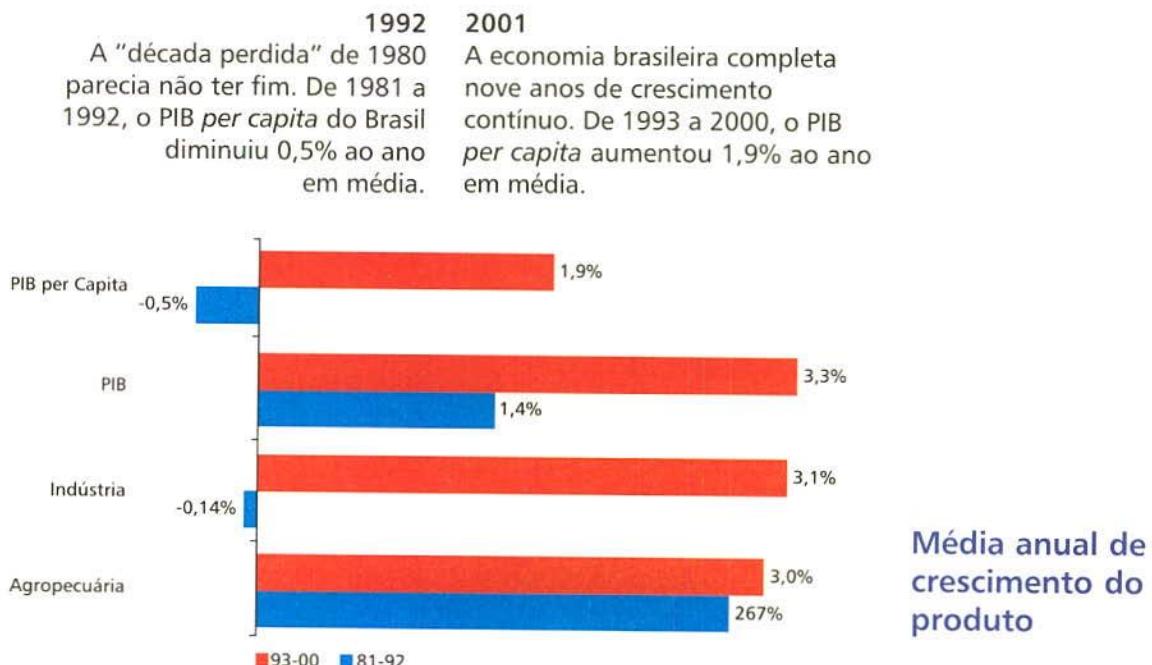
A expectativa de vida do brasileiro aumentou 2,3 anos de 1992 até o fim da década. É sensível, também aqui, a convergência do Nordeste para a média nacional: a diferença diminuiu de menos 7% para menos 4%.

Desenvolvimento com face humana



O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que sintetiza os principais indicadores sociais segundo critérios adotados pelas Nações Unidas, mostra uma melhora consistente ao longo de toda a década de 1990. Não só as condições sociais do Brasil melhoraram, mas o ritmo do avanço foi maior do que na década anterior.

O desempenho da economia sustenta os avanços sociais



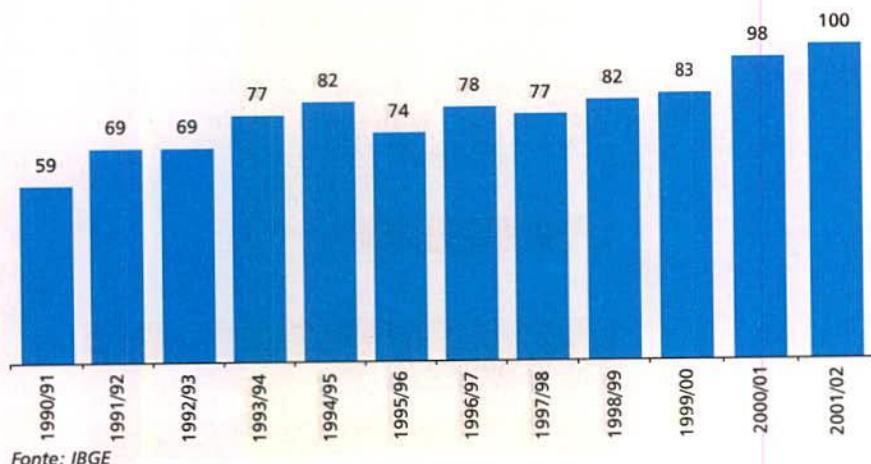
De 1981 a 1992, o crescimento da economia brasileira foi lento, em média de 1,4% ao ano, e, ademais, foi extremamente irregular: houve cinco anos em que o PIB registrou queda. De 1993 a 2000, o crescimento acumulado foi de 30%, com uma média anual de 3,3%. Em nenhum ano houve queda do PIB, embora o crescimento tenha sido pequeno em 1998 e 1999.

A indústria encolheu de 1981 a 1992, com uma queda média anual do produto de 0,14%. Desde 1993, ela recuperou o dinamismo e foi o grande motor da economia, com uma expansão média de 3,1% ao ano. Isto mostra a capacidade de resposta da indústria brasileira ao desafio da abertura comercial e aos estímulos representados por estabilização, privatizações e entrada de investimentos estrangeiros.

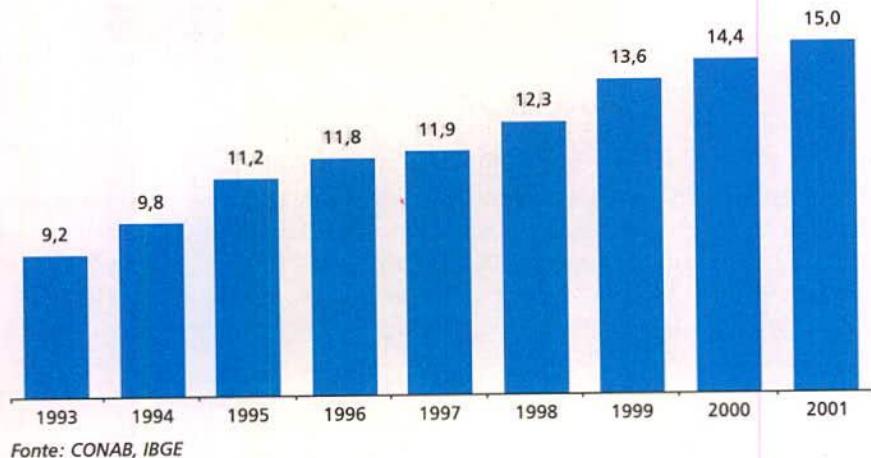
A agropecuária também aumentou seu ritmo de crescimento, de 2,6% para 3%. Com isso ela contribuiu expressivamente para estabilização dos preços, geração de divisas e expansão da economia.

A produção agropecuária bate recorde

Produção de grãos
(milhões de toneladas)



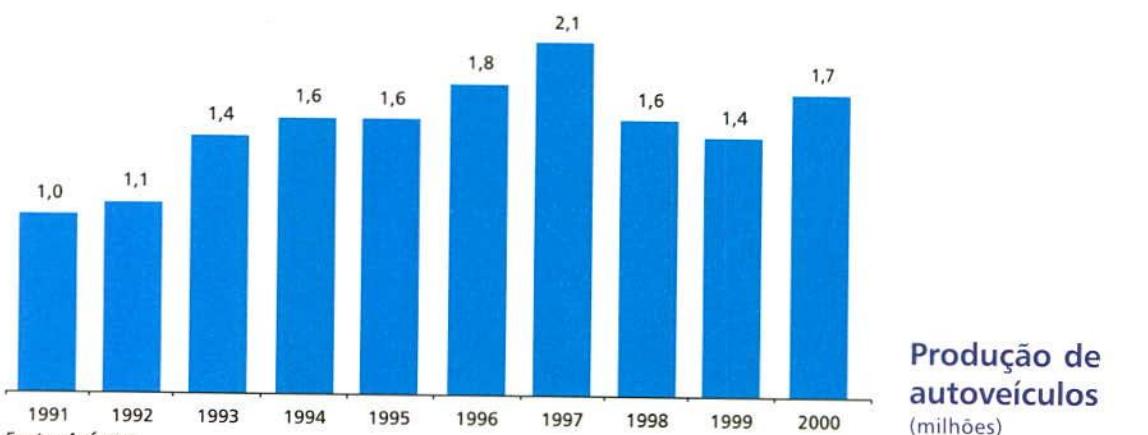
Produção de carnes
(milhões de toneladas)



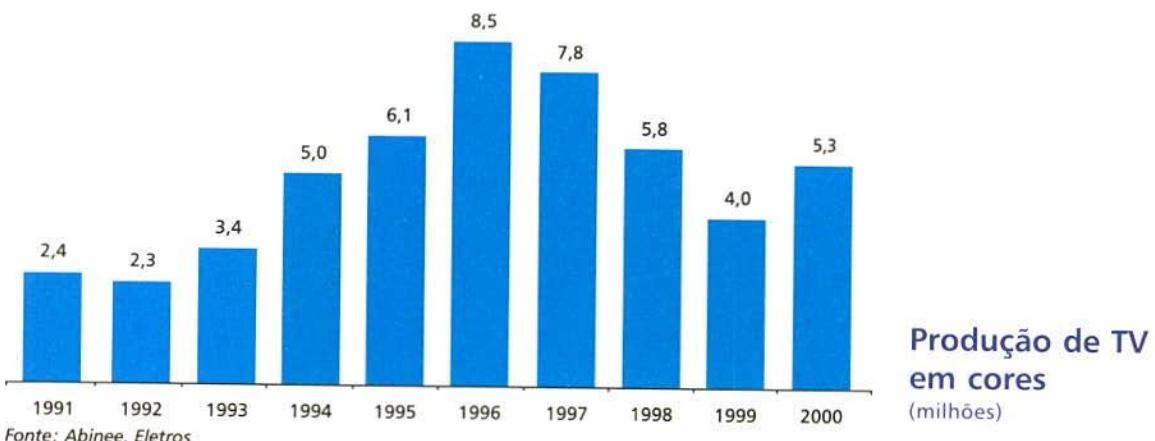
A produção de grãos saltou de patamar duas vezes desde 1993: na safra de 1994/1995, a primeira depois do Plano Real, passou a marca dos 80 milhões de toneladas; na safra de 2001/2002, deve ultrapassar a dos 100 milhões de toneladas. O crescimento em relação a 1992/1993 é de 46%.

A produção de carne bovina, suína e de aves aumentou 68% de 1993 a 2001, impulsionada tanto pela expansão do consumo interno como pelas exportações, com as quais o Brasil se firma como um dos grandes fornecedores mundiais.

A indústria dá saltos de volume e qualidade



Fonte: Anfavea



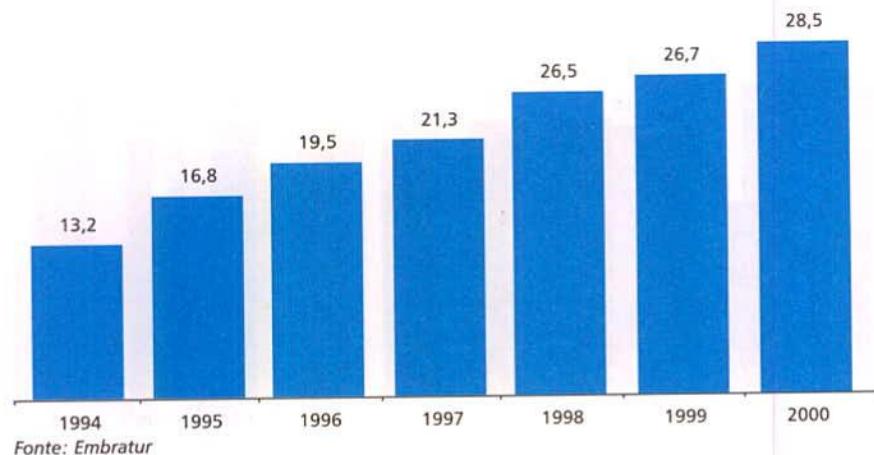
Fonte: Abinee, Eletros

O gasto menor com alimentos e a recuperação do acesso ao crédito impulsionaram o consumo de bens duráveis. A despeito da maior abertura às importações, essa expansão da demanda foi atendida basicamente pela indústria local, cuja oferta se ampliou e diversificou graças à própria abertura e à reestruturação da economia. Alguns itens tiveram uma acentuada queda de preços. Houve uma melhora generalizada na qualidade e atualização tecnológica dos produtos.

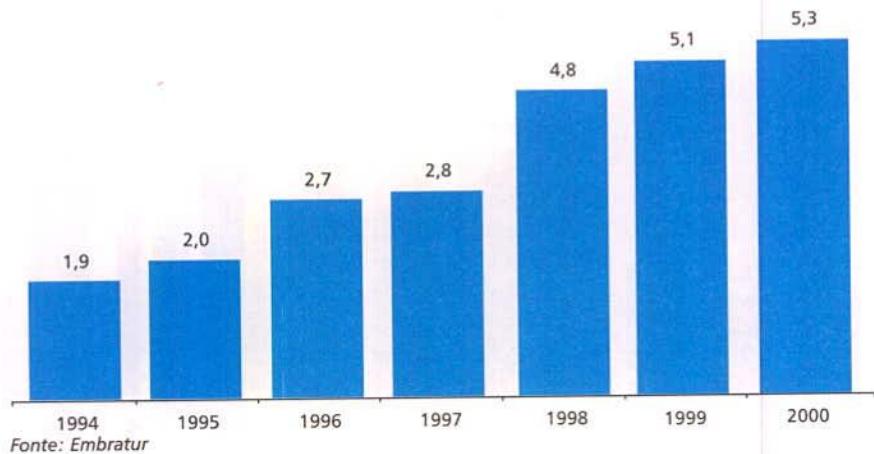
É nítida a mudança de patamar no volume de produção de veículos e aparelhos de televisão. De 1991-1993 para 1994-2000, a média anual da produção de veículos aumenta 46%; a de TVs em cores aumenta 124%.

O Brasil desperta para o turismo organizado

**Passageiros de
vôos domésticos**
(milhões)



**Entrada de turistas
estrangeiros**
(milhões)



A modernização produtiva alcança o setor de serviços. O Brasil começa finalmente a aproveitar seu enorme potencial turístico. De 1994 a 2000, o desembarque de passageiros de vôos domésticos aumentou 116%, de 13,2 milhões para 28,5 milhões. A entrada de turistas estrangeiros no País aumenta 187%, de 1,9 milhão para 5,3 milhões.

	1994	1999	99/94
Alojamento	551	769	40%
Alimentação	1.342	2.181	63%
Agências de viagens	109	127	17%
Transporte rodoviário regular	421	531	26%
Transporte aéreo regular	181	111	-39%
Transporte aéreo não regular	15	8	-45%
Total	2.619	3.728	42%

Fonte: RAIS. Elaboração: Embratur. Dados estimados a partir dos dados RAIS/MTE e população empregada com carteira de trabalho expandindo para PEA (IBGE).

Número de empregados por atividade turística (milhares)

A expansão da indústria de turismo ocasiona forte geração de empregos, principalmente nas atividades de alojamento e alimentação. De 1994 a 1999, número estimado de empregados no setor aumentou 42%, de 2,6 milhões para 3,7 milhões.

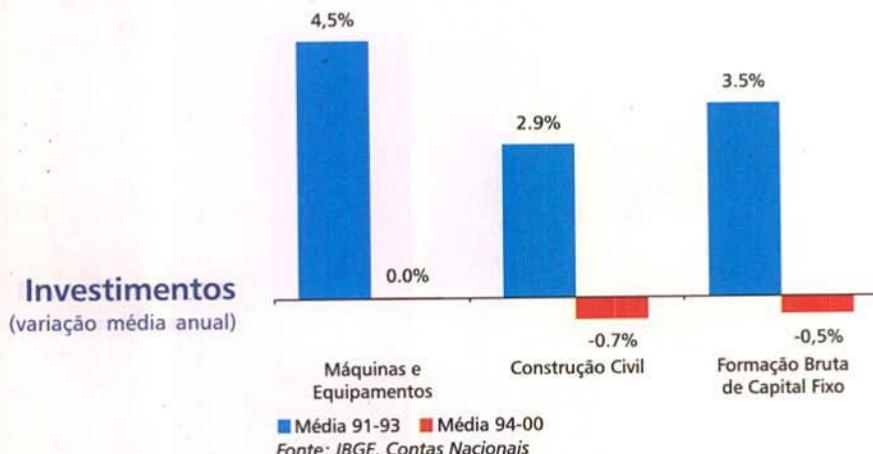
A retomada do investimento garante a continuidade da expansão

1993

O processo inflacionário reprimia os investimentos. A formação de capital atingiu seu nível mais baixo em décadas no começo dos anos 1990, limitando a capacidade de crescimento futuro da economia.

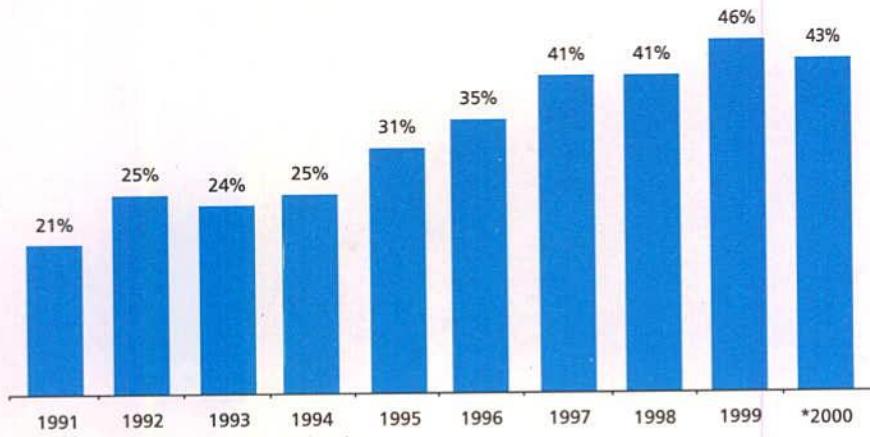
2000

A expansão dos investimentos e a modernização do setor produtivo garantem a continuidade do crescimento da economia, com estabilidade e distribuição de renda.

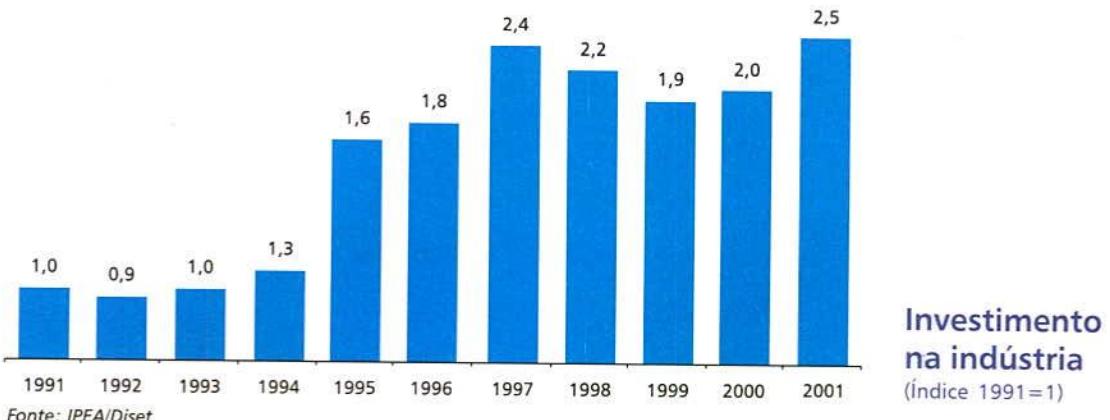


A formação bruta de capital fixo, que caiu 0,5% ao ano na média de 1991 a 1993, tem um crescimento de 3,5% ao ano na média de 1994 a 2000. Todos os componentes da formação de capital contribuíram para esse resultado, em especial o consumo de máquinas e equipamentos, que aumentou 4,5% ao ano no período. A construção civil cresceu em média 2,9% ao ano desde 1994.

Importação/
consumo aparente
de máquinas
e equipamentos



A importação de máquinas e equipamentos contribuiu fortemente para a modernização das empresas. O coeficiente de penetração dos bens de capital importados sobre o consumo aparente aumentou de 24% na média de 1991 a 1993, para 43% na média de 1997 a 2000.



A retomada do investimento no setor industrial é marcante. Na média de 1995 a 2000 ele apresenta uma expansão de 87% sobre a média de 1991 a 1994.

Os investimentos estrangeiros voltam ao Brasil

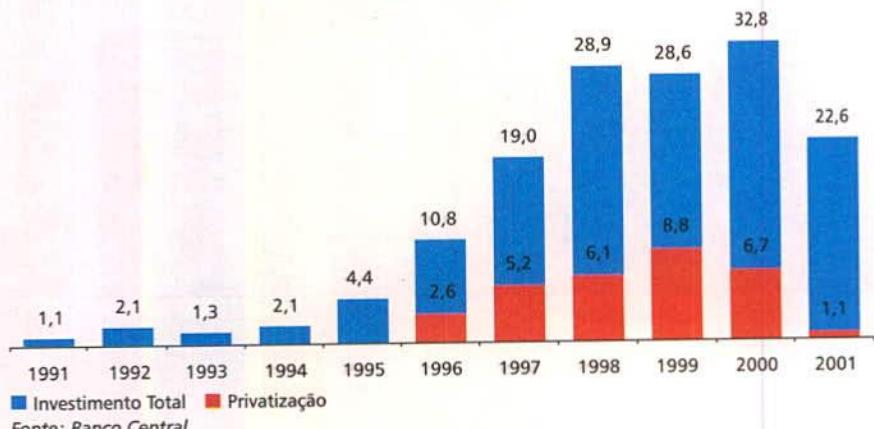
1993

Os investimentos diretos estrangeiros mantinham-se longe do Brasil, como ficaram toda a década de 1980. O ingresso anual ficava pouco acima de US\$ 1 bilhão.

2001

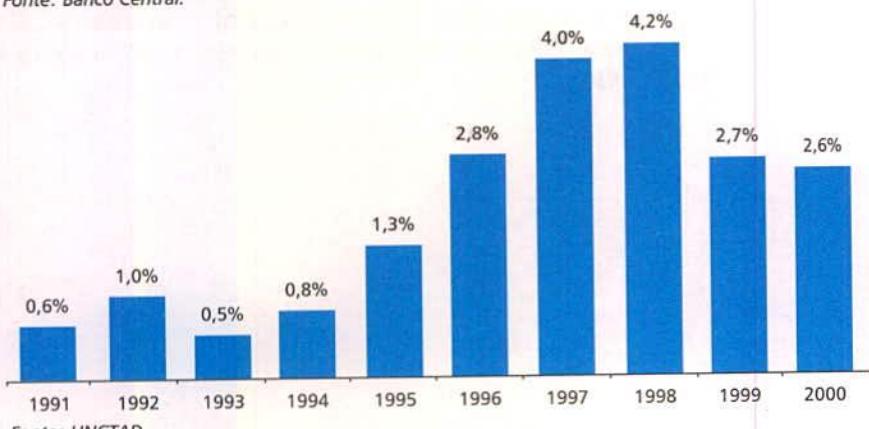
O ingresso anual de investimentos diretos estrangeiros dá um salto a partir do Plano Real. A média anual de 1994 a 2001 é treze vezes maior do que no começo da década.

Entrada de investimentos diretos
(US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central.

Participação do Brasil no fluxo mundial de investimentos diretos



Fonte: UNCTAD

Desde 1996, o Brasil só é superado pela China como principal destino dos investimentos estrangeiros diretos entre os países emergentes. De US\$ 1,3 bilhão em 1993 a entrada de investimentos diretos saltou para US\$ 33 bilhões em 2000. Em 2001, apesar de todas as dificuldades externas e da crise de energia, chegou a US\$ 22,6 bilhões. Os investimentos estrangeiros têm tido um papel importante na modernização da estrutura produtiva do país, seja pela compra de empresas preexistentes, seja com novos empreendimentos. Apenas uma pequena parte desses investimentos dirigiu-se para as privatizações. Ao contrário do que acontecia quando a economia era fechada, o novo ciclo de ingresso de investimentos estrangeiros traz para o Brasil tecnologias de produto e de processo de padrão mundial. Em alguns setores, verifica-se a transferência de parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

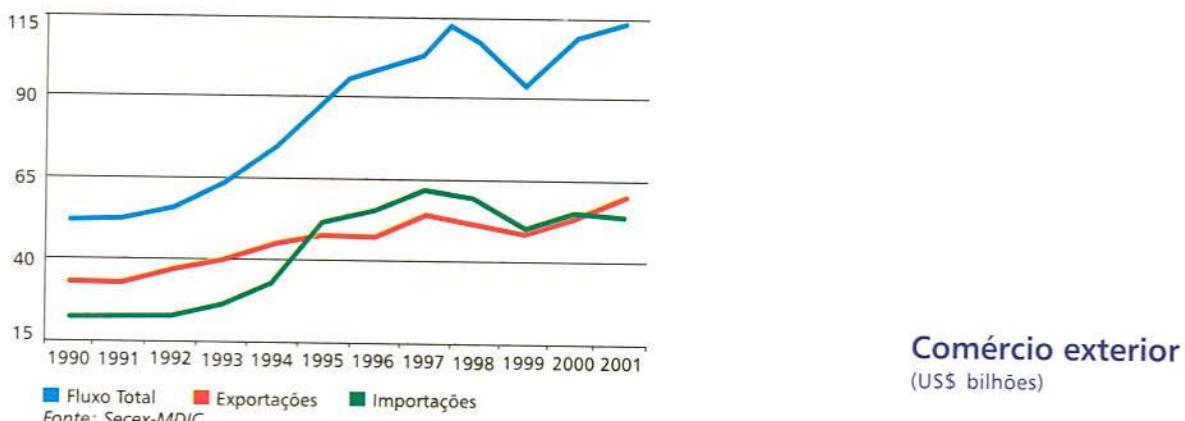
Um novo patamar de participação no mercado mundial

1992

A economia brasileira permanecia fechada, à margem da expansão do comércio internacional. Saldos comerciais positivos dependiam da compressão das importações por barreiras protecionistas e pela estagnação da demanda interna.

2001

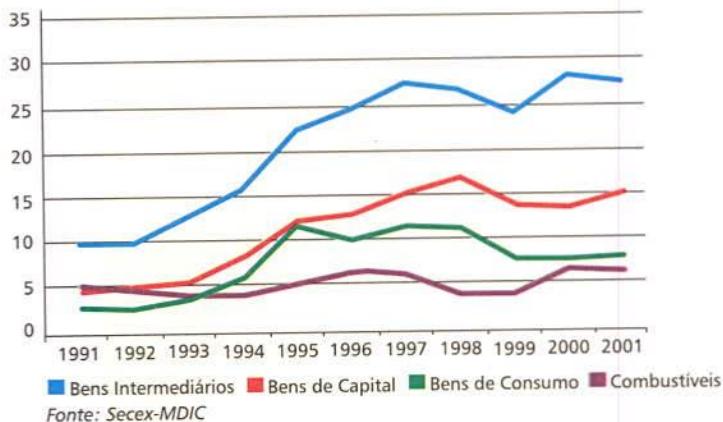
O fluxo de comércio exterior de 1995 a 2001 é quase o dobro do registrado no começo da década de 1990. Ao final do período, a balança comercial volta a apresentar saldos positivos



Refletindo a maior integração do País à economia mundial, o fluxo do comércio exterior brasileiro expandiu-se fortemente desde 1994. De uma corrente de comércio (exportações mais exportações) inferior a US\$ 60 bilhões anuais no começo da década, passamos a US\$ 106 bilhões anuais na média de 1995 a 2001.

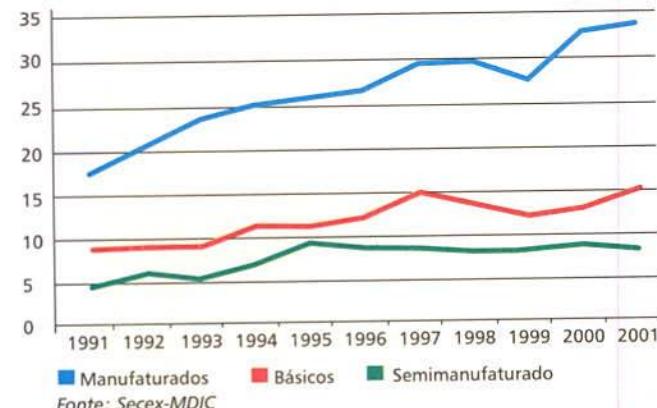
Desde 1993, a expansão do comércio exterior foi impulsionada principalmente pelas importações, levando à formação de déficits comerciais a partir de 1995. Após a adoção do regime de câmbio flutuante, em janeiro de 1999, há uma sensível mudança nessa tendência. De um déficit de US\$ 6,6 bilhões em 1998, com crescimento praticamente nulo da economia, passa-se a uma situação próxima do equilíbrio em 2000, com uma expansão do PIB de 4,5%. Em 2001, o Brasil obteve um superávit comercial de US\$ 2,6 bilhões, para uma expansão do PIB estimada em 2%.

Importações por categoria de uso (US\$ bilhões)

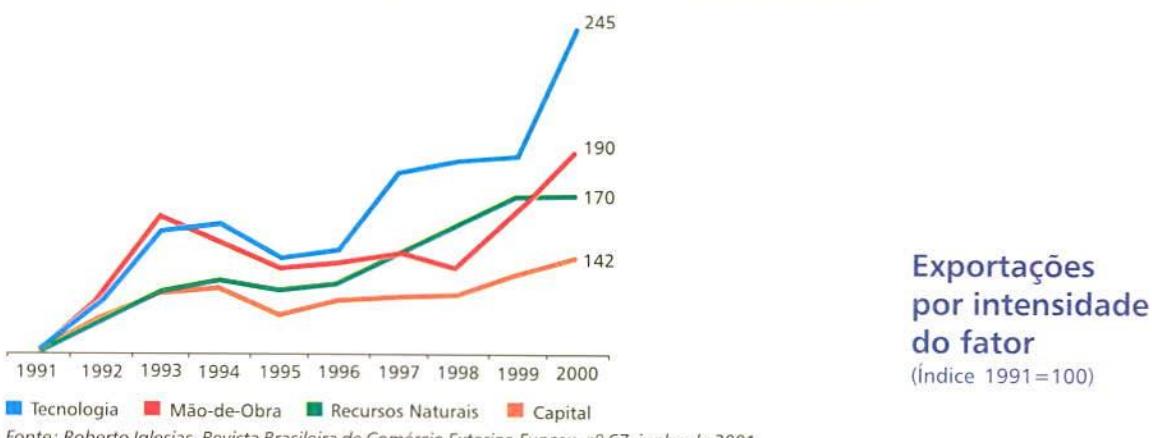


Nos primeiros anos da abertura comercial, a partir de 1993, houve uma expansão generalizada das importações. A partir de 1995, essa expansão se concentra nos bens intermediários e bens de capital, estreitamente associados ao investimento doméstico.

Exportações por classe de produto (US\$ bilhões)



As exportações, quando decompostas por classe de produto, mostram um crescimento relativamente homogêneo. Contrariando a tese de que a abertura comercial levaria à desindustrialização do Brasil, a participação dos manufaturados na pauta de exportações se manteve. Na média de 1995 a 2001, foi de 58%, o mesmo patamar do início da década; em 2000 chegou a 61%.



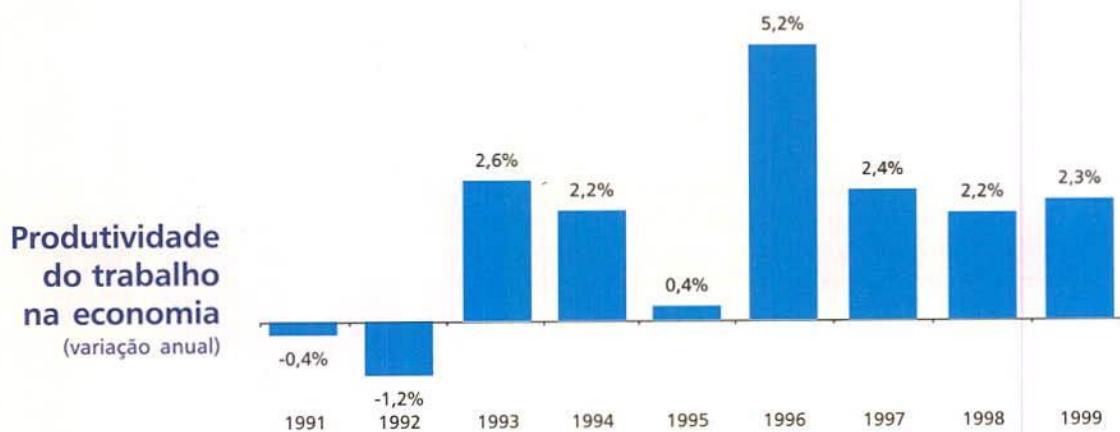
Não só o receio de desindustrialização não se confirmou, como há evidências de que os produtos de maior densidade tecnológica vêm aumentando sua participação na pauta das exportações. Um estudo da FUNCEX mostra que em 2000 as exportações intensivas em tecnologia ficaram 145% acima das de 1991, um crescimento muito mais forte do que o dos itens intensivos em mão-de-obra, recursos naturais ou capital.

Correndo para recuperar a defasagem tecnológica

1991 2001

Os índices de produtividade da economia permaneciam estacionados nos mesmos níveis da década anterior. Aumentava a distância do Brasil para os países líderes da revolução científica e tecnológica em curso no mundo.

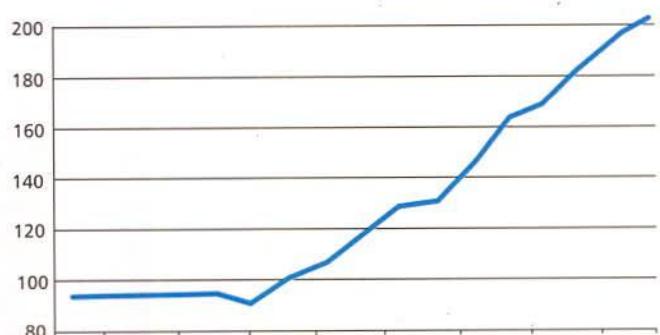
O Brasil corre para recuperar o atraso relativo em relação ao padrão mundial: ao longo da década de 1990, os índices de produtividade da economia aumentam em ritmo mais forte do que na média dos países industrializados.



Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração: IBQP-PR

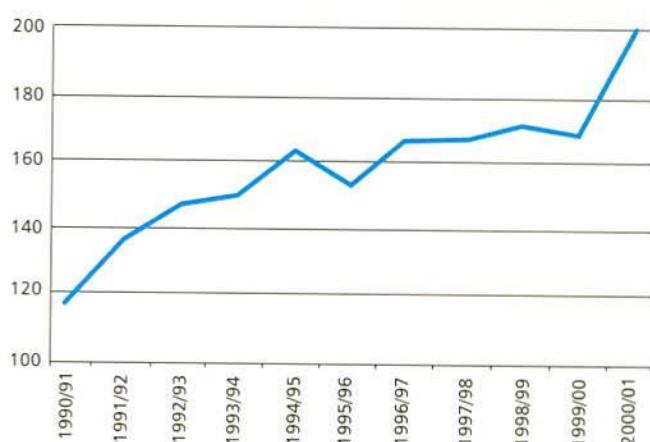
O ambiente criado pela combinação de abertura, estabilidade e privatizações resultou num expressivo e continuado aumento da produtividade do trabalho na economia brasileira, que praticamente estagnara na década de 1980. Na média de 1991 a 1992, a produtividade do trabalho no conjunto da economia diminuía 0,8% ao ano. Na média de 1993 a 1999, regista-se um aumento de 2,5% ao ano.

Produtividade física do trabalho na indústria de transformação (índice 1991=100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal. Dados até Abr/2001

Os ganhos com incorporação de tecnologia são especialmente acen-tuados na indústria de transformação, onde a produtividade física do trabalho mais dobrou desde o começo da década.

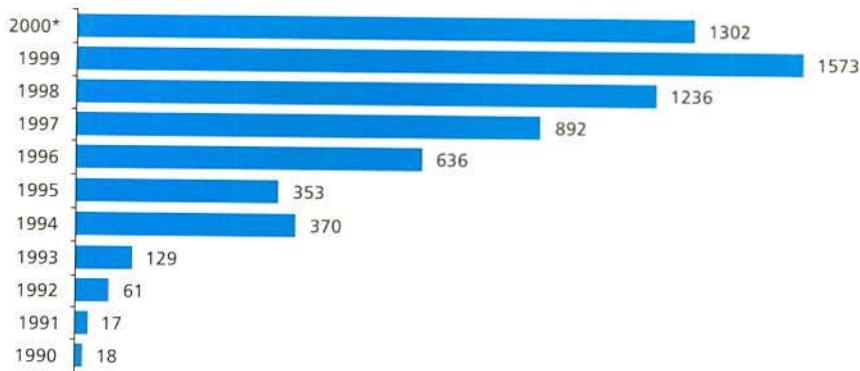


Fonte: CONAB. Elaboração: SPE/MF

Produtividade de grãos por área

(Índice 1980/1981=100)

A incorporação de tecnologia também propicia ganhos marcantes de produtividade na agricultura. O crescimento da produção de grãos na década de 1990 deu-se praticamente sem expansão da área cultivada, implicando um aumento de 69% da produtividade por área cultivada.



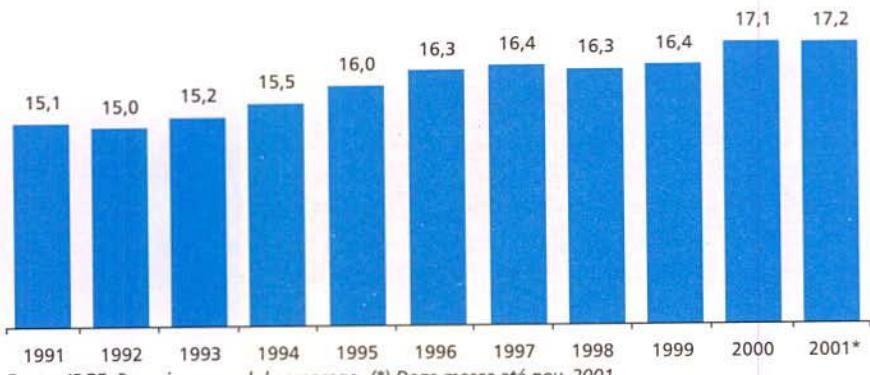
Fonte: ABNT/Inmetro. (*) Até 14 dez.

Certificação ISO 9000 no Brasil

(movimento anual)

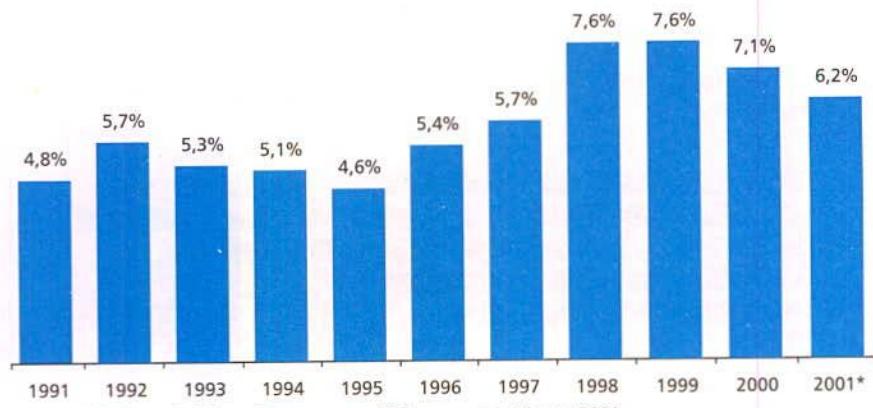
A certificação ISO 9000 é outra medida do salto dado pelo Brasil em produtividade e qualidade. O número de certificados emitidos anualmente aumenta mais de oitenta vezes desde o começo da década de 1990.

O desafio da expansão do emprego



Fonte: IBGE, Pesquisa mensal de emprego. (*) Doze meses até nov. 2001

Desemprego



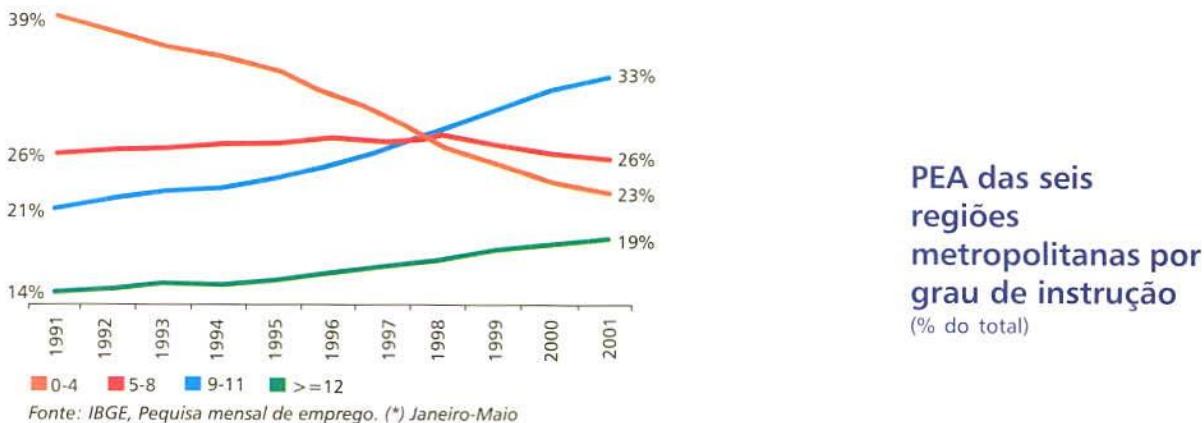
Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de emprego. (*) Doze meses até nov. 2001

De junho de 1994 a junho de 2001, a população ocupada nas seis principais regiões metropolitanas cresceu a uma taxa média de 1,6% ao ano, com a criação líquida de 1,8 milhão de novos empregos. A evolução do emprego passou por três fases nesse período. Na primeira, até outubro de 1996, houve um aumento de 1,1 milhões de pessoas na população ocupada, numa taxa 3% ao ano. Na segunda, entre outubro de 1996 e abril de 1999, sob o efeito das crises externas e da mudança do regime de câmbio, ocorreu a perda líquida de 344 mil postos de trabalho. Na terceira fase, que começa em meados de 1999, os efeitos das crises externas e da desvalorização do real são superados e o mercado de trabalho apresenta um desempenho excelente, com uma taxa de crescimento média de 4,8% ao ano. No mês de agosto de 2000, atinge-se a marca recorde de 928 mil empregos líquidos criados num intervalo de doze meses. A partir desse mês, o emprego mantém-se praticamente constante, variando apenas devido a fatores sazonais.

Da primeira para a segunda fase acima, a taxa de desemprego aumentou dois pontos percentuais, de um patamar de 5% para 7% da população economicamente ativa, com pesados custos sociais. Na

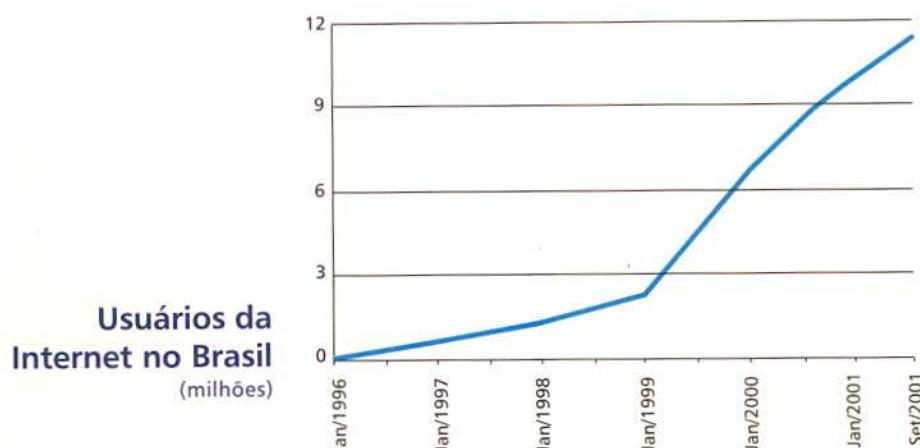
fase mais recente, a partir de meados de 1999, o desemprego vem recuando para níveis próximos de 6%.

As variações dos índices globais de emprego e desemprego foram acompanhadas por mudanças importantes na distribuição por setor e por área. Houve migração de postos de trabalho da indústria para os serviços. O emprego industrial deslocou-se das regiões metropolitanas para o interior e da Região Sudeste para as Regiões Sul e Centro-Oeste, indicando um processo de desconcentração espacial da atividade econômica.



Uma mudança menos visível, mas extremamente positiva, ocorreu na escolaridade da população economicamente ativa. De 1991 para 2001, os trabalhadores com nove anos e mais de instrução ampliaram sua participação na PEA em dezessete pontos percentuais, de 35% para 52%. Enquanto isso, a participação dos trabalhadores com até quatro anos de instrução diminuiu dezesseis pontos, de 39% para 23%. O aumento da produtividade da economia não se deu apenas pela incorporação de máquinas e processos mais modernos, mas por uma melhora substancial na qualificação dos trabalhadores.

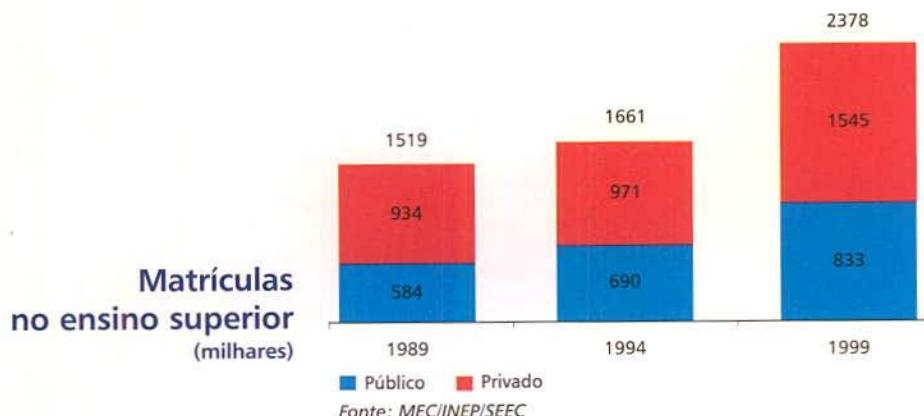
Os brasileiros preparam-se para a era da informação



Fonte: Pesquisas diversas. Elaboração: www.e-commerce.org.br

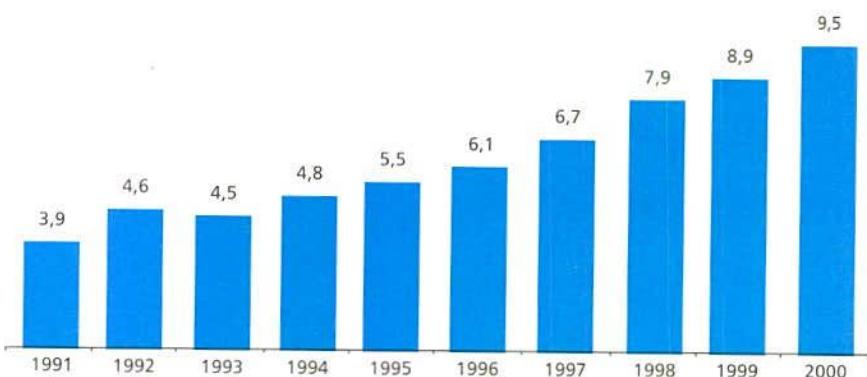
As mudanças sociais e econômicas vividas pelo Brasil a partir de 1994 coincidiram com a chegada ao País da expressão mais marcante da revolução tecnológica em curso no mundo: a Internet. O número de brasileiros com acesso à rede mundial de computadores saltou de 170 mil em janeiro de 1996 para 12 milhões em setembro de 2001.

Os brasileiros conectaram-se à Internet e ao mesmo tempo leram mais livros. De 1994 para 2000, o movimento anual de registro de títulos de livros na Agência Brasileira do *International Standard Book Number (ISBN)* aumentou 175%, de 8 mil para 22 mil títulos.



Fonte: MEC/INEP/SEEC

Os brasileiros acorrem crescentemente às instituições de ensino superior em busca da formação para lidar com os desafios e oportunidades da nova era. De 1994 a 1999, a matrícula no ensino superior aumentou, em média, 8,6% ao ano, contra uma expansão de 3,6% ao ano de 1989 a 1994. Nas instituições públicas, 143 mil novas vagas foram abertas de 1994 a 1999; nas instituições privadas foram 574 mil novas vagas no mesmo período.

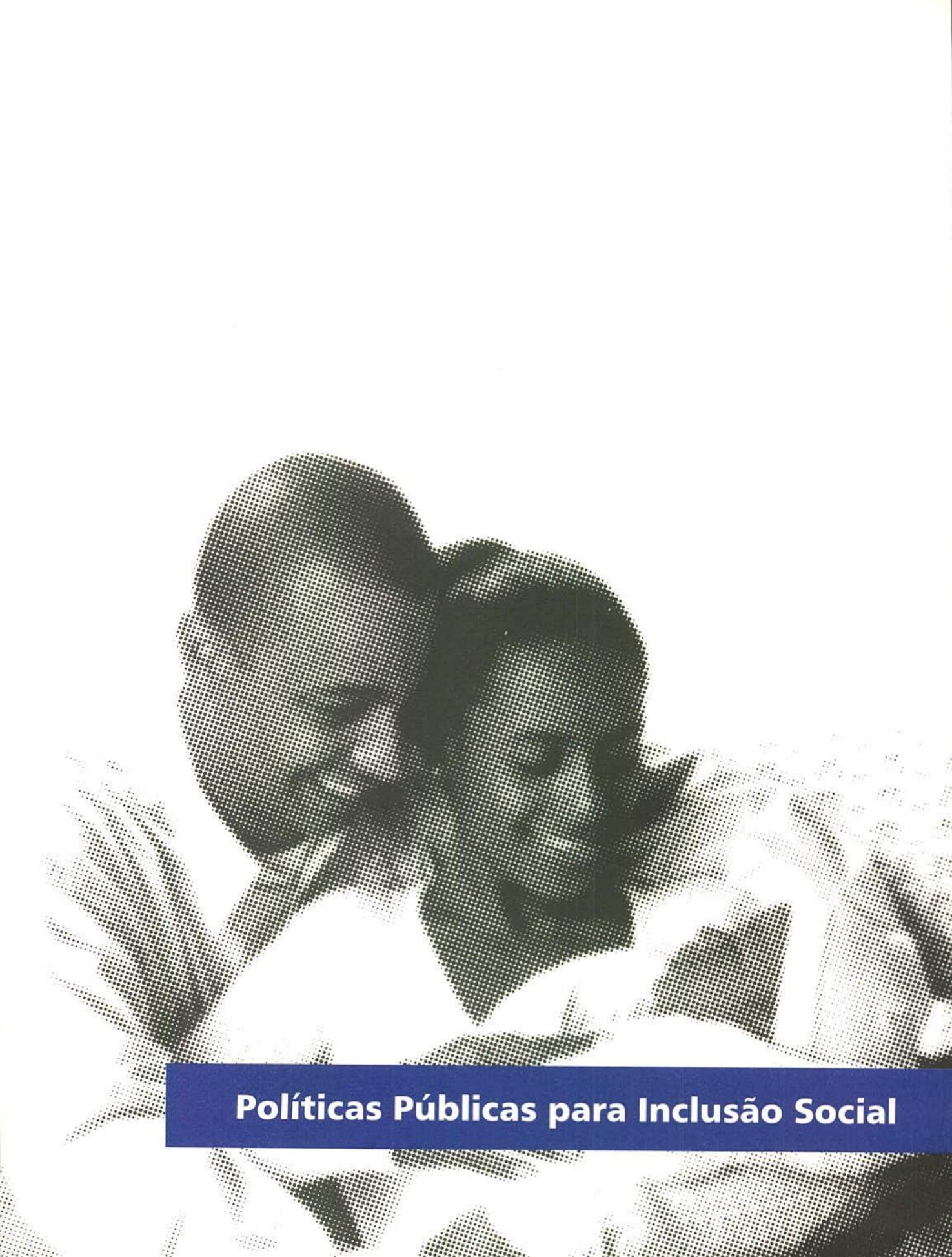


Fonte: Institute for Scientific Information (ISI). National Science Indicators.

Elaboração: Coordenação de Estatísticas e Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Artigos em periódicos científicos (milhares)

A produção de conhecimento original também dá um salto. O número de artigos de pesquisadores brasileiros publicados em periódicos científicos internacionais aumenta 97% de 1994 a 2000. No mesmo período, a presença de autores brasileiros nesses periódicos aumenta de 0,76% para 1,33% dos artigos publicados.



Políticas Públicas para Inclusão Social



Introdução

Os avanços conseguidos pelo Brasil na área social não ocorreram espontaneamente. As condições internacionais permaneceram difíceis para todos os países emergentes na segunda metade da década de 1990. Se os brasileiros melhoraram de vida, como mostram as páginas anteriores, foi graças ao seu próprio esforço – aos esforços perseverantes dos indivíduos, da sociedade civil e do Governo.

O Governo Federal contribuiu em várias frentes para esses bons resultados. O controle da inflação, tratado em mais detalhes no capítulo de política econômica desta Mensagem, foi em si mesmo uma política social com vastas consequências.

Antes do Plano Real, as tentativas de estabilização pareciam condenadas a escolher – ou hesitar – entre dois caminhos: a via expressa dos congelamentos e choques monetários, indolor à primeira vista, com efeitos rápidos, mas de curta duração; e a *via crucis* do arrocho fiscal e salarial, com resultados às vezes mais duradouros, à custa de sacrifícios nem sempre suportáveis pela sociedade. O Plano Real conseguiu aquilo que para muitos era impossível: controlar a inflação duradouramente e, *ao mesmo tempo*, elevar a renda dos trabalhadores, ativar a economia e manter o apoio da sociedade à política econômica.

Numa Exposição de Motivos sobre as medidas preparatórias do Plano Real, em dezembro de 1993, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, afirmou:

“A inflação é o mais injusto e cruel dos impostos. São os mais pobres que o pagam. Empresas e famílias de alta renda aprenderam a se defender. Têm acesso aos substitutos da moeda que a indexação e um sofisticado mercado financeiro desenvolveram nos muitos anos de convívio com a inflação elevada. Enquanto isso, os assalariados de baixa renda e a legião dos excluídos do Brasil industrial vêem deteriorar-se a cada dia o valor de seus escassos rendimentos”.

“Não há, assim, política social mais eficaz do que a queda da inflação. Combater a fome, priorizar o gasto público com programas de cunho social e aumentar sua eficiência é obrigação de um Governo – como o presidido por Vossa Excelência – comprometido com ideais de democratização e justiça social. Mas só a estabilidade de preços criará condições para o crescimento sustentado da produção e do emprego e para a distribuição de renda, permitindo preencher o abismo entre o Brasil rico, industrializado, moderno e eficiente e o Brasil miserável, de tudo desprovido”. (Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, de 7 de dezembro de 1993).

O objetivo último da política econômica foi e continua sendo a inclusão social.

“A inflação é o mais injusto e cruel dos impostos. São os mais pobres que o pagam. Empresas e famílias de alta renda aprenderam a se defender.”

Mas a estabilidade e o crescimento da economia, por seu lado, também não produziram sozinhos a melhora na situação social do País. Para isso, foram fundamentais os avanços nas políticas sociais. Esta parte da Mensagem mostra os avanços nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte, previdência e assistência social, trabalho, reforma agrária e habitação.

Desde 1995, o Brasil gastou mais e, principalmente, gastou melhor nas políticas sociais.

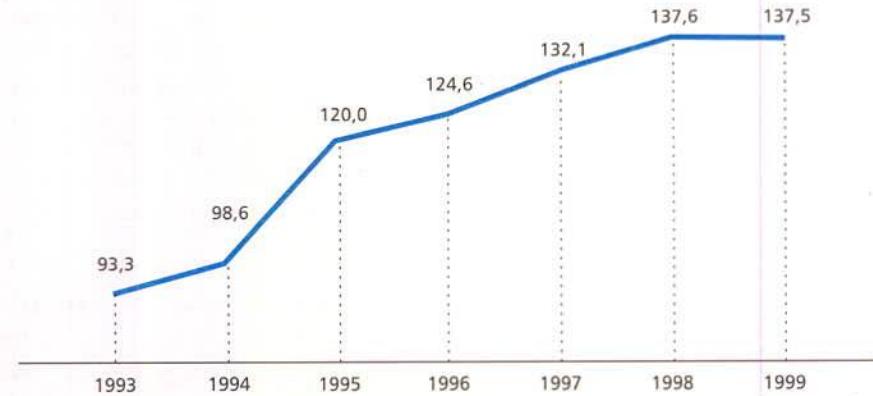
Desse balanço decorre uma constatação fundamental: *desde 1995, o Brasil gastou mais e, principalmente, gastou melhor nas políticas sociais.* As próximas páginas dão uma visão de conjunto do quanto o Governo avançou no volume e na qualidade do gasto social.

A base fiscal dos avanços sociais

A inflação disparada livrava os governantes do incômodo de cortarem gastos. A própria inflação se encarregava disso como uma tesoura invisível, mas afiada. Bastava manter o valor nominal das dotações orçamentárias e adiar os desembolsos efetivos pelo tempo necessário para reduzir seu valor real. Ninguém precisava assumir a função espinhosa de dizer expressamente “não” a algumas demandas da sociedade e “sim” a outras. Quem acabava fazendo isso eram burocratas de escalão inferior que detinham o poder – largamente discricionário e pouco transparente – de antecipar ou adiar pagamentos.

A estabilização acabou com o método inflacionário de “ajuste” do gasto público. Em consequência, o Orçamento, antes considerado uma peça de ficção, começou a ser matéria de debate político sério no Brasil.

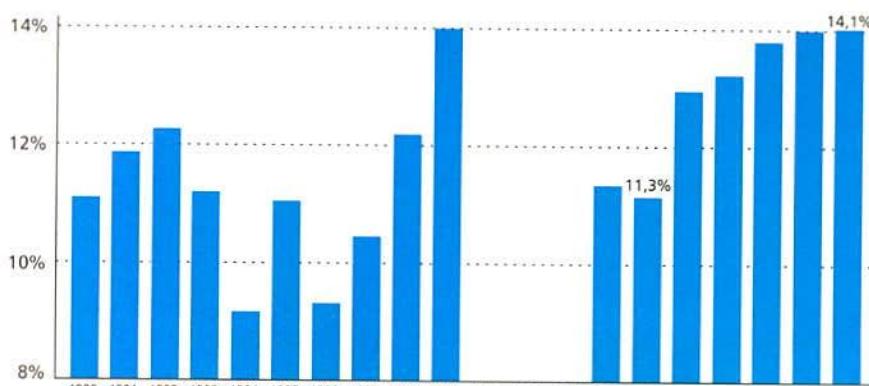
Dois diferentes estudos sobre os grandes números do gasto federal na década de 1990 não deixam dúvida sobre as prioridades em função das quais o Governo, com aval do Congresso Nacional, distribuiu os recursos orçamentários. Dois fatos sobressaem da análise da execução orçamentária. Primeiro, *o controle da inflação a partir de 1994 deu-se com expansão, e não arrocho, do gasto social.* Segundo, *os programas sociais essenciais foram preservados dos cortes de gasto.*



Gasto social do Governo Federal
(R\$ bilhões de dez. 1999)

Fonte: IPEA/DISOC, com base nos dados mensais dos sistemas SIAFI/SIDOR

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA apurou que, entre 1995 e 1999, o gasto social do Governo Federal aumentou em média 7,8% ao ano. Em 1999, ele ficou 39% acima, em termos reais, do nível de 1994.



Fonte: 1980-89: IPEA/DISOC. Fabrício Oliveira, Texto p/ Discussão nº 649, 1999. Dados de 1990-92 não disponíveis. 1993-99: IPEA/DISOC, com base nos dados mensais dos sistemas SIAFI/SIDOR.

O aumento do gasto social do Governo Federal desde 1995 superou de longe o crescimento da população e do PIB. O gasto ultrapassou os 14% do PIB em 1998-1999, contra 11,3% em 1993. É o nível mais alto dos últimos vinte anos, pelo menos. Só em 1989 ele se aproximou da marca de 1998-1999. Na média da década de 1980, exclusive 1989, ficou em 11,1% do PIB. Para possibilitar a comparação com a década de 1980, os números de 1993-1999 não incluem gastos com ciência e tecnologia nem organização agrária, que no entanto tiveram um aumento muito significativo desde 1995.

	Previdência e Assistência Social	Saúde	Educação	Trabalho	Habitação e Urbanismo	Gasto social total	Gasto federal total
1990-1994	28,4	7,1	4,3	4,5	0,1	44,5	72,4
1995-1999	62,6	15,6	9,0	5,8	0,4	93,4	139,6
Crescimento	+ 120%	+ 118%	+ 112%	+ 28%	+ 208%	+ 110%	+ 93%

Fonte: MF/SPE

Uma análise, feita pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, buscou computar de maneira mais precisa o impacto da inflação sobre o valor real dos dispêndios. Nesse caso, chega-se a uma expansão muito mais forte do gasto social a partir de 1995. A média de 1995-1999 fica 110% acima da apurada para a primeira metade da década. Os dados foram computados pelo critério de empenho liquidado, que corresponde a um estágio anterior à efetiva transferência dos recursos dos cofres federais para os fornecedores de bens e serviços. Se fosse possível construir uma série com pagamentos efetivos, o aumento teria sido ainda mais expressivo.

Entre 1995 e 1999, o gasto social do Governo Federal aumentou, em média, 7,8% ao ano. Em 1999, ele ficou 39% acima do nível de 1994.

Gasto social do Governo Federal

(% do PIB)

Gasto social federal por função do orçamento, exclusive pessoal

(Média anual em R\$ bilhões de jun.2001)

A forte expansão do gasto social, em 1995, refletiu a queda da inflação e o aumento do salário mínimo, que repercutiu diretamente nos gastos da Previdência e Assistência Social.

A forte expansão do gasto social, em 1995, refletiu a queda da inflação e o aumento do salário mínimo, que repercutiu diretamente nos gastos da Previdência e Assistência Social. Mas os gastos com saúde, educação, trabalho e habitação também registraram aumentos importantes. O gasto federal com educação não captura os avanços fundamentais trazidos pelo Fundef e, mais recentemente, pelo **Programa de Financiamento da Educação Superior para Estudantes de Menor Renda**, que não aparecem no orçamento da União. Outro estudo da Secretaria de Política Econômica também mostra como o ajuste fiscal, a partir de 1999, poupou a área social. O gasto social chegou a R\$ 150 bilhões em 1999, superior, em valores constantes, ao de 1998, e a R\$ 171 bilhões em 2000, com um crescimento real de 8%, superior à expansão do PIB.

O cômputo do gasto social inclui o gasto primário direto, as renúncias fiscais, os subsídios e os empréstimos concedidos, nas áreas de previdência social, educação, saúde, trabalho e emprego, assistência social, política fundiária, habitação e saneamento. Incluem-se também as transferências federais a estados e municípios legalmente vinculados à área de educação. Consideram-se ainda os recursos de natureza parafiscal do "sistema S" (Senai, Senac e Senae). Por gasto primário direto, entende-se o gasto com benefícios previdenciários (inclusive dos servidores federais e seus pensionistas) e com outras despesas de custeio e capital, exceto pagamento de pessoal ativo. O pagamento de pessoal ativo só foi considerado nos casos dos Ministérios da Saúde e Educação. As despesas com pagamento de benefícios não previdenciários aos servidores (auxílio alimentação, auxílio transporte etc.) também estão incluídas.

Uma terceira característica da política fiscal, que não aparece nos agregados anuais do gasto, contribuiu muito para a melhora do desempenho da área social: a partir da estabilização, com orçamentos realistas, o fluxo de recursos para os programas essenciais ganhou regularidade, tanto em termos de continuidade como de pontualidade. Os beneficiários e executores dos programas podem confiar que a despesa prevista no orçamento será executada. Acabaram os sistemáticos e desmoralizantes atrasos de pagamentos. O Sistema Único de Saúde, que era famoso pelos atrasos, está com os pagamentos de seus prestadores de serviços em dia desde 1997.

Uma estratégia de combate à pobreza

No começo da década de 1990, o Brasil gastava menos do que hoje, mas já não gastava pouco na área social. Não gastava pouco, mas gastava mal. Com prioridades erradas ou sem prioridades claras.

No começo da década de 1990, o Brasil gastava menos do que hoje, mas já não gastava pouco na área social. Na América Latina, bem poucos países gastavam, nessa área, uma parcela do PIB tão grande quanto o Brasil – algo em torno de 20%, somados os gastos da União, Estados e Municípios.

O Brasil não gastava pouco, mas gastava mal. Com prioridades erradas ou sem prioridades claras, o Estado protegia demais quem precisava menos e deixava desassistida a maioria dos realmente necessitados. Nos três níveis de Governo, uma administração

emperrada, clientelismo e corrupção consumiam grande parte dos recursos antes de chegarem aos beneficiários finais. As políticas sociais, em vez de concorrer para a superação da pobreza, acabavam fazendo parte da engrenagem de reprodução da pobreza.

Para o País começar a contar com uma estratégia social que não seja a mera distribuição residual dos frutos do crescimento pelo mercado, foi preciso corrigir prioridades e melhorar a eficiência das políticas sociais. Ainda há muito por fazer. Mas os avanços conseguidos desde 1995 já permitem visualizar uma estratégia que articula ações de vários órgãos do Governo Federal, dos Estados, Municípios e da sociedade, e as faz convergir para o objetivo de reduzir a pobreza. São elementos fundamentais dessa estratégia: a eqüidade crescente na alocação de recursos; a prioridade da universalização do acesso a serviços básicos de boa qualidade; a focalização dos grupos mais pobres e vulneráveis mediante programas especiais; a combinação de programas de proteção e de promoção social; a descentralização das ações; as parcerias governo-sociedade; a avaliação sistemática dos resultados e o rigoroso controle social.

A busca incessante da eqüidade

Tirar dos ricos e remediados – via impostos – e dar aos pobres – via políticas sociais – é, em termos simplificados, o que fazem os estados que tiveram mais êxito em corrigir os desequilíbrios e injustiças do capitalismo. O Brasil, por esse critério elemental, era um exemplo acabado de Estado do mal-estar social, que tirava dos pobres para dar aos ricos e remediados. Reverter esse quadro implica esforços árduos e muito persistentes para livrar o Estado brasileiro do jugo de grupos favorecidos que o envolvem por fora e o colonizam por dentro. Outras batalhas ainda terão de ser travadas, mas algumas vitórias importantes já podem ser destacadas na longa campanha para colocar as maiorias destituídas no topo das prioridades do gasto público.

A reforma da Previdência Social desacelerou, a partir de 1999, a concessão de aposentadorias por tempo de serviço (agora, tempo de contribuição), que geralmente correspondem a benefícios de valor mais alto e absorvem uma parcela desproporcional do gasto previdenciário. Porém, a grande maioria de brasileiros pobres, que só consegue se aposentar por idade, ganhou com o aumento real do piso de benefícios, vinculado ao salário mínimo. Além disso, o piso de benefício do setor rural foi elevado de meio para um salário mínimo. Com sete milhões de beneficiários em 2001, a previdência rural é o maior programa de transferência direta de renda do País.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, de 1996, determinou uma importante expansão dos benefícios para idosos e pessoas portadoras de deficiência pobres, não filiados à Previdência. *O número de beneficiários aumentou 276%, de 346 mil em 1996 para 1,3 milhão.*

O número de beneficiários aumentou de 346 mil em 1996 para 1,3 milhão.

lhão em 2001. O valor dos benefícios também se elevou em função do aumento real do salário mínimo.

Os recursos que a Constituição destina à educação não chegavam na proporção necessária ao Ensino Fundamental. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef *fez os recursos dos estados e municípios, complementados pela União, convergirem para o ensino fundamental, beneficiando principalmente as regiões e camadas sociais mais pobres.*

O Piso Assistencial Básico – PAB teve um efeito semelhante na área da saúde. *Os recursos da União, antes excessivamente concentrados na rede hospitalar, agora chegam aos serviços básicos de prevenção e promoção nos municípios e bairros mais pobres.* A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, vai aumentar a participação dos estados e municípios no custeio desses serviços.

Com o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**, criado em 1995, *mais de dois milhões de pequenos agricultores tiveram pela primeira vez acesso ao crédito rural, antes acessível somente aos médios e grandes fazendeiros.*

A partir de 1995, o programa de reforma agrária, praticamente desativado no começo da década, *deu terra, crédito e assistência a mais de 580 mil famílias*, que de outro modo estariam engrossando o cinturão de pobreza das cidades.

Universalização com qualidade

O Estado de bem-estar
começa a se tornar
realidade quando todos os
cidadãos, ricos e pobres,
têm acesso a um conjunto
de serviços sociais básicos
de boa qualidade

O Estado de bem-estar começa a se tornar realidade quando todos os cidadãos, ricos e pobres, têm acesso a um conjunto de serviços sociais básicos de boa qualidade. O primeiro no Brasil a atingir esse ideal republicano moderno será o ensino fundamental. A universalização do acesso deve ser alcançada em 2002. O **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI** vem conseguindo combater um dos principais fatores da falta de acesso e permanência de crianças na escola: o trabalho precoce. O Bolsa Escola, que tem um efeito semelhante, beneficiará mais de 10 milhões de crianças. A qualidade, ainda insatisfatória, começou a melhorar graças ao Fundef e a um conjunto de programas específicos, o que se reflete claramente na queda das taxas de evasão e repetência.

Outras áreas essenciais acharam o rumo da universalização e caminham para ela a passos firmes. O **Programa Saúde da Família**, conjugado com as novas regras de aplicação de recursos dos três níveis de Governo, vai, em pouco tempo, fazer com que todos os brasileiros tenham acesso aos cuidados básicos de saúde perto de casa ou na própria casa.

A Previdência começa a encarar o desafio de filiar quase dezenove milhões de trabalhadores que continuam fora do sistema, começando por 8,5 milhões de empregados cujos empregadores não assinam sua carteira de trabalho. O desafio, neste caso, é também de conscientização dos empresários e dos trabalhadores sobre a importância dos benefícios previdenciários para a sua própria tranquilidade.

A Previdência começa a encarar o desafio de filiar quase dezenove milhões de trabalhadores que continuam fora do sistema.

Rede de Proteção Social

Além dos programas que se destinam indistintamente a todos os cidadãos, os brasileiros mais pobres precisam de atenção especial. Hoje, o Governo é capaz de identificar essas famílias, saber quantas são e onde moram. Programas existentes foram ampliados e novos programas foram criados especialmente para elas. Esses programas formam uma Rede de Proteção Social que ampara os mais vulneráveis entre os pobres: as crianças, desde a gestação; as mulheres gestantes e com filhos em amamentação; os idosos; os portadores de deficiência; os desempregados e os pequenos agricultores atingidos pela seca no Nordeste. Em 2002, essa Rede vai transferir diretamente aos seus mais de 31 milhões de beneficiários, quase R\$ 29,5 bilhões, o que equivale, aproximadamente, à parcela da União na arrecadação do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. Esta é a mais significativa e abrangente redistribuição de renda em favor dos mais pobres jamais realizada pelo Estado brasileiro.

População pobre amparada pela Rede de Proteção Social: as crianças, desde a gestação; as mulheres gestantes e com filhos em amamentação; os idosos; os portadores de deficiência; os desempregados; os pequenos agricultores atingidos pela seca.

Programas de transferência de renda do Governo Federal 2001

	Público-alvo	Benefício	Nº de beneficiários	R\$ milhões ³
Bolsa-Alimentação¹	Crianças até 6 anos, gestantes e nutrizes, em famílias com até ½ salário mínimo per capita	R\$ 15,00 por criança até 3 crianças	1.623.000	300
Erradicação do Trabalho Infantil - PETI¹	Crianças de 7 a 14 anos com trabalho insalubre, penoso ou degradante, em famílias com até ½ salário mínimo per capita	R\$ 25,00 por criança na área rural e R\$ 40,00 na área urbana	813.000	411
Bolsa-Escola¹	Crianças de 6 a 15 anos em famílias com até ½ salário mínimo per capita	R\$ 15,00 por criança até o 3 crianças	10.195.000	1.835
Brasil Jovem - Agente Jovem de Desenvolvimento¹	Jovens de 15 a 17 anos ^{residentes} em comunidades de baixa renda cuja renda familiar per capita seja de até ½ salário mínimo	R\$ 65,00/mês	51.900	52
Abono Salarial PIS/PASEP²	Trabalhador que recebeu em média até 2 salários mínimos mensais no ano anterior, e que estiver cadastrado no PIS/PASEP há pelo menos 5 anos, e que tenha trabalhado no ano anterior (com vínculo empregatício por pelo menos 30 dias)	1 salário mínimo	5.185.016	884
Bolsa Qualificação²	Trabalhador com contrato suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador	A ser calculado com base nos 3 últimos salários apresentados pelo trabalhador	10.471	12
Seguro-Desemprego²	Trabalhador dispensado sem justa causa (indusivo o doméstico), e o pescador artesanal durante o período de proibição da pesca	1 salário mínimo para o trabalhador doméstico...	133.530	5.166
		... e para o pescador artesanal	75.844	
		1 salário mínimo a R\$ 336,78 para outros trabalhadores	4.155.147	
Seguro-Safra (começando em 2002)²	Famílias em situação de risco na área da seca	R\$ 100,00 /parcela (máximo de 6 parcelas)	938.148	253
Aposentadoria e pensões Rurais¹	Trabalhadores rurais	1 salário mínimo	6.370.547	15.562
Benefício de Prestação Continuada - BPC/LOAS¹	Idosos a partir de 67 anos e portadores de deficiência com renda per capita até 1/4 de salário mínimo	1 salário mínimo	1.450.660	3.284
Renda Mensal Vitalícia¹	Idosos com mais de 70 anos ou inválidos sem meios de subsistência nem amparo da família	1 salário mínimo	724.124	1.687
TOTAL			31.732.496	29.446

Fonte: Ministérios setoriais. ¹Transferências sem contribuição do beneficiário. ²Transferências com alguma contribuição do beneficiário. ³Projeto de Lei do Orçamento da União.

O cadastramento único das famílias em situação de pobreza, que começa a ser implementado, consolidará a Rede de Proteção Social, aumentando as possibilidades de convergência dos diferentes programas e de avaliação dos seus resultados. Vai, além disso, garantir o repasse de recursos diretamente aos beneficiários por meio de um cartão social.

Projeto Alvorada

Um dos principais eixos da exclusão social no Brasil é o regional. Qualquer indicador que se tome mostra a imensa distância entre as Regiões Sul e Sudeste, de um lado, e Norte e Nordeste, do outro. O analfabetismo de adultos, que na média nacional é de 13%, fica em 6% em São Paulo e chega a 33% no Piauí.

A estratégia de inclusão deve ter um foco específico no Brasil mais pobre. O **Projeto Alvorada** foi criado em 1999 com essa premissa. Ele conjuga quinze programas nos 2.818 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Vem destinando recursos adicionais, que totalizam R\$ 13,2 bilhões até 2002, a programas de proteção e promoção social como **Bolsa Escola, Alfabetização Solidária, Recomeço – Educação de Jovens e Adultos, Erradicação do Trabalho Infantil, Saneamento Básico, Saúde da Família**, associados a ações de geração de trabalho e renda como o **Pronager, Pronaf, Programa de Combate à Pobreza Rural e Prodetur**.

O Projeto Alvorada conjuga quinze programas nos 2.818 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Vem destinando recursos adicionais que totalizam R\$ 13,2 bilhões até 2002, a programas de proteção e promoção social.

Proteção e promoção: o peixe e a vara de pescar

Dar o peixe e ensinar a pescar é uma preocupação das políticas bem-sucedidas de combate à pobreza no mundo. A nova geração de programas de transferência de renda adota esse critério. Os programas combinam a *proteção* – benefícios em dinheiro para melhorar a renda das famílias – com a *promoção* – ações destinadas a reforçar a capacidade das famílias de sair da pobreza. As famílias beneficiadas, além de assumirem o compromisso de participar de programas sócio-educativos sobre temas como violência doméstica, doenças sexualmente transmissíveis e saúde reprodutiva e de programas de geração de trabalho e renda, têm condicionalidades específicas dentro de cada Programa. O **Bolsa Escola** condiciona o pagamento do auxílio em dinheiro à freqüência das crianças em idade escolar ao ensino fundamental. O **Bolsa-Alimentação** requer o atendimento a ações de prevenção e promoção da saúde, tais como a realização do pré-natal, o registro da criança, a vacinação e o acompanhamento do desenvolvimento peso/altura.

Todos os membros das famílias beneficiadas terão prioridade absoluta em programas e serviços sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, habitação e geração de renda. A prioridade é assegurada pelo Cartão Social, que, desse modo, além de ser um instrumento eficaz de repasse de recursos, representa um autêntico passaporte para a cidadania. Até em sentido literal: por causa dele, muitos brasileiros até hoje esquecidos pelo poder público estão pela primeira vez tendo motivo para providenciar um documento oficial, como o registro de nascimento ou a carteira de identidade.

Programas de transferência de renda beneficiam, preferencialmente, as mães.

O Comunidade Ativa já chegou a 157 municípios em 2001 e deve chegar a 604 em 2002.

Uma característica importante da nova geração de programas de transferência de renda é o corte de gênero. Os beneficiários diretos são preferencialmente as mães. Quem ganha com isso são as crianças, porque os recursos são bem gastos. E ganham também as próprias mulheres, que têm fortalecida sua posição na comunidade, começando pela família.

Comunidade Ativa

O **Programa Comunidade Ativa**, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, é um passo adiante na combinação de ações de proteção e promoção social. Dentro do conceito de *desenvolvimento local integrado e sustentável*, o Programa parte de um diagnóstico dos problemas locais feito de maneira participativa junto com as lideranças locais. O diagnóstico dá origem a um pacto de desenvolvimento que especifica as ações a serem realizadas pela União, o estado, o município e organizações não-governamentais. O Governo Federal promove a articulação entre os vários parceiros e coordena a capacitação de agentes da administração pública e da comunidade, principalmente pequenos empreendedores, para que eles consigam realizar as ações pactuadas. O **Comunidade Ativa** já chegou a 157 municípios em 2001 e deve chegar a 604 em 2002.

Descentralização

A boa gestão de políticas sociais observa o princípio da subsidiariedade: o que o município pode fazer não deve ser feito pelo estado, o que o estado pode fazer não deve ser feito pela União. Sempre que possível, a execução direta dos programas deve ficar com os estados e municípios e com entidades da sociedade civil, mesmo quando custeados pela União.

Descentralização não significa transferência de responsabilidades. A reforma tributária introduzida pela Constituição de 1988, já havia promovido uma ampla descentralização das receitas tributárias dentro da Federação. O que é marcante na nova estratégia de combate à pobreza são os avanços no sentido de se definir e articular melhor o papel de cada instância federativa no lado do gasto, ou seja, na execução das políticas públicas.

No Bolsa Escola, com o cartão magnético fornecido pelo Programa, a mãe recebe o dinheiro num caixa eletrônico, sem nenhuma intermediação.

O **Bolsa Escola** é um bom exemplo do novo paradigma gerencial da descentralização. O Programa se baseia na parceria da União com municípios. Estes entram com uma parcela dos recursos e com as etapas de execução que requerem gestão local – seleção das famílias beneficiárias e acompanhamento escolar das crianças. A União se responsabiliza pela concepção e custeio do Programa – especialmente a definição dos critérios de seleção dos beneficiários – e reforçou sua capacidade de monitorar a eficiência e eficácia da execução.

Descentralização tampouco deve significar multiplicação dos intermediários entre a fonte e o destinatário final dos recursos. No **Bolsa Escola**, com o cartão magnético fornecido pelo Programa, o res-

ponsável pelas crianças – de preferência, a mãe – recebe o dinheiro num caixa eletrônico, sem nenhuma das intermediações que corriam para a ineficácia e o desperdício das políticas assistenciais tradicionais. Outros programas, como o **Bolsa-Alimentação**, já adotam ou irão adotar a nova forma de pagamento de benefícios.

Parceria governo-sociedade

A sociedade brasileira dá todos os sinais de que esgotou sua histórica tolerância com a pobreza extrema. Assim como cobra providências dos governantes em todos os níveis, ela se engaja cada vez mais em ações diretas de alívio à pobreza. Uma pesquisa feita em 1999 apurou que nove milhões de brasileiros recebiam atendimento social direto de entidades filantrópicas privadas, sem participação de recursos públicos. Estima-se que *vinte milhões de brasileiros têm alguma participação como voluntário em projetos sociais*. Isto representa um em cada cinco brasileiros entre 16 e 60 anos de idade.

A mobilização autônoma da sociedade civil não dispensa, senão que amplia o campo para as parcerias governo-sociedade. Uma parceria notável, do ponto de vista da importância dos resultados, é a que soma os recursos do Governo Federal à rede de voluntários da Pastoral da Criança. As 150 mil voluntárias da Pastoral visitam mensalmente 1,5 milhão de crianças até seis anos de idade nas áreas mais pobres do País. Deve-se a essa parceria, em boa parte, a aceleração da queda da mortalidade infantil no País nos últimos sete anos.

Conselho do Comunidade Solidária

As parcerias do Governo Federal na área social têm um instrumento fundamental no Conselho do Comunidade Solidária, que reúne ministros e representantes da sociedade civil nomeados por períodos de dois anos. O papel do Conselho é conceber e colocar em prática formas inovadoras de combate à pobreza e à exclusão social, por meio de parcerias governo-sociedade. Alguns programas introduzidos pelo Conselho já foram experimentados, ampliados, avaliados, modificados e autonomizados. Entre eles estão o **Programa Universidade Solidária**, criado em 1995, que mobiliza universitários de todo o País para trabalhador em comunidades pobres; o **Capacitação Solidária**, criado em 1996, que financia cursos de capacitação profissional para jovens pobres de 16 a 21 anos e apóia a capacitação de gestores de projetos sociais em organizações não-governamentais; o **Alfabetização Solidária**, criado em 1997, que promove parcerias de empresas, universidades, pessoas voluntárias e prefeituras, com apoio do Ministério da Educação, para a alfabetização de jovens e adultos; o **Artesanato Solidário**, que cuida de revitalizar formas de artesanato tradicional como alternativa de renda; o Projeto Rede Jovem, que disponibiliza pontos de acesso à Internet e oferece alternativas de lazer e aprendizado para jovens, especialmente aqueles em situação de risco social.

O Alfabetização Solidária promove parcerias de empresas, universidades, pessoas voluntárias e prefeituras, com o apoio do Ministério da Educação, para a alfabetização de jovens e adultos.

O **Programa Voluntários**, criado pelo Conselho da Comunidade Solidária, em 1997, trabalha para disseminar no Brasil a moderna cultura do voluntariado, preocupada com a eficiência dos serviços e a qualificação das pessoas e instituições. Dentro desse esforço, o **Programa Amigos da Escola**, em parceria com uma rede de televisão, levou colaboradores voluntários a 30 mil escolas em todo o País.

Avaliação: do vôo cego à navegação por instrumento

Como em qualquer empreendimento público ou privado, a boa gestão de políticas sociais requer indicadores que permitam a avaliação sistemática dos resultados das ações. Uma das razões pelas quais o Estado brasileiro gastava mal na área social era a ausência quase completa de instrumentos para medir o impacto do gasto. Uma tarefa precípua do Governo Federal é produzir indicadores que permitam, ao mesmo tempo, ir ao detalhe do município e fazer agregações e comparações em escala regional e nacional. O Governo tem investido para aperfeiçoar instrumentos de que já dispunha, como as pesquisas por amostra de domicílios e os próprios censos decenais, a cargo do IBGE, e tem desenvolvido novos instrumentos.

Os processos de avaliação desenvolvidos pelo INEP foram fundamentais para viabilizar os avanços conseguidos nos vários níveis de ensino.

Os processos de avaliação desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP foram fundamentais para viabilizar os avanços conseguidos nos vários níveis de ensino, a começar pelo Fundef, cujos critérios de transferência de recursos baseiam-se no número de crianças atendidas por local e por nível de Governo.

O esforço de melhorar a qualidade do gerenciamento dos programas que compõem o Avança Brasil trouxe avanços importantes. A maioria dos programas já tem definidos seus indicadores de processos e de resultados e implantados sistemas que garantem o fluxo de informações entre os diferentes níveis de execução. Complementarmente a esses sistemas de monitoramento e avaliação específicos, está sendo criado um processo de avaliação de impacto do conjunto dos programas de inclusão social.

No plano do micro-impacto, em cada uma das famílias pobres beneficiárias, já é possível hoje, através do Cadastro Único, aferir dados que permitem calcular o que se pode chamar IDH-Família. A reaplicação sistemática do Cadastro Único possibilitará a avaliação do impacto dos programas no processo de inclusão dos beneficiários.

No plano macrossocial, estão sendo acompanhadas as variações dos indicadores sociais que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano de cada município (IDH-M).

Controle social

O aperfeiçoamento das políticas nas áreas de educação, cultura, saúde, trabalho, assistência social e reforma agrária, a partir de 1995, incluiu a criação ou fortalecimento de fundos e de conselhos setoriais com a participação de representantes da sociedade civil. Os fundos dão maior transparência à aplicação dos recursos. Os conselhos permitem que representantes da sociedade participem da concepção e monitorem a execução dos programas. Sendo condição necessária para o repasse dos recursos da União, os conselhos e fundos estaduais já existem em todas as Unidades da Federação e caminham a passos largos para serem implantados em todos os municípios.

Conselhos, associações e fundos permitem o controle participativo sobre os programas sociais federais.

Ministério	Programa	Conselho
Educação	Dinheiro Direto na Escola	Unidade Executora - entidade jurídica da comunidade escolar constituída por representantes de pais de alunos, professores e direção da escola Administra os recursos repassados pelo MEC e presta contas.
	Alimentação Escolar	Conselho de Alimentação Escolar Recebe e administra os recursos, define o cardápio e atesta a qualidade dos alimentos.
	Bolsa Escola	Conselho de Controle Social Local Aprova a relação de famílias cadastradas pelo poder executivo municipal, avalia e acompanha a execução do programa.
	Recomeço - Educação de jovens e adultos	Conselho Municipal de Acompanhamento e Fiscalização do FUNDEF Controla a execução do programa e prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.
Saúde	Saúde da Família / Agentes Comunitários de Saúde	Conselho Municipal de Saúde Aprova o número necessário de equipes, homologa a seleção de agentes feita pela prefeitura. Comissão Intergestora Bipartite Valida as decisões do Conselho Municipal.
	Bolsa Alimentação - Combate às carências nutricionais	Conselho Municipal de Saúde Homologa a adesão do município e a relação dos beneficiários feita pela prefeitura, acompanha e avalia o programa. Comissão Intergestora Bipartite Dá aprovação final à adesão do município.
	Interiorização dos Serviços de Saúde	Conselho Municipal de Saúde - aprova o número de profissionais necessário, homologa a indicação do profissional. Comissão Intergestora Bipartite. Aprova a contratação dos profissionais.
Cultura	Incentivo fiscal a projetos culturais	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura Aprova a concessão de incentivo.
Trabalho e Emprego	Geração de Emprego e Renda - PROGER	Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT Aprova os planos estaduais de geração de emprego e renda e libera os recursos para os agentes financeiros.
	Qualificação Profissional do Trabalhador - PLANFOR	Comissões Municipais e Estaduais de Emprego. Definem o plano de qualificação do município e do estado, respectivamente. Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT Aprova os planos estaduais.
	Abono Salarial	Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT Aprova a prestação de contas dos benefícios pagos e das despesas operacionais com o programa.
	Seguro Desemprego	Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT Aprova a prestação de contas dos benefícios pagos e das despesas operacionais com o programa.

continua

Previdência e Assistência Social	Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Conselho Municipal de Assistência Social Identifica a existência de trabalho infantil no município e apresenta plano de trabalho. Conselho Estadual de Assistência Social Valida o plano de trabalho. Conselho Nacional de Assistência Social Define o montante de recursos a serem repassados ao município.
	Serviços Assistenciais - Atendimento à criança, idoso e portador de deficiência carente	Conselhos Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social Controlam transferências fundo a fundo
	Brasil Jovem - Agente Jovem de Desenvolvimento	Conselho Municipal de Assistência Social Valida a permanência, quando for o caso, do jovem no programa. A entrada do jovem no programa não está condicionada à aprovação do Conselho.
Desenvolvimento Agrário	Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Aprova o plano de trabalho referente a PRONAF Infra-estrutura e de serviços públicos municipais voltados para a agricultura familiar. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural ou Agrícola Valida os planos do município. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Supervisiona execução do programa
	Banco da Terra	Conselho Curador Aprova e acompanha aplicação de recursos em infra-estrutura e compra de terras.

Programas sociais federais com controle participativo

Os programas e ações federais na área social, controlados por conselhos com participação da sociedade civil, têm destinados R\$ 7 bilhões no orçamento de 2002. Esta é, de longe, a mais importante implementação, no País, do conceito de orçamento participativo.

A participação direta no controle das políticas sociais é reforçada pela participação virtual. A divulgação das liberações de recursos federais para os estados e municípios, por meio da Voz do Brasil e da Internet, e o recebimento de denúncias e reclamações por telefone e pela Internet tem sido um instrumento cada vez mais eficaz de combate aos desvios e abusos na aplicação do dinheiro público.

R\$ 7 bilhões do orçamento federal de 2002 serão controlados por conselhos com participação da sociedade civil.

Educação

A mais importante realização deste Governo na área social representa um marco histórico: em 2002, o acesso ao ensino fundamental estará universalizado no Brasil. Os dados sobre atendimento escolar nos últimos sete anos mostram a arrancada do País para colocar todas as suas crianças na escola. O atendimento das crianças de 7 a 14 anos saltou de 89%, em 1991, para 97% em 1999 e deve chegar perto de 100% em 2002. Isto faz do ensino fundamental a primeira política social efetivamente republicana da nossa história: acessível a todos os brasileiros, sem distinção.

O inteiro significado dessa conquista aparece quando se desagregam os dados por nível de renda e por classe. Em 1992, uma de cada quatro crianças pobres estava fora da escola; em 1999, essa proporção caiu para 7%. A distância das crianças mais pobres para as mais ricas, em termos de atendimento escolar, diminuiu de 22 para menos de 6 pontos percentuais.

Em 1992, uma de cada quatro crianças pobres estava fora da escola, ou seja, 25%; em 1999, essa proporção caiu para 7%.

Quanto à raça, a distância das crianças negras para as brancas, pelo mesmo critério, diminuiu de 19 para 6 pontos percentuais. Das crianças pardas para as brancas, a distância diminuiu de 16 para 4 pontos percentuais. Isto é inclusão social da forma mais inequivoca e duradoura. Significa, em última análise, mais cidadania e um País mais justo.

Toda criança na escola

A prioridade ao ensino fundamental encontra-se claramente expressa na Constituição de 1988, que garante o direito à educação em geral e estabelece especificamente a obrigação dos governantes de assegurar a todas as crianças vaga na rede pública de ensino fundamental. Faltavam, no entanto, instrumentos para traduzir o comando constitucional em ação efetiva dos três níveis de governo. A Constituição instituiu a vinculação de 25% das receitas de Estados, Distrito Federal e Municípios e 18% das receitas da União à educação. Esta reserva de recursos, bastante significativa, não se mostrou suficiente, contudo, para solucionar os problemas de atendimento: não foi capaz de garantir o financiamento adequado ao ensino obrigatório, nem de trazer maior transparência e eqüidez ao gasto público correspondente.

Em 1994, ainda prevalecia um quadro de acentuado déficit de cobertura e condições muito diferenciadas na oferta do ensino fundamental. Embora em declínio, as taxas de evasão e repetência e a distorção idade-série mantinham-se em patamares elevados. O principal desafio era, portanto, conseguir um aumento de oferta suficiente para assegurar o acesso e a permanência dos quase 10% da população de 7 a 14 anos, que continuavam fora da escola, e ao mesmo tempo implementar políticas visando melhorar a qualidade.

Enquanto no Sudeste a taxa de atendimento de crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental era de 96%, no Nordeste era de 87%. Em 1995, o número médio de anos de estudo da população nordestina de dez anos ou mais de idade era de 3,7 anos, enquanto na Região Sudeste era de 5,9 anos. Agravando os desequilíbrios existentes, características históricas faziam com que o alunado se distribuisse de forma muito desigual entre as redes estaduais e municipais. Nos municípios nordestinos, principalmente do interior, onde os recursos são mais escassos, as prefeituras tinham que arcar com a despesa de manutenção do ensino, enquanto nas regiões mais ricas a presença dos governos estaduais predominava.

Em 1997, os governos estaduais do Nordeste assumiam 38% dos alunos do ensino fundamental; mais da metade, portanto, ficava com os municípios. No Sudeste, 63% dos estudantes de ensino fundamental estavam matriculados em redes estaduais. Em alguns municípios do Sudeste, com arrecadação alta, registrava-se atendimento apenas pela rede estadual; paradoxalmente, esses municípios não tinham escolas de ensino fundamental, embora devessem gastar pelo menos 25% de suas receitas com a educação. O resultado é que havia na rede pública de ensino fundamental escolas de qualidade muito diferenciada.

As iniciativas visando à universalização do ensino com qualidade esbarravam, principalmente, na diferença de recursos disponíveis em cada região ou na esfera administrativa a que estava vinculada a rede. Estas distorções representavam um obstáculo para a municipalização do ensino fundamental.

Censo escolar e Fundef

O Governo Federal começou a mudar esse quadro a partir da introdução de dois instrumentos fundamentais: o Censo Escolar anual e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

A realização anual do Censo Escolar, a partir de 1996, tornou possível conhecer com precisão o número de alunos do ensino fundamental público e onde estavam matriculados. O retrato da realidade mostrou que não se tratava de ampliar o volume de recursos já comprometidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios para a educação, mas de assegurar prioridade para o ensino fundamental e promover uma efetiva redistribuição, levando em conta o número de alunos matriculados em cada rede. Os dados consolidados do censo do ano anterior servem de base para definir coeficientes de distribuição dos recursos destinados à educação para cada estado e seus municípios.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, criado pela Emenda Constitucional nº 14 e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 1996,

veio assegurar a vinculação efetiva dos recursos da educação ao ensino fundamental, com uma distribuição mais justa, baseada no número de alunos, e valorizar o magistério, possibilitando a capacitação e a melhoria na remuneração dos professores.

O Fundef vem promovendo autêntica revolução nas condições de oferta do ensino fundamental no Brasil. Seu grande mérito enquanto política pública é a universalidade: pela primeira vez, concebeu-se um instrumento capaz de induzir transformações onde estão de fato os alunos e professores, das redes de ensino público dos estados e municípios.

A legislação do Fundef prevê a distribuição de recursos e responsabilidades entre os estados e seus municípios, de tal forma que, pelo prazo de dez anos, eles devem aplicar, no mínimo, 15% de suas principais receitas de impostos e transferências exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público. Esse montante é imediatamente redistribuído para contas específicas do estado e de cada município, de acordo com o respectivo número de matrículas registrado pelo Censo Escolar do ano anterior. Foi determinada, ainda, a fixação de um valor mínimo anual, por aluno, cabendo ao Governo Federal complementar esses recursos sempre que, no âmbito de cada estado, o mínimo definido não puder ser alcançado.

Reconhecendo que motivação, qualificação e remuneração dos professores são elementos importantes para uma expansão com qualidade, determinou-se que, no mínimo, 60% dos recursos para o ensino fundamental devem ser destinados exclusivamente ao pagamento dos profissionais do magistério em efetivo exercício. Até 2001, parcela desses recursos podia ser direcionada para a habilitação de professores leigos.

O Fundef teve um efeito notável, sobretudo nos municípios mais pobres. Sem ele, 2.564 municípios teriam menos de R\$ 350,00 por aluno/ano, em 2000. Nesse caso, estaria disponível para cada um dos 11,4 milhões de estudantes matriculados naquelas redes municipais apenas R\$ 180,00, em média. Com o Fundef, essa média sobe para R\$ 382,50, um incremento de 112,6%.

Os efeitos mais importantes do Fundef não são, contudo, os financeiros. A realocação de recursos conduziu ao aumento da cobertura nas matrículas do ensino fundamental, propiciando acesso das crianças das camadas mais pobres da população à escola. Em três anos (no período de 1997 a 2000), foi possível conseguir resultados que em três décadas de acelerada massificação das matrículas não haviam sido alcançados: registrou-se um acréscimo de 1,5 milhão de alunos ao contingente do ensino fundamental, crescimento de 4,3%. Com isso, em 1999, 97% das crianças na faixa etária de 7 a 14 anos estavam na escola. E ressalta-se que o aumento foi muito mais expressivo nas Regiões Nordeste, com crescimento de 11,8%, e Norte, com 8,7%.

O Fundef vem promovendo autêntica revolução nas condições de oferta do ensino fundamental no Brasil.

Fundef incrementa a média de recursos em 112,6%.

97% das crianças na faixa etária de 7 a 14 anos estavam na escola, em 1999.

Ao desafio de manter as crianças na escola, soma-se a busca de escola boa para todos. Os resultados, também aí, são importantes. Os dados do censo indicam que, em 1996, 19% dos alunos matriculados na rede municipal do ensino fundamental permaneciam na escola menos de quatro horas por dia. Em 2000, esse percentual se reduziu a 11%. Além disso, se em 1996 19% dos alunos freqüentavam turnos diários de 4 a 5 horas, em 2000 esse percentual já representava 39% do total de matrículas na rede municipal do ensino fundamental.

São dignos de destaque os impactos sobre número, capacitação e remuneração dos professores, tendo em vista que a valorização do magistério também se apresenta como objetivo do Fundef.

Os indicadores referentes ao número de professores do ensino fundamental no período de dezembro de 1997 a junho de 2000 mostraram um crescimento global da ordem de 8,8% – mais de cem mil novos postos de trabalho apenas entre os docentes, sem contar auxiliares, profissionais de apoio administrativo e pedagógico etc. Cabe ressaltar que o termo “professor” está associado à função docente e não ao indivíduo especificamente, uma vez que pode ocorrer de um mesmo profissional lecionar em diferentes redes públicas, dada a heterogeneidade da jornada semanal.

Em decorrência da permissão para utilização, até 2001, de parte da parcela de 60% do Fundef vinculada ao pagamento do magistério para habilitação de professores leigos, nota-se que se antes de 1998 apenas 23% das redes de ensino desenvolviam atividades voltadas à capacitação, em junho de 2000 nada menos do que 73% delas o faziam. Cerca de 85% do total das redes registrou redução da participação dos profissionais sem habilitação nos seus quadros. Assim, uma das prioridades vinculadas à criação do Fundef, que é a extinção da categoria de professores leigos, com a consequente melhoria na qualificação do corpo docente, está sendo rapidamente atingida em todo o País.

Em dezembro de 1997, mais de 6% dos professores das redes públicas do País haviam concluído somente o ensino fundamental; em junho de 2000, essa proporção já estava reduzida a 3,1%. Nas Regiões Norte e Nordeste, onde esses profissionais são mais numerosos, as reduções foram de 51% e 45%, respectivamente.

A remuneração média dos professores das redes públicas aumentou 29,5%, entre dezembro de 1997 e junho de 2000. No Nordeste, aumentou 60%, em média.

A remuneração média dos professores das redes públicas aumentou 29,5%, entre dezembro de 1997 e junho de 2000. Quando se analisam os dados referentes às várias regiões do País, constata-se que o maior percentual de aumento da remuneração ocorreu no Nordeste, onde a elevação média foi de 60%. A segunda região com maior índice de crescimento da remuneração média foi a Norte. Ali, também com referência à jornada de quarenta horas, o crescimento alcançou 35%. As demais regiões exibem índices bastante semelhantes: no Centro-Oeste, houve acréscimo na remuneração média da ordem de 27%; no Sudeste, de 24%; na Região Sul, de 22%.

Analizando-se comparativamente a evolução da remuneração dos docentes, no mesmo período, verifica-se um aumento médio de 33% nas redes municipais e de 25% nas estaduais. Isto reflete diretamente a redistribuição dos recursos, que beneficiou intensamente os municípios, justamente os que dispunham de menores possibilidades para arcar com essas elevações, antes da criação do Fundef. Note-se que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC foi da ordem de 12% no período considerado.

Em resumo, registrou-se melhoria nos níveis salariais médios do professorado, com reajustes maiores nas redes municipais em todas as regiões, o que é ainda mais significativo quando se leva em conta que foi nessas redes que aumentou substancialmente o número de docentes. Os maiores índices foram concedidos aos profissionais dos municípios e regiões mais pobres, com o que se reduziu a distância entre seus vencimentos e a média das demais regiões. Mesmo as redes estaduais reajustaram seus salários em níveis superiores ao da inflação.

Para que o Fundef funcionasse adequadamente, impunha-se criar mecanismos que incentivasse o controle social da aplicação dos recursos. O Governo Federal, aliado aos órgãos de fiscalização e justiça e especialmente à sociedade, tem agido no sentido de coibir o desvirtuamento das finalidades do Fundo.

A descentralização significou maior participação dos governos locais nos serviços educacionais, aproximando o cidadão dos tomadores das decisões. Isto facilita a criação de condições de estabelecer no Brasil controle das ações públicas pela comunidade. Os conselhos municipais e as comissões escolares estão viabilizando a instituição do diálogo público, ou seja, de relacionamentos produtivos entre Governo e cidadão.

A descentralização significou maior participação dos governos locais nos serviços educacionais, aproximando o cidadão dos tomadores das decisões

O depósito dos recursos do Fundef passou a ser registrado em contas separadas da conta única do estado ou município, com mecanismos automáticos de repasse, com acompanhamento e fiscalização por parte dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef. Cada governo estadual e municipal deve apresentar, mensalmente, uma planilha dos gastos para o Conselho, integrado por representantes da comunidade escolar. Pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE constatou que 93,1% das redes municipais e 92,6% das redes estaduais já dispunham de Conselhos em funcionamento em junho de 2000.

Também para garantir maior transparéncia, foram firmados diversos convênios com o objetivo de divulgar a toda população os valores que estão sendo destinados aos municípios. Os Correios fixaram cartazes em todas as agências do País. Um deles, que também está presente em escolas e secretarias de educação, informa, de maneira didática, o que pode e o que não pode ser feito com o dinheiro do Fundef. O outro tem espaços reservados para a colocação dos valores recebidos do Fundef pelo município, mês a mês.

Com o mesmo objetivo de facilitar o acompanhamento e o controle dos recursos, o Ministério da Educação celebrou, em setembro de 2000, Termo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil, prevenindo, entre outras medidas, a disponibilização dos extratos das contas específicas do Fundo aos membros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, Câmaras de Vereadores e Assembléias Legislativas, Ministério Público e Tribunais de Contas. Esta iniciativa possibilita o acesso *on-line* às contas do Fundef.

O serviço Fala Brasil, pelo telefone 0800-616161, permite esclarecer dúvidas e encaminhar sugestões e reclamações sobre o Fundef e todas as demais áreas de atuação do Ministério da Educação.

O Fundef mereceu o Prêmio Unesco 2000, em reconhecimento à sua importância como iniciativa capaz de alcançar e mobilizar a sociedade, possibilitando a promoção da justiça social e a correção das distorções na aplicação dos recursos na educação fundamental.

Cinco milhões de novas matrículas, de 1994 a 1999 – um crescimento de 16%.

O número de estudantes que concluem o ensino fundamental cresceu 67% desde 1994.

A expansão das matrículas no ensino fundamental acrescentou ao sistema educacional brasileiro cinco milhões de novas matrículas, de 1994 a 1999 – um crescimento de 16%. A partir de então, se apresentou uma nova tendência neste nível de ensino.

O tempo médio de conclusão dos oito anos de ensino fundamental, que era de onze anos, em 1995, vem diminuindo ano a ano. A proporção de estudantes em atraso escolar, que era de 66% em 1994, baixou para 42% no ano 2000. O número de estudantes que concluem este nível de ensino cresceu 67% desde 1994.

Em 1995, os cálculos do fluxo escolar estimavam 52 concluintes para cada cem ingressantes, sendo que as estimativas para o ano de 1999 passaram a indicar uma taxa esperada de 61 concluintes para cada cem ingressantes.

Os resultados sobre o desempenho dos alunos também já começam a aparecer.

Ensino Fundamental: taxas médias de promoção, repetência e evasão

Brasil 1995 - 1999

Anos	Ensino Fundamental		
	Promoção	Repetência	Evasão
1995	64,5	30,2	5,3
1999	74,6	21,6	4,8

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Esses indicadores são particularmente importantes e já indicam tendência de redução na distorção idade/série.

Parâmetros curriculares

A discussão sobre a educação no Brasil está hoje centrada na qualidade, o que é um importante sinal de avanço e amadurecimento. Já não nos preocupamos com falta de vagas e filas para matrícula: no ensino fundamental a questão da oferta está equacionada e nos demais níveis a expansão está se fazendo num ritmo acelerado.

Para tratar dessa questão foram fixados, pela primeira vez na história do País, parâmetros curriculares nacionais para a educação fundamental, média, infantil e indígena. É uma referência de qualidade para professores e autores de livros didáticos.

Para capacitação dos professores, foi posto em marcha o **Programa Parâmetros em Ação**, implementado a partir de 1999, e que hoje já atinge efetivamente 2.515 municípios.

O **Programa Parâmetros em Ação** tem como propósito apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação fundamental, de forma articulada com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e da Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos.

Em 1999 o programa atendeu 320 municípios e capacitou 3.239 coordenadores que atuam em alfabetização no ensino fundamental. Até novembro de 2001, foram atendidos 2.515 municípios e formados 15.151 coordenadores, responsáveis por 11.257 grupos, tendo atingido um total de 287.173 professores que atuam no ensino fundamental, na educação infantil e na modalidade de jovens e adultos.

Em 2001 foi implantado o **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – Profa**, dando prosseguimento à formação continuada Parâmetros em Ação, visando capacitar professores das séries iniciais do ensino fundamental, da pré-escola, na educação de jovens e adultos, dando-lhes um acesso qualificado a conhecimentos em alfabetização capazes de subsidiá-los em seu trabalho no ensino inicial da leitura e da escrita. Desenvolvido em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação, no decorrer de 2001 o Profa foi implantado em vinte estados, atendendo a 1.188 municípios e formando 75.436 professores.

Até 2001, 287 mil professores que atuam no ensino fundamental, na educação infantil e na educação de jovens e adultos, em 2.515 municípios, foram treinados no uso dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O **Programa de Formação de Professores em Exercício – Proformação**, lançado em janeiro de 1999, é um curso de nível médio a distância para formar professores que exercem a profissão sem a habilitação legal. Ele atende a cerca de trinta mil professores matriculados. O curso equivale a 3.200 horas, utiliza material impresso e vídeo e sua implementação é feita em parceria com o Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola e as secretarias estaduais e municipais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além de capacitação de professores, uso de novas tecnologias e dados estatísticos confiáveis, provenientes dos censos, conta-se com a implantação inédita de sistema de avaliação que permite medir o que os alunos aprendem de fato. São elementos que permitem assegurar escola boa para todos, base para o resgate da dívida social histórica que o País carrega.

Informação e avaliação

Uma verdadeira revolução ocorreu neste Governo em termos de informação e de avaliação do ensino. O ponto de partida foi a transformação do Instituto Nacional¹ de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. Nessa condição, o INEP passou a responder pelo sistema de captação, avaliação e armazenamento de informações a respeito de toda a área educacional do País.

A alta qualidade das pesquisas e dos levantamentos tornou-se instrumento indispensável ao planejamento e à execução das políticas públicas do Ministério da Educação. Graças a elas, além de gastar mais, o Governo está gastando melhor os recursos.

O INEP tem produzido um impressionante conjunto de dados e análises que permitem a tomada de decisões e a agilização dos programas, de modo a aumentar sua eficácia, eficiência e efetividade. Além do Censo Escolar, que faz um retrato da educação básica do País, o Instituto realiza anualmente o Censo da Educação Superior, com informações detalhadas sobre esse nível de ensino. Também faz parte do escopo de atribuições do INEP a realização de levantamentos especiais como, por exemplo, o Censo da Educação Indígena, o Censo da Educação Profissional e o Censo da Educação Infantil, realizados nos últimos dois anos.

Ao lado das informações censitárias, o INEP responde pelas principais avaliações com abrangência em todo o País. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB oferece, a cada dois anos, um diagnóstico do nosso sistema educacional, fornecendo subsídios para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas relacionadas ao ensino fundamental e médio. O SAEB também coleta dados para a identificação dos fatores associados ao processo de ensino e aprendizagem e, dessa forma, permite a adoção de ações com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

Em 2001, inscreveram-se no ENEM 1,6 milhão de concluintes do ensino médio.

O Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, para os concluintes do ensino médio, teve sua quarta edição em 2001, com cerca de 1,6 milhão de inscritos graças à gratuidade da taxa de inscrição oferecida pelo Ministério da Educação aos alunos da rede pública e aos carentes. Com essa medida o ENEM foi democratizado, proporcionando à parcela significativa dos jovens que estão terminando o ensino médio a oportunidade de participação no exame.

Na educação superior o INEP realiza, desde 1996, o Exame Nacional de Cursos – o Provão, um exame feito pelos alunos que estão concluindo os cursos de graduação. O Provão consolidou-se como instrumento de avaliação e serve como um importante referencial para que a sociedade possa ter um retrato dos cursos de educação superior no País, tanto do setor público como do privado.

A qualidade do trabalho feito pelo INEP nos últimos cinco anos valeu-lhe reconhecimento internacional. Graças aos avanços feitos nos sistemas de avaliação e de informação, o País participa hoje em estudos internacionais comparativos como o World Educational Indicators – WEI, da Unesco/OCDE, e o PISA 2000 da OCDE, que permitem um diagnóstico da situação do Brasil em relação aos demais países.

Todas essas informações estão disponíveis ao público no portal do Ministério da Educação na Internet (<http://www.mec.gov.br>).

A ação pública tem que estar submetida à avaliação permanente. Quem implanta as políticas é o primeiro responsável por avaliá-la. É preciso verificar se o caminho traçado está correto e se o resultado da ação concreta está sendo alcançado. Hoje, o Brasil conta com um sistema de avaliação da educação comparável ao que de melhor existe no plano internacional.

Dinheiro Direto na Escola

Um dos instrumentos para promover a qualidade do ensino fundamental é o **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**. Implantado em 1995, ele segue os princípios estritos da universalização e da descentralização, cobrindo todas as regiões do País.

O programa tem como objetivo fortalecer a autonomia da gestão escolar mediante a remessa de recursos financeiros diretamente para as escolas, para que mantenham adequadas condições de funcionamento – instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos e recursos humanos.

De 1995 a 2001, foram repassados R\$ 2 bilhões para a manutenção, capacitação, aperfeiçoamento de profissionais, avaliação e aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais de escolas públicas do ensino fundamental e de educação especial mantidas por ONGs.

Foram atendidas, em média, 132 mil escolas por ano – cerca de 87 mil nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, aproximadamente, 45 mil nas Regiões Sul e Sudeste.

Desde a implantação, alguns avanços merecem destaque. A proporção de escolas que recebem recursos do programa diretamente em suas contas correntes passou de 8% em 1995, para 55% – 70.935 –

Em 2000, 55% das escolas públicas recebem recursos diretamente.

em 2000. Em 2000, cerca de 85% dos recursos transferidos pelo programa contaram com a participação de organizações do setor público e privado no estabelecimento das prioridades dos gastos, no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos. Em 2001 foram repassados R\$ 307 milhões, para 120 mil escolas, com trinta milhões de alunos.

Ressalte-se que 87% dos recursos repassados foram creditados diretamente nas contas de setenta mil escolas que atenderam cerca de 28 milhões de alunos, ou seja 93% do universo de alunos beneficiários do PDDE.

A partir de 1999, as transferências dos recursos para a conta do **Programa Dinheiro Direto na Escola** passaram a ser automáticas, conferindo maior celeridade ao programa, em decorrência da eliminação da burocracia dos convênios. Além disso, com a permissão para que as escolas beneficiárias pudessem reprogramar os saldos remanescentes, não apenas foi reforçada a autonomia das escolas na gestão financeira, como se estimulou, ainda mais, a economia na utilização dos recursos.

Alimentação escolar

O Merenda Escolar, sistema único no mundo com atendimento universalizado, beneficia com uma refeição diária, durante duzentos dias letivos, mais de 37 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental e pré-escolar.

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar** – também conhecido como Merenda Escolar – é considerado um dos principais programas mundiais na área da alimentação escolar e o único de atendimento universalizado. Beneficia com uma refeição diária, durante duzentos dias letivos, mais de 37 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental e pré-escolar das redes públicas ou de escolas mantidas por entidades filantrópicas.

Seguindo os princípios radicais da descentralização, registraram-se avanços importantes desde 1994. No período de 1994 a 1998, elevou-se de 1.532 para 4.314 o número de municípios que aderiram à descentralização da merenda escolar. Significa que cerca de 77% de todos os municípios brasileiros passaram a receber, diretamente, recursos para a merenda escolar, sem a formalização de convênios. E, a partir de 1999, a descentralização foi universalizada. Todos os municípios recebem, diretamente, sem burocracia, os recursos para a merenda escolar, determinando seus cardápios e realizando suas compras, atendendo às ofertas e hábitos alimentares de cada região. Os recursos financeiros aumentaram significativamente, eram R\$ 590 milhões em 1995 e hoje são R\$ 900 milhões.

Saúde do escolar

As campanhas "Quem Ouve Bem Aprende Melhor" e "Olho no Olho" examinaram mais de três milhões de alunos.

Para identificar problemas sensoriais que podem afetar o aprendizado, foram realizadas as campanhas "Quem Ouve Bem Aprende Melhor" e "Olho no Olho". Foram examinados, em cada uma, mais de três milhões de alunos do ensino fundamental. Identificados os problemas, os alunos foram encaminhados para o atendimento ade-

quado, incluindo concessão de óculos e aparelhos auditivos, quando necessário. Atente-se que um dos desdobramentos da campanha "Olho no Olho" foi a criação de um programa para alunos com baixa visão, que abrangeu desde a concessão de auxílios óticos até a capacitação de professores e oftalmologistas.

Livro didático, bibliotecas na escola e literatura para os alunos

Até 1994, o **Programa Nacional do Livro Didático** restringia-se à distribuição de livros de algumas matérias, utilizados nas primeiras quatro séries do ensino fundamental. Deparava-se com dificuldades de distribuição: comumente, distribuía-se apenas cerca de 25% do total de livros até o início das aulas. Além disso, não havia avaliação do conteúdo pedagógico, nem controle de qualidade da produção.

O programa vem passando por contínuo processo de aperfeiçoamento. Desde 1996 os livros didáticos são distribuídos para as escolas públicas de ensino fundamental antes do início do ano letivo, mesmo nos mais distantes municípios do País – no período de 1995 a 2001 foram 618,3 milhões de exemplares de livros didáticos, 110 milhões apenas em 2001.

A escolha do livro didático passou a ser pautada por rigorosa avaliação, realizada por equipe de educadores integrantes de diversas universidades federais que analisa a qualidade e conteúdo pedagógico, e classifica os livros que poderão ser escolhidos. O resultado da avaliação, divulgado por meio do Guia de Livros Didáticos, serve de base para a escolha dos professores e tornou-se referência também para os estabelecimentos particulares de ensino. Além disso, o programa já atende a todas as oito séries do ensino fundamental, com os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia ou Estudos Sociais.

Nos últimos cinco anos investiu-se, ainda, na qualidade física do livro, ampliando sua vida útil de um para cerca de três anos, reduzindo os custos das novas aquisições.

Em 2001, pela primeira vez, o processo de distribuição dos livros didáticos para 32,5 milhões de alunos foi iniciado três meses antes do ano letivo. Além disso, foi incluída a distribuição de dicionários da Língua Portuguesa para todos os alunos de 1^a a 4^a série. Ao contrário do livro didático, os dicionários – mais de vinte milhões não serão devolvidos ao final do ano letivo; irão acompanhar o aluno ao longo do ensino fundamental e servirão de fonte de pesquisa para os demais membros da família.

Complementarmente ao livro didático, o Ministério da Educação reforçou a implantação de bibliotecas nas escolas do ensino fundamental. Com acervo de 215 títulos indicados por Comissão Especial

Em 2001, pela primeira vez, no Brasil, o processo de distribuição de 110 milhões de livros didáticos para 32,5 milhões de alunos foi iniciado três meses antes do ano letivo.

composta por membros da Academia Brasileira de Letras, foram contempladas, com pelo menos uma biblioteca, vinte mil escolas com mais de quinhentos alunos em todo o País. Os 8,1 milhões de livros de literatura e de referência estão beneficiando 27,4 milhões de alunos.

Em 2001 houve outra inovação: a compra e distribuição de livros de literatura diretamente aos alunos, iniciativa inédita no Brasil. Os mais de oito milhões de estudantes de 4^a e 5^a série do ensino fundamental das escolas públicas vão receber, a partir de abril de 2002, uma coleção de cinco livros do Ministério da Educação, denominada Literatura em Minha Casa. Serão distribuídos 47,5 milhões de livros. A idéia é incentivar e criar o hábito da leitura entre os alunos que, nessa idade, já têm desenvolvida a capacidade de leitura e de compreensão dos textos.

Transporte escolar

Para facilitar o acesso à escola dos alunos do ensino fundamental da rede pública e da educação especial que vivem em zonas rurais e periferias de centros urbanos, o Governo Federal implantou efetivamente, a partir de 1995, o **Programa Nacional de Transporte Escolar**, criado no ano anterior. Para isso, reforçou a aquisição descentralizada de meios de transporte – veículos automotores novos para transporte coletivo ou embarcações a motor para transporte por via fluvial.

Entre 1995 e 1996, o programa priorizou os municípios atendidos pelo **Programa Comunidade Solidária**. A partir de 1997, estendeu para outros municípios, sobretudo para os que comprovaram consolidação, aglutinação ou nucleação de escolas. Até 1998, foram beneficiados 2.907 municípios e, em 2000, 1.091 municípios e 230 organizações não-governamentais, com a aquisição de 1.490 veículos – ônibus, microônibus e perusas – e vinte embarcações. Em 2001 foram celebrados 1.160 convênios, dos quais 970 com Prefeituras Municipais, para atender ao ensino fundamental regular, e 190 com organizações não-governamentais, para atender à educação especial.

Aceleração da aprendizagem

O projeto Correção do Fluxo Escolar: Aceleração da Aprendizagem resgata a auto-estima do aluno e a crença na sua capacidade de aprender. Em 2001, mais de quatro milhões de alunos do ensino fundamental foram beneficiados.

Ensino fundamental de qualidade requer, além do aumento da taxa de aprovação, redução da distorção idade/série, que atinge, ainda, índices elevados – em 1996 o índice de distorção idade/série era de 47%. Para possibilitar aos sistemas públicos de ensino que atendem às séries iniciais do ensino fundamental as necessárias condições para enfrentar o fracasso escolar, proporcionando aos alunos meios para a superação de dificuldades no processo ensino-aprendizagem, foi instituído o projeto Correção do Fluxo Escolar: Aceleração da Aprendizagem.

Sua proposta de atuação transcende a aprovação do aluno. O resgate da auto-estima e a crença na capacidade de aprender recebem merecida relevância, permitindo que seja assegurado aos alunos o domínio do conteúdo e a aquisição de habilidades básicas do ensino fundamental. Para essa ação, o Governo Federal financia a criação de classes especiais destinadas a alunos com idade acima do esperado para a série que freqüentam.

Com o apoio financeiro do Governo Federal no período de 1997 a 2001 foram capacitados mais de cem mil professores e beneficiados cerca de dois milhões de alunos das séries iniciais do ensino fundamental dos diferentes sistemas de ensino. O número de alunos matriculados em classes de aceleração da aprendizagem nas quatro primeiras séries, mantidas pelos sistemas estaduais e municipais de ensino, alcançou em 2001 um total de 4.057.393 alunos.

A conjugação de esforços da União com os sistemas de ensino permitiu a redução das taxas de distorção idade/série, atingindo em 2000 o índice de 41,7%.

Fundescola

O reconhecimento da situação extremamente desfavorável da educação na Região Nordeste do País, que apresenta indicadores muito abaixo das médias brasileiras, levou à implantação do Projeto Nordeste, naquela região. Além da aplicação substancial de recursos em programas municipais e estaduais de educação, o projeto apóia pesquisas que facilitem o desenvolvimento de estratégias eficazes para superar as deficiências educacionais.

Entre 1993 e 1998, o Projeto Nordeste investiu com recursos nacionais e externos – estes provenientes de empréstimo junto ao Banco Mundial – cerca de US\$ 500 milhões. O Projeto Nordeste encerrou em 1998 e neste mesmo ano foi instituído um novo programa denominado Fundescola com o objetivo de implementar ações que têm como finalidade melhorar o desempenho do ensino fundamental ampliando a permanência das crianças com idade escolar nas séries correspondentes, melhorar a qualidade da escola e dos resultados educacionais e aprimorar a gestão das escolas, das secretarias estaduais e municipais de educação. O Fundescola atende a 383 municípios distribuídos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, atendendo cerca de 30% da população das três regiões.

Os resultados apresentados são relevantes. O crescimento quantitativo e qualitativo dos indicadores educacionais nas Regiões Nordeste e Norte tem estado muito acima da média nacional. Essa evolução favorável, que se acentuou nos últimos anos, mostra que as diferenças regionais estão se reduzindo rapidamente. O ensino fundamental na região cresceu 27,2% a partir de 1994, contra 13% no conjunto do País; a matrícula de 5^a a 8^a séries cresceu 49% contra 27%.

Bolsa Escola Federal

O Governo Federal vem perseguindo, desde 1995, os objetivos de combater a pobreza estrutural e promover a inclusão social. Quebrar o círculo vicioso da pobreza significa oferecer oportunidades para as camadas de renda mais baixa, sobretudo por meio da educação de qualidade.

Além de ampliar a oferta de vagas no ensino fundamental, o Governo Federal tratou de adotar novas medidas de transferência de renda, com vistas a incentivar as matrículas e a permanência na escola. Foi implantado, em 1997, o Programa de Garantia de Renda Mínima, que atribuía uma complementação às famílias de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental. Em 1999, o programa beneficiou 1,1 milhão de crianças pertencentes a 504 mil famílias, em mil municípios, atingindo 853 mil famílias e 1,7 milhão de crianças em 2000.

O Bolsa Escola Federal já é considerado o maior programa de redistribuição de renda do Brasil, e um dos maiores do mundo.

Em 2001, o **Programa Bolsa Escola Federal** veio substituir o Programa de Garantia de Renda Mínima, com propostas mais ousadas, inovadoras e abrangentes. Já considerado o maior programa de distribuição de renda do Brasil, e um dos maiores do mundo, o **Bolsa Escola Federal** está investindo no futuro de toda uma geração de pequenos brasileiros, que terão a permanência na escola garantida. Assegura que "lugar de criança é na escola", ao exigir a freqüência de 85% no trimestre como condição para o recebimento do benefício.

Para concretizar uma política educacional baseada na promoção, foram estabelecidos dois parâmetros e um requisito para definir a população beneficiada: faixa etária e renda, e freqüência à escola. Sendo assim, todas as crianças entre 6 e 15 anos que freqüentam o ensino fundamental, cujas famílias tenham renda *per capita* mensal de até R\$ 90,00, podem receber o benefício do **Bolsa Escola Federal** equivalente a R\$ 15,00 por mês, por aluno, limitado a R\$ 45,00 por família.

Os municípios que adotam o Bolsa Escola assinam o termo de adesão; instituem por meio de lei municipal, um programa de renda mínima; devem desenvolver ações sócio-educativas; criam o Conselho de Controle Social do Programa e cadastram todas as famílias que tenham direito ao benefício.

Acrescente-se que os benefícios do Bolsa Escola poderão ser ampliados, já que incentiva a implantação de programas complementares pelos municípios, ainda que não seja exigida dos mesmos contrapartidas financeiras aos recursos federais.

Todo o processo de acompanhamento e supervisão do programa é feito por intermédio de um Conselho Municipal do Bolsa Escola, já estabelecido ou criado especificamente para esse fim, integrado por, no mínimo, 50% de representantes da sociedade, não-vinculados à administração municipal. Uma parceria com a Pastoral da Criança, que está em 3.403 municípios, irá ajudar na fiscalização do programa nas 32 mil comunidades aonde atua.

O pagamento do benefício é feito de forma inovadora: repassado diretamente, sem intermediários, à mãe, ou responsável legal, por intermédio de um cartão eletrônico que tem como agente operador um banco federal com capilaridade nacional.

Merece realce o pagamento do benefício, feito às mães das crianças. Dados estatísticos demonstram o crescimento do número de mulheres como chefes de família e experiências anteriores confirmam afirmações contidas em Relatório elaborado pelo Banco Mundial, em 2000: a transferência para a mulher, ao invés de para o homem, além de assegurar a participação da mulher na educação e no desenvolvimento da criança, resulta em um uso mais apropriado dos recursos. Os argumentos apresentados pelo Banco Mundial reforçam uma idéia que já permeia o senso comum – as mães podem influir decisivamente na educação dos filhos.

A meta do **Programa Bolsa Escola Federal** para o biênio 2001-2002 é universalizar o acesso, assegurando a permanência e atingindo, de fato, todos os que se enquadram nos critérios. Deverão ser beneficiadas 5,8 milhões de famílias, totalizando onze milhões de crianças, de 6 a 15 anos, em todo o País. Uma entre cada três crianças que hoje freqüentam o ensino fundamental será atendida.

Em 2001, o Bolsa Escola Federal contemplou 5.470 municípios, atendendo 4,8 milhões de famílias e 8,3 milhões de crianças.



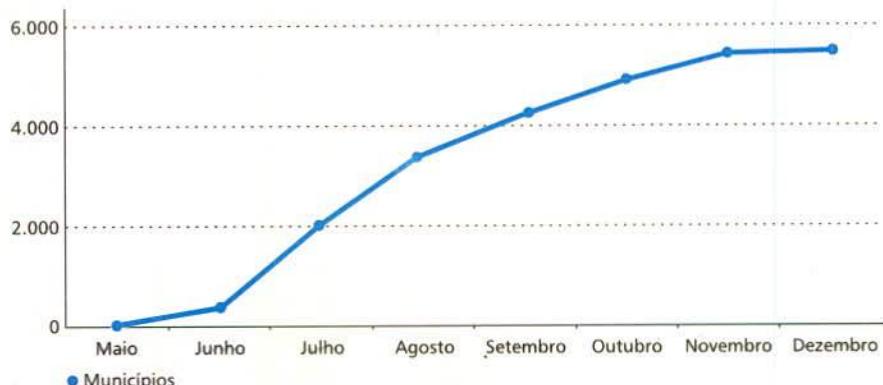
Totais Acumulados no Mês

Fonte: Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola (SPNBE), Ministério da Educação

(1) A habilitação de famílias e crianças, no exercício de 2001, foi encerrada em novembro.

Evolução da concessão de benefícios do Programa Bolsa Escola Federal 2001

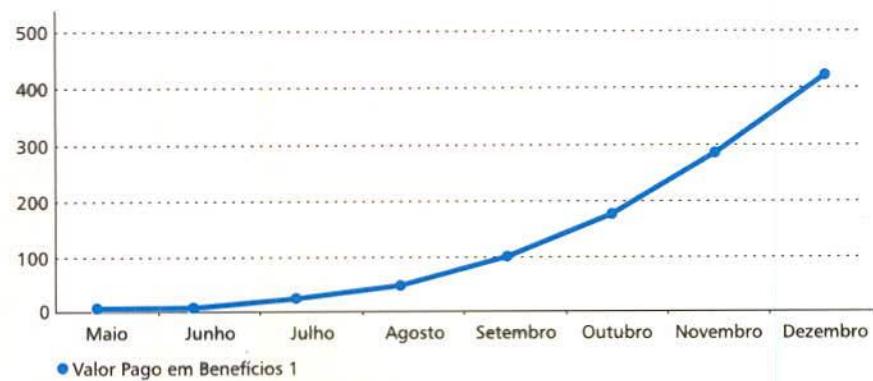
Evolução da habilitação de municípios no Bolsa Escola Federal 2001



Fonte: Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola (SPNBE), Ministério da Educação.

(1) A habilitação de municípios, no exercício de 2001, foi encerrada em novembro.

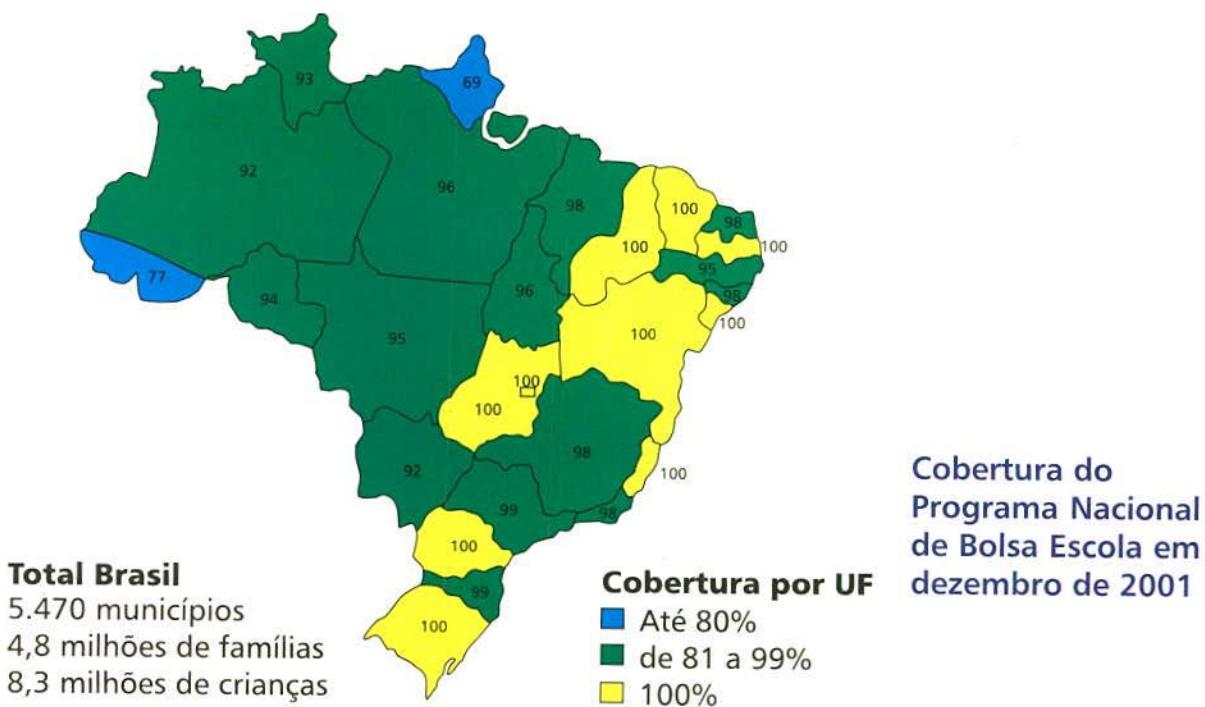
Evolução do pagamento de benefícios do Bolsa Escola Federal 2001 (valores acumulados em R\$ milhões)



Fonte: Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola (SPNBE), Ministério da Educação.

(1) Em R\$ milhões. Os valores pagos são referentes à habilitação de famílias e crianças ocorridas no mês anterior.

O benefício do **Bolsa Escola Federal** representa, em grande parte dos casos, um aumento de cerca de 20% na renda familiar. O programa está sendo implantado em velocidade recorde. Em 2001, o programa contemplou 5.470 municípios, atendendo 4,8 milhões de famílias e 8,3 milhões de crianças.



Ensino médio

A universalização do acesso e a melhoria da qualidade do ensino fundamental levam a uma extraordinária expansão da demanda pelo ensino médio. De meio exclusivo de preparação das elites para o acesso à educação superior, o ensino médio tende a se tornar a base da formação dos brasileiros. Uma série de mudanças em andamento desde 1995 vem preparando o ensino médio para esse papel.

O primeiro passo da reforma, de natureza estrutural, foi separar o ensino médio do ensino técnico. Agora, os dois existem de forma independente, e o curso profissionalizante passou a ser complementar ao ensino médio. Além disso, o Ministério da Educação promoveu mudanças de natureza didático-pedagógica e curricular: o novo ensino médio estará associando o conhecimento à vida prática do aluno, orientando-o em relação ao futuro, e não mais limitando-se à etapa de preparação para ingresso no curso superior.

Foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, de caráter obrigatório para todas as escolas do País e que junto com os Parâmetros Curriculares, conjunto de orientações e recomendações, passaram a apoiar o trabalho dos professores na nova concepção do ensino médio.

Os currículos tornaram-se mais flexíveis: 75% do conteúdo curricular compõem uma base nacional comum, e os restantes 25% passaram a ser definidos pelas escolas, com base nas características só-

cio-econômicas locais ou regionais ou nos interesses da comunidade escolar. Com essa inovação, o aluno passa a ter maior liberdade na construção do seu próprio currículo.

As matrículas no ensino médio regular passaram de 4,9 milhões de alunos em 1994, para 8,4 milhões em 2001, um crescimento de 71%. No supletivo as matrículas cresceram 157%.

Os números do ensino médio evidenciam o salto que vem experimentando a educação brasileira. As matrículas no ensino médio regular passaram de pouco menos de cinco milhões de alunos em 1994, para 8,4 milhões em 2001, com um crescimento de 71%. No ensino médio supletivo também se observou um crescimento expressivo, conforme a tabela a seguir:

Ano	Ensino Médio (Regular)	
	Matrícula	Concluintes
1994	4.936.211	917.298
2001	8.398.008	1.836.130
Crescimento 94/2001	71%	102%
Ano	Ensino Médio (Supletivo)	
	Matrícula	Concluintes
1995	340.046	76.413
2000	873.224	380.764*
Crescimento 95/2000	157%	398%

Fonte: MEC/INEP/SEEC

(*) Concluintes referentes ao ano de 2000

Matrícula e concluintes no Ensino Médio

Brasil 1994 - 2001

O ensino médio regular incorporou 3,5 milhões de novas matrículas desde 1994. Em sete anos cresceu o equivalente ao registrado nos quatorze anos anteriores. No período 1980-1994, o sistema havia acrescido apenas 2,1 milhões de matrículas às já existentes.

O sucesso em concluir os estudos aumentou também neste nível de ensino. Em 1995 os cálculos de fluxo escolar estimavam 71 concluintes para cada cem ingressantes. As estimativas para o ano de 1999 indicam uma taxa esperada de 78 concluintes para cada cem ingressantes.

As maiores taxas de crescimento do ensino médio, de 1994 a 2000, ocorreram nas Regiões Nordeste (80,2%) e Norte (77,8%).

A distribuição nas matrículas também é digna de registro. As maiores taxas de crescimento verificadas no período de 1994 a 2000 ocorreram nas Regiões Nordeste, com 80,2%, e Norte, com 77,8%. Isto mostra que estão se reduzindo de forma significativa as diferenças regionais no acesso ao ensino médio.

Como podemos ver na tabela anterior, o número de concluintes também cresceu cerca de 100%, passando de 917 mil alunos em 1994, para 1,8 milhão em 2001, possibilitando que mais e mais jovens

alcancem a formação educacional básica que todo brasileiro deve ter para exercer sua cidadania.

O crescimento do ensino médio se deu, no início, de forma desordenada, ocupando espaços ociosos do ensino fundamental. Isto exigiu o reordenamento da rede, a reorganização da infra-estrutura física e a redistribuição dos recursos humanos. A vantagem imediata foi a criação de uma escola para jovens e jovens adultos com identidade própria, distinta de uma escola para crianças, e o uso mais adequado dos quadros docentes, técnicos e administrativos, favorecendo a permanência dos professores em uma única escola. Temos agora mais escolas oferecendo exclusivamente ensino médio, ou compartilhadas com as últimas séries do ensino fundamental que também atendem a um grande número de jovens, como se vê a seguir.

	1995	2000	% crescimento
Brasil	15.357	19.456	26,7
Norte	875	1.309	49,6
Nordeste	3.606	4.816	33,6
Sudeste	7.054	8.565	21,4
Sul	2.454	3.080	25,5
Centro-Oeste	1.368	1.686	23,2

Fonte: INEP

Número de estabelecimentos que oferecem Ensino Médio

Para expandir a oferta, com ensino de qualidade, estão sendo adotadas medidas destinadas a promover o uso de tecnologias modernas como a TV, o rádio e os computadores, ferramentas de apoio para melhorar a prática pedagógica dos professores e colocar os alunos em contato com novas realidades.

A propósito, como desdobramento das políticas mais amplas, o Governo formulou o projeto Escola Jovem que, juntamente com o Projeto Alvorada, constitui-se em estratégia para apoiar financeiramente os estados, mediante a aprovação de projetos de investimento para facilitar a compra descentralizada de insumos e equipamentos – bibliotecas, computadores, aparelhos de televisão e videocassete – para a formação continuada das equipes técnicas e professores e para a realização de estudos e pesquisas.

Para essas iniciativas, as secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal contam com US\$ 500 milhões do projeto Escola Jovem. Para treze estados do Norte e Nordeste foram disponibilizados mais R\$ 960 milhões do Projeto Alvorada, para serem investidos exclusivamente no desenvolvimento do ensino médio público e gratuito.

O ensino médio público conta com US\$ 500 milhões do projeto Escola Jovem, além de R\$ 960 milhões do Projeto Alvorada.

A prioridade dada ao ensino médio está contribuindo para melhorar gradativamente as taxas de escolarização. A taxa de atendimento à população de 15 a 17 anos, faixa etária em que os jovens devem estar freqüentando o ensino médio, que em 1994 era de 69%, evoluiu para 84,5% em 1999. A taxa de escolarização bruta cresceu de 48% para 75%, no mesmo período, enquanto a de escolarização líquida passou de 21% para 33%.

O fluxo deve ser destacado. A taxa de promoção, 65% em 1995, atingiu 74,5% em 1999. Nesse período, o índice de repetência caiu de 26,7% para 18,6% e o de evasão regrediu de 8,4% para 6,9%.

A avaliação é outro ponto a ser realçado. De forma inédita e inovadora, foi instituído o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para os concluintes do ensino médio. Realizado pela quarta vez em 2001, tende a se firmar como instrumento importante de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas. A credibilidade dos resultados do ENEM já os credencia junto a aproximadamente trezentas instituições como prova válida para o acesso ao ensino superior, de modo isolado ou combinado com o vestibular tradicional.

Educação profissional

A educação profissional vem passando por mudanças que são emblemáticas na grande virada de qualidade e universalização da educação que estamos construindo no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, promulgada em 1996, considera essa modalidade de ensino estratégica para a competitividade e o desenvolvimento humano. Desde 1997, o Ministério da Educação vem comandando uma forte política para reformar a educação profissional, determinando sua melhoria e expansão, sintonizadas com as demandas do setor produtivo e com as necessidades de desenvolvimento do País, da sociedade e dos cidadãos.

A primeira grande mudança é que a educação profissional desvinculou-se do antigo ensino de segundo grau, passando a ser complementar à formação básica, isto é, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. Temos hoje no Brasil a educação profissional muito mais voltada para a realidade do mercado e em sintonia com o mundo do trabalho.

Hoje, a educação profissional está estruturada em três níveis: básico, técnico e tecnológico.

Desmembrada do ensino médio, a educação profissional passou a contar com cursos voltados às necessidades do mercado de trabalho – locais e regionais. Hoje, a educação profissional está estruturada em três níveis: básico, independente de qualquer escolaridade anterior; técnico, simultâneo ou posterior ao ensino médio; e tecnológico, pós-médio superior. A estrutura curricular em módulos permite ao aluno fazer vários cursos de curta duração, em diferentes momentos de sua vida profissional, e apresenta conteúdos flexíveis que levam em conta as preferências dos estudantes.

Com identidade própria, a educação profissional vem atraindo jovens que desejam, verdadeiramente, atuar como profissionais de nível médio. Acabou, assim, uma distorção do passado quando, pela reconhecida qualidade do ensino oferecido, sobretudo as federais, as vagas das escolas técnicas de nível médio eram disputadas por centenas de jovens que pretendiam, de fato, preparar-se para o vestibular.

Para consolidar a nova educação profissional, o Ministério da Educação promoveu uma intensa mobilização dos setores envolvidos. Como resultado desse movimento merecem destaque: a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e do Sistema Nacional de Educação Tecnológica; o estabelecimento de funções estratégicas de fomento, ensino, pesquisa e desenvolvimento da educação profissional, por meio dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das escolas pertencentes à rede federal de ensino; a implantação de programa com a finalidade de promover a melhoria e a expansão da educação profissional; a publicação de referenciais curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico; e a captação de recursos financeiros complementares aos nacionais, para expansão e melhoria da educação profissional.

O Censo da Educação Profissional, realizado em 1999, fornece elementos que atestam os efeitos desse novo modelo educacional: 3.948 escolas ou instituições – escolas técnicas federais, estaduais e municipais e estabelecimentos privados de ensino – já ofereciam, naquele ano, cursos básicos, técnicos e tecnológicos no País. Em razão do caráter espontâneo do censo, os dados podem estar subestimados. Ainda assim, foram contabilizados 2,8 milhões de estudantes matriculados, estando a maior concentração no nível básico – cursos de curta duração –, com 71,5% das matrículas, seguido daqueles inseridos nos níveis técnico e tecnológico, com participações respectivas de 25% e 3,4%.

Para responder com qualidade a este crescimento, o Governo promoveu diversas ações. Atualizou cinqüenta mil profissionais que atuam na área e elaborou, produziu e distribuiu 126 mil volumes dos Referenciais Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico, contendo orientações como as mudanças curriculares que as escolas devem produzir em todos os seus cursos. Ao todo foram beneficiadas 2,2 mil instituições, 717 mil alunos e 77 mil professores.

Nesse processo, cabe um destaque às escolas da rede federal de educação tecnológica. De 1995 a 2001, elas aumentaram em número, de 114 para 137 estabelecimentos em funcionamento, e ampliaram em cerca de 300% as matrículas nos três níveis da educação profissional, passando de 89,7 mil, em 1995, para 267,4 mil alunos, em 2001.

De 1995 a 2001, o número de escolas da rede federal de educação tecnológica aumentou de 114 para 137.

Importante instrumento para o processo de reformulação e ampliação do ensino profissional, o **Programa de Expansão da Educação Profissional – Proer** vem desenvolvendo ações desde 1997. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID participa do financiamento do programa, com um contrato no valor de US\$ 250 milhões, aos quais se somam outros US\$ 250 milhões de contrapartida nacional (50% do Ministério e 50% do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT), perfazendo um total de US\$ 500 milhões.

No período de 1998 a 2001, foram firmados 230 convênios para a criação de centros escolares de educação profissional, comprometendo recursos da ordem de R\$ 485 milhões, atendendo à rede federal, às redes estaduais e ao segmento comunitário. Em termos de crescimento, a nova orientação para a oferta de cursos vinculados às demandas, articulando as dimensões educação/trabalho/ciência/tecnologia, ampliará em cerca de 3.446% as matrículas dos cursos de tecnólogo; 457% as dos cursos técnicos e em 1.774% as dos cursos básicos, após a consolidação dos 230 projetos.

Visando ao reordenamento das redes, foram firmados ainda, no âmbito do Proep, 27 convênios para preparação e implementação de planos estaduais de educação profissional, que contam com cerca de R\$ 11 milhões.

Novas tecnologias na educação pública

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB foram criadas as condições legais para a institucionalização da modalidade de educação a distância no sistema educacional brasileiro. A educação a distância e as novas tecnologias são elementos importantes para democratizar o acesso e elevar o padrão de qualidade da educação.

Até 1995, eram poucas as experiências de utilização de novas tecnologias na educação pública brasileira. Desde então, o Governo Federal vem desenvolvendo programas que oferecem às escolas infra-estrutura e diretrizes que respeitam a autonomia dos diferentes sistemas educacionais, realçam o projeto pedagógico das instituições e colocam a tecnologia a serviço da educação. Os focos desses programas são a valorização do papel dos professores, a aprendizagem dos alunos e o enriquecimento do cotidiano das escolas.

A TV Escola está presente em 93% das escolas da rede pública brasileira de ensino fundamental.

A primeira inovação na utilização de novas tecnologias na educação foi a criação da TV Escola. Lançado em 1996, o projeto TV Escola compreendeu a criação de um canal exclusivo, com transmissão via satélite, e a distribuição de equipamentos – antena parabólica, aparelho de TV e vídeo para gravação e recepção – para as escolas do ensino fundamental com mais de cem alunos. À fase de compra e instalação maciça de equipamentos, que caracterizou o início do projeto, seguiu-se o investimento na capacitação de professores, elaboração de materiais de apoio e produção e aquisição de programas televisivos.

O canal transmite quatorze horas diárias de programas com conteúdo orientado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e Fundamental. Nos finais de semana, além da programação da Escola Aberta, destinada à comunidade, transmite também, em parceria com o Ministério da Cultura, a série Redescoberta do Cinema Brasileiro, com uma seleção dos melhores filmes de longa metragem já produzidos no País.

A TV Escola tem atuado em diversas áreas como a promoção do aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, a motivação dos alunos, o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino. Está presente em 93% das escolas da rede pública brasileira de ensino fundamental, atingindo cerca de 28 milhões de alunos e um milhão de professores. E, desde outubro de 1999, está transmitindo programas voltados ao ensino médio, orientando professores, gestores e alunos quanto aos parâmetros e diretrizes da reforma desse nível de ensino.

Cabe destacar a capacitação de professores para a utilização pedagógica de televisão e vídeo, que está sendo realizada desde 2000, em parceria com a Universidade Virtual Pública do Brasil – UniRede, por meio de um curso de extensão a distância. Houve mais de 250 mil inscrições, mostrando não só a aceitação do programa TV Escola, mas também que há significativa procura por capacitação para incorporar novas tecnologias ao cotidiano escolar.

Além da TV Escola, outra inovação é o Rádio Escola. Implantado em 2000, o Projeto Rádio Escola está constituindo-se em importante ferramenta para a capacitação de professores e educação de jovens e adultos.

Para propiciar o acesso ao curso de nível médio a distância aos professores que não possuem habilitação em magistério e atuam em classes de alfabetização e nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, foi lançado, em janeiro de 1999, o **Programa de Formação de Professores em Exercício – Proformação**. Com 3.200 horas, utiliza material impresso e vídeo, e está beneficiando cerca de trinta mil professores nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O **Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo** está permitindo aos professores e alunos da rede pública o acesso à telemática, ferramenta para a modernização e melhoria da qualidade do ensino. Desenvolvido em parceria com os estados e municípios, tem como peça-chave para o sucesso a capacitação de recursos humanos, de modo especial os professores, que são preparados em dois níveis: o dos multiplicadores e o das escolas.

O ProInfo já adquiriu 32.255 computadores com acesso à Internet, atendeu 2.477 escolas em 1.025 municípios e implantou 259 Núcleos de Tecnologia Educacional.

Já foram adquiridos 32.255 computadores com acesso à internet, atendidas 2.477 escolas em 1.025 municípios, e implantados 259 Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE. Em Brasília, foi criado o Centro de Experimentação de Tecnologias Educacionais – CETE, para dar suporte aos Núcleos e às escolas atendidas pelo ProInfo.

O processo de capacitação encontra-se em desenvolvimento. Já são 1.419 multiplicadores formados, e capacitados 58.640 professores de 2.477 escolas

Os frutos do ProInfo estão aparecendo. Há experiências com escolas informatizadas que, por meio de parcerias e contando com o empenho dos professores, desenvolveram projetos com adolescentes carentes, incentivando-os a permanecer em salas de aulas. Há também experiências com educação indígena, projetos de integração entre escolas brasileiras e estrangeiras e criação de comunidades virtuais de aprendizagem entre escolas.

Para o biênio 2001-2002 está prevista a aquisição de mais 67 mil computadores para atender seis mil escolas de ensino fundamental e a instalação de 290 mil computadores, com acesso à internet em 13.237 escolas públicas do ensino médio. Cabe destacar que o programa conta com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST/Educação, e estará beneficiando sete milhões de alunos e 317 mil professores em 5.185 municípios.

Educação de jovens e adultos

Em 1920, 65% dos brasileiros com mais de quinze anos eram analfabetos. Esse índice caiu para 25% em 1980 e 13% em 2000. Com as ações destinadas a universalizar o acesso ao ensino fundamental, e voltadas para a educação de jovens e adultos, até 2002 a taxa de analfabetismo no País deve cair para um dígito, isto é, menos de 10%.

O maior desafio é atender a milhões de analfabetos e estudantes que deixaram precocemente de freqüentar a escola, expandindo a oferta de vagas até a 8^a série do ensino fundamental, garantindo o atendimento com escolas adequadas, com professores preparados e capacitados e material didático atualizado, para proporcionar um ensino/aprendizagem de qualidade.

De 1995 a 2000, o Ministério da Educação desenvolveu ações, em parceria com estados e municípios, com o propósito de transformar a educação de jovens e adultos em política pública no sistema de ensino brasileiro. Em 1995, foram beneficiadas 33 instituições de ensino em dezenove estados. Em 2000, foram contempladas 3.069 instituições em todas as unidades da federação.

O Censo Escolar de 2000 aponta, nas Regiões Norte e Nordeste, um atendimento a cerca de 1,2 milhão de jovens e adultos. Para reforçar as ações nessas regiões e nos 389 municípios mais pobres, com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH igual ou menor que 0,5, foi lançado, em 2001, o Recomeço – Programa Supletivo classificado como uma das prioridades do Projeto Alvorada.

Constatou-se no Censo Escolar 2001 que, em relação ao Censo Escolar 2000, a matrícula do ensino fundamental de jovens e adultos cresceu na ordem de 34% na Região Norte, passando de 332.166 para 445.845 alunos. Na Região Nordeste, o crescimento foi de 54% e a matrícula passou de 540.868 para 835.513 alunos.

De 1999 para 2000, a matrícula de jovens e adultos no ensino fundamental cresceu 34% na Região Norte e 54% no Nordeste.

Em 2001, foram transferidos aos sistemas estaduais e municipais de ensino cerca de R\$ 190 milhões no âmbito do Recomeço – Programa Supletivo, permitindo beneficiar cerca de 830 mil alunos do ensino fundamental de jovens e adultos das Regiões Norte e Nordeste e de municípios situados em microrregiões com IDH menor ou igual a 0,5, de estados localizados em outras regiões.

Além dos recursos destinados aos sistemas de ensino pelo Recomeço – Programa Supletivo, foram transferidos cerca de R\$ 12 milhões às prefeituras para o desenvolvimento de projetos de melhoria da qualidade da oferta de educação de jovens e adultos, beneficiando as regiões metropolitanas dos municípios-capital e municípios-pólos que desenvolvem o **Programa Parâmetros em Ação** das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Receberam, ainda, atendimento os Municípios de Manaus e Macapá.

Os recursos devem ser empregados exclusivamente em manutenção e desenvolvimento da educação de jovens e adultos, contemplando remuneração e formação do corpo docente, aquisição e reprodução de material didático que atenda às especificidades do segmento beneficiado, e programa suplementar de alimentação para os alunos. Para 2001, o Orçamento da União alocou cerca de R\$ 310 milhões para a educação de jovens e adultos, dos quais R\$ 190 milhões para o Recomeço – Programa Supletivo.

Educação infantil

O atendimento na educação infantil, que até a década de 1980 era tido como exceção e privilégio, vem disseminando-se de forma positiva, abrindo-se para todas as crianças de 0 a 6 anos.

Até recentemente, as creches e pré-escolas destinadas ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos estavam vinculadas à assistência social e não faziam parte do sistema educacional. Somente a partir de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB é que esta integração, já prevista na Constituição, começou a ser implantada de forma sistemática.

Segundo a LDB, a educação infantil deve ser oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos de idade. Ainda que não obrigatória, é um direito público, cabendo a expansão da oferta aos municípios, com o apoio da União e dos Estados.

Para auxiliar a implementação da nova institucionalidade da educação infantil, o Ministério da Educação criou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os Referenciais para Formação de Professores, além dos Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil. Atente-se que os referenciais foram concebidos de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira.

Na programação da TV Escola já são disponibilizados centenas de programas voltados ao público infantil para auxiliar o trabalho dos professores. São programas nas áreas de artes, ciências, matemática, meio ambiente, literatura, saúde, ética e pluralidade cultural, que estão contribuindo para o desenvolvimento integral de nossas crianças.

O Censo Escolar passou a fazer, a partir de 1998, o cadastramento das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) do País. Em 2000, o Ministério da Educação realizou o primeiro Censo da Educação Infantil, com vistas a ampliar o cadastro de instituições que oferecem esse nível de ensino e a obter informações mais detalhadas sobre o tipo de atendimento realizado. Segundo os dados do Censo Escolar de 2001, cerca de 5,9 milhões de crianças já estão sendo atendidas pela educação infantil – 1,1 milhão em creches e 4,8 milhões, predominantemente na faixa dos 4 aos 6 anos, na pré-escola, conforme tabela a seguir:

Ano	Matrícula na Educação Infantil	
	Creche	Pré-Escola
1994	-	4.002.672
1998	381.804	4.111.120
2001	1.093.347	4.818.803
Crescimento 98/2001	186%	17%
Crescimento 94/2001		20%

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Matrícula na Educação Infantil

Com crescimento de 8,9% nas matrículas na pré-escola, em relação a 2000, os destaques cabem às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que registraram expansão de 17,9%, 11,4% e 10,5%, respectivamente.

Vale ressaltar a existência ainda, mesmo que residual, das classes de alfabetização, voltadas para alunos com mais de sete anos. A dificuldade para oferecer ensino regular de pré-escola para todas as crianças levou muitos estados e municípios, no passado recente, a

criarem classes de alfabetização, que deveriam anteceder e facilitar o ingresso no ensino fundamental obrigatório. Em 2000, as classes de alfabetização contabilizavam 674 mil alunos, dos quais 77,2% na faixa de 6 a 7 anos de idade. Em 1994, eram 1,6 milhão de alunos, o que demonstra a eficácia das políticas de regularização do fluxo escolar, com a ampliação do acesso ao ensino fundamental.

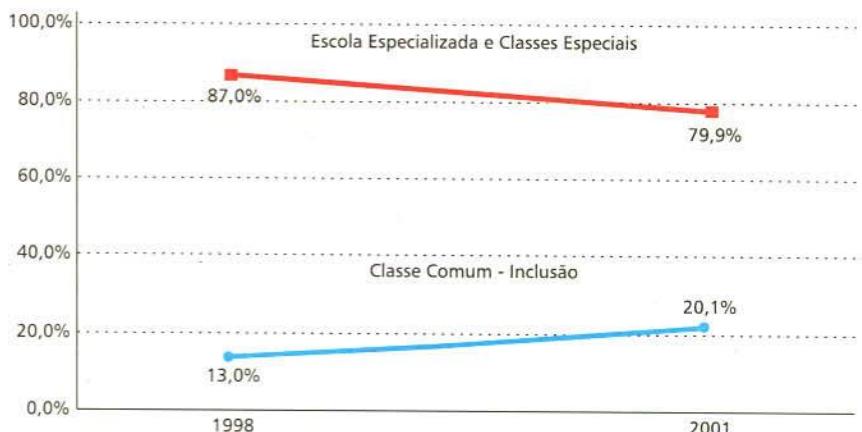
Educação especial

Tendo como princípio o respeito aos direitos humanos, um dos desafios das políticas públicas para a educação é garantir escola de qualidade para as pessoas com necessidades especiais.

As ações implantadas desde 1995, inéditas e abrangentes, instauraram um novo tempo para a educação especial. A maior transformação foi torná-la, de fato e de direito, parte integrante do sistema educacional brasileiro, e não mais um sistema paralelo, e fazer dela um agente de mudança da gestão e da prática pedagógica no processo de construção da educação inclusiva, com a mobilização da sociedade e a promoção de ações visando à equidade na educação.

Assim, passou a ser incluída em todas as políticas e programas do Ministério da Educação, como o Livro Didático, Saúde do Escolar, Transporte Escolar, Dinheiro Direto na Escola, dentre outras.

A evolução da política de educação especial pode ser analisada no gráfico a seguir:



Em 1998, as escolas regulares atendiam 43 mil portadores de necessidades especiais; em 2001 esse número passou para 81 mil, com o atendimento em classes de integração crescendo de 13% para 20%.

Evolução da política de atendimento da Educação Especial

Verifica-se que a parcela de alunos atendidos de maneira inclusiva em escolas da rede regular de ensino, que era de 13% em 1998, passou a 20% em 2001. Este resultado deixa claro que as políticas adotadas no âmbito da educação especial têm colaborado para que o sistema de ensino se transforme para realizar uma educação de qualidade realmente para todos.

A mobilização da sociedade civil impulsionou o processo de mudanças que vem sendo empreendido. Foram realizadas campanhas de sensibilização sobre o direito à educação e detecção de problemas sensoriais em alunos do ensino fundamental, e fortalecidas a articulação e as parcerias com organizações da sociedade civil, com as áreas de saúde, trabalho, justiça e assistência social. Consolidou-se, ainda, a colaboração com o Ministério Público nas questões relativas à garantia do direito à educação.

Em primeiro lugar, as ações do Ministério da Educação destinaram-se a sensibilizar as famílias e as entidades de ensino para que enxergassem as crianças e os jovens com necessidades especiais como sujeitos do direito à educação. Por medo, preconceito ou desinformação das famílias, muitos jovens e crianças permaneciam em casa, longe das oportunidades educacionais. Além disso, muitos dos que estavam na escola não eram reconhecidos nas matrículas, dificultando a provisão do apoio necessário.

Em 1996, estavam matriculados na educação básica 201 mil alunos com necessidades especiais. No início do ano seguinte, com a realização de uma grande campanha nacional de sensibilização para a sua inclusão escolar, registrou-se um crescimento nas matrículas de 66,3% – 334 mil alunos em 1997. É de se destacar que um dos efeitos de ter alunos especiais na escola, identificados nas estatísticas educacionais, foi a melhoria das informações necessárias à formulação de políticas.

De posse das informações, o Ministério da Educação pôde implementar um conjunto abrangente de políticas, que compreendem desde a capacitação de professores e elaboração de material apropriado, até o encaminhamento para atendimento adequado a alunos com necessidades especiais, com o fornecimento de próteses, óculos e aparelhos auditivos.

Reconhecendo que o acesso e o progresso dos estudantes com deficiência visual dependia mais do seu esforço individual, em decorrência da ausência de efetivo apoio para a igualdade de oportunidade, foram implantados, em parceria com estados, municípios e organizações não-governamentais, doze Centros de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP. Além disso, com a instituição da Comissão Brasileira do Braille, está sendo realizada a unificação das grafias Braille em todo o País, e articulada a compatibilização dessas grafias no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

São dignas de destaque as ações do Instituto Benjamin Constant – IBC, que, além de desenvolver um importante *software*, o Braille Fácil, sistema informatizado para impressão de textos em Braille, tornou disponíveis 120 títulos do projeto Livro Didático, adaptados e transcritos para aquele sistema de leitura. De maneira inédita, em 2001 foram distribuídos livros didáticos em Braille, benefician-

do 583 alunos em 187 municípios. E mais: o IBC imprimiu e distribuiu cerca de um milhão de páginas de impressos, em cerca de quatorze mil volumes. E foram também produzidos cerca de 25 mil exemplares de material pedagógico grafo-tátil adaptado às necessidades do aluno deficiente visual.

Atuando na formação de recursos humanos e no desenvolvimento de estudos e pesquisas para proporcionar a inclusão e escolarização, com qualidade, dos portadores de deficiência auditiva, o Instituto Nacional de Surdos – INES capacitou 4.700 profissionais. Além disso, por meio de capacitação a distância, foram treinados outros cinco mil profissionais.

Acrescente-se que está sendo lançada uma grande Cruzada Libras, que vai formar multiplicadores surdos e capacitar professores das escolas públicas, para que a Língua Brasileira de Sinais seja definitivamente reconhecida e integrada ao processo educativo de alunos surdos em todo o território nacional.

As novas tecnologias estão sendo utilizadas, também, na educação para alunos com necessidades especiais. Em ação conjunta com o ProInfo, foi desenvolvido o curso de capacitação de multiplicadores em informática na educação orientado para a educação especial, visando proporcionar formação complementar aos multiplicadores dos núcleos de tecnologia educacional. Adicionalmente, o Projeto de Informática na Educação Especial – ProInesp contempla escolas especializadas que atendem a alunos com necessidades especiais. Em 1999 e 2000 foram implantados, respectivamente, 38 e 100 laboratórios de informática e, em 2001, outros 89 laboratórios.

Para permitir efetiva integração do aluno especial à escola, o Ministério da Educação promoveu a capacitação de professores que atuam na rede regular de ensino, com a utilização, inclusive, da educação a distância. Há que se acrescentar a capacitação de professores do ensino fundamental que atendem a diferentes necessidades educativas especiais no ensino regular. Até 2001, foram capacitados 40.865 professores das redes estaduais, municipais e de organizações não-governamentais.

Os resultados da política para a educação especial são animadores. O número de municípios que oferecem educação especial cresceu 38% entre 1997 e 2001, passando de 2.375 para 3.295. Dados do Censo Escolar indicam que, considerando tanto as escolas especializadas como os alunos integrados nas escolas comuns, o atendimento a alunos com necessidades especiais aumentou 20%, entre 1998 e 2001. No período, o atendimento em classes comuns cresceu 85%, passando de 43 mil em 1998 para 81 mil em 2001. Como consequência, o percentual de alunos com necessidades especiais atendidos pelas classes de integração passou de 13%, em 1998 para 20% em 2001.

O número de municípios que oferecem educação especial cresceu 38% entre 1997 e 2001, passando de 2.375 para 3.295.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais deram espaço a inclusão da questão da diversidade e promoveram a elaboração de orientação para adaptações curriculares que fortaleceram as articulações da educação especial com todos os níveis e modalidades de ensino.

Na área de acesso ao trabalho, o projeto Tecnologia para Pessoas com Necessidades Especiais – TECNEP lançou as bases para uma educação profissional consequente, em atendimento à legislação vigente, que gerou nova demanda para o mercado de trabalho bem como a implementação de uma melhoria de qualidade para a atual educação profissional de pessoas com necessidades especiais.

Na esfera legal, a equidade na educação foi regulamentada. Colocou a legislação brasileira dentre as mais avançadas do mundo e passou a contar com novas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução n.º 2, de 2001, do Conselho Nacional de Educação – que se constitui um instrumento estratégico para expandir e melhorar os serviços de educação especial nos municípios brasileiros.

Ensino superior

Um milhão de novos estudantes universitários entre 1994 e 2000: 62% de acréscimo.

O sistema de ensino superior, apesar de reduzido para as dimensões do País e das enormes diferenças de qualidade, incorporou, nos anos que vão de 1994 a 2000, um milhão de novos estudantes. De 1997 a 2000 – o período de maior crescimento – a taxa média de expansão foi de 11% ao ano. Para se ter uma idéia da velocidade desse crescimento basta observar que este percentual é praticamente o mesmo atingido pelo sistema em toda a década de 1980. O percentual da população com nível superior completo, entre os adultos com 25 anos ou mais, é semelhante ao de países como Áustria, Itália e Uruguai, e superior ao da China, Indonésia e Turquia.

Na política para o ensino superior, o desafio que vem sendo enfrentado desde 1995 – garantir a expansão e diversificação do sistema, com qualidade – desenhava-se claramente ao se atentar para o grande incremento nas taxas de conclusão do ensino médio, somando-se às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais segmentado e sofisticado.

Para o desempenho do ensino superior nos últimos sete anos, às políticas adotadas pelo Ministério da Educação somaram-se as inovações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que permitiram maior flexibilidade, criação de novos cursos, ensino a distância e cursos seqüenciais de menor duração.

Os procedimentos para a criação de novos cursos e novas instituições de ensino superior foram simplificados. Foram elaboradas novas diretrizes curriculares para o ensino de graduação, a educação a distância foi regulamentada, e foram redefinidos os procedimentos de autorização para cursos de especialização. Com a criação dos Centros Universitários, as instituições de ensino superior passaram a gozar de maior autonomia administrativa e acadêmica.

Em novas bases, as instituições de ensino superior estão oferecendo, além dos cursos presenciais de graduação e pós-graduação, cursos de educação a distância, e cursos seqüenciais. Já são várias instituições, a maioria públicas, federais e não-federais, com cursos a distância de ciências biológicas, matemática, física, química, pedagogia ou magistério, entre outros. Estão sendo oferecidos, também, cursos seqüenciais para estudantes que terminaram o ensino médio, que não requerem aprovação em vestibular, e atendem a demandas do mercado de trabalho.

Mais importante, foi institucionalizada a avaliação de desempenho como o principal critério de credenciamento e recredenciamento de cursos e instituições.

De maneira inédita, foi instituído mecanismo de avaliação das instituições – infra-estrutura física, inclusive laboratórios, equipamentos, biblioteca, titulação e produção científica dos professores – e de desempenho dos formandos em cursos de graduação. Os resultados das avaliações, que contam com especialistas designados pelo Ministério da Educação, permitem que a sociedade saiba quais são as instituições e os cursos de melhor desempenho, democratizam as informações, apontam as deficiências e favorecem a fiscalização e o controle social.

Com a edição da Lei n.º 9.131, de 1995, foi instituído o Exame Nacional de Cursos, que passou a ser conhecido como Provão e consolidou-se como instrumento primordial de aferição da qualidade do ensino de graduação. Os cursos com sucessivos resultados negativos, tanto nesse exame, quanto no de avaliação das condições de oferta, passaram a contar com a suspensão automática do reconhecimento, por um ano, e desativação se as deficiências permanecem após esse período. Iniciado em 1996 com apenas três áreas e 616 cursos, atingiu em 2001 a avaliação de 3,7 mil cursos e 271,4 mil alunos de vinte carreiras. Em 2002, serão avaliadas 24 áreas, 4,7 mil cursos e 329,7 mil graduandos, cerca de 80% do total de formandos em cursos de graduação no País.

Em 2001, o Provão avaliou 271.400 formandos de vinte carreiras de nível superior, distribuídas em 3.700 cursos.

A expansão do ensino superior foi retomada, depois de longo período de baixo crescimento no número de alunos matriculados:

Ano	Total	Instituições Públicas	Instituições Federais	Instituições Privadas
1994	1.661.034	690.450	363.543	970.584
2000	2.694.245	887.026	482.750	1.807.219
Cresc. % 94/2000	62%	29%	33%	86%

Fonte: MEC/INEP/SEEC

**Ensino Superior
matrículas
na graduação**

Foram agregados mais de 1 milhão de alunos, crescimento de 62% entre 1994 e 2000. Essa performance é ainda mais importante quando comparada com o quadro vigente entre 1980 e 1994, período em que o número de matrículas cresceu 20%, o de cursos 26% e o de instituições de ensino superior apresentou uma redução de 3,5%. A maior expansão ocorreu nas instituições privadas, que agregaram cerca de 836,6 mil novos alunos, a partir de 1994, atingindo 1,8 milhão em 2000. Isso significa um crescimento de 86% – nas instituições públicas, o crescimento foi de 29% e, especificamente, nas federais, o aumento de 33% significou 119 mil novos alunos. Considerando o período 1997 a 2000, o crescimento de 39% foi ligeiramente inferior ao observado nos dezessete anos compreendidos entre 1980 e 1997 – 41%.

Os resultados referentes aos concluintes também são muito expressivos. Cada vez mais alunos estão se formando em nossas universidades e instituições de ensino superior.

Ano	Total	Instituições Públicas	Instituições Federais	Instituições Privadas
1994	245.887	87.862	42.753	158.025
2000	324.734	112.451	59.098	212.283
Cresc. % 94/2000	32%	28%	38%	34%

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Ensino Superior: concluintes na graduação

É de se registrar que nos cinco anos anteriores – 1989 a 1994 – o número de concluintes havia crescido apenas 6%.

Se for considerado um prazo médio de cinco anos para a conclusão de um curso de graduação, vamos constatar que, para cada cem estudantes que ingressavam em 1989, 64 concluíram seus cursos em 1994. No ano de 1999, para cada cem estudantes que ingressaram em 1994, setenta passaram a concluir seus cursos. Nas instituições federais, a relação concluintes por ingressantes passou de 73% para 78%, enquanto nas instituições privadas essa relação passou de 61% para 70%.

A ampliação da oferta de vagas no ensino superior, predominantemente nas instituições privadas requereu ações destinadas a permitir o acesso a alunos provenientes de famílias menos abastadas. Por isso, foi implantado, em 1998, o **Programa de Financiamento Estudantil – FIES**, destinado a aperfeiçoar o financiamento a estudantes carentes do ensino superior. O FIES atende apenas aos cursos com avaliação positiva no Exame Nacional de Cursos, o Provão, e exige o aproveitamento do aluno em, pelo menos, 75% das disciplinas cursadas.

No novo sistema, com empréstimos contratados diretamente pelos estudantes a uma taxa de juros de 9% ao ano – a mais baixa do mercado –, há participação conjunta das faculdades, do agente fi-

nanceiro e do Governo Federal no risco futuro de inadimplência. Com condições financeiras favoráveis, mecanismos eficazes de acompanhamento e comprometimento do aluno com o resgate do financiamento, foram criadas, por meio do FIES, as condições para a sustentabilidade do programa.

Em três anos, o FIES atendeu uma média anual de 51.600 alunos. Já são 155 mil alunos contemplados, cabendo observar que os critérios de seleção privilegiam os estudantes mais carentes, com os candidatos classificados em função de índice que leva em conta, dentre outros fatores, a renda familiar, o número de membros da família, o fato de o candidato não ter moradia própria ou outro estudante de faculdade paga no grupo familiar. Tudo isso de forma automática sem nenhuma possibilidade de interferência política.

Para atender aos requisitos de expansão com diversificação e qualidade, as instituições de ensino superior estão estimulando a titulação e a produção científica de seus docentes.

No universo de 174 mil funções docentes, em 1999, registra-se um crescimento substancial da proporção de professores com pós-graduação em cursos de mestrado ou doutorado. Em 1994, a proporção de docentes com doutorado atingia 15%, percentual que se eleva a 22% em 2000. E a participação de docentes com mestrado ou doutorado – 39% em 1994, já alcançava 51% em 2000, conforme quadro abaixo.

Ano	Total				Federal			
	Docentes com Doutorado	Docentes com Mestrado ou Doutorado	Docentes com Doutorado	Docentes com Mestrado ou Doutorado				
1994	21.326	15%	54.857	39%	9.147	21%	24.046	55%
2000	39.522	22%	94.141	51%	16.302	37%	29.509	67%
Crescimento % 1994/2000	85%		72%		78%		23%	

Fonte: INEP

Considerando apenas as instituições federais, verifica-se que, enquanto os docentes com doutorado representavam 21% do total em 1994, em 2000 esse percentual havia alcançado 37% – com mestrado ou doutorado, essas participações se elevam de 55%, para 67%. Isso significa que, em 2000, de cada dez funções docentes nas instituições federais, pelo menos seis são ocupadas por mestres ou doutores, e pelo menos três são doutores.

O ensino de pós-graduação também apresenta resultados muito expressivos em termos da expansão do sistema e das medidas voltadas para o controle e elevação da qualidade da formação dos cursos de mestrado e doutorado.

Em três anos o FIES já contemplou 155 mil alunos carentes matriculados em instituições de ensino superior privadas.

**Ensino Superior:
qualificação de
docentes em
exercício**

Em 2001, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes realizou a avaliação trienal da pós-graduação nacional, abrangendo um total de 1.545 programas, responsáveis pela oferta de 2.351 cursos de mestrado e doutorado. Os resultados desse processo criterioso e sistemático, que retratam a situação e condições de funcionamento de cada programa avaliado, servem de base para o reconhecimento oficial da validade dos diplomas de mestrado e doutorado emitidos por instituições brasileiras; fornecem subsídios para a formulação da política nacional de desenvolvimento da pós-graduação; orientam os investimentos governamentais no setor e impulsionam a evolução de todo o sistema, à medida que estimulam os programas a responderem aos desafios impostos pelos avanços da ciência e tecnologia na atualidade.

Quanto à expansão da pós-graduação, os dados são elucidativos: cresceu significativamente o número de programas, de cursos, de alunos matriculados e de concluintes. O crescimento de 35%, em tão curto espaço de tempo, de um sistema que depende da prévia maturação de grupos de pesquisa, ganha maior relevo quando se constata que essa expansão se verificou em todas as regiões do País e que diminui o índice de concentração dos programas e cursos na região Sudeste: pela primeira vez, verificou-se o aumento da participação relativa das regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste na oferta da pós-graduação no País.

	1994	2000	Cresc. 94/00
Norte	32	43	34%
Nordeste	195	289	48%
Sudeste	1.189	1.474	24%
Sul	231	395	71%
Centro-Oeste	66	110	67%
Total	1.713	2.311	35%

Fonte: MEC/CAPES

Pós-Graduação: total de cursos de mestrado e doutorado por região

Nos cursos de mestrado as matrículas aumentaram 59% de 1994 a 2000; no mesmo período, as matrículas do doutorado quase dobraram.

No que se refere às matrículas nos cursos de mestrado verificou-se a elevação de 40.027, em 1994, para 63.614 em 2000, crescimento de 59%. No mesmo período, as matrículas nos cursos de doutorado quase dobraram, passando de 17.361 em 1994, para 33.004 em 2000.

Nas instituições federais, a expansão é ainda mais significativa. As matrículas nos cursos de mestrado passaram de 23.298, em 1994, para 45.351, em 2000, crescimento de 95%. Nos cur-

sos de doutorado, crescimento de 146%: 6.941 matrículas em 1994 e 17.065 em 2000.

O número total de titulados pela pós-graduação, em mestrado ou doutorado, também é digno de destaque. Foram 24 mil, em 2000, contra, 9,6 mil, em 1994, crescimento de 150%. Pelas instituições federais foram titulados, em 2000, 10 mil alunos do mestrado e 2,3 mil alunos do doutorado. Esses números expressam um aumento de 134% nos titulados em mestrado e 188% em doutorado, em relação a 1994.

Vem contribuindo para essa posição a concessão de bolsas de estudo para pós-graduação, no Brasil e no exterior, por meio de programas direcionados para o desenvolvimento da pós-graduação nacional, coordenados e executados pela Capes, instituição vinculada ao Ministério da Educação que em 2001 completou cinqüenta anos de existência. Em 1994 foram concedidas 5,7 mil bolsas para doutorado, contra 9,2 mil em 2001, além de 1,5 mil bolsas para estudos no exterior.

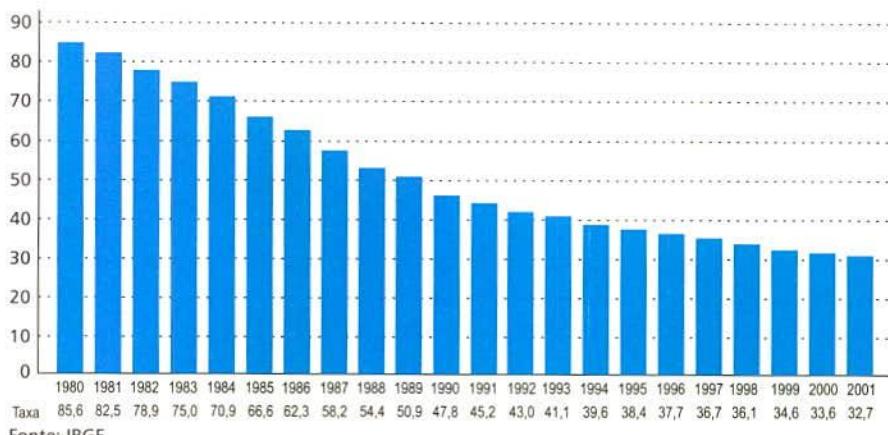
Para democratizar a informação e facilitar as pesquisas, foi criado o Portal de Acesso Eletrônico a Publicações Periódicas, instrumento de acesso *on line* à informação científica internacional. O Portal conta com onze bases referenciais e já em janeiro de 2002 saltará de 1.800 para 2,2 mil periódicos científicos, beneficiando um milhão de professores e alunos de pós-graduação de 95 instituições de todo o País. Em 2001, foram registrados cerca de 350 mil acessos mensais.

Os fatos apontados acima têm um reflexo muito positivo na produção científica brasileira. Segundo o *Institute of Scientific Information*, em 1985 o Brasil participava com 0,48% da produção científica mundial, com 2,3 mil artigos indexados. Decorridos nove anos, a produção científica em 1994 atingiu 4,8 mil artigos, com participação de 0,76%. Em 2000, o País estava na 21^a posição no ranking mundial. Com 9,5 mil artigos, a participação brasileira já representa 1,3% da produção mundial.

O Portal de Acesso Eletrônico a Publicações Periódicas – acesso *on line* à informação científica internacional –, democratiza a informação e facilita pesquisas: 350 mil consultas mensais.

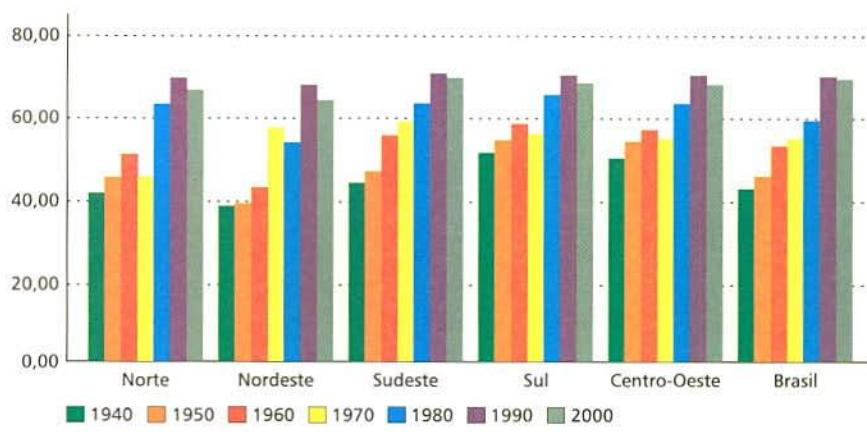
Saúde

Nos últimos sete anos, o Brasil alcançou resultados que indicam uma significativa melhoria das condições de saúde da sua população. A mortalidade infantil declinou cerca de quatro vezes desde 1950: de 135 óbitos por mil nascidos vivos naquele ano para 85,6 por mil em 1980 e 39,6 por mil em 1994. Em 2001, alcançamos um resultado mais próximo dos países desenvolvidos: 32,7 óbitos por mil. A queda nas taxas de mortalidade infantil está apresentada no gráfico a seguir:



A taxa de mortalidade infantil caiu de 85,6 óbitos por mil nascidos vivos em 1980, para 32,7 em 2001.

A esperança de vida aumentou cerca de 50%, passando de 45,7 anos em 1950 para 69 anos em 2000. Em todas as regiões, com exceção do Nordeste, ela já atingiu os setenta anos. Esta evolução pode ser observada no gráfico “Esperança de vida ao nascer”:



No ano 2000, a expectativa de vida do brasileiro alcança 69 anos.

A proporção de mortes devidas a doenças infecto-contagiosas caiu de 46 óbitos por cem mil habitantes, no início da década de 1930, para 37 por 100 mil, no começo dos anos cinquenta, e chegou a 5,3 óbitos por cem mil na última década.

Esperança de vida ao nascer
Brasil e regiões

Consolidando o Sistema Único de Saúde

A evolução positiva dos indicadores de saúde, mais evidente no longo prazo, tem uma sensível aceleração na última década. O Governo Federal concorreu para esse resultado por meio de um conjunto de ações que se traduzem na consolidação e aperfeiçoamento do modelo do Sistema Único de Saúde – SUS.

A Constituição dispõe que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas voltadas para a redução do risco de doenças e agravos e para a universalização do acesso às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde. Tornar realidade o ideal do acesso universal é a missão do SUS, contando para isso com o financiamento compartilhado da União, Estados e Municípios e tendo como diretrizes a descentralização de ações, a prioridade para a prevenção de doenças e promoção da saúde e a participação da comunidade. A realização desse ideal ficou mais próxima, nos últimos sete anos, graças a um amplo conjunto de iniciativas que incluiu a reestruturação e a reorganização do SUS, a capacitação de profissionais para a prestação de assistência humanizada e de qualidade, a expansão e melhoria da infra-estrutura física e da gestão, e por último, mas não menos importante, a garantia de fontes estáveis de financiamento das ações e serviços de saúde pelos três níveis de governo.

A descentralização efetiva, com controle social, e a mudança radical na distribuição dos recursos estão viabilizando a priorização das ações voltadas para a promoção da saúde e a prevenção das doenças e agravos.

Os recursos, antes voltados principalmente para o pagamento de procedimentos ambulatoriais ou hospitalares, passaram a privilegiar ações preventivas e de promoção da saúde.

Com a aprovação em 2000 da Emenda Constitucional nº 29, foram fixados limites mínimos para os gastos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios destinados a ações e serviços de saúde. A distribuição de recursos também apresentou avanços da maior importância. Os recursos da União para os estados e municípios, anteriormente baseados em pagamentos por procedimentos ambulatoriais ou hospitalares realizados, passaram a ser transferidos diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais de Saúde, com base em um valor fixo por habitante que é ampliado em função da execução das ações.

O Piso de Atenção Básica – PAB representou mais do que a alteração no critério de distribuição e descentralização dos recursos federais. Significou uma mudança profunda na forma de financiamento e atuação do SUS, passando a privilegiar, efetivamente, as ações de prevenção de doenças e agravos e de promoção da saúde.

Junto com a nova lógica de financiamento e distribuição dos recursos, destaca-se a expansão do **Programa Saúde da Família – PSF**. As equipes do **Saúde da Família**, formadas por médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde, têm uma atuação abrangente, com foco na prevenção das doenças, diagnóstico precoce e tratamento de todos os membros da família, realizado sempre que possível no próprio domicílio.

Respaldando a nova forma de atuação, o Ministério da Saúde desenvolve uma ampla política de assistência farmacêutica. A reestruturação da política nacional de medicamentos vem garantindo o acesso da população aos medicamentos necessários, compreendendo desde medicamentos de atenção básica até os de alto custo e de última geração para transplantados ou portadores do vírus HIV. Além disso, várias medidas foram tomadas no sentido de incentivar a ampliação da oferta de medicamentos mais baratos e de qualidade. A atuação firme do Ministério da Saúde, inclusive no plano internacional, culminou com a vitória da tese brasileira defendida junto à Organização Mundial do Comércio – OMC: os interesses da saúde pública prevalecem sobre os dos laboratórios, em matéria de patentes.

A produção de medicamentos genéricos está provocando grandes transformações no mercado. Já estão sendo comercializados mais de quatrocentos medicamentos genéricos para usos terapêuticos variados, com a mesma qualidade e com preços, em média, inferiores em 40% aos dos medicamentos de marca. Os preços dos medicamentos passaram a ser monitorados e regulados e a carga tributária incidente sobre antibióticos e medicamentos de uso contínuo, que representam cerca de 50% dos medicamentos comercializados pelas farmácias e drogarias, foi reduzida.

A política de prevenção da AIDS e de assistência aos portadores do vírus HIV também é objeto de reconhecimento internacional. A expansão da doença ocorre em ritmo muito mais lento do que o previsto por organismos internacionais há vinte anos. O Brasil realiza um procedimento único no mundo: estão sendo atendidos, com modelos assistenciais alternativos e acesso gratuito aos medicamentos de alto custo e de última geração cerca de cem mil pacientes portadores do HIV.

As ações de saneamento básico se ampliaram, assim como o controle de endemias e a cobertura das vacinações. De forma inovadora e inédita, a capacitação dos profissionais da saúde está aumentando a qualidade e tornando mais humanizado o atendimento da população nas unidades do SUS. Com a implantação do **Programa Bolsa-Alimentação**, em 2001, o combate às carências nutricionais ganhou um reforço importante. A cobertura foi ampliada e significou um avanço nas políticas implementadas pelo Governo desde 1995, destinadas a promover a inclusão social e a construção da cidadania para todos.

Mais recursos com distribuição mais eqüitativa e maior controle social

Priorizar a promoção da saúde, avançar na descentralização das ações e buscar fontes estáveis de financiamento, com uma distribuição mais eqüitativa dos recursos, foram alguns dos desafios enfrentados na área da saúde nos últimos sete anos.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 29 assegurou uma fonte estável de financiamento para as ações e serviços de saúde, com limites

A atuação firme do Ministério da Saúde deu vitória ao Brasil na Organização Mundial do Comércio: os interesses da saúde pública prevalecem sobre os dos laboratórios.

Mais de quatrocentos medicamentos genéricos ganham preços, em média, 40% mais baratos do que os de marca.

O programa brasileiro de combate à AIDS é objeto de reconhecimento internacional: cem mil pacientes portadores do HIV têm acesso gratuito a medicamentos de alto custo.

mínimos de recursos que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar. Dos recursos federais, foi prevista a destinação, em 2000, do valor correspondente ao empenhado em 1999, acrescido de 5%. Para os exercícios de 2001 a 2004, recursos correspondentes aos verificados no ano anterior, corrigidos pela variação nominal do PIB.

Aos recursos federais agregam-se os dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Para 2000, foi prevista a destinação, para a saúde, de 7% das receitas dos estados e Distrito Federal com a arrecadação do ICMS, IPVA, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e com o valor líquido das transferências constitucionais (quota-partes do ICMS), elevando-se gradativamente tal percentual até 12% em 2004.

Os Municípios e o Distrito Federal destinarão à saúde, em 2000, 7% de suas receitas com o IPTU, ISS, Imposto sobre Transmissão Inter-Vivos e transferências derivadas de impostos – percentual que se deve elevar até 15% em 2004.

Em 2001, a Gestão Plena da Atenção Básica atingiu 5.534 municípios, garantindo acesso a mais de 172 milhões de pessoas.

A prioridade para a prevenção de doenças e agravos e para a promoção da saúde, bem como os novos critérios de distribuição dos recursos, estão permitindo progressos importantes para a descentralização. Por meio do Piso da Atenção Básica – PAB, estão sendo repassados volumes crescentes de recursos diretamente do Fundo Nacional de Saúde – FNS para os fundos estaduais e municipais de saúde. Em 1995, os recursos repassados pelo FNS para os fundos estaduais e municipais atingiram cerca de R\$ 567 milhões, cobrindo menos de 20% dos municípios brasileiros. Em 1996, cerca de 1.260 municípios recebiam menos de R\$ 2,99 per capita. Já em 1998, com a implantação do PAB, os municípios passaram a receber um valor mínimo de R\$ 10,00 per capita para o financiamento das ações básicas de saúde, com repasses “fundo a fundo” equivalentes a R\$ 1,7 bilhão.

Em 2001, estavam habilitados na Gestão Plena da Atenção Básica 5.561 municípios. Significa gerir com total responsabilidade os sistemas de saúde, organizando-os e aperfeiçoando-os de acordo com suas realidades e garantindo acesso a ações básicas a mais de 172 milhões de pessoas.

Municípios habilitados em gestão plena de atenção básica e gestão plena do sistema municipal por região

	N.º de Municípios	População 2000	Plena da Atenção Básica		Plena do Sistema	
			Município Habilitado	População Coberta	Município Habilitado	População Coberta
Norte	449	13.245.084	368	7.750.108	74	5.449.718
Nordeste	1.792	48.331.186	1.640	30.527.362	147	17.657.880
Centro-Oeste	463	11.885.628	436	6.056.963	26	5.826.636
Sudeste	1.668	73.470.763	1.380	36.503.595	274	36.858.250
Sul	1.189	25.453.264	1.145	17.813.042	44	7.640.222
Brasil	5.561	172.385.626	4.969	98.651.070	565	73.432.706

Fonte: SPS/MS - GPAB - Gestão Plena de Atenção Básica

À ampliação dos recursos e aos avanços na descentralização agregam-se iniciativas, não menos importantes, destinadas a incentivar a participação social e o efetivo controle dos gastos. Além de maior participação da população por meio dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e intensificação da fiscalização direta na aplicação dos recursos, registra-se formas inovadoras que permitem que a população manifeste sua satisfação com a qualidade dos serviços prestados e receba informações sobre os procedimentos adotados no atendimento. A implantação do serviço telefônico gratuito – Disque Saúde, o encaminhamento de correspondências aos beneficiários de atendimentos hospitalares e a implantação do cartão SUS constituem importantes instrumentos de controle social dos gastos e fornecem elementos fundamentais para o adequado planejamento e execução das ações de saúde.

A saúde mais perto

A estratégia de reorganização da assistência à saúde, com prioridade para a prevenção, tem seu fundamento no **Programa de Saúde da Família – PSF**, que busca um modelo de atenção à saúde resolutivo e de qualidade, a partir da aproximação dos serviços ofertados à clientela preferencial, facilitando o controle social e a integração entre os diversos níveis de atenção.

O PSF é um programa de execução municipal, com critérios de organização definidos pelo Governo Federal. A atuação das equipes, compostas por um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e cinco agentes de saúde, está calcada na aproximação da assistência ao usuário, cabendo destacar que o recrutamento dos agentes de saúde entre os membros das comunidades atendidas facilita a prestação do serviço e o controle social.

Com um enfoque preventivo abrangente, cada equipe atende, em média, 3.450 pessoas, proporcionando cobertura a todos os membros da família. E, ainda, complementando as ações médicas, estão sendo implantadas equipes de saúde bucal, voltadas para a prevenção e tratamento odontológico.

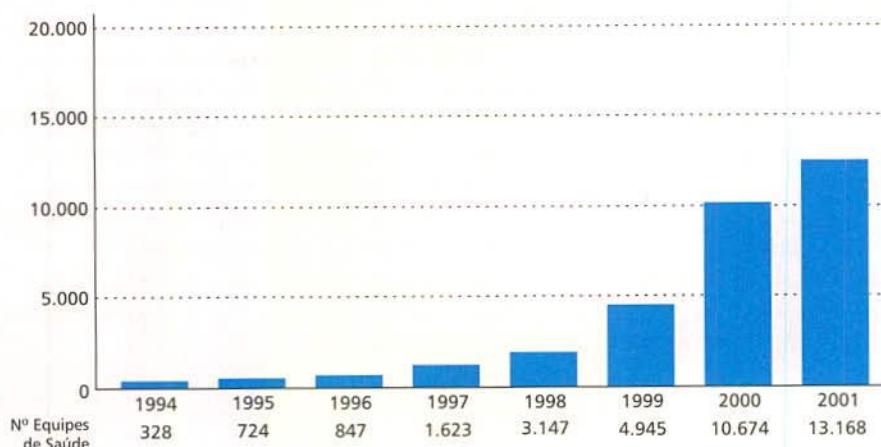
Em 1994, 328 equipes do PSF atendiam 1,1 milhão de pessoas, menos de 1% da população. No final de 2000, o Programa já contava com 10.674 equipes, atendendo 36,8 milhões de pessoas – 22,4% da população, em 3.109 municípios. Em 2001, já eram 13.168 equipes, cerca de 43,8 milhões de pessoas beneficiadas, em 3.684 municípios.

O **Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS** que, em 1994, contava com 29 mil agentes, responsáveis pelo monitoramento mensal da saúde de 16,7 milhões de pessoas em 879 municípios, em 2001 já compreendia 152.865 agentes, atuando em 4.786 municípios, com uma população beneficiada de cerca de 80,3 milhões de pessoas.

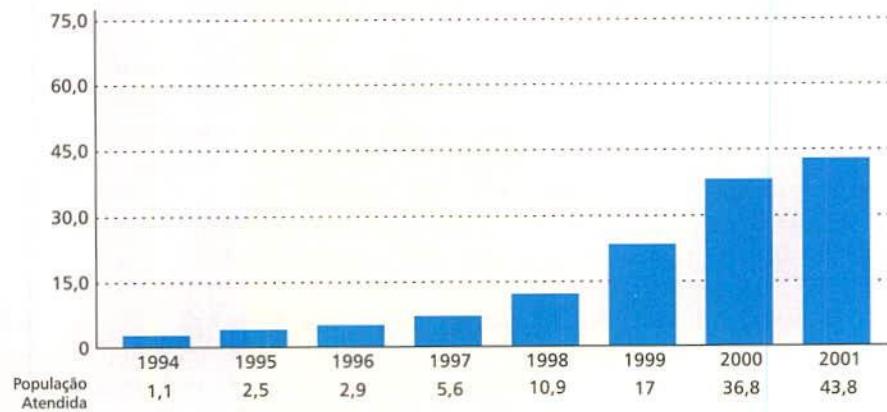
Em 2001, o programa Saúde da Família contou com 13.168 equipes, atendendo 43,8 milhões de pessoas em 3.684 municípios.

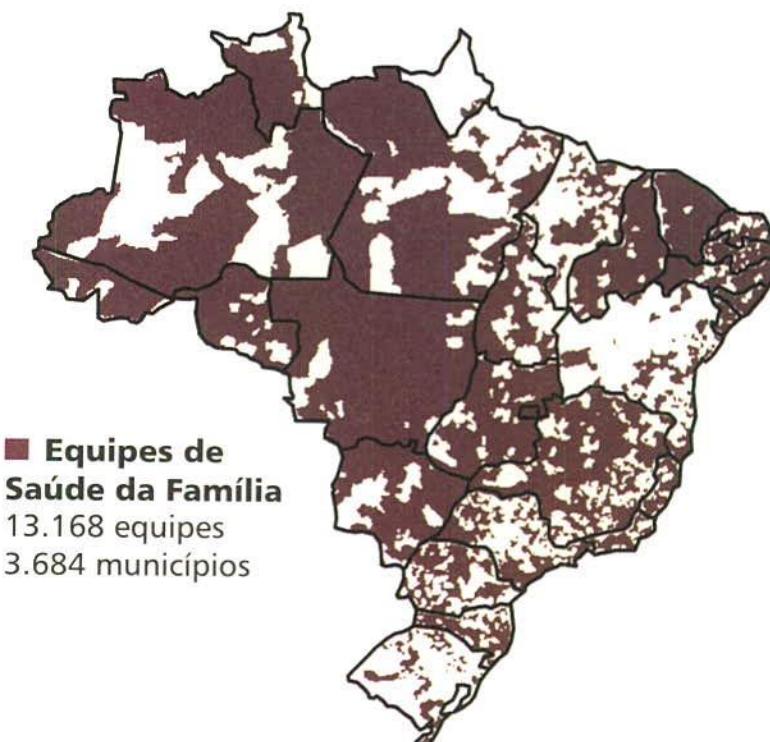
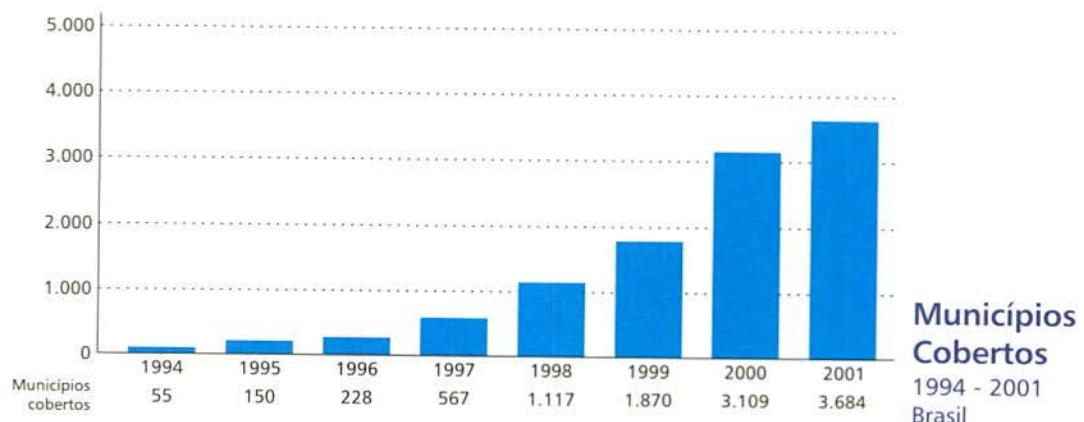
Atuação das equipes de saúde da família

**Equipes de Saúde
da Família**
1994-2001
Brasil



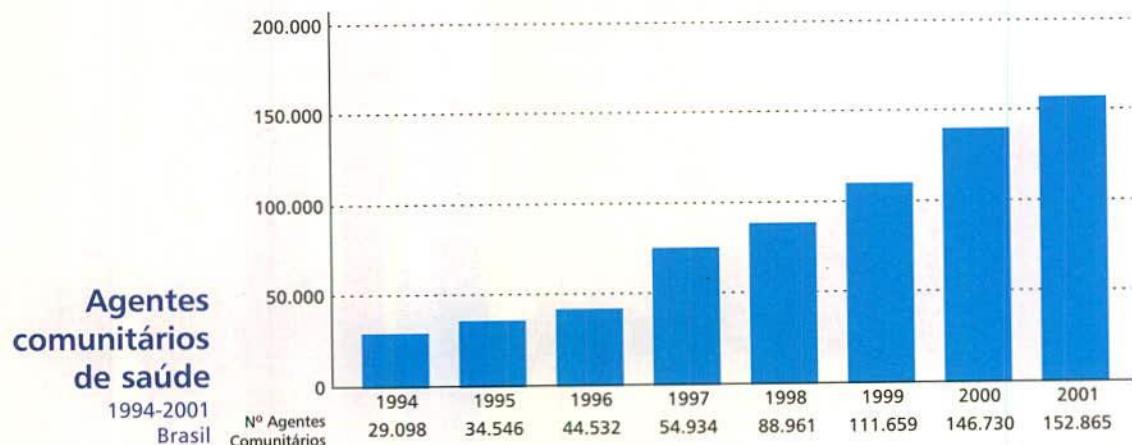
**População
Atendida**
(milhões)
1994 - 2001
Brasil



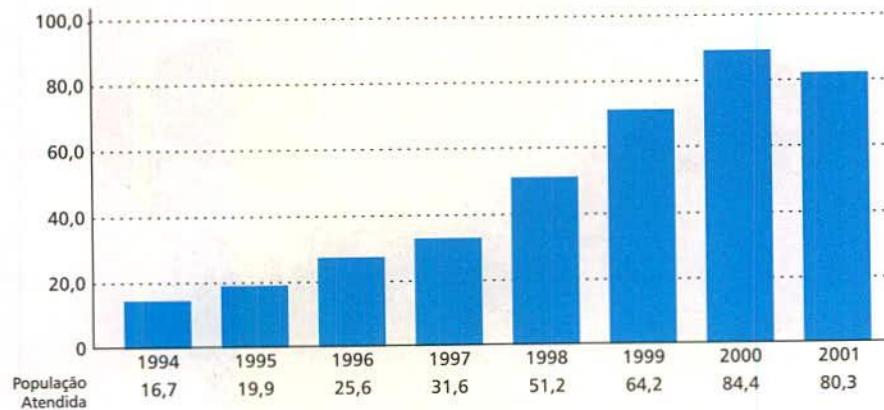


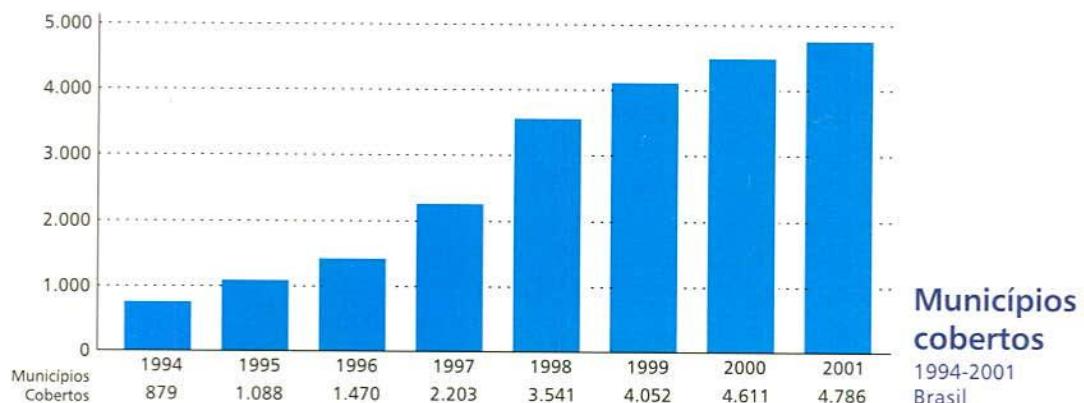
Situação em 2001

Atuação dos agentes comunitários de saúde



População atendida
(milhões)
1994-2001
Brasil





Para a formação e qualificação de profissionais com o perfil voltado para as orientações do PSF, foram implementadas ações de apoio à formação de pólos de capacitação em Saúde da Família, que compreendem 110 instituições de ensino, secretarias estaduais de saúde e colegiado de secretários municipais de saúde.

Universalização da atenção à saúde nos ciclos de vida da população

A redução da taxa de mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida dos brasileiros já refletem os resultados da estratégia adotada e do conjunto de programas voltados para a universalização do acesso e para a integralidade da atenção e promoção da saúde nos ciclos de vida da população, abrangendo desde a concepção até a velhice.

Saúde da criança

A desnutrição teve uma queda de 61%, entre 1995 e 1999.

A mortalidade infantil está sendo reduzida em todo o País. No período de 1995 a 2000, verificou-se uma queda de 23% nos óbitos em crianças menores de um ano. As taxas de desnutrição diminuíram, assim como as internações por diarréia, que registraram uma queda de 37% no período de 1995 a 2000. Os óbitos acontecidos por diarréia e pneumonia declinaram 67% e 40% respectivamente, no mesmo período. Os óbitos por desnutrição apresentaram uma queda de 61%, entre 1995 e 1999. Na área urbana, o aleitamento materno de crianças até seis meses de idade evoluiu de 39% em 1989, para 69% em 1999. E os avanços na descentralização das ações nacionais de imunização permitiram a cobertura em 100% dos municípios, de forma mais homogênea.

Nos últimos seis anos, estamos imunizando contra a tuberculose 100% das crianças menores de 1 ano.

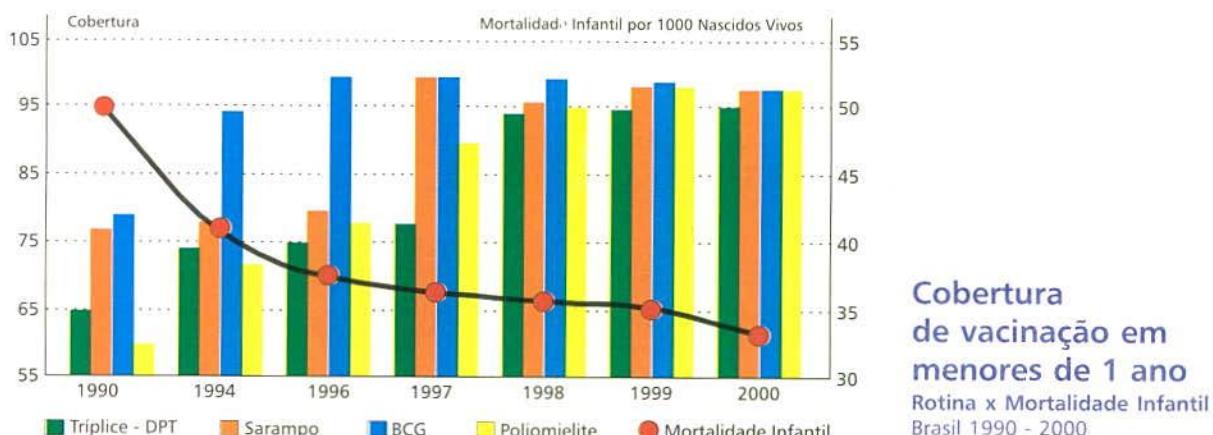
As atividades de vacinação, desenvolvidas na rotina dos serviços de saúde e nas campanhas, têm contribuído para maior cobertura das populações suscetíveis, representando um dos fatores decisivos para a redução da mortalidade infantil. O **Programa Nacional de Imunizações**, que completa 28 anos de existência, merece destaque. Nos últimos seis anos, estamos cobrindo 100% da população-alvo, crianças menores de um ano, com a imunização pela BCG. Os resultados da vacinação contra a poliomielite são conhecidos: há dez anos não existe registro de caso de paralisia infantil no Brasil.

Até o final de 2000, foram vacinadas contra o sarampo 100% das crianças entre um e onze anos.

A vacina contra a hepatite B está sendo aplicada em crianças menores de um ano em todo o País. Além disso, uma das principais causas da meningite infantil está sendo atacada, com a vacinação, em caráter de rotina, das crianças menores de dois anos, contra o agente *Haemophilus Influenza tipo B*. Outras ações de prevenção, conjugadas com as imunizações, têm permitido manter sob controle doenças como tuberculose, tétano, coqueluche, difteria, sarampo e caxumba.

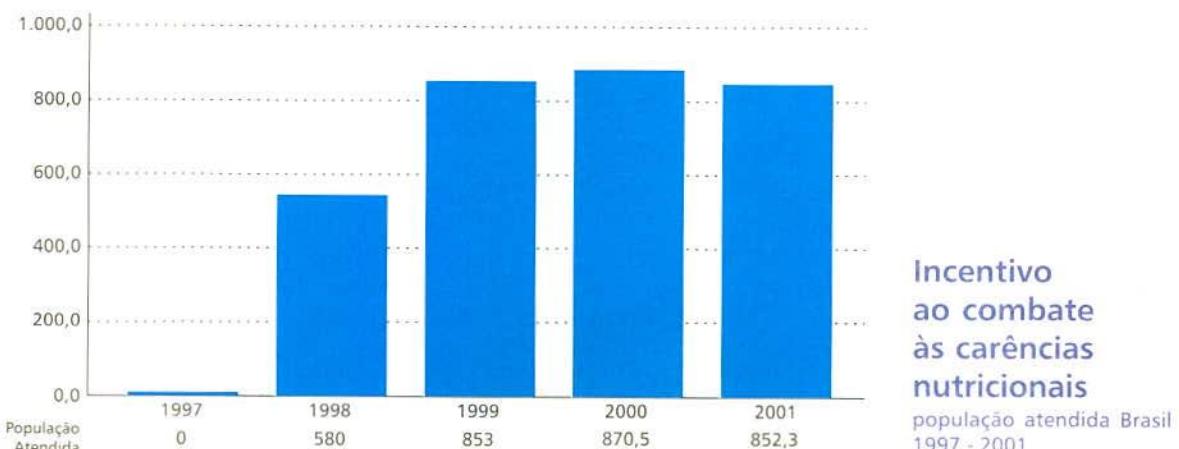
Em 1999 foi implantado plano emergencial estratégico visando à erradicação do sarampo até o final de 2000, num esforço conjunto

com trinta países do continente. Para tanto, foi reforçada a vigilância, bem como as ações de vacinação em todos os municípios. Em uma grande campanha, realizada em junho de 2000, foram vacinadas mais de dezesseis milhões de crianças da faixa etária entre um e onze anos, o que corresponde a 100% de cobertura vacinal. Com a confirmação de 1 caso de sarampo em 2001, podemos afirmar que estamos em processo de erradicação dessa doença.

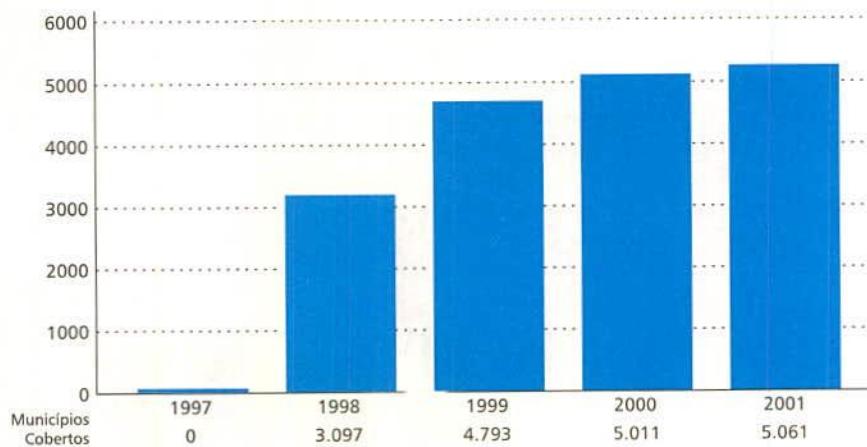


A desnutrição e a carência de micronutrientes, como o ferro e a vitamina A também estão sendo atacadas, contribuindo para a queda da mortalidade infantil. E a redução da desnutrição materna durante a gestação, de 18,4% para 5,7%, entre 1975 e 2001, contribui para a diminuição da taxa de nascidos com baixo peso.

Implantado em 1998, o **Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais – ICCN** permitiu que se alcançassem municípios menores, com aumento expressivo dos recursos, repassados “fundo a fundo”, para o atendimento a idosos, gestantes em risco nutricional e crianças de 6 a 23 meses, com desnutrição energético-protéica, e crianças na faixa etária de 2 a 5 anos, com deficiência de ferro e/ou de vitamina A.



**Incentivo
ao combate
às carências
nutricionais**
municípios cobertos
Brasil 1997 - 2001



Em 5.061 municípios, mais de oitocentas mil crianças e gestantes foram beneficiadas com a distribuição de leite integral.

O programa, implantado em 5.061 municípios, beneficia mais de oitocentas mil crianças e gestantes com a distribuição de leite integral, ou de outro produto de comprovada eficácia na recuperação da desnutrição. Na Região Nordeste e Vale do Jequitinhonha (MG), onde a deficiência alimentar é endêmica, foram distribuídas quatro milhões de doses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses.

Nos municípios da Região Nordeste que implantaram o ICCN observou-se uma queda de 13,6% na desnutrição, entre junho de 1999 e abril de 2000. Esse decréscimo é superior a mais de duas vezes a tendência que vinha sendo observada na Região – 5% ao ano –, e a mais de quatro vezes a verificada no Brasil na década passada (2,9% ao ano).

A partir de 2001, novos avanços foram registrados no combate às carências nutricionais. Com implantação do **Programa Bolsa-Alimentação**, em substituição ao Incentivo de Combate às Carências Nutricionais – ICCN, estarão sendo beneficiadas gestantes, nutrizes, e crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses de idade em risco nutricional, pertencentes a famílias com renda mensal per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo em cada exercício. Filhos de mães soropositivas para HIV/AIDS, que se enquadrem nessas condições, têm direito ao benefício desde o primeiro mês de vida, uma vez que, neste caso, o aleitamento materno é contra-indicado.

A rede nacional de Bancos de Leite Humano conta com 136 unidades instaladas em 22 estados, beneficiando cerca de 299 mil bebês.

Com o objetivo de prestar assistência a recém-nascidos de alto risco e prematuros, foi implantada uma rede nacional de Bancos de Leite Humano. São 136 unidades instaladas em 22 estados, com serviços de coleta, estoque, distribuição de leite pasteurizado, controle de qualidade e promoção da amamentação, constituindo a maior rede de bancos desta natureza no mundo. Dessa forma, foi possível a coleta de cerca de 240 mil litros de leite entre 1998 e 2001, beneficiando cerca de 299 mil bebês e disponibilizando informações sobre a promoção do aleitamento materno para mais de 1,4 milhão de mulheres.

Além das campanhas nacionais, o **Projeto Carteiro Amigo**, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, conta com a participação de carteiros na divulgação de ações de incentivo ao aleitamento materno às gestantes e nutrizes, beneficiando mais de 550 mil crianças e gestantes na Região Nordeste, e outras 440 mil no Norte e Centro-Oeste.

Até 2001, já haviam sido credenciados duzentos hospitais em 22 estados como “Hospital Amigo da Criança”. A iniciativa, idealizada em 1990 pela Organização Mundial de Saúde – OMS e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, tem como objetivo promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, por meio da mobilização dos funcionários dos estabelecimentos, fixando normas de condutas e rotinas que resultem em mudanças nos elevados índices de desmame precoce.

Com o objetivo de intensificar as ações voltadas para humanização da assistência ao recém nascido de baixo peso, o Ministério da Saúde passou a normatizar, em 1998, o cadastramento de UTIs neonatais, até então consideradas UTIs pediátricas, garantindo sua qualidade técnica. Até 2001, foram cadastradas 125 UTIs neonatais do tipo 2 e 3, com 1.086 leitos. E, para a utilização do Método Canguru, que consiste no contato pele a pele precoce entre a mãe e o recém-nascido de baixo peso, em substituição à incubadora, até 2001 já foram capacitados 180 hospitais, com equipe multidisciplinar composta de cinco profissionais de nível superior.

Saúde do adolescente

Atuando para manter a qualidade de vida dessa faixa da população, o Ministério da Saúde vem agindo de forma preventiva, integrando diversas políticas públicas como prevenção do uso de drogas, prevenção da gravidez na adolescência, prevenção da violência urbana e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis – DST/AIDS.

Até o final de 2000, foram formados quinhentos adolescentes, 25 educadores juvenis, dois educadores seniores e 190 orientadores sociais do **Programa Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano**, que passaram a desempenhar o papel de multiplicadores nas suas comunidades. Outros trezentos multiplicadores também foram capacitados em saúde na adolescência nos estados de Tocantins e Roraima. No mesmo ano, foram publicados e distribuídos cerca de 83 mil exemplares de informativos, coletâneas sobre diversos temas, tais como Kit adolescente e Saúde e Desenvolvimento da Juventude Brasileira.

Formados mais de quinhentos adolescentes, educadores juvenis e orientadores sociais do programa Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano.

Com a realização do Encontro das Tribos Jovens, em 2001, as ações foram ampliadas, com a sensibilização de 2.700 adolescentes e capacitação de 812 multiplicadores. Destaque-se a integração entre jovens de diferentes culturas, oito grupos de afro-descendentes e seis etnias indígenas.

No campo da humanização do atendimento ao adolescente foram capacitados, até julho de 2001, 4.693 estudantes e profissionais de enfermagem, e 466 coordenadores, monitores e animadores da Pastoral da Criança. Com o objetivo de atender integralmente o adolescente, até 2001, foram sensibilizados 1.004 pediatras e outros profissionais de saúde de quatorze estados.

Saúde da mulher

A prioridade conferida ao **Programa Saúde da Mulher**, com a melhoria da qualidade da assistência à gestação, ao parto, ao puerpério e ao recém-nascido, já apresenta resultados muito importantes, como a redução da morbi-mortalidade infantil e materna.

O fortalecimento do atendimento pré-natal na atenção básica foi responsável pelo aumento significativo de consultas, que passaram de 1,8 milhão, em 1994, para 9,9 milhões em 2000 e até outubro de 2001, já haviam sido realizadas mais de 8,2 milhões de consultas. Os partos cesáreos, que representavam 32% do total, em 1994, declinaram para 25,2% em outubro de 2001.

Treinados cerca de 4,3 mil profissionais de saúde e disponibilizados 40.526 leitos obstétricos pelo Programa de Atendimento à Gestante de Alto Risco.

Para o alcance desses resultados, foram determinantes as medidas adotadas pelo Ministério da Saúde. O **Programa de Humanização do Parto e Nascimento** prevê a realização de, no mínimo, seis consultas e todos os exames laboratoriais no decorrer do pré-natal, além dos procedimentos necessários à adequada assistência ao parto e nascimento. O pré-natal foi incluído no âmbito de cobertura do Piso da Atenção Básica – PAB e o valor pago pelo SUS para a realização de partos normais foi reajustado em 160%. Introduziu-se o pagamento ao parto realizado por enfermeiros obstetras e realizaram-se cursos de especialização para esses profissionais. Em 2000, os estados do Acre, Alagoas, Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rondônia, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal receberam apoio para o treinamento dos referidos profissionais. E, em 2001, 26 dos 27 estados receberam apoio para o treinamento de profissionais de saúde. Promoveu-se o treinamento de cerca de 4,3 mil profissionais de saúde, bem como a disponibilização de 40.526 leitos obstétricos em hospitais e maternidades integrantes do **Programa de Atendimento À Gestante de Alto Risco**. Foram definidos critérios para apoiar a implantação de Centros de Parto Normal e, com a criação do Prêmio Galba de Araújo, estão sendo incentivadas experiências inovadoras em maternidades públicas.

Disponibilizados à população todos os métodos contraceptivos aprovados pelo Ministério da Saúde.

O planejamento familiar foi estimulado com a implantação de serviços relacionados a esta área na rede pública, e foram disponibilizados à população todos os métodos contraceptivos aprovados pelo Ministério da Saúde. Além da elaboração e distribuição do manual *Assistência ao Planejamento Familiar e Orientação Básica para Implantação e Implementação de Serviços de Planejamento Familiar* dirigidos aos profissionais de saúde, estão sendo repassados recursos financeiros aos estados e municípios para o pagamento de consultas relativas ao planejamento familiar.

Para a prevenção e o tratamento das doenças sexualmente transmissíveis, câncer cérvico-uterino e câncer de mama, ampliou-se o acesso ao atendimento, ao diagnóstico e ao tratamento, inclusive com a elaboração de material educativo e informativo, e com a realização de campanhas educativas na mídia.

Houve importante avanço na cobertura da saúde da mulher com a incorporação, pelo SUS, da realização de cirurgia plástica reparadora de mamas, para os casos decorrentes de tratamento contra o câncer.

Saúde do idoso

A queda na taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida dos brasileiros resultaram no aumento da participação da população com sessenta anos ou mais, o que requer uma atuação específica do setor para o atendimento de pessoas da terceira idade. O Ministério da Saúde tem reformulado a sua política de assistência e as práticas relacionadas à saúde do idoso, compreendendo, dentre outras, ações de imunização, de humanização do atendimento e de aplicação de normas de funcionamento das instituições geriátricas e similares sujeitas à fiscalização pelos gestores do SUS.

O **Programa Valorização e Saúde do Idoso**, que busca promoção da saúde, independência funcional e assistência social ao idoso, vem dando continuidade à campanha de vacinação contra *influenza* (gripe), difteria e tétano. Iniciada em 1999, a campanha alcançou 7,5 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. A partir de 2000, a cobertura foi ampliada para a população a partir de sessenta anos, imunizando cerca 9,3 milhões de pessoas e em 2001 mais de 10,7 milhões foram imunizadas, representando 82% da população desta faixa etária.

Na humanização do atendimento ao idoso, destacam-se a permissão de acompanhamento ao idoso hospitalizado; a criação do **Programa Nacional de Cuidadores de Idosos**, em parceria com o Ministério da Previdência e Assistência Social e o pacto contra a violência e maus-tratos aos idosos, em parceria com os Ministérios da Justiça e da Previdência, compreendendo a realização de campanhas de esclarecimento à população sobre os tipos de maus-tratos praticados contra idosos e o treinamento de profissionais de saúde para a notificação de casos de abusos e negligência contra idoso.

Em 2001, mais de 10,7 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos foram imunizadas contra gripe, difteria e tétano, representando 82% da população desta faixa etária.

Prevenção e controle: saneamento básico, vigilância ambiental em saúde, prevenção de doenças endêmicas e combate a essas doenças.

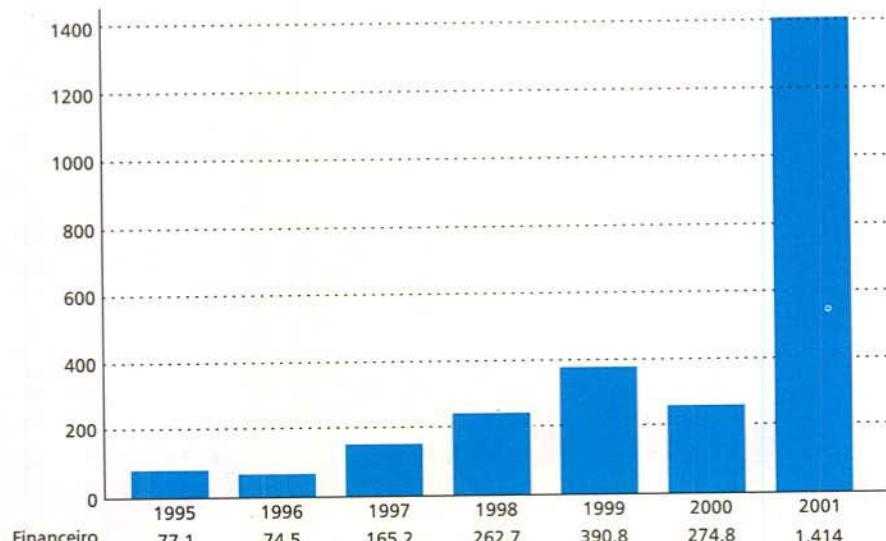
A ênfase na promoção da saúde e na prevenção e controle de doenças e agravos levou o Governo a intensificar a atenção nas ações de saneamento básico. Os sistemas de abastecimento de água, de tratamento de esgoto sanitário, de lixo e as melhorias sanitárias domiciliares contribuem para a redução da morbi-mortalidade por doenças de veiculação hídrica, que atingem principalmente as crianças.

O **Programa Saneamento Básico** desenvolvido pelo Ministério da Saúde tem como objetivo fomentar as ações de saneamento básico a partir de critérios epidemiológicos para a prevenção e controle de agravos, bem como atender municípios com até trinta mil habitantes. Foi oferecido aos municípios apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento, de maneira descentralizada, de ações de abastecimento de água, melhorias sanitárias domiciliares, coleta e tratamento de esgoto sanitário e de resíduos sólidos.

No período de 1995 a 2000, foram realizados, além das ações apontadas acima, serviços de drenagem para controle da malária, melhorias habitacionais para controle de doença de Chagas, unidades de controle de zoonoses e fatores biológicos de riscos e implantação e manutenção de sistemas e serviços de saneamento em áreas indígenas.

A partir de 2001, em decorrência da implementação do Projeto Alvorada, que contempla investimentos expressivos em saneamento básico nos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH abaixo de 0,5, houve um acréscimo significativo nos recursos financeiros aplicados e, consequentemente, no número de famílias beneficiadas, conforme demonstrado no gráfico e na tabela a seguir:

**Recursos aplicados
em saneamento
básico**
Brasil 1995 - 2001



Fonte: FUNASA/MS

Ano	Tratamento de Água		Melhorias Sanitárias Domiciliares		Esgoto Sanitário	
	Municípios Atendidos	Família Beneficiada	Municípios Atendidos	Família Beneficiada	Municípios Atendidos	Família Beneficiada
1995	134	69.592	95	18.111	40	21.348
1996	99	44.500	39	6.366	44	20.496
1997	238	97.663	95	14.040	76	31.749
1998	387	146.197	163	22.235	182	70.391
1999	407	150.684	262	35.399	203	77.348
2000	327	108.319	312	49.864	236	79.146
2001	1.013	864.448	1449	364.113	185	236.967
Total	2.605	1.481.403	2.415	510.128	966	537.445

Fonte: Funasa/MS

Ações de saneamento básico

Brasil 1995 - 2001

Nos últimos dois anos, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, o Ministério da Saúde vem estruturando e apoian- do as secretarias estaduais de saúde na organização do sistema nacional de vigilância ambiental em saúde, que prioriza a vigilâ- ncia de fatores biológicos – vetores, hospedeiros, reservatórios, ani- mais peçonhentos – e de contaminantes ambientais – químicos e físicos – que possam interferir na qualidade da água, do ar e do solo, e os riscos decorrentes de desastres naturais e de acidentes com produtos perigosos.

Os resultados dos esforços empreendidos para a implantação do Sistema já podem ser contabilizados: operacionalização, nos 27 estados, do *Sistema de Informação para a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Sisagua*, cadastramento de 1500 sistemas de abastecimento de água e edição da Norma de Qua- lidade da Água para Consumo Humano, com procedimentos e responsabilidades inerentes ao controle e à vigilância da qualid- ade da água, e estabelecimento de padrão de potabilidade da água para consumo humano.

A avaliação de toda a rede de laboratórios resultou na elaboração de uma proposta para a reestruturação do sistema nacional de labora- tórios de saúde pública. Foram capacitados cerca de oitocentos pro- fissionais e adquiridos equipamentos para vários laboratórios, per- mitindo uma melhor resposta às demandas das ações de vigilância em saúde.

Em 1999, iniciou-se a implantação do Sistema de Garantia da Qua- lidade de Serviços Laboratoriais, com a implementação de normas de biossegurança e adequação e construção de áreas laboratoriais de contenção de nível de biossegurança 3 (NB3). Visando fortalecer as ações de vigilância em saúde e colaborar no cumprimento dos

acordos internacionais quanto à prevenção e controle de doenças, produtos e serviços, foram implantadas doze unidades laboratoriais estratégicas, localizadas em regiões de fronteiras.

Para a concepção, formatação e execução desse sistema de qualidade, foi estabelecida parceria entre o Ministério da Saúde, o *Center for Diseases Control – CDC* de Atlanta – EUA, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, por intermédio do Núcleo de Biossegurança – NuBio e o Instituto Nacional para o Controle de Qualidade em Saúde – INCQS.

Nos últimos sete anos, a prevenção e o controle de doenças endêmicas como febre amarela, dengue, malária e doença de Chagas foram alvo permanente das ações do Ministério da Saúde.

A febre amarela urbana foi erradicada, no Brasil, em 1942. Contudo, o Ministério da Saúde tem envidado esforços para controlar a forma silvestre da doença e também impedir a sua reurbanização. Observando o delineamento do quadro epidemiológico, iniciou-se, em 1998, uma ampla campanha de intensificação da vacinação antiamarílica na área de risco, com a aplicação de cerca de 61 milhões de doses no período de 1998 a 2001.

O surgimento de surtos epidêmicos de dengue e o risco potencial crescente de reurbanização da febre amarela têm exigido atenção redobrada. Com atuação direta e descentralizada de controle e combate ao transmissor e campanhas nacionais de sensibilização para a participação da população na batalha contra o *Aedes aegypti*, foram objeto de atenção prioritária, no período de 1997 a 2001, em 3.623 municípios, distribuídos por todo o território nacional. Com uma população beneficiada de 141,4 milhões de pessoas, estes municípios compreendem 72,86% da área de maior incidência da doença.

No período de 1999 a 2001, verificou-se uma redução de 38 % nos casos de malária no Brasil.

A incidência de malária no Brasil concentra-se nos estados do Norte, Centro-Oeste (MT), Nordeste (MA). Dos três tipos existentes no Brasil, a causada pelo *Falciparum* é a mais grave, podendo levar o doente ao óbito. O percentual de aparecimento deste tipo de malária, que nos anos de 1980 era, em média, de 50%, até o 1º semestre de 2001 caiu para 20%.

Em julho de 2000, em parceria com os estados e municípios da Amazônia, área de maior incidência, o Ministério da Saúde lançou o Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária na Amazônia Legal – PIACM, com o objetivo de reduzir os casos de malária em até 50%, até o final de 2001.

A doença de Chagas, endêmica em áreas rurais, afeta, ainda, muitas pessoas que se contaminaram no passado. Como resultado das ações de controle e prevenção, já se constata uma redução da incidência da doença e o início da interrupção da transmissão por vetores (*Triatomíneos*).

O impacto das ações de controle é mais significativo, quando observado o *Triatoma Infestans*, principal vetor da doença de Chagas no

Brasil. O número de municípios em que se registrava a presença desse vetor caiu de 711, em 1983, para 53, em 2000. No mesmo período, a participação relativa do *Triatoma Infestans* no total de capturas passou de 13,54% para 0,81% e a taxa de infecção natural pelo vetor, de 8,4% para 4,48%.

Prevenção e combate ao câncer

O envelhecimento da população, o intenso processo de urbanização, com exposição contínua a fatores ambientais, e mudanças de comportamentos responsáveis pela carcinogênese têm contribuído para que o câncer tenha se transformado na terceira causa de mortes no Brasil. Por essa razão, o Ministério da Saúde intensificou, de forma expressiva, as ações voltadas para a prevenção e controle do câncer, com prioridade naquelas de maior incidência e mais facilmente evitáveis.

Câncer de Colo de Útero

Em 1995, o Brasil assumiu o compromisso de desenvolver um programa de âmbito nacional, visando ao controle do câncer do colo de útero. Já no ano seguinte, passou a rastrear a incidência desse tipo de câncer, por meio do exame citopatológico (Exame de Papanicolaou) em diferentes pólos do País.

Com a implantação, em 1997, do Projeto-Piloto "Viva Mulher", em seis localidades, foram cadastradas 124.440 mulheres de 35 a 49 anos e aplicado o tratamento adequado a 72% dos casos que em que se constatou algum tipo de alteração, 3.674 (80%) lesões de baixo grau e 928 (20%) lesões de alto grau.

Em 1998, o programa foi expandido para 98% dos municípios brasileiros, em todos os estados, com a realização de 3.177.740 exames citopatológicos. Com a implantação do Siscolo – Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero, foi possível o cadastramento de informações sobre os exames de colo de útero de mais de dois milhões de mulheres.

Em 1999, diversas ações merecem destaque. Além do monitoramento de 12.125 mulheres com lesões precursoras de alto grau e 48.537 mulheres com lesões precursoras de baixo grau, cadastradas no Siscolo, foi implantado o Programa Viva Mulher nas 27 secretarias estaduais de Saúde e no Distrito Federal e distribuídos 74 equipamentos para cirurgia de alta freqüência.

No período de 1998 a 2001 foram realizados 32.614.597 exames em mulheres de todas as faixas etárias, foram distribuídos 181 equipamentos para cirurgia de alta freqüência, 69 ginecologistas foram treinados para cirurgia de alta freqüência, 997 profissionais foram capacitados em monitoramento do segmento de mulheres – Siscolo – e 1.422 profissionais foram capacitados para a operacionalização do programa.

Entre 1998 – 2001, o Programa Viva Mulher realizou 32.614.597 exames em mulheres de todas as faixas etárias.

Controle do tabagismo e outros fatores de câncer

O tabagismo é a maior causa evitável de câncer e seu controle compreende o desenvolvimento de ações contínuas e ações pontuais em todo o território nacional. É importante destacar que os esforços empreendidos na prevenção e vigilância para controle do câncer foram coroados com a aprovação da Lei nº 10.167, de 2000, que restringe a publicidade de produtos do tabaco.

Gerenciado pelo Instituto Nacional do Câncer, o **Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer**, em operação desde 1997, tem como estratégia principal a capacitação gerencial e técnica das secretarias municipais de saúde, para o desenvolvimento de ações em nível local.

Entre 1996 e 2001, as ações de capacitação para o controle do tabagismo atingiram 5.735 escolas, 59,4 mil professores, 1,2 milhão de adolescentes, 1.643 unidades de saúde, 881 ambientes de trabalho e 13.785 profissionais de representações municipais.

Outras ações de prevenção e assistência aos portadores de neoplasias

Para elevar a capacidade de atendimento aos portadores de neoplasias em vinte hospitais do País, até 2004, foi iniciado, em 1998, o projeto Expande. Em 2001, já estavam implantados dois centros de alta complexidade em oncologia – CACONs, e ao final de 2002 a previsão é que sejam implantados sete novos CACONs.

A avaliação e a vigilância do câncer e seus fatores de risco são particularmente importantes, já que as informações sobre incidência e mortalidade são fundamentais para a orientação e análise, prevenção e controle da doença. Iniciadas em 1999, ações destinadas a aprimorar a capacidade de análise epidemiológica nas secretarias de saúde já estavam implantadas, no ano seguinte, em 26 estados e no Distrito Federal.

No ano de 2000, destaca-se a inauguração do Banco de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário, que ampliou as possibilidades de transplante de medula óssea no País, para pacientes que não possuem doador aparentado.

Dentre as principais ações de assistência em oncologia, com a utilização de terapêutica especializada, tecnologia e medicamentos de alto custo, devem ser destacadas:

Especificação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Matrículas de Pacientes	11.988	12.732	12.912	12.798	12.320	10.794	10.091
Consultas	158.316	200.460	225.936	262.764	246.473	244.937	246.841
Internações	8.328	10.980	12.780	13.321	14.500	16.224	15.883
Cirurgias	8.988	13.704	11.352	11.820	11.369	12.675	12.956
Aplicações de Quimioterapia	-	15.972	20.028	40.028	40.086	34.686	35.702
Aplicação de Radioterapia	216.192	257.328	249.588	131.458	169.606	182.172	191.822
Transplante de Medula Ossea	-	-	70	75	75	93	83

Fonte: INCA/MS

Ações de assistência em oncologia

Brasil 1995 - 2001

Prevenção e assistência em doenças sexualmente transmissíveis – DST e AIDS

Nos últimos sete anos, o Ministério da Saúde não tem pouparado esforços com vistas à prevenção, controle e assistência a portadores do vírus HIV/AIDS. Os resultados alcançados, objeto de reconhecimento internacional, vêm servindo à reflexão, debate e proposição de novas ações.

A prevenção tem alcançado resultados significativos com a realização de campanhas de esclarecimento sobre os riscos de contaminação, parcerias com estados e municípios e entidades da sociedade civil, além da distribuição gratuita de preservativos.

As pesquisas sobre o uso de preservativos revelam expressiva mudança no comportamento: o uso de preservativos na primeira relação subiu de 4% para 48% entre 1986 e 1999 e a população passa a adotar, cada vez mais, práticas seguras em relação ao HIV/AIDS. As aquisições de preservativos pelo Ministério da Saúde, cerca de dezenove milhões de unidades em 1994, atingiram duzentos milhões de unidades em 2000.

Estima-se que existam no País cerca de 630 mil pessoas com HIV. É um número elevado, mas é a metade da projeção realizada pela ONU vinte anos atrás. Até o final de 2000, foram notificados 203.353 casos de AIDS, dos quais 151.298 (74%) do sexo masculino e 52.055 (26%) do sexo feminino. Após o período de aumento na taxa de incidência entre 1991 e 1995, e estabilização em torno de quatorze casos por cem mil habitantes no período de 1996 a 1998, observou-se uma queda em 1999, com 11,2 casos por cem mil habitantes.

No período de 1995 a 1999, o número de óbitos apresentou uma redução de 50%, passando de doze por 100 mil habitantes em 1995, para seis por 100 mil habitantes em 1999.

De 1995 a 1999, o número de óbitos por AIDS diminuiu em 50%.

Além da diminuição dos óbitos, os modelos assistenciais alternativos adotados pelo Ministério da Saúde nos últimos seis anos, que priorizam o cuidado ambulatorial, têm possibilitado uma melhoria na qualidade de vida do paciente e uma redução substancial no custo do tratamento. Contribuem para a diminuição da quantidade e da duração das internações e para a redução da necessidade de tratamentos mais complexos.

Entre março de 1994 e 2001 foram implantados 74 hospitais/dia, 54 atendimentos domiciliares terapêuticos, 700 serviços de assistência especializada e credenciados 375 hospitais convencionais. Além dos modelos alternativos de assistência, outros 365 hospitais estão credenciados a prestar atendimento a pacientes soropositivos.

O Brasil é o único no mundo que oferece distribuição gratuita de anti-retrovirais de última geração a cem mil portadores do HIV.

Cerca de cem mil pacientes são beneficiados pela distribuição gratuita de anti-retrovirais de última geração pela rede pública de saúde (95% adultos e adolescentes e 5% crianças). O Brasil é o único no mundo que oferece essa cobertura. Houve um aumento de mais de 70% do número de gestantes diagnosticadas e tratadas com AZT injetável, com o objetivo de reduzir a transmissão do vírus HIV de mães infectadas para os seus filhos recém-nascidos.

Tal política tem sido possível com benefícios para os pacientes e economia de recursos públicos com internações e medicamentos. Estima-se que 146 mil internações por ano tenham sido evitadas.

O custo médio de terapia anti-retroviral passou de U\$ 3.810 por paciente/ano em 1996, para U\$ 2.530 no primeiro semestre de 2001.

Como resultado da atuação firme do Ministério da Saúde, inclusive junto aos organismos internacionais, e da implantação da política de incentivo à oferta doméstica de genéricos, verificou-se uma redução significativa nos preços dos medicamentos destinados ao tratamento de portadores do HIV. Em 1999, foram gastos U\$ 336 milhões para atender a cerca de 73 mil pacientes, enquanto dispêndios de U\$ 303 milhões, em 2000, permitiram o atendimento a 87,5 mil pessoas – o custo médio de terapia anti-retroviral passou de U\$ 3.810/paciente/ano, em 1996, para U\$ 3.320, em 2000, e U\$ 2.530 no primeiro semestre de 2001.

Assistência farmacêutica: acesso a medicamentos de qualidade

A assistência farmacêutica desenvolvida pelo Ministério da Saúde foi estruturada no âmbito da Política Nacional de Medicamentos, tendo como diretriz primordial o acesso da população aos medicamentos, com qualidade e segurança no uso.

Farmácia básica, farmácia popular, medicamentos estratégicos e medicamentos de alto custo

O Programa de Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica compreende o repasse financeiro aos municípios para a compra descentralizada e distribuição de medicamentos de atenção básica

à saúde como analgésicos, antitérmicos, vermífugos, para anemia, dentre outros, usados para o tratamento, no domicílio do paciente, de doenças mais simples diagnosticadas pelas equipes do **Saúde da Família**.

Em 2000, foram habilitados a receber o incentivo financeiro para a compra dos medicamento de atenção básica, 5.442 municípios, com cobertura populacional de 163,1 milhões de pessoas. Em 2001, a ação atingiu todos os municípios brasileiros, com cobertura total da população.

A Farmácia Popular, outra ação do **Programa de Assistência Farmacêutica**, veio aumentar a eficácia da atuação das equipes do **Saúde da Família**. Consiste na aquisição e distribuição de um kit de medicamentos de atenção básica a cada equipe, para o pronto fornecimento do medicamento necessário ao tratamento, realizado sempre que possível no domicílio do paciente.

A distribuição de medicamentos estratégicos para doenças de perfil endêmico como tuberculose, hanseníase, AIDS, leishmaniose, malária, esquistossomose, filariose, tracoma e peste, além de hemoderivados usados no tratamento da hemofilia e hipoglicemiantes para tratamento do diabetes, está permitindo um melhor controle dessas doenças e melhor resultado no tratamento dos doentes. Em 2000, foram beneficiadas cerca de dois milhões de pessoas e, em 2001, vem sendo mantida a cobertura a todos os portadores das patologias citadas acima.

O Ministério da Saúde está cumprindo também a sua função de prestar assistência farmacêutica a portadores de patologias graves, ou que exigem tratamento prolongado ou de alto custo, com a aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais voltados para o tratamento de doenças neurológicas, como formas graves de epilepsia, osteoporose, esclerose, esquizofrenia e outras correlatas, bem como os medicamentos para transplantados. Em 2001, cerca de 111,6 mil pessoas foram beneficiadas com os medicamentos de alto custo para tratamento de patologias específicas.

Na área da saúde mental, o Ministério da Saúde repassa aos estados e municípios recursos financeiros para a compra descentralizada dos medicamentos específicos ao tratamento das doenças mentais, os quais são disponibilizados aos pacientes na rede ambulatorial do SUS. E, complementando o **Programa de Assistência Farmacêutica**, o Ministério da Saúde garante o pagamento de todos os medicamentos utilizados durante o tratamento dos doentes em regime de internação, assim como dos quimioterápicos usados no tratamento do câncer em regime ambulatorial, com elevados gastos nesta ação de assistência farmacêutica. Em 2000, mais de treze milhões de pessoas foram beneficiadas com o uso desses medicamentos.

Em 2001, o Programa de Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica atingiu todos os municípios brasileiros, com cobertura total da população.

Em 2001, foram distribuídos 28,5 mil kits de medicamentos da farmácia popular em cerca de três mil municípios, beneficiando mais de 37 milhões de pessoas.

Em 2000, mais de treze milhões de pessoas foram beneficiadas pela compra de medicamentos utilizados em regime de internação, assim como dos quimioterápicos no tratamento do câncer em regime ambulatorial.

Medicamentos mais baratos e de qualidade

O Governo tem atuado com firmeza, inclusive junto a organismos internacionais, para assegurar o acesso a medicamentos mais baratos e de qualidade. O sistema de vigilância sanitária passou por uma reestruturação para garantir a qualidade dos medicamentos. Entre as medidas tomadas estão o estímulo à maior oferta doméstica e à produção de genéricos, o monitoramento e a regulação de preços, além da redução da carga tributária e simplificação e maior transparência nas compras efetuadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Patentes

Com a aprovação das Leis nº 9.279, de 1996, e nº 9.787, de 1999, a oferta de medicamentos de qualidade no Brasil está passando por grandes transformações. Já podem ser copiados e produzidos localmente medicamentos com fórmulas patenteadas no exterior que estejam com o prazo de validade da patente vencido. Em casos especiais, está prevista a quebra da patente em vigor.

O Brasil tem se destacado no mundo por sua política em matéria de medicamentos. A atuação junto aos organismos internacionais culminou com vitória da tese brasileira na reunião da Organização Mundial do Comércio – OMC, realizada em Doha, Qatar, em novembro de 2001. Reconheceu-se que a saúde pública prevalece sobre os interesses dos laboratórios detentores de patentes.

Genéricos

Em 2001, foram ofertados no mercado nacional mais de quatrocentos tipos de medicamentos genéricos.

Os avanços na política de produção de medicamentos genéricos são expressivos. Até 2000, foram avaliados e aprovados para comercialização mais de 150 medicamentos genéricos para diversas indicações terapêuticas, dentre os quais antibióticos, antiinflamatórios e anti-hipertensivos. Em 2001, já estavam sendo ofertados no mercado nacional mais de quatrocentos genéricos, compreendendo medicamentos para indicações terapêuticas tão amplas quanto controle do diabetes, hipertensão e outros agravos, com a mesma qualidade e segurança dos medicamentos de marca.

Campanhas nacionais e medidas adotadas no âmbito do SUS estão estimulando a prescrição, a comercialização e o uso dos medicamentos genéricos. Os genéricos apresentam preços, em média, 40% menores que os dos medicamentos de marca. Em alguns casos, o diferencial de preços atinge até 70%.

Monitoramento de preços

Foram adotadas, ainda, medidas visando à redução dos preços dos de mais medicamentos, com o monitoramento e a regulação de preços, e redução da carga tributária incidente sobre os medicamentos de uso contínuo e antibióticos, que representam cerca de 50% de todos os medicamentos comercializados em farmácias e drogarias.

A implantação do Registro Nacional de Preços está viabilizando compras pelo Ministério da Saúde, Estados, Distrito Federal e Municípios a preços menores, com transparência e agilidade. E os Núcleos Avançados de Apoio estão se mostrando importante instrumento para a melhoria do controle de qualidade e dos estoques regionais dos medicamentos estratégicos adquiridos e distribuídos pelo Ministério da Saúde aos estados e municípios.

Assistência ambulatorial e hospitalar: atendimento humanizado e eficaz

O novo perfil da assistência ambulatorial e hospitalar no SUS está sendo reconstruído para oferecer maior capacidade e qualidade dos serviços prestados, com humanização do atendimento.

Por meio do **Programa Qualidade e Eficiência do SUS**, o Governo Federal está prestando apoio técnico e financeiro aos demais gestores do SUS, para permitir a modernização gerencial, física e tecnológica do SUS, com o objetivo de elevar o padrão de qualidade e a eficiência do atendimento prestado à população.

Foi implantado o **Projeto-Piloto de Humanização da Assistência Hospitalar**, em dez hospitais, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de saúde – humanizar o atendimento e capacitação de profissionais, fortalecer a política de atendimento ético e de valorização da vida humana e melhorar a imagem do serviço público de saúde na perspectiva dos usuários e dos profissionais de saúde.

Com base no projeto-piloto, teve inicio, em 2001, o **Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar**, com o propósito de formar uma rede nacional de atendimento humanizado e promover mudanças na lógica assistencial por meio do desenvolvimento de modelos alternativos e inovadores de atenção à saúde.

As diretrizes do Programa estão baseadas na criação de sete Núcleos Regionais de Capacitação, com a capacitação de 220 profissionais das secretarias estaduais e municipais de saúde, além de profissionais de 73 hospitais – dez hospitais que participaram do projeto-piloto e 63 que integram o Programa dos Centros Colaboradores.

A assistência ambulatorial pela rede do SUS é digna de registro. Anualmente são realizados cerca de 350 milhões de atendimentos em 56.642 unidades distribuídas por todo território nacional, compreendendo procedimentos de atenção básica, especializados e de alta complexidade.

Merece destaque a atenção dispensada aos portadores de doenças renais crônicas. Em 1995, foram realizadas 3,3 milhões de sessões de hemodiálise para atender cerca de 23 mil pessoas. Em 2001, 6,5 milhões de sessões de hemodiálise beneficiaram cerca de 43 mil

Anualmente são realizados cerca de 350 milhões de atendimentos ambulatoriais em 56.642 unidades da rede do SUS.

Em 2001, 6,5 milhões de sessões de hemodiálise beneficiaram cerca de 43 mil pacientes.

pacientes, representando um crescimento de 86% no número de pacientes beneficiados no mesmo período. Considerando que não se registra há tempos um crescimento tão expressivo na ocorrência de insuficiência renal crônica, conclui-se que o aumento da clientela atendida, com a incorporação de aproximadamente vinte mil novos pacientes, deveu-se à ampliação do acesso à hemodiálise.

Considerando a importância da qualidade das máquinas para o atendimento seguro e de qualidade, o Ministério da Saúde instituiu o **Projeto de Máquinas de Hemodiálise** para a aquisição de 739 equipamentos, com o objetivo de aumentar a oferta e substituir os antigos nos serviços públicos e filantrópicos. Com um custo total de R\$ 18,5 milhões, o projeto já beneficiou 82 serviços de hemodiálise em todo o País.

As políticas de prevenção de doenças e assistência à saúde e a adoção de mecanismos gerenciais de programação, controle e avaliação da assistência hospitalar possibilitaram a redução de 20% no número de internações no período de 1994 a 2001. Verificou-se também uma queda nas taxas de mortalidade de pacientes internos na rede hospitalar do SUS. A mortalidade de crianças menores de um ano caiu 8% entre 1994 e 2000. A mortalidade hospitalar materna caiu 25,1% e a de hospitalizados por doença diarréica, 57,8% entre 1995 e 2000.

Para o atendimento de urgência e emergência foi desenvolvido, em 1998, o Programa de Apoio à Implantação dos Sistemas Estaduais de Referência Hospitalar para o Atendimento de Urgência e Emergência, com repasse, para as secretarias estaduais de saúde, de recursos na ordem de R\$ 150 milhões destinados à compra de equipamentos e treinamento de médicos e enfermeiras. Foram equipados 211 hospitais, adquiridas 267 unidades móveis, inclusive ambulâncias e outros tipos de equipamentos de resgate, e treinados aproximadamente cinqüenta mil profissionais de saúde, de nível médio e superior.

Para a implantação dos sistemas estaduais de referência hospitalar à gestante de alto risco, estão sendo desembolsados recursos para equipar 226 hospitais e capacitar 35.939 profissionais.

O Sistema Único de Saúde conta com 11.028 leitos de unidades de urgência e tratamento intensivo (UTI) e 1.710 equipamentos para UTI, beneficiando 319 hospitais.

O sistema hospitalar do SUS conta, atualmente, com 11.028 leitos de unidades de urgência e tratamento intensivo (UTI), representando um acréscimo de 20% em relação a 1994. Até julho de 2001, o Ministério da Saúde adquiriu 1.710 equipamentos para as UTI, que beneficiaram 319 hospitais.

Para incentivar a realização de transplantes, foram adotadas medidas que compreendem a alteração da legislação sobre doação de órgãos, organização do Sistema Nacional de Transplantes, mudanças na forma e no valor do pagamento da cirurgia e fornecimento de medicamentos para os pacientes transplantados.

O registro da opção “doador” ou “não doador” nas carteiras de identidade e de habilitação, que parecia uma inovação promissora, revelou-se um grande problema para o sistema de doação de órgãos. Por essa razão, a lei foi alterada, consolidando-se a obrigatoriedade da consulta à família para autorização da doação ou retirada de órgãos.

Em 2000, foi criada a Central Nacional de Transplantes. Ela funciona 24 horas por dia no Aeroporto de Brasília, articula o trabalho das centrais estaduais e provê os meios para as transferências de órgãos entre os estados. Foram implantadas 23 centrais de transplantes – vinte centrais estaduais e três regionais. Um acordo firmado com as companhias aéreas garante o transporte gratuito de órgãos e, eventualmente, das equipes médicas de retirada. Entre agosto de 2000 até o final de 2001, foram transportados entre os estados 395 órgãos ou tecidos.

Medida da maior importância foi a criação de Bancos de Órgãos e Tecidos. Em 2000, foram estabelecidas normas de funcionamento e cadastramento de Banco de Valvas Cardiacas; Banco de Olhos (córneas); Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para transplante de medula; e Banco de Ossos, para enxertos de ossos e tecidos ligamentosos.

Campanha de redução de filas – mutirões de cirurgia

Até 1998, os procedimentos cirúrgicos de catarata, próstata e varizes eram realizados apenas na rotina das unidades do SUS. Para aumentar a oferta de procedimentos eletivos, reduzir as filas de espera e melhorar o acesso à assistência médica aos usuários do SUS, foi iniciada em 1999, a Campanha de Redução de Filas, com os mutirões de cirurgias.

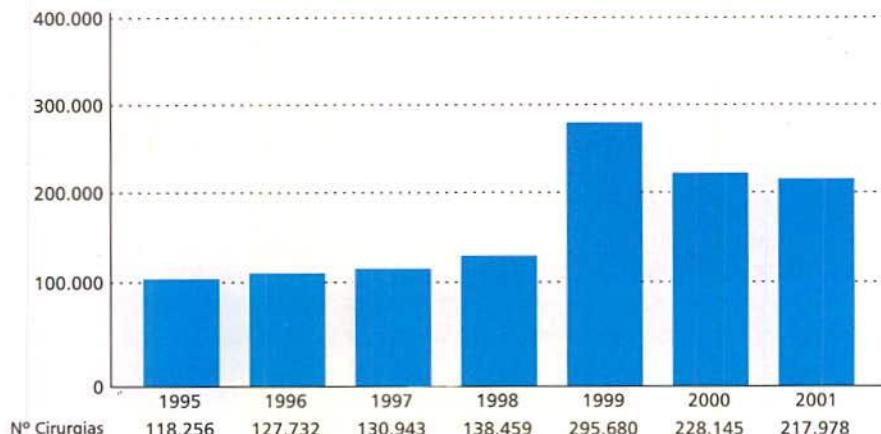
Mutirão de cirurgia de catarata

Estima-se que em 1998 existiam cerca de seiscentas mil pessoas cegas por causa da catarata, com o surgimento de cerca de 120 mil novos casos a cada ano. Com os mutirões, foram realizadas, apenas em 1999, 295.680 cirurgias, um crescimento de 113% em relação ao ano anterior. Com a realização de 228.145 cirurgias em 2000, são mais de 520 mil cirurgias no período de dois anos, o que leva à expectativa de eliminação da demanda reprimida por esse procedimento nos próximos três anos.

Foram realizadas mais de 520 mil cirurgias de catarata entre 1999 e 2000.

Freqüência anual de cirurgias de catarata no SUS

Brasil 1995 - 2001



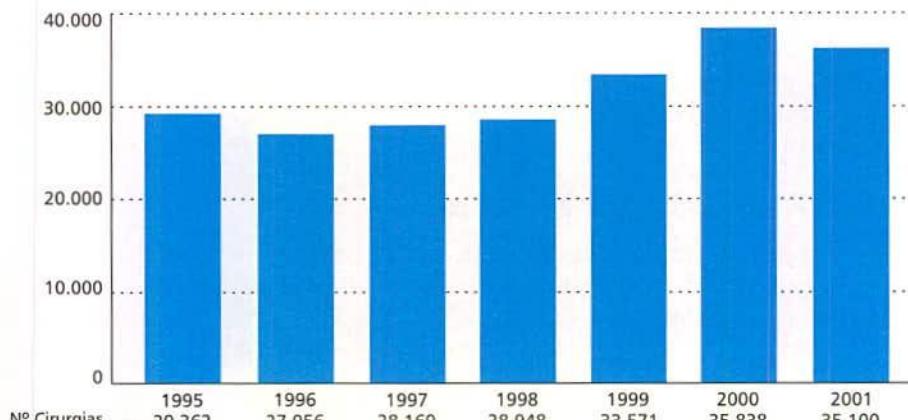
Fonte: SAS/MS

Mutirão de cirurgia de próstata

A hiperplasia prostática benigna apresenta-se com maior incidência de acordo com aumento da idade, sendo bastante freqüente nos homens com mais de setenta anos. Os procedimentos de rotina não vinham conseguindo acompanhar a elevação da demanda provocada pelo envelhecimento da população, principalmente das cirurgias de câncer de próstata, que têm tratamento prioritário. Com os mutirões, a freqüência desse procedimento cresceu 17%, quando comparados os anos de 1995 e 2001.

Freqüência anual de cirurgias de próstata no SUS

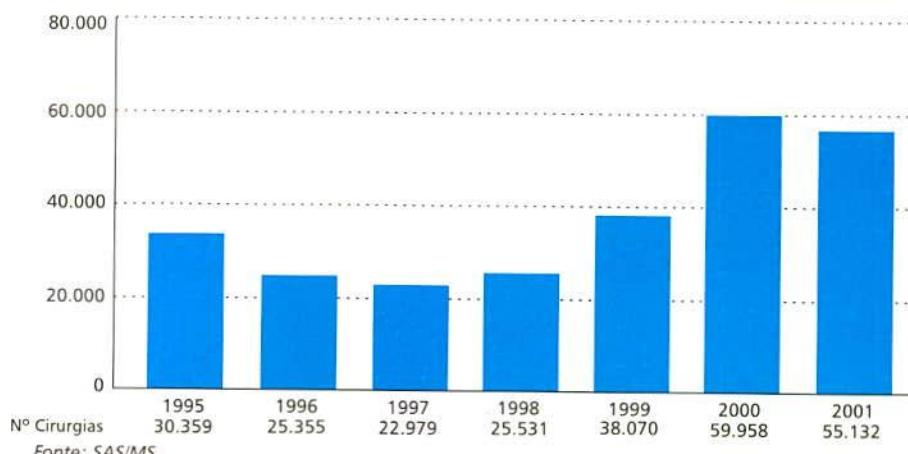
Brasil 1995 - 2001



Fonte: SAS/MS

Mutirão de cirurgias de varizes

Estima-se que cerca de 35% das pessoas acima de quinze anos são portadoras de varizes. Este número aumenta com a idade: na faixa etária entre os 30 e 40 anos atinge 3% dos homens e 20% das mulheres. Aos setenta anos de idade, 70% dos indivíduos apresentam algum tipo de varizes. O crescimento da freqüência das cirurgias de varizes no SUS foi de 77% entre 1995 e 2001.



Freqüência anual de cirurgias de varizes no SUS

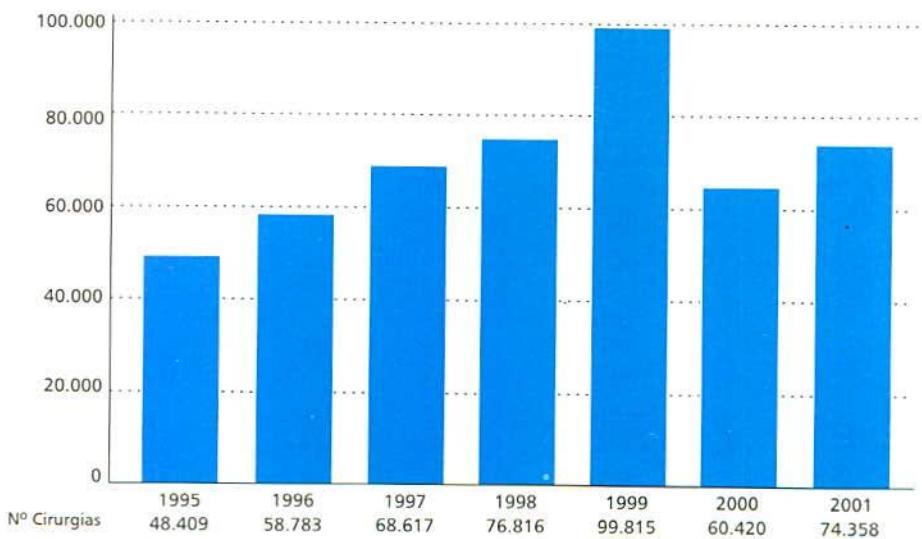
Brasil 1995 - 2001

Campanha de redução da cegueira decorrente da retinopatia diabética

Para melhorar a capacidade tecnológica dos serviços de oftalmologia do SUS, foram firmados convênios com hospitais universitários, secretarias estaduais e municipais de saúde, para a implantação, em 22 estados da Federação, de 31 centros de referência para o tratamento da retinopatia diabética.

Iniciada no ano 2000, a campanha de redução da cegueira decorrente da retinopatia diabética visa à ampliação da oferta e do acesso ao diagnóstico e tratamento especializados para a população diabética com problemas de retinopatia.

O gráfico "Freqüência anual de fotocoagulação a laser no SUS" demonstra a evolução da freqüência, no SUS, do procedimento de fotocoagulação a laser, destinado ao tratamento da retinopatia, no período de 1995 a 2001.



Freqüência anual de fotocoagulação à laser no SUS

Brasil 1995 - 2001

Um subsistema de atenção à saúde indígena

No período de 1995 a 1998, observou-se uma alteração no quadro epidemiológico das populações indígenas. Em diversas situações, as taxas de morbidade e mortalidade eram bem superiores às encontradas no restante da população brasileira, como em relação à alta incidência de infecções respiratórias e gastrintestinais agudas, malária, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, desnutrição e doenças preveníveis por imunizantes.

Ainda que as ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde no referido período tenham apresentado resultados importantes como o aumento de 40% na cobertura vacinal, incremento de 87% nos municípios atendidos com ações de saneamento básico, instalação de mais de cinco mil módulos sanitários e construção de sistemas simplificados de abastecimento, beneficiando 27 mil índios com água potável, constatou-se a necessidade de se convergir a execução das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde dos povos indígenas para a Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Em 1999, foi criado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, no âmbito do SUS. A organização desse subsistema, com a estruturação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI, já conta com 34 unidades com rede de serviços integrada e hierarquizada com complexidade crescente, articulada com o SUS.

A atenção básica se dá na aldeia, por intermédio dos Agentes Indígenas de Saúde – AIS, nos postos de saúde, e pelas equipes multidisciplinares, formadas por médicos, enfermeiros, dentistas e auxiliares de enfermagem. Lotadas nos pólos-base, as equipes se deslocam periodicamente às aldeias. Atente-se que os pólos-base, localizados em alguma comunidade indígena ou município de referência, atuam como apoio assistencial à comunidade atendida nas aldeias, devendo ser referenciadas pela rede de serviços do SUS as demandas que, pela complexidade, não puderem ser ali atendidas.

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena conta com mais de seis mil profissionais de saúde; mais de 260 unidades assistenciais; 636 veículos e mais de mil barcos e equipamentos de rádio-comunicação.

Para a organização deste subsistema, o Governo vem, desde 1999, destinando recursos para a contratação de mais de seis mil profissionais de saúde; construção e reforma de mais de 260 unidades assistenciais; aquisição de 636 veículos e de mais de mil barcos e equipamentos de rádio-comunicação.

O Ministério da Saúde promoveu, entre 14 a 18 de maio de 2001, em Luziânia (GO), a III Conferência Nacional de Saúde Indígena, para efetivar a participação das populações indígenas nas políticas públicas específicas aos seus povos. O evento, que teve como tema principal “Efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à Saúde Indígena com controle social”, contou com 807 participantes, dos quais 408 indígenas de 113 etnias.

Vigilância sanitária: garantindo qualidade de medicamentos, produtos e serviços

Para fortalecer e reestruturar o sistema de vigilância sanitária, foi criada em 1999 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Responsável pela coordenação do sistema nacional de vigilância sanitária, a Anvisa exerce ainda as funções de orientar e regular a fabricação e distribuição de medicamentos e produtos que afetam a saúde da população, além da fiscalização sanitária de portos, aeroportos e fronteiras. Cabem à Anvisa as tarefas de coordenar o **Programa Nacional do Sangue e Hemoderivados** e o **Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares**.

A descentralização está aumentando a eficácia da atuação da Anvisa em todo o território nacional. A desburocratização e a redução dos prazos para concessão de registros ou para autorização de funcionamento de empresas que produzem, importam ou comercializam bens sujeitos às normas de vigilância sanitária (medicamentos, cosméticos, alimentos, saneantes, etc) permitem uma redução nos custos das empresas e nos preços ao consumidor. A Anvisa vem tendo especial importância na política voltada para a produção e a comercialização de medicamentos genéricos e similares.

Também estão sendo expandidas e aperfeiçoadas as atividades de controle sanitário de viajantes, meios de transportes e seus respectivos terminais, bem como o controle aduaneiro de produtos sujeitos à fiscalização da vigilância sanitária. Em 2001, já estavam operando 120 postos de vigilância sanitária nos portos, aeroportos e fronteiras, contra 102 em 1998. O número de estações aduaneiras de interior mais que dobrou, passando de 19 em 1998 para 43 em 2001. As 558 mil inspeções sanitárias realizadas a partir de 1999 representaram um acréscimo de 73% em relação ao período de 1994 a 1998.

120 postos de vigilância sanitária nos portos, aeroportos e fronteiras realizaram 558 mil inspeções.

Prevenção e controle de infecção hospitalar

Em 1999, a Anvisa constatou que apenas doze unidades da Federação contavam com programas estaduais de controle de infecção hospitalar em funcionamento. Durante o ano de 2000, a Anvisa, em parceria com os estados e o Distrito Federal, estruturou e implantou em todo o País 26 comissões estaduais de controle de infecção hospitalar – CECIH.

Dentre as atividades do programa, destacam-se o treinamento e capacitação de recursos humanos; a elaboração e divulgação de material educativo e informativo; o desenvolvimento de estudos e pesquisas destinados a analisar a situação do País em relação às infecções hospitalares e seu controle; e a implantação de um sistema de informação para o controle das infecções hospitalares.

Qualidade do sangue

A meta "Sangue com garantia de qualidade em todo o seu processo até 2003" tem o objetivo de impulsionar a hemoterapia brasileira e garantir a todos a transfusão de sangue segura e de padrão internacional, já atingido pelos melhores serviços do País. A estruturação do programa teve como base a implantação, em todo o território nacional, de um sistema de avaliação e alerta, com o objetivo de recolher e avaliar informações sobre os efeitos indesejáveis e/ou inesperados da utilização de hemocomponentes.

Em 2000, foram implantadas, ampliadas e modernizadas 1.094 unidades hemoterápicas.

As principais ações em 2000 foram a implantação, a ampliação, a modernização e a adequação de 145 serviços de hemoterapia e a inspeção de 1.094 unidades hemoterápicas – 254 nas capitais, 93 em cidades com mais de duzentos mil habitantes e 747 em municípios com população inferior a duzentos mil habitantes. Acrescentam-se as ações destinadas a garantir a qualidade da testagem sorológica e imuno-hematológica de todo o sangue coletado, com a realização de exames para HIV, HTLV, hepatite B, hepatite C, doença de Chagas e sífilis.

A capacitação abrangeu 194 profissionais dos serviços de hemoterapia, que atuarão como multiplicadores para a formação de recursos humanos; e 6.752 profissionais, pelo método de educação a distância. Além disso, promoveu-se a sensibilização e o treinamento de 572 profissionais de serviços de hemoterapia pública na metodologia de auto-avaliação da gestão.

Em 2001, foram implementadas ações destinadas a permitir o processamento de 100% do excedente de plasma de qualidade estocado e a ser coletado no País e a implantação do sistema de vigilância sanitária em sangue.

Pesquisa e desenvolvimento, respaldando as ações de saúde pública

A política de pesquisa e desenvolvimento em saúde pública, desenvolvida por meio da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, estabelece um balanceamento entre a liberdade científica e a necessidade de dar respostas às questões de saúde pública. Utiliza-se para isso um avançado sistema de planejamento organizado por objetivos e metas, garantindo os graus de liberdade requeridos a uma atividade criativa e à exploração do novo.

A área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico desenvolve projetos que atendem, prioritariamente, às demandas apontadas pelo Ministério da Saúde. Abrangem o tratamento de doenças crônico-degenerativas, como diabetes e cardiopatias, controle da tuberculose, dermatologia; saúde mental e AIDS, além de outros campos como: síntese química, produtos naturais, extração e validação de fitoterápicos, farmacologia e toxicologia aplicadas, farmacotécnica

e planta piloto, respaldando a produção dos medicamentos essenciais para o combate às endemias.

O atual foco do desenvolvimento tecnológico tem recaído nas áreas dos fitoterápicos, fármacos sintéticos e novas formulações. Além disso, tem sido relevante, no programa de pesquisa e desenvolvimento, a criação de novas vacinas o aperfeiçoamento dos processos das atualmente produzidas.

Importantes resultados demonstram o sucesso da estratégia. As publicações elaboradas, indexadas na base de dados do *Institute for Scientific Information – ISI*, principal base de dados de publicações científicas do mundo, passaram de menos de duzentos em 1994, para 339 em 2000. No mesmo ano, foram depositadas 36 patentes no Brasil e 38 no exterior, contra 12 no Brasil e 21 no exterior, em 1994.

Os benefícios para a sociedade têm sido relevantes. Além de produzir mais de 53,5 milhões de doses de vacinas para febre amarela, sarampo, Hib, Hib/DTP e poliomelite, a Fiocruz já produz doze medicamentos, que fazem parte do coquetel anti-AIDS, totalizando mais de 120,3 milhões de unidades farmacêuticas. Dessa forma, é possível uma redução muito expressiva nos custos do tratamento dos portadores do HIV/AIDS. Além disso, a Fundação está atuando na transferência de tecnologia para agentes públicos e privados, e na produção de medicamentos genéricos.

Fundação Oswaldo Cruz produz doze medicamentos que fazem parte do coquetel anti-AIDS.

Saúde suplementar: regulação do setor de saúde

A reorganização do sistema de saúde vai além da reestruturação dos serviços prestados pelo SUS. Com a aprovação da Lei nº 9.961, de 2000, foi implantada a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, responsável pela regulação, normatização, controle e fiscalização de serviços de saúde contratados junto aos planos e seguros de saúde, cooperativas e empresas de medicina de grupo, que atendem a cerca de 32 milhões de pessoas em todo o território nacional. A ANS tem pautado sua atuação na fixação de regras estáveis para o mercado, na priorização da defesa dos direitos dos consumidores, sempre com a inserção participativa das diversas organizações da sociedade, buscando a construção de um sistema de saúde suplementar justo, com empresas sólidas e aptas a garantir aos consumidores as condições contratadas.

Ações importantes devem ser mencionadas, como a revisão dos procedimentos para registro provisório das operadoras e de produtos; a regulação da cobertura assistencial e das condições de acesso, com a definição, para os contratos novos, do plano referência; a revisão do rol de procedimentos odontológicos e médicos; e a definição dos procedimentos de alta complexidade para fins de cobertura parcial temporária, destinados a ampliar a assistência e impedir restrições abusivas no acesso dos usuários aos serviços prestados pelas operadoras.

Acrescentem-se, ainda, a ampliação na regulação dos preços das mensalidades e da fiscalização, com vistas a prevenir a suspensão na cobertura dos usuários por problemas de gestão das operadoras. Os resultados já podem ser observados, tendo em vista que a média de autuações por operadora foi reduzida de 5,3 para 1,9 entre 2000 e 2001.

A partir de 2001 a população passou a contar também com o Disque ANS, central telefônica gratuita de informações, com abrangência nacional, para permitir aos usuários a apresentação de sugestões, queixas, reclamações etc.

Reforço à reorganização do Sistema Único de Saúde – Reforsus

Além de contar com nova estratégia de atuação, com ênfase na prevenção de doenças e promoção da saúde e assistência com atendimento humanizado, as ações do Governo, nos últimos sete anos, voltaram-se para a reestruturação do SUS, com a expansão e melhoria da infra-estrutura e aprimoramento da gestão.

Recursos do Reforsus para capacitação, especialização e equipamentos beneficiaram 2.833 municípios e 66 milhões de pessoas.

Implantado em 1995, o **Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – Reforsus** conta com recursos federais e de financiamento contratado pela União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Banco Mundial – BIRD para recuperar a rede física de saúde do País, com novos equipamentos, conclusão de obras iniciadas, ampliação, reforma e adaptação dos estabelecimentos de saúde, capacitação de recursos humanos, aprimoramento da gestão do sistema e o gerenciamento das unidades de saúde.

No âmbito do **Programa Saúde da Família**, foram destinados recursos do Reforsus para a capacitação de recursos humanos, cursos de especialização e residência, e aquisição de mobiliários e equipamentos, beneficiando 2.833 municípios, onde residem 66 milhões de pessoas.

Entre os mais de trinta projetos voltados para a melhoria da gestão, merecem atenção especial o Cartão Nacional de Saúde – Cartão SUS, a modernização gerencial de 28 hospitais de referência em todos os estados brasileiros, a capacitação gerencial de profissionais de saúde, membros do ministério público, do judiciário e conselheiros de saúde e a Rede Nacional de Informações em Saúde – Renis.

O Cartão SUS é um instrumento da maior importância. A identificação do usuário e sua vinculação à unidade de saúde, ao profissional responsável e aos procedimentos realizados pelo SUS permitem maior eficácia no atendimento, já que o profissional disporá de informações sobre o histórico de saúde do paciente. Além disso, é uma importante ferramenta para a coordenação de informações, democratização do acesso e humanização do atendimento, padronização dos procedimentos e racionalização e economia no uso dos

recursos públicos. A propósito, vale assinalar que o cartão representa mais uma barreira ao duplo faturamento – cobrança ao SUS e aos planos ou seguros de saúde – além de permitir o resarcimento ao SUS dos procedimentos realizados em beneficiários de planos ou seguros privados.

O processo de implantação do Cartão Nacional de Saúde, em curso, compreende projeto-piloto em 44 municípios brasileiros, desenvolvimento de um *software* e construção de uma rede de abrangência nacional, com cobertura de cerca de treze milhões de usuários do SUS.

O Sistema está em operação em três municípios: Aracaju (SE), São José dos Campos (SP) e Cerro Azul (PR). Já foram cadastradas 1.934 unidades de saúde nos 44 municípios do projeto-piloto, 6,6 milhões de usuários, que representam 53% do total de usuários do primeiro ciclo, e 22 mil profissionais de saúde.

Promoveu-se a geração do número único de identificação SUS para 4,9 milhões de pessoas (39% do total do primeiro ciclo); emissão de 368 mil cartões, em processo de distribuição aos usuários dos municípios de Florianópolis, São José dos Campos, Cerro Azul, Cabo de Santo Agostinho e Aracaju; e emissão e distribuição de 1.077 cartões aos profissionais dos municípios do pré-piloto do projeto. Além disso, foi ativada a rede informatizada do cartão, interligando o site federal de Brasília com os Estados de São Paulo, Paraná, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Piauí.

O segundo ciclo do projeto do Cartão SUS foi concebido para ser desenvolvido em três etapas, com o cadastramento dos usuários do SUS em âmbito nacional e recadastramento de unidades e profissionais de saúde; o desenvolvimento de novas funcionalidades para o sistema cartão e a inclusão de novos estados e municípios no sistema.

Profissionalização dos trabalhadores na área de enfermagem – Profae

Iniciativa inédita do Ministério da Saúde, o **Programa Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem – Profae** conta, desde setembro de 2000, com recursos do Governo federal e de empréstimos da União junto ao BID. Os recursos estão sendo destinados à qualificação e profissionalização dos trabalhadores da área de enfermagem, beneficiando 225 mil atendentes, e ao desenvolvimento de ações voltadas para reforçar, de forma sustentada, a educação profissional em saúde.

Ações voltadas à educação profissional em saúde beneficiam 225 mil atendentes.

A ênfase é desenvolver condições e meios para que o setor da saúde possa contar com uma oferta efetiva e permanente de cursos de formação técnica para o conjunto de seus profissionais. Estão sendo destinados recursos para a modernização de 26 Escolas Técnicas do SUS,

capacitação de doze mil profissionais de saúde/enfermeiros para a docência de educação profissional, implantação de sistema de certificação de competências para os trabalhadores da saúde e criação de sistema de acompanhamento do mercado de trabalho em saúde.

A estratégia central, para iniciar a implantação do projeto em todo o País, foi a realização de um cadastramento nacional, onde se pôde verificar a situação real da demanda por estado, necessidades educacionais e de qualificação profissional e localização para facilitar o acesso dos trabalhadores aos cursos. Realizado em 2000, o primeiro cadastramento identificou 130 mil trabalhadores como clientela inicial. O Profae já é uma realidade nacional, atendendo à clientela trabalhadora em 25 unidades federadas, com previsão para atender a todos os estados até agosto de 2002.

O esforço de inclusão dos trabalhadores de enfermagem nos processos de qualificação profissional e escolarização, distribuídos por todo o País, exigiu, mais uma vez, capacidade de atuação de forma descentralizada.

Até 2001, foram formadas 2.901 turmas com 81,3 mil alunos matriculados, representando uma cobertura de 36,17% da clientela alvo identificada, em apenas um ano.

São 197 instituições contratadas ou conveniadas para oferecer cursos e supervisionar a qualidade da educação profissional desenvolvida para os trabalhadores atendidos, conformando uma rede criada em tempo recorde. Além disso, desde 2001 o Profae está modernizando 25 das 26 Escolas Técnicas de Saúde do SUS pertencentes às secretarias de estado da saúde de dezesseis estados. São investimentos em capacitação gerencial, formação de docentes, modernização e fomento à criação de redes informatizadas para bibliotecas e áreas prioritárias para a manutenção de processos de ensino-aprendizagem, de interesse para o SUS.

É importante frisar que os trabalhadores qualificados pelo Profae irão passar por uma avaliação de competência profissional, estabelecida e pactuada entre empregadores, representantes de trabalhadores e Ministério da Saúde, com o objetivo de assegurar que a formação proporcione, de fato, mais qualidade e humanização da assistência.

Reordenamento institucional

Com a finalidade de adequar a estrutura da assistência à saúde ao novo modelo adotado, várias modificações institucionais foram introduzidas, das quais se destacam:

- as bases para uma política expressamente relacionada a questão dos medicamentos, readequando e/ou elaborando planos, programas, projetos e atividades em conformidade com as diretrizes, prioridades e responsabilidades de cada esfera adminis-

trativa, foram estabelecidas pela Portaria nº 3.916 do Ministério da Saúde, de outubro de 1998;

- a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais passaram a ser consideradas crime hediondo com a promulgação da Lei nº 9.695, de 1998;
- as atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária foram regulamentadas pela Lei nº 9.782, de 1999, que criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- a regulamentação do uso do medicamento genérico, estabelecendo o uso do nome genérico no produto farmacêutico que contenha o princípio ativo na sua comercialização à população, foi estabelecida pela Lei nº 9.787, de 1999;
- a regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades de assistência suplementar à saúde passaram a ser de responsabilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar, criada pela Lei nº 9.961, de 2000;
- a ampliação do acesso às ações de promoção e assistência à saúde da gestante e do recém-nascido, bem como a elevação da capacidade de atendimento assistencial obstétrico e neonatal, no âmbito do SUS, foram regulamentadas por intermédio da Portaria GM/MS nº 569/GM, de 1º de junho de 2000;
- os recursos públicos mínimos para o financiamento das ações e serviços de saúde foram garantidos pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que estabelece percentuais mínimos das receitas federais, estaduais e municipais a serem empregados na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; e
- a Emenda Constitucional nº 31, de 2000, instituiu o Fundo de Combate à Pobreza, para vigorar até 2010, possibilitando a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência, com recursos aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar e outros programas de interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Emenda Constitucional da Saúde

A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, vincula recursos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para serem gastos obrigatoriamente em ações e serviços públicos de saúde. Trata-se de importante inovação, cujo objetivo primordial é garantir a estabilidade do financiamento da saúde e, também, consagrar o financiamento tripartite desta política social.

Esta Emenda assegurará os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde nas três esferas de governo. Ela vem incrementar a disponibilidade de recursos financeiros nas esferas estadual e municipal, propiciando uma melhoria no perfil epidemiológico da população.

Na tabela “Percentual de aplicação”, pode-se observar os limites mínimos de recursos financeiros que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem aplicar em ações de saúde:

Esfera	Percentual de Aplicação				
	2000	2001	2002	2003	2004
Federal	Mínimo de 5% a mais do empenhado no exercício anterior	Valor apurado do Ano anterior acrescido da variação nominal do PIB			
Estadual/ Distrital (*)	7%	Período em que o investimento em saúde deve aumentar gradativamente até atingir os percentuais previstos para o ano de 2004.			12%
Municipal / Distrital (**)	7%				15%

(*) – Percentual do valor arrecadado com Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, Imposto sobre Herança (transmissão causa mortis) e o valor líquido das transferências constitucionais – (cota parte do ICMS).

(**) – Percentuais do valor arrecadado com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Serviços – ISS, Imposto sobre Transmissão Intervivos e das Transferências derivadas de impostos (IR, IPI, ICMS).

Cultura

A área da cultura beneficiou-se intensamente, neste Governo, dos mecanismos de incentivo em parceria com organismos internacionais, estados, municípios, empresas públicas e iniciativa privada, assim como do aporte de recursos orçamentários da União a projetos de especial relevância para o País. Os recursos canalizados para a cultura aumentaram 69% de 1996 para 2001, passando de R\$ 266,9 milhões para R\$ 453,1 milhões. No final de 2001 e 2002 o incremento pode chegar a 84%, favorecendo a consolidação de diversos segmentos culturais.

Os recursos canalizados para a cultura aumentaram 69% de 1996 para 2001, passando de R\$ 266,9 milhões para R\$ 453,1 milhões.

As Leis de Incentivo à Cultura (nº 8.313, de 1991– Rouanet e nº 8.685, de 1993 – Audiovisual), foram grandes criações de gestões anteriores e vigoram até hoje. Passaram, no entanto, a funcionar de modo mais amplo e efetivo a partir de 1995, quando se aumentou o limite de descontos permitidos às empresas patrocinadoras de projetos culturais, e quando se tornou mais ágil a autorização para captação de recursos.

Alguns aperfeiçoamentos da legislação foram de fundamental importância para atrair mais empresas para o sistema de mecenato, que consiste na aprovação de projetos direcionados à captação de patrocínio; para aumentar a receita orçamentária do Fundo Nacional de Cultura, que financia projetos culturais a fundo perdido; e para otimizar a estrutura da máquina administrativa. Devem ser destacadas, nesse sentido:

- regulamentação da Lei Rouanet, estabelecendo a sistemática de execução do **Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac**;
- regulamentação da conversão da dívida externa para aplicação em projetos audiovisuais brasileiros de produtoras independentes;
- aumento do percentual de abatimento do imposto de renda das pessoas jurídicas de 1% para 3% nos casos de investimentos nesses projetos audiovisuais;
- reestruturação do Ministério da Cultura, por áreas temáticas, abrangendo uma secretaria executiva e quatro secretarias definidas por segmentos culturais;
- aumento da dedução do imposto de renda devido pelos contribuintes às quantias efetivamente despendidas em projetos de artes cênicas; livros de valor artístico, literário e humanístico; música erudita e instrumental; exposições de artes visuais; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; produção de obras cinematográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e preservação do patrimônio cultural material e imaterial;

- elevação dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Cultura, referentes a concursos de prognósticos e loterias federais e similares, de 1% para 3%, por meio da Lei Ubiratan;
- criação da Agência Nacional do Cinema – Ancine e instituição do **Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – Prodecine**, por meio da Medida Provisória nº 2.219, de 2001.

Não cabe ao Estado o papel de produtor, mas de responsável pela definição das grandes linhas da política cultural, em conjunto com a sociedade, os artistas e os produtores, e de articulador do apoio a segmentos e iniciativas relevantes que transcendem a lógica de mercado.

Com base nessa premissa, desde 1995, a ação do Governo Federal foi pautada pela democratização da aplicação dos recursos disponíveis no Orçamento da União e dos captados no mercado, de forma a contribuir para a redução das desigualdades sócio-culturais existentes entre as diferentes regiões do País, assim como pela maior transparência e eficiência nos gastos.

De 1996 a 2001, foram executados cerca de 9.700 projetos, com recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões.

De 1996 a 2001, os investimentos finalísticos na área cultural para a realização de aproximadamente 9.700 projetos, envolveram recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões, sendo R\$ 743 milhões dos orçamentos anuais e R\$ 1,6 bilhão decorrentes da captação à conta das leis de incentivos, comportando-se essas aplicações por programa de Governo, conforme se segue:

	R\$ milhões
Música e artes cênicas	571,6
Produção e difusão cultural	555,4
Cinema, som e vídeo	492,0
Patrimônio cultural	483,4
Livro Aberto	229,9
Cultura Afro-brasileira	21,3

Fonte: MinC

O interesse dos contribuintes do Imposto de Renda em incentivar projetos culturais por conta das Leis Rouanet e do Audiovisual aumentou significativamente graças à política de divulgação implementada por este Governo sobre os mecanismos de financiamento cultural. Dos 2.365 contribuintes (1.426 pessoas físicas – R\$ 731 mil e 965 pessoas jurídicas – R\$ 169,3 milhões), com a captação de recursos da ordem de R\$ 170 milhões, em 1996, o número de incentivadores elevou-se para 4.398 (2.985 pessoas físicas – R\$ 2,7 milhões e 1.413 pessoas jurídicas – R\$ 316 milhões) e a captação de

recursos somou R\$ 318 milhões, em 2001, ou seja: enquanto os investimentos globais cresceram 87%, o número de pessoas físicas cresceu 109%, e seus investimentos 266%; assim como o número de pessoas jurídicas elevou-se em 48%, com majoração de 86,5% nos investimentos.

A criação de um centro nacional de formação de mão-de-obra e de gestores da cultura, no bairro de Campos Elíseos, em São Paulo, denominado Fábrica de Cultura, por meio de parcerias com a iniciativa privada, ajudou a colocar o universo da administração cultural ao alcance de toda a sociedade. Em 2000, 285 gestores foram treinados nesse centro, devendo o número crescer em 2001 e 2002 à medida que se consolidem no mercado os reflexos da capacitação de recursos humanos.

Audiovisual

No início da década de 1990, a participação do cinema nacional no mercado de exibição chegou ao nível mais baixo. O desmonte do sistema estatal de apoio à produção e à distribuição cinematográfica, com a extinção da Embrafilme e do Concine, atingiu drasticamente a capacidade do cinema brasileiro de operar com eficiência em seu próprio mercado. O cinema estrangeiro, sobretudo o norte-americano, ocupou a quase totalidade das salas de exibição, uma fatia significativa das televisões e se tornou uma referência cultural absoluta para a população brasileira, especialmente os setores de mais baixa renda.

De 1990 a 1994, foram lançados 29 filmes nacionais, enquanto as produções estrangeiras somaram 1.157, ou seja: os lançamentos nacionais corresponderam a apenas 2,5% dos lançamentos estrangeiros. Em 1992, foram lançados apenas três filmes nacionais; de 75 milhões de espectadores, apenas 36 mil assistiram a filmes nacionais, representando 0,05% do mercado.

	Lançamentos		Freqüência de público		Percentual	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Lançamentos	Público
1990	7	231	10.000.000	85.101.000	3,03	11,75
1991	8	239	3.000.000	92.093.000	3,35	3,26
1992	3	237	36.113	74.963.887	1,27	0,05
1993	4	234	45.454	69.954.546	1,71	0,06
1994	7	216	271.454	74.728.546	3,24	0,36
Total	29	1.157	13.353.021	396.840.979	2,51	3,36

Fonte: MinC

**Evolução
do cinema**
1990 a 1994

A retomada do apoio governamental ao cinema brasileiro, a partir das Leis de Incentivo à Cultura, permitiu começar a mudar essa situação. O prêmio de apoio à produção de curtas, médias e longas metragens, lançado em 1994, resultou na seleção de 21 curtas, nove médias e 55 longa metragens. As leis, sobretudo, propiciaram a inauguração de um novo modelo de relacionamento entre o público e o privado, entre o Estado e o mercado. Junto com novos filmes, novos talentos se projetaram. A qualidade do cinema nacional ganhou reconhecimento. A linguagem se enriqueceu, os estilos se diversificaram, o que se refletiu na variedade de temas, abordagens e simbolismos. O cinema retomou seu papel na busca das raízes e na construção das identidades culturais brasileiras.

A partir de 1995, as mudanças no setor audiovisual foram notáveis:

160 novos longas, 669 curta metragens e cerca de oitenta documentários foram produzidos.

A partir de 1995, as mudanças no setor audiovisual foram notáveis: 160 novos longas, 669 curta metragens e cerca de oitenta documentários foram produzidos; a taxa de participação do cinema nacional no mercado de exibição, em relação ao cinema estrangeiro, atingiu mais de 11% e os lançamentos nacionais representaram cerca de 18%, no ano 2000; surgiram 55 novos cineastas no País; quatro filmes foram indicados para o Oscar de melhor filme estrangeiro; duzentos prêmios foram conquistados em competições, cem dos quais em eventos internacionais; e 191 novas salas de exibição foram colocadas à disposição da sociedade.

Mais de cem filmes antigos, verdadeiros marcos da história do cinema brasileiro, foram lançados em VHS, sendo disponibilizados à sociedade para venda em festivais e nas lojas da Fundação Nacional de Artes – Funarte. Destacando-se a *Série Brasilianas* e a coleção *100 anos de Humberto Mauro*.

Na comparação do período de 1990 a 1994 com o de 1995 a 2000, os lançamentos de filmes nacionais apresentam um crescimento excepcional de 455%, passando de 29 para 132 filmes, enquanto os estrangeiros tiveram uma ligeira queda de 1,3%, reduzindo de 1.157 para 1.142 filmes.

O público brasileiro voltou a assistir a filmes nacionais: de 350 mil espectadores entre 1992 e 1994, a freqüência às salas de exibição alcançou seis milhões em 1999 e superou a marca de 7,5 milhões em 2000, e a marca de 7,5 milhões em 1999 e superou a marca de 7,5 milhões em 2000.

O público brasileiro voltou a assistir a filmes nacionais. De 350 mil espectadores entre 1992 e 1994, a freqüência às salas de exibição alcançou seis milhões em 1999 e superou a marca de 7,5 milhões em 2000, conforme o quadro "Evolução do cinema, 1995 a 2000". Para 2001 e 2002, espera-se um crescimento progressivo no número de espectadores de filmes nacionais, ultrapassando o patamar de nove milhões, devendo chegar em 2003, com 20% de ocupação do mercado de exibição.

	Lançamentos		Freqüência de público		Percentual	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Lançamentos	Público
1995	12	222	3.150.000	81.850.000	5,41	3,85
1996	23	236	2.550.000	59.450.000	9,75	4,29
1997	22	184	2.388.888	49.611.112	11,96	4,82
1998	26	167	3.606.279	66.393.721	15,57	5,43
1999	25	200	6.000.000	64.000.000	12,50	9,38
2000	24	133	7.551.000	64.828.340	18,05	11,65
Total	132	1.142	25.246.167	386.133.173	11,56	6,54

Fonte: MinC

Evolução do cinema 1995-2000

As ações de fomento do Governo Federal dirigiram-se também para a realização de concursos públicos destinados a produção de curta metragens, documentários culturais, desenvolvimento de projetos e elaboração de roteiros, assim como para a produção, comercialização, distribuição e exibição de filmes brasileiros no mercado nacional e internacional, com investimentos em torno de R\$ 39 milhões.

O apoio à produção, comercialização, distribuição e exibição de filmes brasileiros de longa metragem e de baixo orçamento viabilizou-se por meio da seleção de 72 projetos, financiados pelos programas Cinema Brasil, Mais Cinema e Apoio à Comercialização de Filmes, instituídos em 1999. O Mais Cinema foi um programa de financiamento alternativo em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

O cinema brasileiro foi incluído entre as treze metas do **Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade**, com o objetivo de atingir 20% de ocupação do mercado de exibição até 2003. Para tanto, criouse, em 1999, o Projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, para promover, em televisões públicas e privadas, o reencontro do povo brasileiro com suas bases históricas e culturais e com as fontes de seu imaginário coletivo. Veiculado, originalmente, na TV Escola do Ministério da Educação, mas já exibido no Canal Brasil e nas TVs Educativa, Cultura, Senado e Câmara, esse projeto tem hoje um alcance de cerca de 62 mil escolas públicas e privadas espalhadas de norte a sul do País e de 8,5 milhões de antenas parabólicas, com um público potencial de trinta milhões, sobretudo de pessoas das camadas menos favorecidas da população.

Filmes brasileiros também foram exibidos em praças públicas de cidades de pequeno e médio porte, em 1999 e 2000, através do Projeto Cinema na Praça, fazendo com que muitos brasileiros voltas-

O cinema brasileiro foi incluído entre as treze metas do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, com o objetivo de atingir 20% de ocupação do mercado de exibição até 2003.

sem a assistir os filmes nacionais ou os vissem pela primeira vez. Nas primeiras quinze sessões realizadas, a freqüência de público atingiu o recorde de 7.650 espectadores.

A exibição de curtas e documentários também tem sido incrementada por meio de mostras itinerantes. Iniciado em junho de 2000, na cidade de Porto Alegre, o Programa Cinema dos Brasileiros exibiu, em treze cidades brasileiras, 53 filmes premiados e, em 2001, percorreu dez universidades públicas e privadas.

O Programa Curta Brasil, uma co-produção da Funarte, Riofilme e TVE, exibido em canal aberto todos os domingos, cujo conteúdo se baseia em curtas metragens de todo País, com debate entre produtores e profissionais de cinema, até o final de 2000, levou ao ar mais de duzentos programas.

A atividade audiovisual no Brasil recebeu um novo impulso com a implantação do Canal TV Cultura e Arte, inaugurado em abril de 2001, com a exibição de uma programação cultural centrada na pluralidade temática, e hoje exibe seis horas de programação diárias, de segunda a sexta-feira e nove horas aos sábados e domingos.

O setor audiovisual brasileiro foi estimulado por meio do incentivo à realização de 143 eventos nacionais, entre festivais, mostras, seminários e *workshops* em várias regiões do País, de 1995 até 2000. Desde então, este número vem crescendo e ampliando a abrangência geográfica da produção e circulação de bens culturais. Em 2001, dezenas convênios já foram firmados para subsidiar a realização de festivais, cabendo destacar os celebrados com as cidades de Tiradentes, Florianópolis, Recife, Goiás, Curitiba, João Pessoa, São Luis e Fortaleza.

O cinema nacional também vem crescendo no exterior. Além da presença constante em festivais internacionais, com mais de uma centena de prêmios nos últimos anos, o Governo tem apoiado mostras e festivais internacionais, como o Festival de Cinema Brasileiro em Paris, Mostra de Cinema Brasileiro em Los Angeles, Mostra de Cinema Brasileiro em Universidades Inglesas, Mostra de Cinema Brasileiro no Mercosul, entre outros. Os acordos internacionais de co-produção Brasil – Portugal e o Programa Ibermédia, cumprem um papel relevante neste processo, estando em negociação a renovação dos acordos internacionais com a Itália, França e Alemanha.

Em 2001 foi criada a Ancine, órgão de fomento, regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica.

Era preciso incentivar de maneira mais substantiva a indústria cinematográfica, aumentando a articulação entre os elos da cadeia produtiva do setor audiovisual representados pela produção, distribuição e exibição, e definindo um marco regulatório para a atividade cinematográfica no País. Isto levou o Governo a criar, por meio da Medida Provisória nº 2.219, de 2001, a Agência Nacional do Cinema – Ancine, como órgão de fomento, regulação e fiscalização da

indústria cinematográfica e videofonográfica, e instituir o **Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – Prodecine**, destinado a captar e aplicar recursos necessários ao fomento de projetos de produção, distribuição, comercialização e exibição de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras.

Patrimônio histórico, artístico e arqueológico

No período de 1995 a 2001, o Governo contou com parcerias estaduais, municipais e da sociedade na proteção do patrimônio cultural brasileiro, elevando núcleos históricos e reservas naturais à categoria de patrimônio mundial, título concedido pela Unesco. Os bens brasileiros eleitos nesse período foram os centros históricos de São Luis (MA) e Diamantina (MG); as reservas de Mata Atlântica do Sudeste, em São Paulo e no Paraná e da Costa do Descobrimento, na Bahia e no Espírito Santo, o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a Cidade de Goiás (GO).

Os credenciamentos desses sítios junto à Unesco foram precedidos de uma série de realizações na área de saneamento básico, adequação de espaços públicos e obras de engenharia, proporcionando geração de emprego e renda. Vultosos investimentos foram realizados, criando possibilidades de inserção desses núcleos em roteiros turísticos, com efeito multiplicador nos setores de hotelaria, artesanato e cultura em geral, alavancando novos recursos e ampliando a capacidade de arrecadação dos municípios.

A preocupação com a preservação cultural refletiu-se num grande número de tombamentos de bens móveis, imóveis, naturais e núcleos históricos, cabendo destacar os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Penedo (AL), da Lapa (PR), da Pampulha em Belo Horizonte (MG), e do Bairro do Recife (PE); o conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó (CE); a Ponte Hercílio Luz em Florianópolis (SC); o Quilombo do Ambrósio em Ibiá (MG); o Hangar de Zeppelin, situado na Base Aérea de Santa Cruz, a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Estádio Mário Filho (Maracanã), no Rio de Janeiro (RJ); e o Teatro Municipal de São Paulo (SP).

Reconhecendo a importância das diversas religiões que compõem o perfil espiritual do povo brasileiro e das etnias formadoras de nossa cultura, o Governo Federal tombou ainda os pergaminhos da Torah, livros sagrados que fundamentam o culto e a vida religiosa do povo judeu, sob a guarda do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro (RJ), e o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, casa de culto ao Candomblé em Salvador (BA).

Inúmeros bens foram restaurados, com a finalidade de induzir o desenvolvimento do turismo e das fontes de pesquisa e do conhecimento, entre eles: o conjunto arquitetônico da cidade de Antônio Prado (RS); a Capela de São João Batista, em Belém

(PA), onde também foram recuperados três exemplares da pintura mural do artista italiano Antônio José Landi; o Mercado de Diamantina (MG); a Igreja Matriz e o Teatro de Pirenópolis (GO); a Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Alcântara (MA), com seu acervo de bens integrados; documentos dos séculos XVII e XVIII, pertencentes ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, referentes ao Forte dos Reis Magos, em Natal; e o altar-mor do Mosteiro de São Bento de Olinda (PE).

O Programa Monumenta é a maior fonte até hoje disponibilizada para financiar a preservação do patrimônio histórico nacional.

O Programa Monumenta – Preservação do Patrimônio Histórico

O Programa Monumenta é a maior fonte até hoje disponibilizada para financiar a preservação do patrimônio histórico nacional. Resultado de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a participação da Unesco, ele se destina a revitalizar os principais conjuntos patrimoniais urbanos do País. Em sua primeira etapa, a partir de 2000 até 2003, está mobilizando mais de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 62,5 milhões de empréstimo do BID, US\$ 62,5 milhões dos Orçamentos Anuais da União e de contrapartida dos estados e municípios, e o restante de instituições financeiras e empresas participantes.

Tendo como parâmetro uma lista de prioridades de intervenção de todas as áreas urbanas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por ordem de representatividade histórica e urgência na recuperação, 27 cidades foram selecionadas para participar do Monumenta: Olinda e Recife (PE); Ouro Preto, Congonhas, Diamantina e Tiradentes (MG); Salvador, Cachoeira e Lençóis (BA); São Luís e Alcântara (MA); a cidade do Rio de Janeiro (RJ); São Paulo e Pirapicuba (SP); Antônio Prado, Pelotas e Porto Alegre (RS); Belém (PA); Brasília (DF); Corumbá (MS); a cidade de Goiás (GO); Icó (CE); João Pessoa (PB); Natividade (TO); Oeiras (PI); Penedo (AL); São Francisco do Sul (SC). Em 2000, foram contempladas as cidades de Ouro Preto, Olinda, Rio de Janeiro e Recife, devendo as demais serem beneficiadas até 2003.

Em Ouro Preto, serão realizadas obras voltadas para a urbanização do Vale dos Contos, recuperação de edificações privadas e de monumentos tombados, dos seus entornos e largos, estendendo-se ao longo do centro histórico, recuperação das fachadas dos edifícios, antigos terraços e dos arrimos, e instalação de iluminação adequadas ao caráter histórico da cidade junto aos principais monumentos: Igreja de Antônio Dias, Casa do Gonzaga, Casa da Baronesa, Casa do Folclore, Capela Nossa Senhora das Dores e Teatro Municipal.

Em Olinda, o roteiro atravessa toda a colina histórica, envolvendo seus principais edifícios – as Igrejas de Nossa Senhora do Carmo, do Rosário, e de Nossa Senhora do Amparo, assim como o Observatório e o Museu Regional – definindo intervenções de natureza física e social. No entorno dos monumentos, serão revalorizados os espaços públicos da Praça do Carmo, do Largo do Amparo, do Beco do Bajado e do Largo do Cruzeiro, dentre outros.

No Rio de Janeiro, serão contempladas a restauração e a reciclagem de uso dos imóveis nos arredores da Praça Tiradentes: o Solar do Barão do Rio Seco, as casas da Rua Gonçalves Ledo, a Igreja do Santíssimo Sacramento, o tratamento dos logradouros públicos, incluindo recuperação de passeios e vias públicas, iluminação, sinalização e mobiliário urbano, a restauração do monumento a Dom Pedro I e o conjunto de esculturas com alegorias da República, além da revitalização dos usos culturais, resgatando a vocação histórica de lazer e diversões presente na área desde o Império.

Em Recife, os focos de intervenção serão a Igreja Madre de Deus e o seu entorno, como o Cais da Alfândega, a Rua da Moeda e a Rua Madre de Deus, por meio da recuperação e restauração das fachadas dos edifícios. Pretende-se revitalizar e reciclar o uso dos imóveis, com ênfase no comércio diversificado e na habitação.

Para proteger e reprimir o tráfico de bens foram estabelecidas parcerias com a Polícia Internacional – Interpol e o Conselho International de Museus, lançando no Brasil e nos demais países sul-americanos a Campanha Luta contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais. Como resultado, produziu-se o Cadastro Nacional de Bens Procurados, decisivo na recuperação de obras e objetos de arte, dentre os quais uma imagem de Santa Rita de Cássia pertencente à Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, no Distrito de Santa Rita Du-rão, município de Mariana (MG), furtada em 1994, além das medalhas roubadas do Museu do Homem do Nordeste, em Recife (PE), encontradas em Londres, na Inglaterra.

Além do Cadastro Nacional de Bens Procurados, a sistematização das informações na área do patrimônio cultural contemplou a realização de inventários sobre bens imóveis em sítios urbanos tombados, bens móveis e integrados, acervos iconográficos, rede de bibliotecas e o patrimônio arqueológico, que contabiliza hoje 12.495 sítios cadastrados. Esse trabalho gerou a produção e distribuição de 26 bancos de dados, em CD-ROM, com seus respectivos manuais, identificando e organizando informações acumuladas desde a criação do Iphan, em 1937.

Foi instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial e criado o **Programa do Patrimônio Imaterial**. Com o objetivo de testar os procedimentos técnicos e administrativos de instrução de registro, foram desenvolvidas experiências piloto em Belém (PA), na festa do Cirio de Nazaré, e no Espírito Santo, referente ao ofício das paneleiras de Goiabeiras.

Nova fase de produção editorial na área do patrimônio cultural teve início com a reformulação da Revista do Patrimônio, editada pelo IPHAN desde sua criação. A revista passou a ter números temáticos, sob a curadoria de um especialista no tema selecionado. Dentro dessa orientação foram lançados os seguintes números: *Cidade, Cidadania, Negro Brasileiro Negro, 60 anos: a Revista, Fotografia e Arte e Cultura Popular*. Também, foi produzido o *Guia Básico de Edu-*

Campanha de Luta contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais, resultado da parceria com a Interpol e o Conselho International de Museus, produziu o Cadastro Nacional de Bens Procurados.

cação Patrimonial, que consiste num manual destinado a educadores e técnicos, apresentando diversas experiências na área ao longo de uma década, com o objetivo de incentivar o conhecimento de nossa cultura patrimonial, por meio de ações que envolvam comunidades, escolas, núcleos históricos, sítios arqueológicos, museus, monumentos, arquivos e bibliotecas.

Brasileiros puderam ver, ao vivo, as obras de Rodin, Monet, Botero, Dali, El Grecco, Velásquez, dentre outros.

O atendimento ao público passou a ser uma das mais importantes atividades desenvolvidas pelos museus nacionais e casas históricas, inclusive Museu Casa de Rui Barbosa, que foram revitalizados e modernizados. Além da guarda e restauração de obras de arte, objetos arqueológicos e uma infinidade de outros itens, grandes exposições foram realizadas nesses espaços, como as mostras *Auguste Rodin, Monet, Fernando Botero, Dali Monumental, Esplendores de Espanha, De El Grecco a Velásquez e Aleijadinho – O Que Vemos e o Que Sabemos*, no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Objetos e documentos de seus acervos foram emprestados à Fundação Bienal de São Paulo, para integrar a exposição Brasil 500 Anos, inaugurada em maio de 2000 no Parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo. A Mostra do Redescobrimento, como também ficou conhecida, obteve grande repercussão internacional e fez parte das comemorações oficiais dos quinhentos anos da descoberta do Brasil.

A Cinemateca Brasileira, localizada em São Paulo, reabriu seu Laboratório de Restauração de Filmes em 1996, após cinco anos, realizando a recuperação de importantes títulos da cinematografia nacional, tais como *Ganga Bruta, Terra em Transe, A Grande Cidade, Sinfonia Amazônica, O Boca de Ouro e Xica da Silva*.

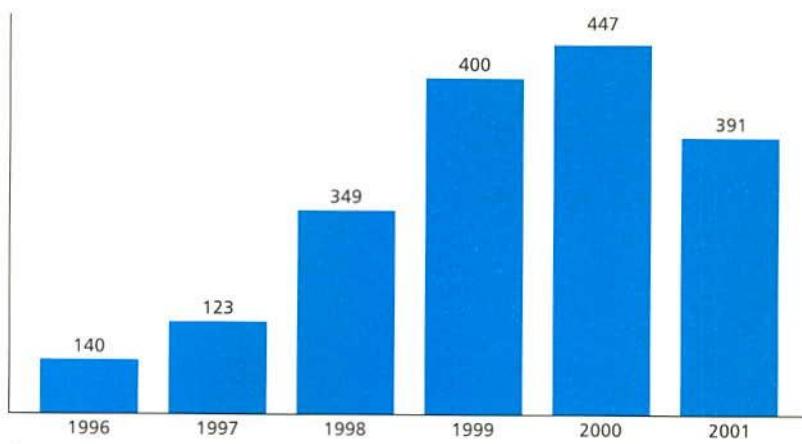
Fundado por Augusto Ruschi e sediado na cidade de Santa Teresa (ES), o Museu de Biologia Professor Mello Leitão comemorou, em junho de 1999, seu aniversário de cinqüenta anos de dedicação à conservação da natureza. O pioneirismo de seu idealizador na defesa do meio ambiente e o trabalho de pesquisa científica e educação ambiental que ali vem sendo realizado proporcionaram ao Museu a conquista do IV Prêmio Henry Ford de Conservação Ambiental, na categoria Ciência e Formação de Recursos Humanos, patrocinado pela *Conservation International do Brasil* e Ford do Brasil.

Empresas, instituições e pessoas que desenvolveram ações de proteção, preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro receberam o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre as quais a Universidade de Caxias do Sul (RS), o Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes (MG), o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Secretaria da Cultura do Governo do Estado de Tocantins, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, o casal Paulo e Maria Cecília Geyer, pela doação da Coleção Geyer ao Museu Imperial (a maior já feita por particulares a uma instituição pública de natureza cultural) e Dinara Helena Pessoa, de Recife (PE), que produziu e divulgou o CD *Pastoril: Viva o Cordão Azul! Viva o Cordão Encarnado!*, resultado de dez anos de pesquisa com grupos de pastoril religioso, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Música e artes cênicas

A criação e a manutenção de bandas de música nos municípios brasileiros, têm por finalidades a valorização e a difusão da música instrumental, incentivando a participação de jovens em conjuntos musicais e promovendo a utilização da música como instrumento de socialização e cidadania. De 1996 a 2001, foram apoiadas 1.850 bandas musicais, em todas as regiões do País.

1.850 bandas musicais foram apoiadas, em todas as regiões do País, de 1996 a 2001.



Fonte: MinC

Bandas apoiadas
Brasil 1996 - 2001

Em função desse apoio, verificou-se a revitalização da tradição das bandas de música no Brasil. A média de idade dos músicos de bandas diminuiu. A demanda por ações de educação musical aumentou.

Para o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais ligados à criação artística e cultural, de 1996 a 2001, foram concedidas 130 bolsas de estudo e trabalho no País e no exterior, abrindo espaço para o reconhecimento de artistas brasileiros e o aumento da produção brasileira no mercado internacional. As bolsas também deram maior visibilidade a manifestações culturais tipicamente brasileiras e proporcionaram significativos ganhos de aprimoramento técnico e artístico.

A partir de 1997, o Governo deu apoio às orquestras brasileiras que se propunham a fazer apresentações gratuitas, adquirir instrumentos e partituras, promover concertos didáticos e gravar CDs. Até 2001, esse apoio beneficiou 184 orquestras, cujos projetos caracterizavam efeito multiplicador e repertório predominantemente nacional, destacando-se prioridade para aqueles que atendiam regiões carentes de contato com a tradição musical erudita.

Em 2001, promoveu-se, ainda, o Fórum de Orquestras, a primeira iniciativa governamental no sentido de reunir músicos, maestros e administradores de orquestras para discutir questões organizacionais, visando ao aperfeiçoamento e à modernização dos processos de gestão. Os resultados se refletiram em diversas iniciativas, incluindo numerosos fóruns regionais.

Também no âmbito da música erudita, o Governo tem apoiado a edição de partituras de obras de compositores brasileiros. Esse conjunto de realizações favorece a criação de um ambiente que permita às orquestras brasileiras ampliar e formar o seu público, fortalecendo e consolidando o movimento orquestral.

Edino Krieger, Egberto Gismonti, José Antonio Rezende de Almeida Prado, Ronaldo Coutinho de Miranda e Jorge Antunes compuseram sinfonias alusivas aos quinhentos anos do descobrimento

do Brasil.

Para as comemorações dos quinhentos anos do descobrimento, foram criadas sinfonias, alusivas ao tema, pelos compositores Edino Krieger, Egberto Gismonti, José Antonio Rezende de Almeida Prado, Ronaldo Coutinho de Miranda e Jorge Antunes, indicados por meio de uma comissão de renomados maestros de orquestras brasileiras. Os trabalhos foram gravados em CD intitulado *Sinfonias 500 anos*.

Durante a cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural, no Dia da Cultura (5 de novembro) de 2000, foi gravado o CD *Imigrantes*, focado na história da imigração e na contribuição cultural dos imigrantes de diversas origens à formação da pluralidade cultural brasileira, sendo distribuídas cópias para bibliotecas, universidades e entidades representativas da cultura em todas as Unidades da Federação. Em 2001, a Ordem do Mérito Cultural, homenageou a contribuição da cultura negra na formação da identidade cultural nacional, tendo como ápice da comemoração do Dia da Cultura, a realização da Semana da Cultura Brasileira, composta por vários eventos representativos da cultura popular de todo o País. Destacou-se o espetáculo musical *Clássicos do Samba*, que teve a participação de grandes artistas, como Martinho da Vila, Dona Ivone Lara, Jamelão e Eliane Faria, além das Escolas de Samba Império Serrano, Portela, Vila Isabel e Mangueira, resultando no lançamento do CD de mesmo nome.

Para a consolidação e disponibilização de informação sistematizada e de qualidade sobre a produção e a tradição cultural brasileira, merecem destaque os CDs *Cantos Sagrados Indígenas*, *Etnias*, *Noel pela Primeira Vez*, o *Dicionário Cravo Alvin de Música Brasileira*, o *Livrão da Música Brasileira* (antologia de partituras de MPB) e o *Mapeamento das Orquestras Brasileiras*.

1.338 textos de Teatro Adulto e Infantil foram inscritos no 1º Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos, realizado em 2000.

A partir de 2000, o Governo Federal começou a promover o Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos, com a finalidade de fortalecer a produção dramatúrgica e de estimular o surgimento de novos talentos. Na sua primeira edição, 1.338 textos foram inscritos, nas categorias Teatro Adulto e Teatro Infantil. Foram premiados: na primeira categoria, *A Filha da...*, de Carlos Eduardo Silva; *História Estranha*, de Arailton Alexandre Públis; e *Bodas de Ouro*, de Vicente Carlos da Costa Maiolino. Na segunda categoria, *Trabalho e Justiça... Vida e Obra de Oswaldo Cruz*, de Antônio Marcos Gonçalves Pimentel; *O Congadeiro das Estrelas*, de Gustavo José Lemos Resende Ferreira; e *Charo Y Paco*, de Carlos Henrique Roza Casanova.

Com vistas à divulgação dos textos teatrais inéditos premiados, e de seus autores, buscou-se parcerias com instituições que promoveram leituras dramáticas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. No exercício de 2001, o referido concurso contou com participação de 836 inscrições, sendo premiados na categoria adulto os textos *Carências Masculinas*, de Ronaldo de Oliveira; *Um Bigo*, de Rubens Rewald; e *Valsa na Varanda*, de Sebastião Vicente dos Santos e na categoria infantil, os textos *As Roupas do Rei*, de Cláudia Maria de Vasconcelos; *Miranda*, de Vladimir Capella; e *O Beijo da Terra*, de Marcus Vinicius de Arruda Camargo.

Iniciativa importante, também, no ano de 2001, refere-se à implementação do Projeto EnCENA Brasil, por meio do qual foram selecionados 131 grupos de teatro e dança, que receberam prêmios para montagem e circulação de espetáculos, beneficiando todas as regiões brasileiras.

Região	Grupos
Norte	13
Nordeste	38
Centro Oeste	8
Sudeste	52
Sul	29

Fonte: MinC

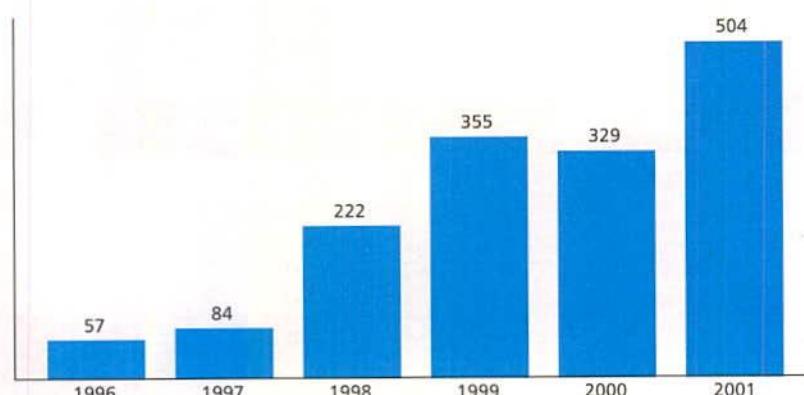
**EnCENA Brasil,
grupos premiados
2001**

Destacaram-se no campo de música: a Festa da Música Brasileira em Paris; os Festivais de Música Colonial e Música Antiga de Juiz de Fora; de Inverno de Campos do Jordão e de Domingos Martins; de Música de Montenegro; de Música de Câmara da Paraíba; e o Festival Villa-Lobos, realizado desde a criação do Museu Villa-Lobos em 1960 e considerado o evento de música clássica mais importante do Brasil, que comemorou em 1997 os 110 anos de nascimento do compositor, cumprindo acrescentar que, na abertura do 35º Festival, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, foi apresentada pela primeira vez, na íntegra, a Série Choros, de Villa-Lobos, com a participação da Orquestra e Coro Sinfônicos do Theatro e da Orquestra Sinfônica Brasileira; e, ainda, no âmbito das artes cênicas: a apresentação da peça *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, em Varsóvia; e a realização do I Seminário Circo Brasileiro – Direitos e Deveres, que organizou diagnóstico da atual crise da atividade circense e sistematizou propostas que se espera venham revitalizar e modernizar esta manifestação cultural.

De 1996 até 2001 o projeto
Uma Biblioteca em Cada
Município implantou 1.551
novas bibliotecas;
acréscimo de 40% sobre
as existentes.

Livro e Leitura

Em 1995, a rede de bibliotecas públicas no Brasil contava com cerca de 3.800 unidades em funcionamento real. A implementação do Projeto Uma Biblioteca em Cada Município vem promovendo a expansão do sistema de bibliotecas públicas num ritmo sem precedentes no País. Concebida em 1995 e em execução desde 1996, essa iniciativa realizou até 2001 a implantação de 1.551 bibliotecas, correspondendo a um acréscimo de 40% das existentes. Destaca-se a Região Nordeste com a instalação de 379 bibliotecas, ou seja, 25% do total realizado. Só no exercício de 2001 foram instaladas mais de quinhentas bibliotecas, representando mais de uma biblioteca por dia.



Fonte: MinC

Bibliotecas implantadas

Brasil 1996 a 2001

Novas bibliotecas públicas oferecem 4,2 milhões de livros e geram cerca de dois mil novos empregos diretos.

Essas bibliotecas encontram-se fora dos ambientes escolares, mas são freqüentadas por 80% de estudantes, além de pesquisadores e comunidade em geral. Elas representam 4,2 milhões de livros colocados à disposição da sociedade, possibilitaram a criação de aproximadamente dois mil novos empregos diretos e contribuíram para que 950 mil pessoas, diretamente, passassem a ler mais. Em 2001, 26 milhões de brasileiros passaram a contar com uma biblioteca pública em seu município, o que se reflete no fortalecimento da cidadania, no desenvolvimento do hábito de leitura e na conquista da garantia da educação continuada. Até o final de 2002, apenas seiscentos municípios brasileiros poderão ainda estar sem uma biblioteca.

Até 2001, 26 milhões de brasileiros passaram a contar com uma biblioteca pública em seu município.

Ao completar 190 anos, em 2000, a Biblioteca Nacional, uma das dez maiores do mundo, pôs-se em dia com a evolução tecnológica mundial. Hoje sua página na Internet é visitada por mais de dois milhões de pessoas, enquanto sua sede recebe em torno de treze mil usuários mensais.

O Escritório de Direitos Autorais abriu quinze representações regionais, nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Recife, Natal, Florianópolis, São Paulo, Vitória, Cuiabá,

Aracaju, Porto Alegre, Amapá, Belém e Curitiba. Graças a isso, os registros de direitos autorais das obras produzidas no País cresceram 166%, passando de 94 mil em 1994, para 250 mil em 2001.

Até o final de 1994, a Agência Brasileira do *International Standard Book Number – ISBN* tinha 63.141 títulos de livros cadastrados. Até o final de 2000, esse número havia chegado a 197.704. O movimento anual de registros aumentou 175% no período, de oito mil para 22 mil títulos. Esta é uma medida da vitalidade do mercado editorial brasileiro, refletindo tanto o aumento do número de leitores como o da capacidade de consumo.

A presença efetiva da literatura brasileira em feiras nacionais e internacionais, juntamente com a publicação de cerca de trezentas obras, entre as quais, mais de uma centena sobre artes, contribuíram para a promoção e a difusão da nossa produção literária. Merecem referências especiais as participações nas bienais internacionais do livro de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, assim como o lançamento da série *História Visual*, em que se contam algumas de nossas atividades artísticas, através de imagens, precedidas de um texto, em três línguas.

O estímulo ao hábito da leitura contou com a realização de 207 encontros nacionais em todos os estados brasileiros, com a participação de cinqüenta mil pessoas, por meio do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler; a captação de 720 mil peças literárias em decorrência do depósito legal, que consiste na remessa obrigatória de um exemplar de todas as obras editadas no Brasil à Biblioteca Nacional; e a distribuição de 903.718 publicações pelo Sistema de Bibliotecas Públicas e por intercâmbios nacionais e internacionais.

Cultura afro-brasileira

As ações visando a promover a inclusão e a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento do País centraram-se na identificação, reconhecimento e titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos, em cumprimento ao artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Além disso, o Governo atuou na criação de condições de sustentabilidade dessas comunidades; na realização de eventos afro-brasileiros; na qualificação de recursos humanos e na preservação da memória cultural afro-brasileira, sempre em parceria com movimentos negros, estados, municípios e o setor empresarial.

Em 1995, a comunidade de Rio das Rás (BA) teve suas terras reconhecidas, demarcadas e delimitadas, e a comunidade de Boa Vista (PA) recebeu o título de propriedade. De 1996 até 2001, foram identificadas 743 comunidades, 42 foram reconhecidas e 29 tiveram a concessão definitiva dos títulos de propriedade de suas terras. Destacam-se entre elas: Kalunga (GO); Mocambo (SE); Rio das Rás (BA); Castainho (PE); Mata Cavallo (MT); Boa Sorte (MS); Jamary dos Pretos (MA); Campinho da Independência (RJ); Porto Coris (MG); Curiaúl (AP); Itamoraí (PA); e Ivaporanduva (SP).

3.300 pessoas são alfabetizadas em 33 comunidades remanescentes de quilombos, nas Regiões Norte e Nordeste; os moradores locais recebem treinamento como alfabetizadores.

Em parceria com o **Programa Comunidade Solidária**, foram executadas ações de alfabetização em áreas de concentração de população negra nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, utilizando-se espaços físicos de várias escolas de samba, beneficiando mais de dois mil alunos. Em 33 comunidades remanescentes de quilombos, nas regiões Norte e Nordeste, foram alfabetizados cerca de 3.300 quilombolas, além de serem treinados professores entre os moradores locais.

Bibliotecas especializadas em cultura e literatura afro-brasileira e africana de língua portuguesa, incluindo obras traduzidas de autores de diversas partes do mundo, estão sendo construídas e/ou adequadas em comunidades remanescentes de quilombos e em cidades e regiões de alta concentração de população negra.

Os parâmetros curriculares passaram a incluir orientações para o tratamento adequado do multiculturalismo brasileiro e do negro, em particular. Foi reeditado o livro *Superando o Racismo na Escola*, para distribuição em bibliotecas e escolas públicas. Iniciou-se a produção de material didático destinado ao ensino fundamental, que promove os valores da igualdade e da tolerância, bem como enfatiza o papel da comunidade negra entre outros grupos étnicos na formação da identidade nacional. Foram produzidos programas sobre a temática da diversidade a serem transmitidos pela TV Escola.

No período de 1996 até 2001, foram realizados 49 eventos culturais, dentre os quais, destacaram-se: Palmares 300 anos – Memórias e Estratégias Comunitárias, que contou com a participação de especialistas de vários estados do Brasil, da África, do Caribe, dos Estados Unidos e da Europa; Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em todo o território nacional, com destaque especial no município de União dos Palmares e na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas; Seminário Internacional Rota dos Escravos, que teve a participação de estudantes, professores e representantes das mais diversas comunidades negras do País e de mais dezoito países; e Reunião Preparatória do Encontro de Mulheres sobre Gênero, Poder, Cultura, Etnia e Desenvolvimento, que implementou o processo de comunicação e intercâmbio entre mulheres dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, elevando a representatividade mundial das mulheres negras brasileiras.

Para trazer ao público a dimensão efetiva dos valores e das tradições africanas na formação da sociedade brasileira, utilizou-se a televisão, para o lançamento de uma minissérie de quatro capítulos, narrando a epopéia de Zumbi e o Quilombo dos Palmares, e a realização de eventos e encontros de estudos, para exibição de um vídeo documentário, intitulado *A Herança de Zumbi*, que retrata a questão racial nas relações de trabalho.

Até o exercício de 2001, com parcerias de diferentes organizações da comunidade afro-brasileira, foram qualificadas 1.960 pessoas. O Projeto Formação Profissional e Promoção Cultural da População Negra possibilitou a instalação de núcleos em diversos estados, para a realização de oficinas de ofícios, de esportes, de artes e de línguas, nos quais serão capacitados mais de onze mil afro-brasileiros.

No âmbito da justiça e segurança, vem sendo instituído o sistema de informações para a proteção dos direitos da população negra e a orientação de políticas de promoção da comunidade. Foram criadas delegacias especializadas no atendimento a vítimas de crimes raciais. Um programa de valorização do papel econômico, político e cultural da mulher negra cuida da sistematização da sua história, capacitação e intercâmbios, assegurando a presença de mulheres negras nos principais fóruns internacionais. O programa ofereceu cursos de preparação para a organização da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, patrocinada pela ONU, que acontecerá em 2002, na cidade de Genebra, Suíça. Os preparativos para esse evento incluíram cinco pré-conferências temáticas onde foram discutidas as propostas brasileiras para a superação dos racismos, dos sexismos, das xenofobias e das formas diversas de discriminação e desigualdade.

Zumbi dos Palmares foi incluído no livro dos heróis nacionais e o aeroporto de Maceió (AL), recebeu o seu nome.

O Governo tem-se empenhado na nomeação de dirigentes negros, que pela primeira vez na República têm poder real para o exercício de suas funções e que são quotidianamente comprometidos com a inclusão da população negra no processo de desenvolvimento nacional.

Em parcerias com a iniciativa privada e instituições do movimento negro, com perspectivas de expansão para todas as regiões do País, foi executada uma experiência piloto que, além de assegurar a formação até o final da universidade para 21 jovens negros em São Paulo, inclui dezessete escolas públicas e a produção de material a ser utilizado por toda a rede escolar, inclusive TV Escola, transformando temas e situações de discriminação em oportunidades de debate e valorização da diversidade nacional.

Tem sido notável, neste período, o aumento da auto-estima dos negros brasileiros, principalmente das mulheres. Concorrem para isso os cursos e formações em estética étnica, implementados pelo Programa Capacitação Solidária em todo País, que gerou empregos e melhorou a qualidade de vida de um número significativo de jovens afro-brasileiras.

Formação Profissional e Promoção Cultural da População Negra possibilitou a instalação de núcleos em diversos Estados, para a realização de oficinas de ofícios, de esportes, de artes e de línguas, nos quais serão capacitados mais de onze mil afro-brasileiros.



Esporte

A criação do Ministério do Esporte e Turismo, em 1999, teve o significado de um reconhecimento da relevância da prática esportiva na formação e no bem-estar dos brasileiros.

A missão do novo Ministério é a de exercer o papel do Governo Federal no fomento dos esportes, caracterizando-se como importante instrumento de políticas sociais que tenham como reflexo a melhoria da saúde, a integração dos indivíduos e grupos sociais, a reinserção social e, por fim, a construção da cidadania.

Em 2000, um marco institucional para o esporte foi a criação e implantação da Comissão Nacional dos Atletas e a instituição da Câmara Setorial de Esporte.

A Comissão Nacional de Atletas foi criada dentro de um espírito participativo, para ser o elo entre os atletas nacionais e o Governo Federal. É composta de personalidades esportivas, entre atletas e ex-atletas, sendo cinco paraolímpicos, com a missão de apoiar ações e encaminhar propostas que objetivem elevar o nível do esporte no Brasil.

Esporte social

O esporte, com todo o seu potencial integrador e formativo, ao trabalhar uma dimensão privilegiada da expressão humana, que é a ludicidade, pode dar uma contribuição fundamental para o processo educacional e para a melhora da qualidade de vida do cidadão.

Os programas governamentais voltados para este fim são o recém-criado Programa **Esporte na Escola**, o Programa **Esporte Solidário** e o Programa **Esporte Direito de Todos**.

O Programa Esporte na Escola, criado no segundo semestre do ano de 2001, foi concebido para democratizar o acesso à prática esportiva como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Nos próximos doze anos o Programa Esporte na Escola implantará cerca de cem mil núcleos de esporte.

Atenderá, nos próximos doze anos, a 36 milhões de alunos das escolas públicas de ensino fundamental, implantando em torno de cem mil núcleos de esporte naqueles estabelecimentos de ensino.

Sua implementação e sua consolidação proporcionarão o desenvolvimento do esporte por meio da educação continuada, a utilização do esporte escolar como ação preventiva de distorções sociais, o favorecimento à disseminação de uma cultura esportiva diversificada por meio de atividades com várias práticas esportivas escolares; fortalecerão o envolvimento e o necessário estímulo para que a comunidade e a família se comprometam com as ações de esporte na escola, favorecendo a permanência, a inserção e/ou reinserção das crianças e adolescentes na escola, e fortalecendo o valor desta instituição para o desenvolvimento do cidadão.

Dada a dimensão desse programa, foram estabelecidas parcerias com a Presidência da República, o Ministério da Educação, o Ministério da Defesa e com organizações não-governamentais, visando a: garantir a obrigatoriedade da disciplina da Educação Física nos ensinos fundamental e médio da Educação Básica, utilizar a TV Escola como meio de capacitação de coordenadores, monitores e estagiários, incluir os coordenadores na Rede de Formadores do Ministério da Educação, sensibilizar a comunidade para o desenvolvimento do Esporte na Escola através de convênio com o Programa **Comunidade Ativa**, disponibilizar a estrutura física de instalações militares para uso das escolas que não possuem infra-estrutura adequada para a prática esportiva, e estabelecer termos de cooperação para a disponibilização de instalações de AABBs e de unidades de lazer do Sistema Sesi e Sesc, em todos os estados brasileiros, para também favorecer aquelas escolas que não possuem espaço adequado à atividade física e esportiva.

Após o lançamento e no decorrer dos meses que precederam o encerramento do exercício de 2001, foi possível constatar a sua importância quando, na primeira etapa do planejamento operacional, foram cadastradas cerca de 25 mil escolas. Isto permitiu dimensionar as reais condições das instituições e conduzir, a partir de 2002, todas as ações efetivas para o seu pleno funcionamento.

O Programa **Esporte Solidário** desenvolve ações em regiões de reconhecida carência, voltadas para a diminuição das situações de exclusão e risco social, por meio da intensificação da prática esportiva. Utiliza o esporte como um instrumento de apoio ao processo de desenvolvimento integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens na faixa etária de 7 a 24 anos, respeitando as experiências e as expectativas individuais, democratizando o acesso a espaços esportivos, valorizando o esporte como complementar a técnicas de saúde preventiva, incutindo valores éticos e resgatando culturas esportivas locais.

Em 1996, o programa abrangia doze estados e atendia a quatorze mil pessoas, através da implantação e funcionamento de 47 núcleos de esporte. Hoje, já são abrangidos 26 estados, e 239 mil pessoas são atendidas em 857 núcleos.

A partir de 1999, o Programa Esporte Solidário disponibilizou e modernizou 2.775 espaços esportivos em todo o País.

Em relação à infra-estrutura esportiva, foram disponibilizados e modernizados, desde 1999, 2.775 espaços esportivos.

O Programa **Esporte Direito de Todos** desenvolve ações voltadas para a reinserção social, através da intensificação da prática esportiva em segmentos específicos da sociedade, e para o incentivo às manifestações esportivo-culturais.

Utiliza o esporte como um instrumento fundamental no auxílio aos idosos, aos portadores de necessidades especiais e a crianças e jo-

vens, de 12 a 15 anos, regularmente matriculados na rede de ensino, através da implantação e funcionamento de núcleos de esporte.

No segmento dos idosos ou terceira idade, os núcleos desenvolvem atividades físicas, esportivas e de lazer, com o intuito de proporcionar mudanças no estilo de vida, reeducação postural, boa disposição física e psíquica, descontração, interação, criatividade, aquisição de hábitos saudáveis, autonomia física, integração à comunidade e integração com as demais gerações.

Em 1999, abrangia quatro estados e atendia a 3.560 idosos em 36 núcleos de esporte. Hoje já são quatorze estados da Federação e 31.439 idosos atendidos, através de 178 núcleos.

O Programa Esporte Direito de Todos atende a 31.439 idosos através de 178 núcleos.

No segmento dos portadores de necessidades especiais, os núcleos são adaptados e desenvolvem atividades físicas, esportivas e de lazer, com o intuito de proporcionar integração com a comunidade, socialização, recuperação da auto-estima, recuperação da autoconfiança e minimização de distúrbios posturais.

Em 1996, o programa abrangia sete estados e atendia a 3.500 pessoas, através da implantação e funcionamento de 47 núcleos de esporte. Hoje já são abrangidos 21 estados e 15 mil pessoas participam das atividades em oitenta núcleos.

No segmento das crianças e jovens, os núcleos são voltados para o incentivo e popularização dos esportes náuticos (vela, canoagem e remo), visando a desenvolver espírito de equipe, liderança, raciocínio rápido e capacidade de concentração, e a despertar valores de preservação do meio ambiente.

Teve início em 1999, abrangendo seis estados e atendendo a 2.800 pessoas, através de treze núcleos de esporte. Hoje já são quinze estados e 7.880 crianças e jovens atendidos em 39 núcleos.

O programa também apóia eventos esportivos de identidade cultural, visando a promover e a estimular aquelas manifestações vinculadas às nossas raízes étnicas e históricas, preservando suas características e difundindo-as junto à população brasileira.

Teve início em 1999, em um estado e abrangendo 570 pessoas, com a promoção de um evento esportivo. Em 2001, foram promovidos quatro eventos esportivos em quatro estados distintos, abrangendo 7.100 pessoas, destacando-se os Jogos dos Povos Indígenas de 2001, que já vêm se consolidando como evento tradicional no cenário nacional.

Apoio ao esporte social

É de fundamental importância o destaque para o projeto Pintando a Liberdade, que apóia todos os programas e projetos sociais no setor

de esporte, prioritariamente o recém-criado Programa **Esporte na Escola**. Com a utilização da mão-de-obra ociosa dos detentos do sistema penal brasileiro, produz-se material esportivo de qualidade e a baixo custo.

Iniciativa pioneira no País, tal projeto gera economia para os cofres públicos e proporciona, além do apoio ao esporte, condições para a ressocialização, a capacitação profissional e a melhora da auto-estima dos detentos, com a clara indicação de que é um passo real na possibilidade de absorção social quando suas penas expirarem.

O trabalho realizado pelo detento gera remuneração que, direcionada à família, reduz tensões e propicia condições de sustento básico.

O trabalho realizado pelo detento gera remuneração, parte da qual é automaticamente direcionada para sua família, reduzindo tensões e propiciando condições de sustento básico. Além disso, o interno é beneficiado com a redução de sua pena na proporção de um dia para cada três trabalhados.

Esse projeto teve início em 1995, no Estado do Paraná, onde trinta detentos trabalharam em uma única oficina, na fabricação de mil itens esportivos.

Hoje todos os estados são abrangidos, com oficinas em 33 penitenciárias, proporcionando atividade profissional para 9.540 detentos e produzindo 763.665 itens esportivos (bolas, redes, uniformes, etc) que estão sendo parte integrante dos projetos de fomento ao esporte social brasileiro.

O Programa Esporte na Escola distribuiu cem mil itens esportivos, atendendo a três milhões de jovens.

Cabe ressaltar que, para o recém-criado Programa **Esporte na Escola**, foram distribuídos cem mil itens de materiais esportivos, atendendo a três milhões de jovens em 3.500 escolas públicas do ensino fundamental.

Um importante registro, e comprovação da qualidade do material produzido, foi a decisão da Federação Internacional de Esporte para Cegos-IBSA de adotar as bolas de futsal com guizo, como as oficiais nas competições por ela organizadas.

Esporte de rendimento

O Programa **Brasil Potência Esportiva** vem apoiando as organizações de administração do desporto na realização de eventos e/ou na participação brasileira em competições de alto-rendimento ou de resultados, como forma de melhorar o desempenho dos atletas, de promover o intercâmbio técnico-esportivo e de divulgar a imagem do País no exterior.

125 eventos internacionais, com a participação de 2.448 atletas e 924 dirigentes de 36 entidades.

Em 2001, o programa atendeu a 125 eventos esportivos internacionais, com a participação de 2.448 atletas e 924 dirigentes de 36 entidades. As equipes brasileiras apoiadas conquistaram 261 títulos até o 5º lugar.

Merecem destaque os seguintes eventos: Jogos Mundiais da Juventude, Campeonato Mundial de Ginástica Olímpica, XIII Copa 4 Continentes de Ginástica e Campeonato Mundial de Iatismo (Classe Laser).

Também em 2001, o esporte de rendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais foi apoiado na participação em 43 eventos esportivos, com 8.400 atletas e dirigentes de dez modalidades.

Merecem destaque os seguintes eventos: *I World Championship Junior* de Basquetebol em Cadeira de Rodas, Campeonato Mundial de Futebol para Amputados, Campeonato Mundial de Atletismo para Atletas Portadores de Deficiência, *XVII Swimming International – Tournemet In Pool and Open Sea* e Copa Mundial de Judô para Cegos e Deficientes Visuais.

Ciência e informação no esporte

Acompanhando a evolução técnico-científica do esporte mundial, o Governo adotou procedimentos no sentido de apoiar cientificamente o esporte nacional. Foram estabelecidas parcerias com as universidades brasileiras, visando incrementar programas capazes de desenvolver, aplicar e transferir metodologias e tecnologias com foco em capacitação profissional, avaliação e monitoração de atletas nas diferentes manifestações esportivas.

Foram criados e implantados, de 1995 até 2001, nove Centros de Excelência Esportiva, aproveitando as estruturas físicas e administrativas das instituições de ensino superior que compõem a denominada Rede CNESP.

O objetivo é colocar à disposição das entidades nacionais de administração do desporto um conjunto de ações técnico-científicas imprescindíveis ao desenvolvimento do esporte brasileiro.

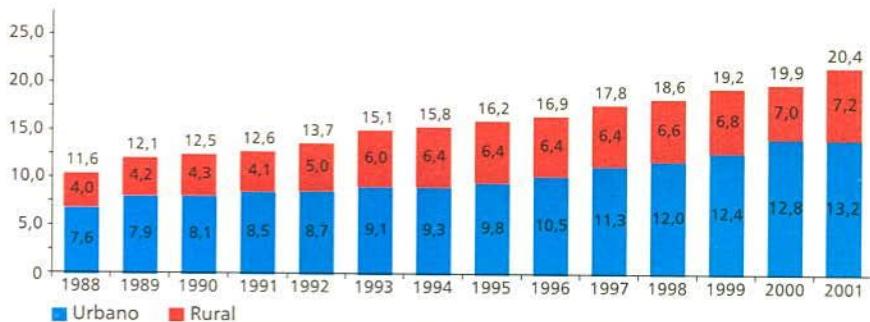
A aplicação prática já viabilizou avaliação e orientação de mais de quatro mil atletas em 2001, nos Jogos da Juventude, na Olimpíada Escolar - de 15 a 17 anos, na Olimpíada Escolar - de 12 a 14 anos e nas Seleções Estaduais e Nacionais.

Previdência Social

Expansão da política previdenciária

A partir da Constituição de 1988, houve um aumento expressivo na quantidade de beneficiários e aumento do valor médio dos benefícios da Previdência Social no Brasil. Entre 1988 e 2001 o número de benefícios pagos pelo sistema aumentou 75,4%, passando de 11,6 milhões para 20,3 milhões.

Entre 1988 e 2001, o número de benefícios pagos pelo sistema aumentou 75,4%.



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS. Elaboração: SPS/MPAS - Os dados são preliminares

Evolução da quantidade de benefícios mantidos pela Previdência Social, segundo a clientela 1988 a 2001 (em milhões de benefícios)

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para cada beneficiário da Previdência Social, há em média mais 2,5 pessoas que, indiretamente, são beneficiadas. Dessa forma, pode-se dizer que em 2001 a Previdência chegou a 71,1 milhões de pessoas, o equivalente a 41,9% da população brasileira.

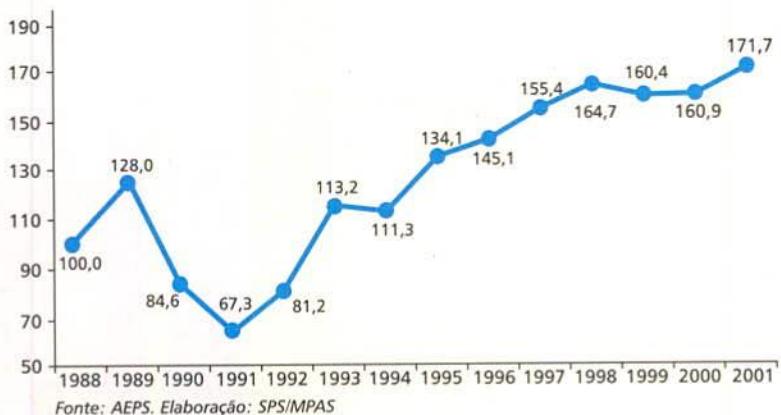
O incremento no número de benefícios é explicado, principalmente, pelo aumento expressivo dos benefícios rurais que, somente entre 1991 e 1994, apresentaram um crescimento de 56,7%. Essa expansão é resultado das mudanças introduzidas na Constituição e regulamentadas em 1991, tratando da equiparação, em termos de valor, dos benefícios urbanos e rurais e da instituição dos benefícios para os trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

Desde 1991, os trabalhadores rurais podem aposentar-se com benefício equivalente a um salário mínimo aos 60 e 55 anos de idade, conforme sejam homens e mulheres, respectivamente. Como a contribuição para este benefício é inexpressiva e de difícil recolhimento, a Previdência Rural representa um grande programa de renda mínima para idosos no campo que, em 2001, transferiu recursos para 7,2 milhões de beneficiários.

A Previdência Rural, um programa de renda mínima para idosos no campo, em 2001, transferiu recursos para 7,2 milhões de beneficiários.

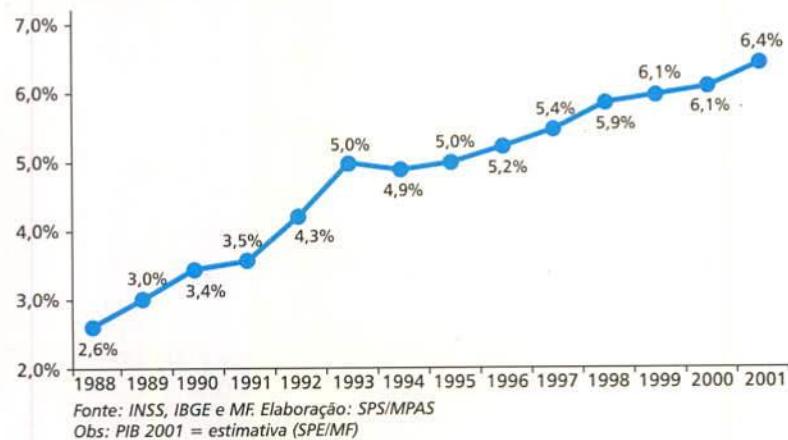
O aumento da quantidade de benefícios vem acompanhado da melhoria do valor médio destes, resultado da estabilização de preços e de uma consistente política de reajustes anuais, implementada desde 1994. Entre 1988 e 2001, o valor médio dos benefícios pagos pela Previdência aumentou, em termos reais, 71,7%. Entre 1994 e 2001, observou-se um incremento acumulado de 54,3% em termos reais.

Evolução do índice do valor médio dos benefícios mantidos pela Previdência Social – 1988 a 2001



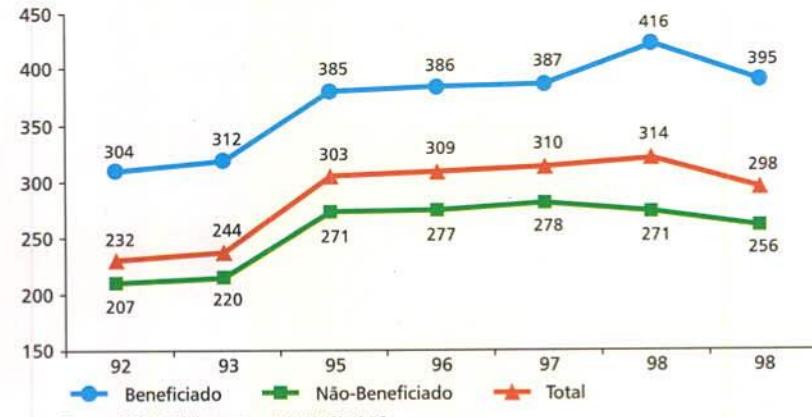
A combinação entre o aumento da quantidade e do valor médio dos benefícios fez com que a despesa com benefícios pagos pela Previdência mais do que duplicasse, passando de 2,6% do PIB em 1988 para 6,4% em 2001.

Evolução da participação da despesa com benefícios pagos pela Previdência Social em relação ao PIB – 1988 a 2001



O resultado desta política foi a elevação da renda *per capita* dos aposentados. Ela subiu cerca de 30% entre 1992 e 1999, enquanto a renda *per capita* média das famílias que não têm beneficiários da Previdência apresentou um incremento de 23%.

Evolução da renda per capita mensal domiciliar para beneficiários e não beneficiários da Previdência – 1992 a 1999



O desafio de aumentar ainda mais a cobertura

Os dados mostram que a Previdência Social brasileira protege grande parcela da população idosa, em especial aqueles de renda mais baixa. No entanto, apesar de ser elevada a proporção de idosos que se beneficiam, a proporção de pessoas ativas que contribuem para a Previdência ainda é reduzida.

No setor privado existem quarenta milhões de pessoas que não estão cobertas pela Previdência, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 1999. Isso corresponde a 60% da população ocupada privada. No futuro, caso não tenham acumulado renda, essas pessoas dependerão de benefícios assistenciais, onerando toda a sociedade, ou viverão às custas de suas famílias. Mesmo no presente, se o trabalhador não estiver filiado à Previdência, ele não tem garantias de reposição de renda para si e para seus dependentes em caso de perda da capacidade de trabalho temporária ou permanente, devido a acidentes e doenças, ou mesmo o falecimento. Importante lembrar também os casos de maternidade, nos quais a Previdência paga quatro meses de salário às mulheres para que permaneçam em casa cuidando dos seus recém-nascidos.

Os setores tradicionalmente excluídos da proteção da seguridade social no mundo são, principalmente, os trabalhadores agrícolas, autônomos e domésticos, além de trabalhadores assalariados informais. As principais causas da exclusão são a insuficiência de renda; as restrições legais que limitam a cobertura aos trabalhadores assalariados; os problemas administrativos que dificultam o registro dos trabalhadores e incentivos a acordos entre patrões e empregados.

A tabela a seguir mostra que, no Brasil, a cobertura é extremamente baixa, principalmente em relação aos trabalhadores por conta-própria. De cada dez trabalhadores dessa categoria, somente 1,6 contribui para a Previdência, deixando quatorze milhões de excluídos. A situação também é grave em relação aos trabalhadores domésticos, dos quais 73% não têm seguro social. Em relação aos empregados, cabe destacar a situação dos “sem-carteira-assinada”. São onze milhões de empregados, cujos patrões estão em situação de ilegalidade, reduzindo a cobertura entre os empregados para 65%. O total de empregadores que não contribuem é de cerca de 40%.

Posição na Ocupação	Contribuintes (A)	Não Contribuintes (B)	Total (c=a+b)	% de cobertura (a) / (c)
Empregados	20.756.419	11.315.080	32.071.499	64,7
Com carteira	19.648.963	-	19.648.963	100,00
Sem carteira	1.107.456	11.315.080	12.422.536	8,9
Trabalhador doméstico	1.445.331	3.888.949	5.334.280	27,1
Com carteira	1.335.300	-	1.335.300	100,00
Sem carteira	110.031	3.888.949	3.998.980	2,8
Por conta-própria	2.642.052	13.971.120	16.613.172	15,9
Empregador	1.759.273	1.162.321	2.921.594	60,2
Trab. na produção e construção p/ o próprio consumo	12.343	3.307.205	3.319.548	0,4
Não remunerados **	105.472	6.571.351	6.676.823	1,6
Total	26.720.890	40.216.026	66.936.916	39,9

Contribuintes X não-contribuintes na população ocupada privada (exclui militares e estatutários)

1999

Cerca de 25% dos não-contribuintes são pessoas que, embora estejam ocupadas, não têm recursos para destinar a um seguro social.

Fonte: IBGE – PNAD/99. Elaboração: Secretaria de Previdência Social/MPAS

(**) São trabalhadores que não recebem rendimentos do trabalho, mas possuem outras fontes de renda.

O principal elemento que explica a não-contribuição é a insuficiência de renda. Cerca de 25% dos não-contribuintes são pessoas que, embora estejam ocupadas, não recebem nenhum rendimento e não têm recursos para destinar a um seguro social. Além dos sem-rendimento, há ainda outros 24% que não contribuem porque recebem como remuneração menos do que um salário mínimo. Depreende-se que cerca de 49% do contingente de não-contribuintes, o que significa vinte milhões de pessoas, não contribuem simplesmente porque não têm recursos. Estes são os potenciais beneficiários de programas de assistência social focalizados no combate à pobreza. E a inclusão deste contingente no sistema previdenciário depende fundamentalmente do crescimento econômico, com geração de empregos formalizados.

Existe um contingente de trabalhadores que não contribuem em razão da condição de trabalho precoce, já que a legislação brasileira autoriza o trabalho, e portanto a filiação à Previdência Social como trabalhador, somente a partir dos dezesseis anos. Cerca de 6% de trabalhadores não-contribuintes estão na faixa de 10 a 14 anos, configurando um problema para programas de erradicação do trabalho infantil. Além disso, há cerca de 9% da população de não-contribuintes com mais de sessenta anos. Nesta faixa etária, cerca de 82% da população ocupada não contribui, e é muito difícil que venham a contribuir dada a dificuldade para a população idosa de preencher as condições de elegibilidade relacionadas com a carência e tempo mínimo de contribuição.

Considerando-se um conceito de população ocupada restrita, que exclui os menores de quinze anos e os que ganham menos do que um salário mínimo, chega-se ao potencial de contribuintes para a Previdência Social, que pode ser incorporado mediante políticas de conscientização, criação de incentivos e fiscalização. Neste contingente, a cobertura previdenciária eleva-se para 57%, ou seja, a proporção de não-contribuintes reduz-se para 43%, contra 60% se considerada a população ocupada total.

Os dados para a população ocupada restrita indicam que a maior cobertura está entre os trabalhadores empregados, 73% (vide tabela a seguir). Embora seja a posição onde a cobertura é a mais elevada, é preocupante o fato de que, dos 27 milhões de empregados, 8,5 milhões são empregados cujos empregadores não assinam suas carteiras de trabalho.

A maioria dos trabalhadores domésticos não contribui para a Previdência. Dos 3,3 milhões de trabalhadores nesta posição, 2,1 milhões (64%) não possuem carteira assinada. A informalidade implica um reduzido número de contribuintes. Entre os trabalhadores domésticos sem carteira, apenas 4,6% contribuem para a Previdência.

Dos 3,3 milhões de trabalhadores domésticos, 2,1 milhões (64%) não possuem carteira assinada.

Posição na Ocupação	Contribuintes (A)	Não Contribuintes (B)	Total (C)	% de cobertura (A)/(C)
Empregados	20.047.593	7.450.992	27.498.585	72,90
Com carteira	19.030.854	-	19.030.854	100,00
Sem carteira	1.016.739	7.450.992	8.467.731	12,01
Trabalhador doméstico	1.340.790	1.962.804	3.303.594	40,59
Com carteira	1.246.269	-	1.246.269	100,00
Sem carteira	94.521	1.962.804	2.057.325	4,59
Por conta-própria	2.378.120	8.468.627	10.846.747	21,92
Empregador	1.624.894	948.281	2.573.175	63,15
Não remunerados **	4.504	10.147	14.651	30,74
Total	25.395.901	18.840.851	44.236.752	57,41

Fonte: PNAD 99. Elaboração: SPS/MPAS

(*) Exclui militares e estatutários, trabalhadores sem qualquer fonte de renda e que ganham menos que um salário mínimo e trabalhadores com menos de 15 e mais de 59 anos.

(**) São trabalhadores que não recebem rendimentos do trabalho, mas possuem outras fontes de renda.

Contribuintes X
não-contribuintes
na população
ocupada privada
restrita (*)

1999

Os patrões dos empregados sem carteira, incluindo os domésticos, estão na ilegalidade. Como a responsabilidade é do empregador, a Previdência Social garante aos empregados o direito de requerer o benefício no futuro, desde que comprovem o tempo de serviço. Com o intuito de evitar que o benefício seja concedido sem contrapartida de contribuições, a Previdência Social permanentemente fiscaliza os empregadores e suas empresas. Para reforçar estas ações, vigora desde o ano 2000 a Lei de Crimes contra a Previdência Social.

Um dos incentivos à informalidade reside na possibilidade de que patrões e empregados pactuem em não formalizar a relação, de forma que o empregado no curto prazo tenha uma remuneração superior. O empregado, no entanto, poderá posteriormente requerer seus direitos na Justiça do Trabalho. Quando isto ocorre, na maioria dos casos, a pendência é resolvida por conciliação, o que implica deságio sobre o valor requerido inicialmente.

Para desincentivar esses tipos de acordo, implementou-se a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a competência da Justiça do Trabalho para executar, de ofício, contribuições sociais decorrentes de sentença que proferir ou acordos que homologar. Assim, se o empregado sem carteira assinada provar o seu vínculo empregatício na Justiça do Trabalho, automaticamente o empregador será condenado a pagar as contribuições sociais.

Entre os empregadores, o índice de cobertura é de 63%. Dos 2,6 milhões de pessoas exercendo esta ocupação, 950 mil estão excluídas da proteção previdenciária. Considerando que entre os empregadores o nível de renda é mais elevado e que o sistema é de fácil acesso, ainda restam muitos empregadores descobertos, cujas razões para a evasão ao sistema devem ser investigadas.

Os trabalhadores por conta-própria representam 24% das pessoas ocupadas. O elevado número de trabalhadores nesta ocupação é resultado de modificações no mercado de trabalho, com aumento do setor de serviços e autonomização da mão-de-obra. Nesta ocupação, verifica-se uma cobertura bastante reduzida, 22%. Para os trabalhadores autônomos, embora a filiação ao sistema previdenciário seja obrigatória, a inscrição ocorre a partir de iniciativa do próprio trabalhador e não por intermédio do empregador. Neste caso, não há meios eficazes de fiscalização das contribuições.

Foi instituída uma série de medidas visando criar incentivo aos trabalhadores autônomos para se filiarem à Previdência.

Para tentar adaptar o sistema às modificações na estrutura das posições na ocupação, em novembro de 1999 foi instituída uma série de medidas visando criar incentivo aos trabalhadores autônomos para se filiarem à Previdência, destacando-se: ampliação do acesso ao salário-maternidade; eliminação da escala de salários-base, que obrigava os trabalhadores autônomos a cumprirem uma escala de interstícios de contribuição; e redução das contribuições de autônomos que prestam serviços para empresas; redução das multas para indenização de tempo de serviço passado.

A incorporação de grande parte dessas pessoas depende do desenvolvimento econômico, com aumento da renda dos trabalhadores que hoje não conseguem contribuir porque não dispõem de recursos sequer para o consumo mensal. Outra parcela depende de legislação trabalhista e tributária, com flexibilização das relações de trabalho e diminuição dos custos do emprego formal. À parte estas questões estruturais, ainda há bastante espaço para políticas de inclusão social, voltadas para o aumento da cobertura.

É fundamental a criação de atrativos para a filiação à Previdência Social, principalmente em relação aos cerca de 11,3 milhões de trabalhadores por conta-própria, domésticos e empresários que, apesar de terem renda, não estão inscritos. Recentemente, as medidas descritas acima foram aprovadas. Mas é preciso avançar mais, aprendendo e incorporando lições bem-sucedidas praticadas na iniciativa privada, como a realização de programas de fidelização, sorteios e a oferta de vantagens adicionais ao segurado.

Por outro lado, cerca de 7,5 milhões de trabalhadores que ganham mais que um salário mínimo não estão formalizados porque os seus patrões não assinam suas carteiras. Eles estão concentrados principalmente em empresas dos setores de serviços, construção civil e agricultura. Neste caso, o aumento da cobertura passa pelo aprimoramento dos procedimentos de arrecadação e fiscalização, que devem ser adaptados conforme as especificidades de cada segmento econômico. Um exemplo disso foi a instituição da retenção das contribuições das empresas prestadoras de serviço, o que permitiu o incremento de R\$ 1,5 bilhão em 2001, comparado ao período em que a medida não estava em vigor.

A retenção das contribuições das empresas prestadoras de serviço permitiu o incremento de R\$ 1,5 bilhão à arrecadação em 2001.

Além disso, é importante conscientizar a população acerca da importância da filiação à Previdência. Pesquisa realizada recentemente revelou que 66% da população não sabe o que é Previdência e 30% ainda acha que a principal função do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é prestar assistência à saúde. É uma situação preocupante, pois o INSS tem um dos mais completos planos previdenciários do mundo, oferecendo dez diferentes tipos de benefícios e a população não conhece os seus direitos. Por isso, foi criado o **Programa de Estabilidade Social – PES**, que opera de forma descentralizada em cem comitês regionais fazendo parcerias com entidades da sociedade civil para realização de palestras e cursos, disseminando informações sobre a Previdência e efetuando inscrições no sistema. O programa faz o caminho inverso do que tradicionalmente ocorre no serviço público. Em vez de esperar pela sociedade em seus balcões de atendimento, a prática é de ir ao encontro da sociedade, legítima proprietária da Previdência Social.

Em 2000, o PES contabilizou 1.543 ações externas como palestras, reuniões, feiras e exposições, encontros, fóruns, seminários, dentre outros. Em 2001, foram mais de três mil ações. O público-alvo desses eventos foi principalmente trabalhadores e produtores rurais, alunos de escolas do ensino médio e de cursos profissionalizantes, camelôs, ambulantes, feirantes, empregados domésticos, costureiros, líderes comunitários, assistentes sociais, agentes de saúde, usuários de programas e serviços de secretarias municipais, universitários e profissionais liberais.

Além disso, o PES vem realizando várias ações internas com o intuito de orientar os servidores no sentido de sensibilização e divulgação dos benefícios previdenciários. O programa efetivou 180 par-

cerias com sindicatos, associações, prefeituras, cooperativas e entidades do Sistema "S".

Outra importante ação do programa vem sendo a realização do curso "Formadores em Previdência Social", que busca capacitar pessoas pertencentes aos quadros de entidades organizadas para a disseminação do funcionamento do sistema previdenciário, em especial sua importância, o Plano de Custo e o de Benefícios e a estrutura e os serviços da Previdência Social disponíveis ao público. Em 2001, foram realizados aproximadamente noventa cursos Formadores em Previdência Social, com uma média de cinqüenta alunos por turma, o que totalizou 4.500 pessoas treinadas/informadas sobre Previdência.

Efetivadas 3,3 milhões de novas inscrições de contribuintes individuais, segurados facultativos, empregados domésticos e segurados especiais.

Com relação à quantidade de pessoas inscritas na Previdência, desde a implementação do PES foram efetivadas 3,3 milhões de novas inscrições de contribuintes individuais, segurados facultativos, empregados domésticos e segurados especiais (tabela a seguir). Os segurados especiais foram responsáveis por 39,3% das inscrições, seguidos dos contribuintes individuais (38,1%), empregados domésticos (16,8%) e facultativos (4,8%).

Tipo de Contribuinte	Inscrições	%
Contribuinte Individual	1.248.148	38,1
Empregado Doméstico	551.451	16,8
Facultativo	155.545	4,8
Segurado Especial	1.286.901	39,3
Não Classificados	32.437	1,0
TOTAL	3.274.482	100,0

Quantidade de inscrições por tipo de contribuinte desde a implementação do Programa de Estabilidade Social
2000 e 2001

Fonte: CADCI/DATAPREV

Elaboração: Secretaria de Previdência Social/MPAS

Entretanto, de nada adiantam todos os esforços se o INSS não se firmar no seu papel de seguradora oficial do trabalhador, prestando eficientemente serviços de qualidade. Os procedimentos para se filiar, contribuir, requerer e receber benefícios, além de outros serviços, devem ser simples, informatizados e desburocratizados.

Modernização gerencial

O Governo tem investido na modernização gerencial com reformas nas agências e disponibilização de mais de quinze serviços em terminais de auto-atendimento, Internet e telefone. Ao mesmo tempo, a Previdência tem percorrido grande parte do território nacional com barcos e carros, levando informações e benefícios à população dos municípios do interior e das margens dos rios amazônicos, tradicionalmente sem acesso às políticas públicas.

Para atender a esse objetivo, a Previdência está passando por um profundo processo de reestruturação gerencial para poder ficar cada dia mais perto do cidadão. Um exemplo disso são as agências da Previdência Social.

Atualmente, o atendimento ao público tem sido feito através de uma rede de oitocentas agências da Previdência Social e 325 Unidades Avançadas de Atendimento, totalizando 1.125 unidades distribuídas por todo território brasileiro, sendo 1.052 unidades fixas de atendimento e 73 móveis. Em um mesmo local, o trabalhador encontra atendimento integrado e eficiente para a resolução de todas as questões relacionadas com a Previdência Social, tanto na área de benefícios como na de arrecadação.

Transcorridos pouco mais de três anos da abertura da primeira agência, em setembro de 1998, mais de 22,5 milhões de atendimentos já foram efetuados. O tempo médio de permanência do usuário na agência é de 32 minutos, sendo dezenove minutos de espera e treze minutos de atendimento.

Em cada agência há um telefone vermelho que se comunica diretamente com a Ouvidoria-Geral. Esta funciona como um canal direto, de acesso fácil e gratuito, com os usuários da Previdência Social. O objetivo é a melhoria na qualidade dos serviços prestados e o aumento do grau de satisfação. A atuação desse órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social amplia o controle social do sistema na medida em que facilita ao cidadão o exercício do direito de queixa. Desde sua criação, em agosto de 1998, foram realizadas mais de 235 mil ocorrências, tendo sido solucionados e respondidos mais de 207 mil casos, o que representa uma taxa de resolutividade de quase 88%.

O atendimento ao público é feito através de uma rede de 1.125 unidades.

Em cada agência há um telefone vermelho que se comunica diretamente com a Ouvidoria-Geral.

A Ouvidoria-Geral atua dentro do INSS para agilizar procedimentos, alterar condutas de atendimento inadequadas, sugerir mudanças para reduzir os prazos de prestação de serviço e eliminar exigências desnecessárias e procedimentos repetitivos. Além disso, a Previdência atende aos segurados pelo PREVfone (0800-780191) e pela PREVNet (<http://www.previdenciasocial.gov.br>). Estes instrumentos representam mais um canal de comunicação entre a Previdência Social e a população, oferecendo informações e serviços importantes, dos quais destacam-se a inscrição no Regime Geral de Previdência Social e o agendamento de atendimento com hora marcada nas agências da Previdência.

Pelo PREVNet é possível, também, requerer o salário-maternidade, auxílio-doença e pensão por morte e emissão de Certidão Negativa de Débito – documento que comprova a regularidade de empresas junto à Previdência Social. No PREVNet o trabalhador pode consultar a conta individual de contribuições (PREVCidadão) e fazer o cálculo da renda mensal inicial, que corresponde ao valor do benefício a que o segurado terá direito, além de fiscalizar se o seu patrão está

Pelo PREVNet é possível requerer o salário-maternidade, auxílio-doença e pensão por morte, além da emissão de Certidão Negativa de Débito.

fazendo os recolhimentos corretamente. Todo o sistema de comunicação de acidente do trabalho, de cálculo de contribuições e de emissão de guias também funciona por intermédio da Internet.

Para os que não têm acesso à Internet, há os PREVFácil, que são quiosques de auto-atendimento instalados nas agências da Previdência Social e em outros espaços públicos, como prefeituras, associações e sindicatos. Entre os serviços oferecidos, destacam-se a emissão de Certidões Negativas de Débito das empresas, extratos de pagamentos, inscrição de contribuintes individuais. Pode-se, também, pelo PREVFácil, obter informações sobre todos os benefícios oferecidos pela Previdência Social. De 1999 até dezembro de 2001, foram efetuadas mais de 3,5 milhões de atendimentos através do PREVFácil.

Porém, a Previdência Social ainda não consegue estar fisicamente presente em todos os mais de 5.500 municípios brasileiros, deixando uma parcela da população sem acesso aos seus serviços.

Para diminuir os problemas que essa realidade impõe aos aposentados, pensionistas e contribuintes, foi criado o PREVMóvel, atendimento volante terrestre e fluvial da Previdência Social, que permite a ampliação da rede de atendimento, com ênfase na sua interiorização.

O PREVMóvel adapta-se às características de cada região. Há 69 veículos utilitários equipados com toda estrutura de microinformática e de telecomunicações.

O PREVMóvel adapta-se às características de cada região. Na Região Norte, onde o meio de transporte principal é o fluvial, são utilizados quatro barcos. No restante do País, há 69 veículos utilitários adaptados e equipados com toda estrutura de microinformática e de telecomunicações. As unidades móveis dispõem de todos os serviços, inclusive os necessários à concessão de benefícios decorrentes da incapacidade laborativa. Tudo é feito em parceria com prefeituras, associações, sindicatos e outras entidades. Em 2001, foram realizados mais de 650 mil atendimentos, totalizando 1,1 milhão desde a implantação das Unidades, em janeiro de 2000.

A modernização gerencial da Previdência deve levar em conta a realidade social e econômica do País, onde convivem estruturas modernas e tradicionais. É importante incorporar ao sistema previdenciário o trabalhador por conta própria que faz de sua casa o escritório e trabalha na economia virtual "globalizada", em relações laborais e com remuneração flexíveis. Ao mesmo tempo, é fundamental levar a proteção social ao trabalhador rural, no interior do Brasil ou às margens dos rios amazônicos, inserido em formas de relação de trabalho que remontam ao século XVIII.

Da mesma forma que a Previdência está investindo na provisão de serviços pela Internet para adaptar o sistema de atendimento às novas demandas geradas pela modernização tecnológica e das relações de trabalho, estão sendo feitos investimentos maciços nas unidades móveis para resgatar a dívida social com setores que até o momento estavam excluídos das políticas públicas.

Todo esse esforço está sendo feito em parceria com a sociedade civil, com o objetivo de aumentar a cobertura da Previdência e desarmar a "bomba relógio" da expansão dos benefícios sem expansão correspondente das contribuições. Esta é uma tarefa que extrapola os limites da ação governamental e na qual a sociedade deve engajar-se para que as futuras gerações não sejam sobreoneradas.

Principais mudanças na legislação da Previdência Social

Significativas alterações foram introduzidas no sistema de previdência a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, tendo em vista a correção de distorções, a adequação a princípios básicos de previdência e a sua manutenção de longo prazo.

Em relação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que abrange os trabalhadores da iniciativa privada, as mudanças visam a adequá-lo ao novo perfil demográfico e do mercado de trabalho do País, promovendo maior eqüidade social, eliminação de privilégios e aumento da proteção social em sólidas bases financeiras e atuariais.

Os critérios para concessão de benefícios foram alterados, introduzindo-se o conceito de tempo de contribuição, o mais decisivo para a garantia do equilíbrio atuarial do sistema, em substituição ao conceito de tempo de serviço. Apenas as aposentadorias por tempo de serviço, que correspondiam a 15% do estoque em manutenção, foram afetadas pelos novos dispositivos constitucionais, em especial, a proporcional, que foi extinta. As aposentadorias especiais ficaram restritas a funções específicas que impliquem prejuízo à saúde e à integridade física do segurado, incorporando os professores universitários, magistrados e outras categorias ao regime geral. Para os demais benefícios, pensão por morte e auxílios em geral, dentre outros, foram mantidos os antigos requisitos.

As regras de cálculo dos benefícios previdenciários também foram eliminadas do texto constitucional. Isto permitiu a ampliação do período de contribuição computado para efeito de cálculo do valor dos benefícios com a aprovação da Lei nº 9.876, de 1999, que estabeleceu incentivos para os trabalhadores por conta própria se filiarem ao RGPS, alterou a fórmula de cálculo dos benefícios do RGPS e instituiu o fator previdenciário. Com esta lei, o salário-maternidade, antes restrito a seguradas empregadas, também foi universalizado.

Além de introduzir critérios atuariais na regra de cálculo do benefício, mediante a ampliação gradual do período de referência para o cálculo do benefício, que passará a refletir toda vida laboral do trabalhador, o fator previdenciário, que leva em consideração o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevida e a idade do segurado no momento da aposentadoria, estabelece um princípio de justiça, premiando aqueles que permanecem mais tempo trabalhando e desestimulando as aposentadorias precoces.

Significativas alterações foram introduzidas no sistema de previdência a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

O capítulo sobre reforma fiscal desta mensagem trata em mais detalhes as modificações no sistema previdenciário.

Um marco importante na legislação previdenciária é o que permite ao INSS utilizar as informações sobre as remunerações dos segurados constantes no CNIS

Marco importante na legislação previdenciária é o que permite ao INSS utilizar as informações sobre as remunerações dos segurados constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS para fins de cálculo do salário-de-benefício, a partir de julho de 1994, dispensando o segurado da apresentação da relação de salários e contribuições. Trata-se, em verdade, de inversão do ônus da prova, pois em vez do segurado comprovar a sua situação perante o INSS é este que o informará sobre os seus registros, assegurando-lhe o direito, em caso de divergência, de solicitar a inclusão, exclusão ou retificação dos dados mediante apresentação de provas convincentes.

Esse procedimento permitirá à Previdência Social conceder os benefícios de auxílio-doença e salário maternidade, que correspondem a 70% dos benefícios concedidos pelo INSS, unicamente com base nos seus registros, sem que o segurado tenha que apresentar qualquer documento de comprovação de vínculo ou de contribuição. Também a concessão de aposentadorias e pensões será agilizada, pois os segurados só terão que comprovar os vínculos anteriores a primeiro de julho de 1994.

Ao lado dessa simplificação de procedimentos, a medida assegura, ainda, maior segurança na concessão dos benefícios, permitindo ao INSS coibir fraudes mediante a inserção, nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social, de tempo de serviço fictícios, já que com o CNIS todas as informações sobre o segurado estarão ali cadastradas, sendo possível cruzar informações sobre o segurado, para se verificar os exatos vínculos de trabalho já existentes, bem como os respectivos salários de contribuição.

Trabalho e Emprego

O fim do processo inflacionário e a integração competitiva da economia brasileira à economia global repercutiram no funcionamento do mercado de trabalho e exigiram mudanças substantivas nas instituições que regulam as relações de trabalho.

O Governo, empenhado em corrigir as distorções inerentes à evolução do mercado de trabalho, tem desenvolvido ações de fomento ao emprego e ao trabalho e de proteção e assistência ao trabalhador, contando com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Essas ações objetivam criar os mecanismos que permitam a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida do trabalhador.

Fomento ao trabalho e emprego

Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Em 1995, o Governo, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, instituiu o **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor**, visando a assegurar a integração do trabalhador ao mercado de trabalho, promovendo o aumento de sua empregabilidade, produtividade e renda.

Financiado majoritariamente com recursos do FAT, o Planfor é executado de forma descentralizada, por instituições de formação profissional, sob a responsabilidade dos conselhos estaduais e municipais de emprego e das parcerias nacionais e regionais com associações patronais e centrais sindicais.

Nos primeiros seis meses após a implantação do Planfor, os investimentos, que em 1994 haviam sido de R\$ 15 milhões, chegaram a R\$ 28 milhões. Esses recursos provocaram um aumento de 85% no número de treinados, que passaram de 83 mil em 1994 para 153,4 mil em 1995.

Na primeira etapa do Planfor, 1995 a 1998, foram qualificados 5,6 milhões de trabalhadores, com investimentos de R\$ 1 bilhão do FAT. Entre 1999 e 2001 o número de trabalhadores qualificados foi de 9,3 milhões, com a aplicação de R\$ 1,3 bilhão. O período de 1995 a 2001 acumula, portanto, 14,9 milhões de pessoas qualificadas, com recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões do FAT.

Após a implantação do Planfor, os investimentos chegaram a R\$ 28 milhões. Esses recursos provocaram um aumento de 85% no número de treinados

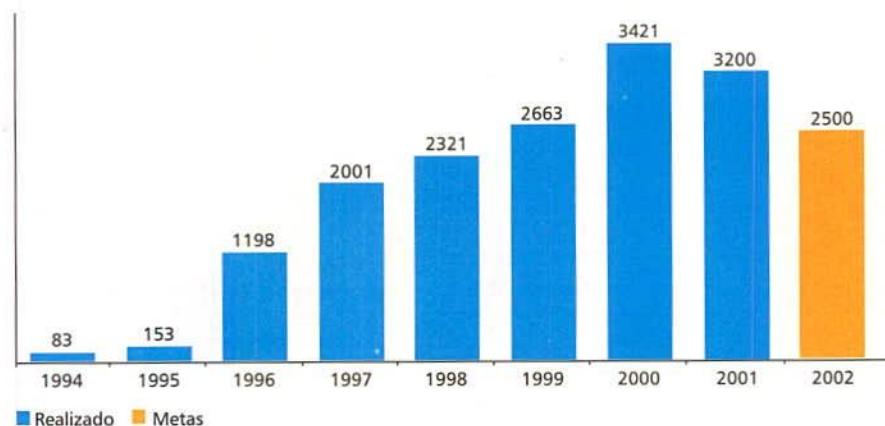
No ano de 2002, o programa deve atingir mais 2,5 milhões de trabalhadores, representando investimentos de R\$ 300 milhões de recursos do FAT. A meta é terminar 2002 com um total acumulado, desde 1995, da ordem de 17,4 milhões de pessoas qualificadas, representando investimentos de R\$ 3 bilhões.

**Planfor
resultados
1995-2000
e metas
2001-2002**

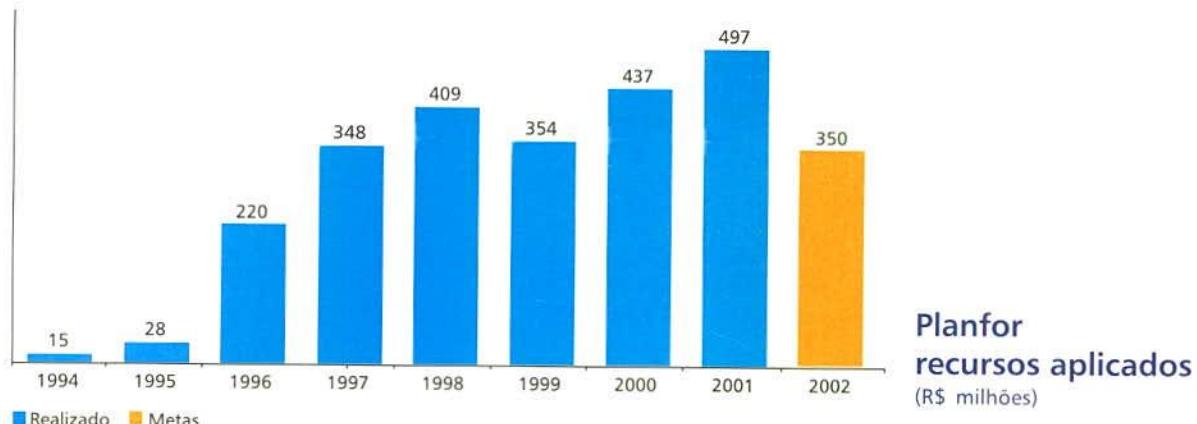
	Treinandos (mil)	Investimentos (R\$ milhões)	Entidades executoras
1994	83	15	
Realizado			
1995	153	28	nd
1996	1.198	220	500
1997	2001	348	827
1998	2.321	409	1.323
Acumulado 1995/1998	5.673	1.005	
1999	2.663	354	1.466
2000	3.421	437	2.066
2001	3.200	482	2.000
Acumulado 1999/2001	9.284	1.273	
Acumulado 1995/2001	14.957	2.278	
Metas			
2002	2.500	300	

Fonte: Relatórios gerenciais do Planfor 95/98/99 e SIGAE 2000/2001.

**Planfor
trabalhadores
qualificados
(milhares)**



Fonte: Relatórios gerenciais do Planfor 95/98/99 e SIGAE 2000/2001.



Fonte: Relatórios gerenciais do Planfor 95/98/99 e SIGAE 2000/2001.

Além desses resultados, é importante destacar alguns aspectos da qualificação promovida pelo Planfor, em especial quanto ao público alvo, cobertura espacial e integração com outros programas.

Público-alvo

Desde 1995 o Planfor está focalizado em populações vulneráveis, ou seja, aquelas que têm menos acesso a outras oportunidades de qualificação, por razões de pobreza, baixa escolaridade e fatores de discriminação no mercado de trabalho. O Planfor coloca-se como um instrumento para romper o círculo vicioso da discriminação no mercado de trabalho e da exclusão social. Desse modo, está direcionado para pessoas desempregadas ou precariamente ocupadas, que são, para fins de implementação dos programas, agregadas em quatro categorias:

- pessoas desocupadas, em especial os beneficiários do seguro-desemprego;
- pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural, por fatores como reestruturação produtiva, crises econômicas, fenômenos climáticos;
- pequenos e microprodutores, do setor urbano e rural;
- trabalhadores do setor informal – autônomos, cooperados.

Desde 1995 o Planfor está focalizado em populações vulneráveis, que têm mais dificuldades de acesso a outras alternativas de qualificação, por razões de pobreza, baixa escolaridade e fatores de discriminação no mercado de trabalho.

**Planfor
público-alvo
1999-2001:**

População alvo	1999		2000		2001	
	Treinados (mil)	Investimento (R\$ milhões)	Treinados (mil)	Investimento (R\$ milhões)	Treinados (mil)	Investimento (R\$ milhões)
Grupos Prioritários						
Pessoas desocupadas	1.494	186	1.958	227	1.815	253
Pessoas sob risco de desocupação	424	51	650	73	564	76
Trabalhadores por conta própria	371	35	323	35	367	43
Pequenos e microprodutores	260	17	247	22	267	24
Subtotal	2.549	290	3.177	357	3.013	395
Outros públicos	114	64	244	80	187	88
Total	2.663	354	3.421	437	3.200	482

Fonte: Relatório gerencial do Planfor 1999 e SIGAE 2000/2001.

O primeiro grupo é prioridade absoluta no programa: do total de 9,3 milhões de pessoas qualificadas em 1999/2001, 57% (5,3 milhões) estão na categoria de desocupadas, incluindo beneficiários do seguro-desemprego.

Cobertura espacial

O Planfor atendeu 86% dos 1370 municípios selecionados pelo Comunidade Solidária, onde se situam os focos de pobreza e exclusão do País.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Municípios						
a) Existentes	5.502	5.507	5.507	5.507	5.547	5.547
b) Atendidos - PLANFOR	2.614	3.843	4.729	3.990	4.824	4.300
b/a	48%	70%	78%	72%	87%	78%
Comunidade Solidária						
a) Selecionados	1.111	1.370	1.370	1.370	1.370	1.370
b) Atendidos - PLANFOR	629	925	1.076	1.007	1.180	1.100
b/a	57%	68%	78%	74%	86%	80%

Fonte: MTE

**Planfor
municípios
atendidos
1996 - 2001**

Integração com outros programas sociais

Além de focalizar como prioridade os municípios selecionados pelo **Comunidade Solidária**, o **Planfor** atua de forma integrada com vários outros programas da área social do Governo. Na área de direitos humanos, ele tem sido o suporte para a implantação do Serviço Civil Voluntário, para moças e rapazes de dezoito anos, que une qualificação profissional com elevação de escolaridade, formação para a cidadania e prestação de serviços comunitários, com bolsa auxílio para todos os participantes. Entre 1998 e 2001, mais de 39 mil jovens já realizaram o Serviço Civil Voluntário por meio do **Planfor**. Em 2002, outros doze mil serão incorporados em todos os estados.

Entre 1998 e 2001, mais de 39 mil jovens já realizaram o Serviço Civil Voluntário por meio do Planfor.

	Treinandos (mil)	Investimentos (R\$ milhões)
Programa Comunidade Solidária		
Capacitação Solidária (qualificação de jovens)	15	10
Micro, pequena e média empresa		
Brasil Empreendedor	583	87
Direitos Humanos		
Serviço Civil Voluntário (qualificação e cidadania para jovens)	14	13
Segurança Pública (qualificação de policiais civis e militares)	3	0,3
Assistência Social		
Qualificação de cuidadores de Idosos	6	0,7
Qualificação de educadores infantis	10	1,0

Fonte: SIGAE 2001

**Planfor– 2000:
integração com
outros programas
sociais do Governo
Federal**

Mais empregos e renda: o Proger Urbano e Rural

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	*2001	Total
Total de Operações	81.545	161.691	114.382	102.689	83.931	203.787	92.714	840.739
Valor Aplicado (R\$ mil)	623.796	1.382.158	1.231.479	910.603	778.425	1.080.539	711.172	6.718.172

janeiro-outubro

Proger
1995 - 2001

O Programa **Geração de Emprego e Renda – Proger**, instituído em março de 1994, teve suas primeiras operações contratadas em 1995. O programa vem consolidando-se como um dos principais instrumentos para incrementar a política pública de geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Sua operacionalização ocorre mediante concessão de créditos em condições especiais, destinados ao financiamento de atividades produtivas nos setores formal e informal da economia, nas áreas urbana e rural. Essas ações, voltadas para a geração de emprego e renda, integram e complementam as demais iniciativas do sistema público de emprego, tais como a qualificação profissional e a intermediação de mão de obra.

As operações de crédito têm como agentes financeiros o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A concessão de crédito está vinculada a programas de capacitação técnico-gerencial, qualificação profissional, assistência técnica e acompanhamento dos empreendimentos beneficiados.

Desde o seu início até outubro de 2001, o Proger aplicou R\$ 6,7 bilhões em cerca de 841 mil operações contratadas.

Desde o seu início até outubro de 2001, o Proger aplicou R\$ 6,7 bilhões em cerca de 841 mil operações contratadas. A meta do Proger no PPA para 2002 prevê a aplicação de R\$ 1,6 bilhão em 134 mil operações de crédito.

Uma recente avaliação do Proger Urbano, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, analisou o comportamento do emprego direto com carteira assinada de quase trinta mil micro e pequenas empresas que se beneficiaram do programa. Os seguintes resultados positivos foram alcançados:

- Cada operação de crédito gerou 1,22 emprego direto com carteira assinada ou foi observado um custo médio de R\$ 19.724,01 por posto de trabalho direto com carteira assinada¹. Considerando os postos de trabalho indiretos e decorrentes do efeito renda, chega-se a estimativa de que foram gerados nove postos de trabalho por operação de crédito ou um posto de trabalho a cada R\$ 2.668,62 aplicados no programa.
- Houve sustentabilidade dos empregos diretos com carteira assinada gerados. Mesmo mais de três anos depois do crédito ainda ocorreu geração de empregos, ou seja, não apenas se mantiveram os postos de trabalho criados nos três primeiros anos, assim como ainda estavam sendo criadas novas ocupações.
- As micro e pequenas empresas apoiadas pelo Proger Urbano tiveram incremento de 34,8% na geração de empregos diretos nos seis meses depois do crédito relativamente aos seis meses anteriores ao crédito.
- As micro e pequenas empresas apoiadas pelo Proger Urbano tiveram incremento de 18,1% no estoque de empregados diretos com carteira assinada depois do crédito.

- Enquanto as micro e pequenas empresas, no Brasil como um todo, tiveram crescimento de 2,64% no emprego formal no ano de 1998, uma amostra daquelas financiadas pelo Proger Urbano em janeiro de 1998 tiveram incremento de 29,91% do estoque de empregados diretos com carteira assinada no mesmo intervalo de tempo.

Brasil Empreendedor

Atento às modificações estruturais em curso no mercado ocupacional, o Governo deu início, em outubro de 1999, à implementação do Programa **Brasil Empreendedor**, como instrumento de gestão integrada de programas voltados para o apoio a micro, pequenas e médias empresas. O programa visa ao fortalecimento e a integração das ações desenvolvidas por vários órgãos do Governo Federal, mediante a concessão de crédito e assessoria técnica ao empreendedor. A melhoria da capacitação gerencial e tecnológica dos empreendedores é fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados (Proger Urbano, Protrabalho e Proemprego).

Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - Proemprego

Instituído em 1995, o Proemprego I, sob responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, visa a criar novos empregos; incrementar a renda do trabalhador; proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população, em especial da camada de mais baixa renda, de forma a preservar e expandir as oportunidades de trabalho e assegurando o equilíbrio do meio ambiente.

Nos exercícios de 1996 a 1998 o Programa contou com R\$ 3,5 bilhões de recursos do FAT, além de R\$ 2,5 bilhões de contrapartida do BNDES, perfazendo um total de R\$ 6 bilhões, sem contar a contrapartida das empresas financiadas.

Com o sucesso do programa, o Governo lançou em 1999 o Proemprego II, que prevê uma diversificação maior de setores a serem apoiados entre 1999 e 2002. Essa iniciativa busca o atendimento das demandas oriundas dos setores públicos e privados que resultem na geração de emprego e renda, e contribuam para o aumento do bem-estar das populações menos favorecidas.

O volume dos recursos estimados para o Proemprego II é da ordem de R\$ 9 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões oriundos do FAT. Tais recursos estão sendo investidos em áreas de saneamento ambiental, saúde, educação, transporte coletivo de massas, programa de melhoria da administração tributária municipal, comércio, serviços, energia, telecomunicações, infra-estrutura viária e construção naval, e o incentivo ao crescimento das exportações brasileiras, com prioridade às pequenas e médias empresas.

De 1996 a 1998, o Proemprego contou com R\$ 3,5 bilhões de recursos do FAT, além de R\$ 2,5 bilhões de contrapartida do BNDES, perfazendo um total de R\$ 6 bilhões, sem contar a contrapartida das empresas financiadas.

Estimados R\$ 9 bilhões para o Proemprego II, sendo R\$ 3,5 bilhões oriundos do FAT.

Entre 1995 e setembro de 2001, o total acumulado, Proemprego I e II, foi de 4,7 mil operações contratadas, representando investimentos de R\$ 9,9 bilhões.

Proemprego I e II

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	*2001	Total
Total de Operações	106	359	235	128	2.352	1.513	9	4.702
Valor Desembolsado ** (R\$ mil)	256.534	2.192.755	1.239.992	925.991	1.723.828	2.689.166	918.550	9.946.816

*Relatórios trimestrais – 2001 (jan-set)

**Valores apresentados referem-se aos recursos do FAT e da contrapartida do BNDES.

Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - Protrabalho

Instituído em 1998, o Protrabalho é outra iniciativa que, por meio do Banco do Nordeste, tem como objetivo investir em infra-estrutura econômica e social na Região Nordeste, no norte de Minas Gerais e norte do Estado do Espírito Santo. Sua finalidade é aumentar o número de empregos diretos e indiretos, ampliar a competitividade do setor produtivo, financiar setores estratégicos de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

Do início do programa em 1998 até outubro de 2001, foram aplicados R\$ 731 milhões referentes a 45 mil operações de crédito. A meta para o exercício de 2002 é a aplicação de R\$ 300 milhões.

Protrabalho

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	*2001	Total
Total de Operações	-	-	-	23.189	9.731	9.549	2.499	44.968
Valor Aplicado (R\$ mil)	-	-	-	309.179	178.109	171.428	72.230	730.946

* janeiro a outubro de 2001

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Instituído em 1995, o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem parcela expressiva de seus recursos oriunda do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

FGTS: poupança que gera empregos

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, criado em 1966, além de ser uma modalidade de poupança para o trabalhador, tem seus recursos direcionados para investimentos sociais relevantes – como construção de moradias populares, saneamento básico e infra-estrutura urbana – que têm sido preponderantes para a criação de postos de trabalho.

Os números do FGTS são bastante expressivos, como observamos adiante. No quadriênio 1995-1998, ele contratou operações num montante de R\$ 9,4 bilhões, 30% superior em relação ao quinquênio anterior. No período de 1999 a junho de 2001, as contratações atingiram R\$ 10,3 bilhões, com aplicação em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

	Habitação	San/Infra	Total	População Beneficiada	Empregos Gerados	Unidades Financiadas
1990	1.051	1.095	2.146	6.106.631	348.249	165.617
1991	3.232	1.792	5.024	10.354.339	728.586	359.719
1992	-	-	-	-	-	-
1993	-	-	-	-	-	-
1994	24	37	61	192.267	10.521	2.513
1995	60	83	142	620.003	32.170	16.491
1996	661	740	1.401	5.728.682	274.571	87.282
1997	3.331	571	3.902	4.244.025	197.238	199.878
1998	2.659	1.266	3.925	8.679.300	426.401	283.814
1999	4.434	2	4.436	2.522.463	338.567	182.380
2000	3.269	17	3.285	1.327.857	159.390	296.671
*2001	2.616	-	2.616	987.433	115.570	247.538

Fonte: CAIXA. Os valores de 1990 a 1994 foram convertidos para reais, corrigidos pela URP Dez/94. (*) Estimativa

FGTS contratações de operações

(valores em R\$ milhões)

O total das contratações nos últimos sete anos foi de R\$ 19,7 bilhões, beneficiando 24 milhões de pessoas e gerando 1,5 milhão de empregos. A média anual de contratação superou em 95% a do primeiro quinquênio da década de 1990.

Dos valores contratados após 1995, os recursos direcionados para habitação somaram R\$ 17 bilhões, ou 86% do total contratado, o que representa um crescimento médio anual de 182% sobre as contratações verificadas no período de 1990 a 1994. Os recursos foram suficientes para financiar 1,3 milhão de moradias.

Ainda no período de 1995 a 2001, o FGTS obteve uma arrecadação líquida positiva em R\$ 4,1 bilhões. Arrecadou em contribuições R\$ 109 bilhões e pagou cerca de R\$ 105 bilhões aos trabalhadores titulares de contas vinculadas.

O desempenho recente do FGTS mostra uma firme tendência de crescimento da arrecadação bruta anual. Em 1999, foram depositados R\$ 17,4 bilhões, cifra que evoluiu para 18,7 bilhões em 2000. Seguindo essa tendência, a arrecadação atingiu R\$

21,4 bilhões no ano 2001, gerando um superávit recorde, da ordem de R\$ 2,7 bilhões.

Graças aos esforços do Governo, de trabalhadores e de empregadores, conseguiu-se um acordo para o pagamento dos créditos de complementação monetária em contas vinculadas do FGTS referentes aos Planos Collor I e Verão, que foi consubstanciado na Lei Complementar nº 110.

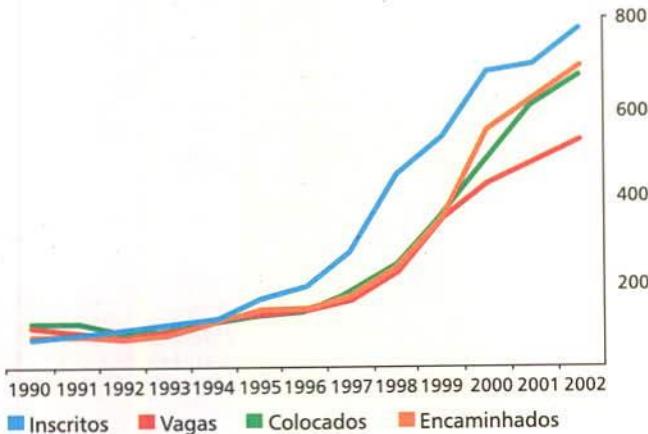
Em junho de 2002, 38 milhões de titulares de contas vinculadas, beneficiários desses créditos complementares, serão beneficiados.

Reinserção no mercado de trabalho

O Sistema Nacional de Emprego – SINE, serviço de intermediação de mão-de-obra que possui cobertura em todo o País, complementa o rol de políticas ativas de fomento ao emprego.

O número de trabalhadores que se inscreveram no SINE em busca de emprego no ano de 2000 foi nove vezes superior ao verificado no início da década, em 1991. No mesmo período, o número de trabalhadores colocados foi multiplicado por cinco.

Sistema Nacional de Empregos



Conforme gráfico da evolução dos índices, verifica-se que a partir do Plano Real houve uma aceleração expressiva no crescimento do número de trabalhadores colocados. De 1991 a 1994 o crescimento foi de 9%; no período de 1995 a 2000 a variação foi de 289%, o que representa um crescimento médio de aproximadamente 31% ao ano, contra cerca de 2% ao ano no período 1990 a 1994.

Em 2000, cerca de 582 mil trabalhadores conseguiram empregos por meio desse serviço, que também é custeado pelo FAT. As metas para 2001 e 2002 são a colocação de 750 mil e 850 mil trabalhadores, respectivamente. O desempenho da intermediação de mão-de-obra reflete, em boa parte, as melhorias introduzidas pelo Governo Federal, por meio do Conselho Deliberativo do FAT, e

seus parceiros (SINE, Centrais Sindicais e Confederações Patronais). O Sistema está, cada vez mais, auxiliando efetivamente os trabalhadores brasileiros na (re)inserção no mercado de trabalho, com o perfil exigido pelas empresas.

	Inscritos	Vagas	Encaminhados	Colocados
1990	478	284	335	118
1991	536	250	355	119
1992	577	194	308	95
1993	606	228	345	108
1994	745	323	500	128
1995	1.127	381	639	149
1996	1.321	386	637	155
1997	1.859	452	774	210
1998	3.124	653	1.075	288
1999	3.763	1.044	1.666	422
2000	4.806	1.281	2.560	582
*2001	5.500	1.600	3.300	750
*2002	6.000	1.700	3.500	850

(*) 2001 e 2002 são projeções

**Sistema Nacional
de Empregos - SINE**
movimentação da
intermediação da
mão-de-obra
(milhares)

Programas de transferência de renda

Seguro-desemprego: mantendo a dignidade do trabalhador

O Seguro-Desemprego é uma ação de amparo aos trabalhadores demitidos sem justa causa. Para sua concessão, o trabalhador demitido sem justa causa deve comprovar vínculo empregatício formal nos últimos seis meses anteriores à data da dispensa. O beneficiário pode ter direito a um número de parcelas entre três e cinco, de acordo com o número de meses trabalhados nos últimos 36 meses. O requerimento do benefício está disponível em cerca de 1.483 pontos de atendimento, localizados nos postos das Delegacias Regionais de Trabalho e agências do Sistema Nacional de Emprego – SINE ou nas 450 agências da Caixa Econômica Federal.

Em 2001, foi implantada uma inovação importante, que aperfeiçoa o sistema de concessão do seguro-desemprego, com a conferência de informações junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS. Isso permite maior confiabilidade na liberação do benefício, com mecanismos inibidores de fraudes, como o pagamento de parcelas indevidas.

Cerca de 4,3 milhões de trabalhadores foram beneficiados pelo Seguro-Desemprego, com um desembolso de aproximadamente R\$ 4,6 bilhões.

Seguro-desemprego

Nos onze primeiros meses de 2001 foram beneficiados cerca de 4,3 milhões de trabalhadores, implicando desembolsos de R\$ 4,6 bilhões, em valores de dezembro de 2001. Para 2002, estima-se que serão necessários recursos da ordem de R\$ 5,5 bilhões.

	Número de Requerentes	Número de Segurados	Taxa de Habilitação	Valor Total Benefícios (R\$ Dez/01)	Valor Real Médio do Benefício (R\$ Dez/01) ²
1990	3.099.910	2.806.820	90,55%	2.058.478.720	213,20
1991	3.724.840	3.498.235	93,92%	2.622.403.074	210,28
1992	4.015.225	3.895.157	97,01%	2.843.042.470	205,64
1993	3.828.060	3.760.223	98,23%	2.943.156.886	196,58
1994	4.090.975	3.760.223	91,92%	2.974.252.977	197,09
1995	4.792.288	4.742.043	98,95%	4.584.911.057	218,45
1996	4.397.264	4.360.917	99,17%	4.552.430.175	232,25
1997	4.426.718	4.400.738	99,41%	4.482.720.681	239,72
1998	4.398.302	4.357.528	99,07%	5.078.356.176	247,93
1999	4.416.358	4.315.593	97,72%	4.583.565.150	247,84
2000	4.270.366	4.155.147	97,30%	4.560.021.324	249,55
2001¹	4.809.788	4.582.292	95,27%	4.971.050.712	262,51
Média 1990-94	3.751.802	3.544.132	94,46%	2.688.266.826	204,56
Média 1995-01	4.501.583	4.416.323	98,11%	4.687.579.325	242,61
Variação %	19,98	24,61	3,85	74,37	18,60

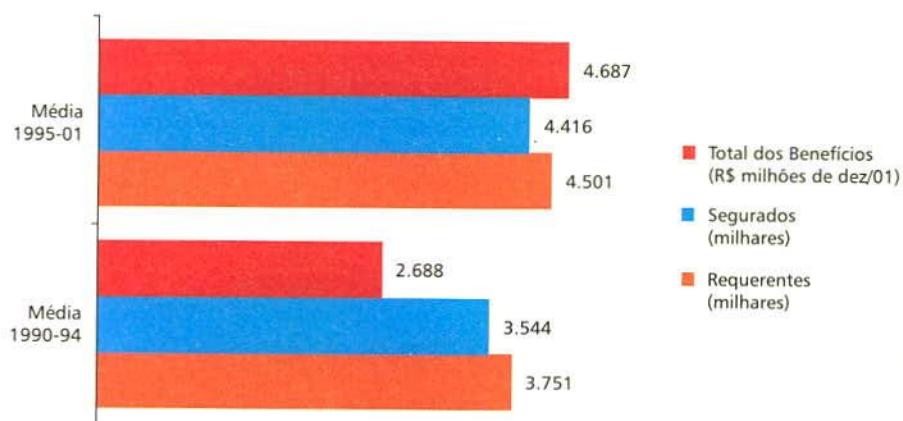
Fonte: CGSDAS/DES/SPPE/Ministério do Trabalho e Emprego

(1) Execução de janeiro a novembro. A projeção para dezembro foi feita com base no desempenho médio do ano.

(2) A conversão para reais de dez.2001 foi feita com base no INPC, levando-se em conta as mudanças de unidade monetária ocorrida nos anos 90.

Considerando o período de 1995 a 2001, o número médio de parcelas pagas foi de 4,5 no valor de 1,55 salário mínimo, sendo que no período de 1990 a 1994 foi de 3,7 parcelas ao valor de 1,65 salário mínimo.

Na média de 1995 a 2001, tiveram acesso ao programa 4,4 milhões de trabalhadores por ano de um total de 4,5 milhões de requerimentos, ao custo anual de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões (em R\$ de dez.2001). O número de beneficiários no período supera a média do período de 1990 a 1994 em cerca de 20%, enquanto o dispêndio médio real cresceu 74%. Também o valor real médio do benefício apresenta um crescimento significativo da ordem de 18,6%.



Fonte: CGSDAS/DES/SPPE/MTE

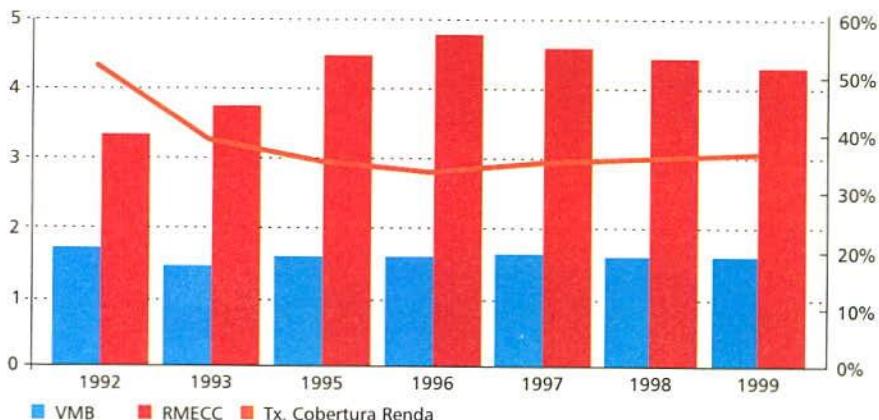
O aumento do volume de segurados reflete a elevação do patamar de demissões no segmento formal do mercado de trabalho e, também, a flexibilização dos critérios para a sua concessão. A partir da segunda metade da década de 1990, houve redução do tempo de vínculo empregatício necessário ao acesso do benefício.

Outro indicador de desempenho que revela a importância do seguro para os trabalhadores é a "taxa de cobertura do rendimento médio mensal do trabalhador assalariado com registro em carteira", que mede quanto da renda salarial é preservada para o conjunto dos trabalhadores dispensados imotivadamente no mercado de trabalho formal. No gráfico a seguir, compara-se o valor médio do benefício do seguro-desemprego (VMB) com a renda mensal dos empregados com carteira de trabalho assinada (RMECC), chegando-se à taxa de cobertura.

Observa-se que, na década de 1990, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, o pagamento do benefício do seguro-desemprego ajudou a preservar, em média, pouco mais de 1/3 da renda de salário do trabalhador do setor privado com carteira de trabalho assinada, dispensado sem justa causa, considerando a remuneração média mensal do trabalhador com carteira assinada.

Seguro desemprego

O aumento do volume de segurados reflete a elevação do patamar de demissões no segmento formal do mercado de trabalho e, também, a flexibilização dos critérios para a sua concessão.



Valor médio do benefício e rendimento médio do assalariado com carteira assinada (salários mínimos)

Em 2001, o seguro-desemprego passou a dar cobertura também ao empregado doméstico. A expectativa é que o número de beneficiários dessa nova modalidade não passe de cinco mil no primeiro ano de execução.

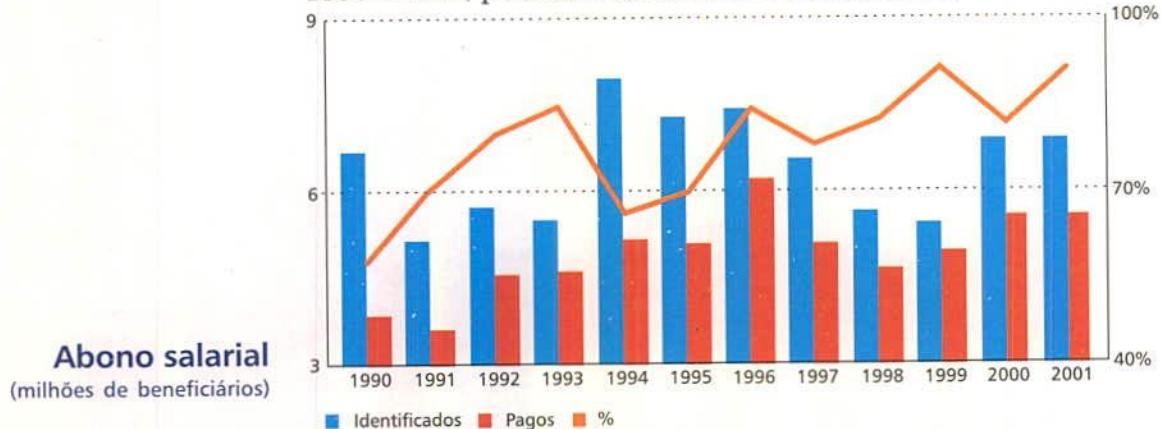
O segmento dos trabalhadores domésticos representa, de acordo com a PNAD de 1999, 7,4% da população ocupada, totalizando 5,3 milhões de trabalhadores. Destes, 1,3 milhão, ou seja, 25% possuem carteira assinada. A remuneração média mensal, em termos nominais, era de 1,24 salário mínimo. Trata-se de um segmento bastante desfavorecido, com um baixíssimo nível de renda e cuja subsistência depende totalmente do rendimento do trabalho.

Abono salarial: mais um salário

Outra iniciativa de assistência ao trabalhador é o pagamento anual de um salário mínimo, estendido a todo trabalhador da iniciativa privada ou do setor público que esteja inscrito no Programa de Integração Social – PIS ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP há mais de cinco anos, que tenha trabalhado pelo menos trinta dias para empregadores contribuintes do fundo de participação PIS/PASEP, e cuja remuneração média mensal não tenha superado dois salários mínimos no ano de referência.

No período de 1995 a 2001 foram atendidos, em média, 5,4 milhões de trabalhadores por ano, número 23% superior à média de trabalhadores assistidos no período de 1990 a 1994 (4,4 milhões).

O percentual de trabalhadores que receberam o pagamento do abono aumentou de um período para o outro, de 71% em média, entre 1990 e 1994, para 83% em média, de 1995 a 2001.



Abono salarial
(milhões de beneficiários)

Em 2001, 5,8 milhões de trabalhadores receberam o benefício do abono salarial.

Para 2001, dados preliminares de janeiro a dezembro indicam que 5,8 milhões de trabalhadores receberam o benefício do abono salarial, totalizando despesas para o FAT da ordem de R\$ 978 milhões. A previsão é de que 5,8 milhões de trabalhadores serão assistidos pelo abono em 2002, com dispêndio de R\$ 1 bilhão.

Calcula-se que o impacto do abono na renda anual do trabalhador beneficiado é, em média, 5%, o que é uma complementação significativa. No mês que é pago o benefício, o impacto na renda pode alcançar aproximadamente 70%, ou seja, o benefício do abono salarial funciona quase como um 14º salário.

Novas formas de gestão

Nova Carteira de Trabalho e Previdência Social

A Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, um documento indispensável para o trabalhador, agora também se ajusta à modernidade. A nova CTPS incorpora vários itens de segurança que dificultam as fraudes contra o seguro-desemprego, o FGTS e os benefícios previdenciários. Dentre esses itens de segurança estão a identificação do trabalhador por meio do número do PIS/PASEP e a digitalização da fotografia, assinatura e impressão digital do trabalhador.

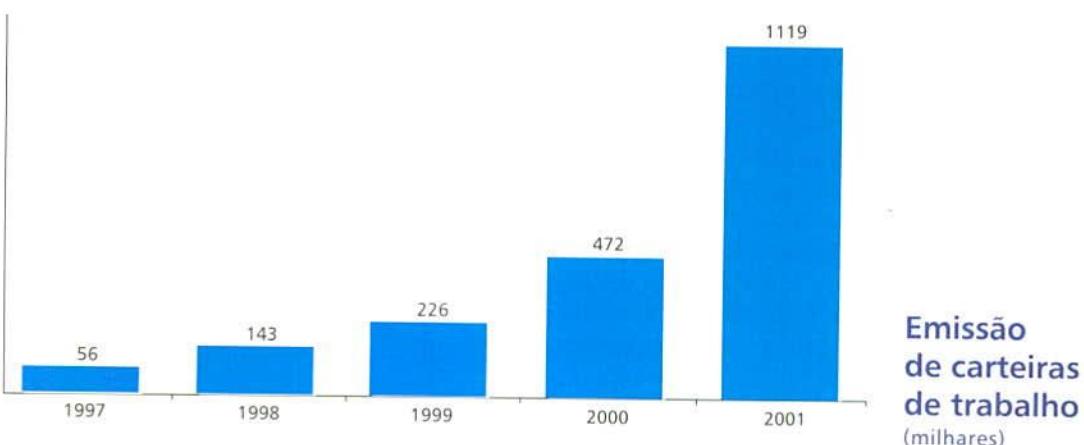
O projeto de implantação nacional do novo modelo da CTPS teve início em janeiro de 1997 e já está implantado na totalidade dos estados da Região Sul, em Roraima, Sergipe e Amapá, e nas capitais de Minas Gerais, Pará, Amazonas, Tocantins, Ceará, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Norte.

A conclusão das implantações está prevista para o ano de 2002 e abrangerá as capitais e interior dos estados ainda não implantados, incluindo os estados da Região Sudeste.

A emissão prevista para 2002 é de aproximadamente três milhões de Carteiras. No total, desde 1997 até 2001, aproximadamente 1,8 milhão de Carteiras do novo modelo já foram emitidas.

Após a implantação de todos os pontos emissores da nova CTPS, a expectativa será a emissão de cinco milhões de CTPS / ano.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da emissão da nova CTPS em todo o País desde o início da implantação do projeto.



O SIGAE é um instrumento de participação democrática que tem assegurado a melhoria da gestão, monitoramento e transparéncia na aplicação dos recursos do FAT.

Transparéncia das informações

O Sistema de Gestão Integrada de Ações de Emprego – Sigae é um instrumento de participação democrática que tem assegurado a melhoria da gestão, o monitoramento e a transparéncia da aplicação dos recursos do FAT. O sistema integra as ações de qualificação profissional, seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e informações ao trabalhador. Ele foi idealizado para possibilitar o acesso direto às informações em todo o País, tanto por parte dos usuários do Ministério, como por órgãos de controle e pelo público em geral. O acesso ocorre através da Internet e permite consultas sobre os recursos repassados a todos os estados e parceiros, os recursos disponíveis em cada município, a relação das entidades executoras, a programação de cursos e a lista dos inscritos nas ações de qualificação em todos os municípios do País.

Melhorando o atendimento

Por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo está implantando a Agência Modelo de Atendimento ao Trabalhador, vinculada às Delegacias Regionais do Trabalho nos estados. Essas agências estão sendo localizadas estratégicamente, em função da alta concentração de usuários, e projetadas para disponibilizar serviços aos trabalhadores, empregadores e sindicatos, relativos à área do trabalho e do emprego nas regiões metropolitanas. O objetivo é assegurar um atendimento ágil e eficaz, com alto padrão de qualidade, em ambientes confortáveis e funcionais.

As primeiras unidades já estão funcionando nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Até o final de 2002, está prevista a implantação de outras unidades nas regiões metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, São Luís e Manaus.

O padrão de excelência das agências servirá como parâmetro para o aperfeiçoamento do atendimento ao trabalhador em toda a rede de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego.

Consultas pela Internet

O trabalhador já pode obter na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet (<http://www.mte.gov.br>) informações sobre a aprovação e valor de seu benefício do Seguro-Desemprego, data de liberação da parcela, local de pagamento, bem como orientações quanto aos procedimentos a serem tomados, caso o pedido tenha sido negado por insuficiência de comprovação. A página disponibiliza também a legislação em vigor e dados estatísticos que permitem ao cidadão um acompanhamento das ações do Ministério.

Aliada a essas medidas, o sistema de Ouvidoria do MTE foi criado para dar voz ao usuário dos serviços desta instituição.

Atendimento ao cidadão

A Central de Atendimento “Alô Trabalho”, em funcionamento desde 1997, tem como objetivo a prestação de informações por telefone aos trabalhadores, em âmbito nacional, permitindo atuar de forma interativa e eficaz, mediante o acesso às informações e serviços prestados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e suas unidades descentralizadas.

A Central de Atendimento “Alô Trabalho”, em funcionamento desde 1997, atendeu cerca de 5,1 milhões de ligações durante o ano de 2000 e até junho de 2001.

O serviço, prestado de forma gratuita, atendeu cerca de 5,1 milhões de ligações durante o ano de 2000 a junho de 2001. Em 2002, com vistas a atender à crescente demanda, o sistema terá sua capacidade expandida para 10,3 milhões de ligações.

Aperfeiçoando a legislação trabalhista

O Governo apresentou, ao longo dos últimos seis anos, várias propostas de alteração da legislação trabalhista, com vistas a adequá-la aos novos padrões de relação entre capital e trabalho. A tônica desse conjunto de propostas é o reforço à via negocial para a solução dos conflitos inerentes às relações de trabalho.

- Desindexação salarial e outras medidas complementares ao Plano Real – originalmente na forma de Medida Provisória nº 1.053, de junho de 1995, hoje Lei nº 10.192, de 2001.
- Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa (PLR) – reeditada como Medida Provisória durante quase seis anos e transformada na Lei nº 10.101, de 2000.
- Banco de horas – mecanismo já previsto na própria CLT, o seu período de vigência, originalmente de uma semana, foi estendido, em 1998, alcançando hoje doze meses (Lei nº 9.601, de 1998, Medida Provisória nº 1.709, de 1998, e suas reedições).
- Novo contrato de trabalho por prazo determinado – Lei nº 9.601, de 1998, com alterações no prazo de vigência por meio da Medida Provisória cuja reedição mais recente é a de nº 2.164-41, de 2001.
- Regime de trabalho a tempo parcial – (Medida Provisória nº 1.709, de 1998, e suas reedições) para uma jornada não superior a 25 horas semanais, são preservados os direitos trabalhistas, inclusive o valor do salário, proporcional à jornada em relação aos empregados de mesma função em tempo integral; essa modalidade, de certo modo, proporciona redução da folha de pagamento, pois, embora o valor da hora trabalhada seja igual, o total de horas é menor; é recurso que pode atender a segmentos do mercado de trabalho cuja necessidade de auferir renda coexiste com outras demandas, como estudantes ou mães com filhos pequenos, por exemplo.
- Suspensão do contrato de trabalho com qualificação profissional – (Medida Provisória nº 1.709, de 1998, e suas reedições) alternativa importante à demissão e à rotatividade no emprego: a empresa não rescinde, mas suspende, por período de dois a cinco meses, o contrato de trabalho, oferecendo ao trabalhador curso de qualificação profissional de igual duração. O trabalhador com contrato suspenso passa a receber uma bolsa-qualificação,

custeada pelo FAT, nos moldes do seguro-desemprego quanto a periodicidade, valores, número de parcelas etc., facultada à empresa a extensão, a esse empregado, do benefício do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

- Mesas de Entendimento – esse mecanismo de fiscalização, de caráter pedagógico, não punitivo, busca o estabelecimento de um termo de compromisso para a regularização da situação que suscitou a ação fiscal, por meio de entendimentos entre a fiscalização, a parte fiscalizada e a que se quer proteger, (IN SEFIT/SSST/ MTE nº 13, de 1999, com nova redação dada pela IN SIT nº 18, de 2000; MP 1879-17, de 1999, e suas reedições, sendo a última de nº 2.164-41, de 2001);
- Comissão de Conciliação Prévia – com a Lei nº 9.958, de 2000, abriu-se a possibilidade legal da criação de instâncias extrajudiciais de solução dos conflitos trabalhistas, que evoluíram para as comissões de conciliação prévia, que estimulam a conciliação, reduzem custos indiretos para as empresas e permitem uma solução mais ágil e rápida para conflitos trabalhistas. São quatro tipos de comissões: intersindical; sindicato e empresa; por empresa; por grupo de empresas. O Ministério do Trabalho e Emprego tem cadastradas, previstas ou instaladas 1.004 comissões de conciliação prévia espalhadas pelo Brasil. Está prevista a instalação de 1.500 comissões até o final de 2002, contribuindo para o desrepresamento de processos no judiciário trabalhista, bem como para o dinamismo na resolução de conflitos laborais.
- Rito sumaríssimo – a Lei nº 9.957, de 2000, instituiu o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista para os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta salários-mínimos, o equivalente, hoje, a R\$ 7,2 mil, excluídas as demandas em que é parte a administração pública. O rito sumaríssimo reduz prazos e desburocratiza procedimentos, conferindo maior celeridade à tramitação judicial, além de estimular a conciliação. De acordo com dados do TST, de janeiro a setembro de 2001, cerca de 46% das reclamações trabalhistas que chegaram aos 24 TRTs foram resolvidas por meio do rito sumaríssimo.
- Extinção do juiz classista – a extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, por meio da Emenda Constitucional nº 24, de 1999, poupará ao Tesouro R\$ 200 milhões anuais. A medida, ademais, contribui para a definição de um novo perfil da Justiça do Trabalho, mais técnico e jurídico, que se revelará à medida que findarem os mandatos dos remanescentes juízes classistas.
- Aprendizagem dos jovens – a Lei nº 10.097, de 2000, contempla o entendimento de que os programas de formação profissional devem ser ampliados para além dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, incluindo, assim, as Escolas Técnicas de Educação e as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional. Dispõe, ainda, sobre o contrato de aprendizagem, seus termos e condições, garantindo ao aprendiz o salário mínimo por hora e a duração do

trabalho não superior a seis horas diárias, vedadas a prorrogação e a compensação de jornada. O contrato está condicionado à freqüência escolar do jovem e à inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metodológica. Em razão da especificidade desse contrato, a alíquota relativa ao recolhimento do FGTS ficou reduzida para 2%. Essa iniciativa beneficiará cerca de sete milhões de jovens entre 14 e 16 anos.

- Condomínio de empregador – é a união de produtores rurais, pessoas físicas, com a finalidade de contratar trabalhadores rurais, que prestarão serviços exclusivamente para seus condôminos. Projeto de Lei nº 3.811, de 2000, alterando a Lei nº 5.889, de 1973, dispõe sobre o trabalho rural: aperfeiçoa o chamado condomínio de empregadores rurais, cuja implementação está resultando na formalização de centenas de milhares de empregos; somente no biênio 2000-2001, com o estímulo do Ministério do Trabalho e Emprego, foram formados 95 condomínios, o que corresponde à formalização de cerca de 62,2 mil trabalhadores, envolvendo 2.848 produtores rurais.
- Desoneração de benefícios – refere-se à Lei nº 10.243, de 2001, que exclui da duração do trabalho o tempo necessário à marcação do ponto e as horas *in itinere*, bem como visa a melhor regular a jornada do trabalhador e a não-incidência de encargos sobre benefícios concedidos pelo empregador, tais como transporte, educação, assistência médica e odontológica, previdência privada, seguros de vida, vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado, estimulando, assim, a concessão, pelos empregadores, de tais benefícios aos empregados.
- Inserção do deficiente físico – Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, uma das prioridades do Governo, já que o trabalho é o meio mais eficaz para promover essa ação em prol do desenvolvimento pessoal do deficiente. O objetivo da definição das modalidades de inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho, como a “colocação seletiva”, é potencializar parcerias para a capacitação e para o emprego, mediante a intermediação de mão-de-obra por entidades especializadas, o que gerará novas oportunidades de trabalho para esses cidadãos.
- Fortalecimento do poder negocial dos sindicatos -- (Aprovado na Câmara como Projeto de Lei nº 5.483, de 2001; tramita no Senado como Projeto de Lei Complementar nº 134, de 2001) Fortalecimento do processo negocial e reforço à autonomia das entidades sindicais, com a perspectiva de que os termos da negociação coletiva possam prevalecer sobre o disposto na legislação. Direitos constitucionais, dentre outros, não podem ser negociados.

O grande esforço de trabalhadores, empregadores e Governo resultou na aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Complementar nº 110, de 2001, a qual transformou o maior contencioso do mundo, envolvendo cerca de R\$ 40 bilhões, no maior acordo do mundo: para não paralisar o

sistema judiciário brasileiro, o Poder Executivo conseguiu articular um acordo para o pagamento do complemento de atualização monetária do FGTS relativo aos planos econômicos Verão e Color I.

Inspeção do trabalho

Está em andamento o Programa **Trabalho Legal**, que tem como objetivos assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas e estimular a negociação e a cooperação entre trabalhadores e empregadores. A inspeção do trabalho vem desenvolvendo ações de combate à informalidade, combinando a fiscalização do trabalho com mecanismos para facilitar a regularização da situação de trabalhadores nas empresas, tais como as mesas de entendimento e o consórcio de empregadores.

A intensificação da fiscalização conseguiu registrar no período de 1996 a 2001 um total de 2,1 milhões de trabalhadores, inicialmente desprotegidos.

O impacto da fiscalização do trabalho sobre o FGTS elevou a arrecadação de R\$ 600 milhões mensais, em 1995, para uma média superior a R\$ 1,5 bilhão mensais em 2001.

A fiscalização do trabalho também teve impacto sobre o FGTS. A arrecadação global, que tinha uma média de R\$ 600 milhões mensais em 1995, alcançou em 2001 uma média superior a R\$ 1,5 bilhão mensais.

Para 2002, pretende-se ampliar o número de registros de trabalhadores por meio da ação fiscal e aumentar os níveis de arrecadação das contribuições sociais. Para tanto serão buscadas parcerias com outros órgãos que tenham um papel na melhoria das condições de trabalho da população.

Nº fiscais	Empresas fiscalizadas	Empregados alcançados	Empresas Autuadas	Empresas fiscalizadas / fiscal	
				Média anual	Média mensal
1990	3.285	414.875	22.721.411	82.521	126,29
1991	2.948	327.398	18.784.232	85.963	111,05
1992	2.531	321.741	19.746.980	87.868	127,12
1993	2.356	384.562	23.815.673	112.949	163,22
1994	2.139	407.732	23.650.843	100.632	190,61
1995	1.960	420.893	19.070.982	94.208	214,74
1996	2.774	404.755	15.955.168	91.852	145,91
1997	2.589	369.315	17.075.038	107.962	142,64
1998	2.398	315.605	18.014.488	94.801	131,61
1999	2.470	347.380	17.842.511	88.297	140,63
2000	2.420	353.617	19.116.793	83.246	146,12
2001	2.399	296.741	17.707.443	81.057	123,69
Total	4.364.614	233.501.562	1.111.356		

Fonte: MTE

Combatendo o trabalho forçado

Outra iniciativa da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego é o Programa **Erradicação do Trabalho Escravizado e Degradante**. O trabalho escravo é caracterizado pela contínua violação de seus direitos mais elementares, e também pelas ameaças, muitas vezes ostensivas, de violência. O maior instrumento de ação do Ministério do Trabalho e Emprego é o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que atua em todo o País atendendo denúncias de trabalho escravo. Desde 1995, quando foi criado, o grupo libertou cerca de 3.500 trabalhadores.

Desde 1995, quando foi criado, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel libertou do trabalho escravo cerca de 3.500 trabalhadores.

	N.º de Ações	Estabelecimentos Fiscalizados	Trabalhadores Alcançados	Trabalhadores Libertados	Prisão Responsáveis
1995	12	83	26.242	150	11
1996	28	237	76.238	288	-
1997	21	129	29.971	220	-
1998	18	64	6.656	119	2
1999	19	123	6.713	639	2
2000	26	120	11.873	583	1
2001	33	317	7.852	1.433	3
Total	157	943	165.545	3.432	19

Fonte: MTE

Trabalho seguro e saudável

O Governo intensificou as ações de fiscalização e prevenção destinadas a diminuir a incidência dos acidentes e doenças decorrentes da atividade ocupacional, bem como assegurar a melhoria dos ambientes e condições de trabalho. O objetivo principal tem sido a redução da taxa de mortalidade por acidentes de trabalho e da taxa de morbidade por agravos decorrentes do trabalho.

Com a implementação do Programa **Trabalho Seguro e Saudável** e do **Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP**, esse objetivo vem sendo alcançado. Entre 1998 a 2000, houve uma redução de 23% na taxa de mortalidade, sendo 22% na morbidade decorrente de acidentes de trabalho e 41% na morbidade decorrente de doença do trabalho.

Entre 1998 a 2000, houve uma redução de 23% na taxa de mortalidade, sendo 22% na de morbidade decorrente de acidentes de trabalho e 41% na morbidade decorrente de doenças do trabalho.

	Acidentes / 1.000 Empregados	Doenças do Trabalho / 10.000 Empregados	Mortalidade/ 100.000 Empregados
1998	21,55	15,86	19,73
1999	19,98	12,32	20,07
2000	16,88	9,39	15,19

Fonte: MTE

Para alcançar esses resultados, tem sido de fundamental importância a adoção de modelos alternativos e novas abordagens da fiscalização, na busca da otimização e efetividade: fiscalização com acompanhamento sindical; notificação coletiva; fiscalização anunciada; emissão de ordens de serviços dirigidas; fiscalização indireta; valorização do embargo e interdição; realização de acordos intersetoriais; realização de negociação coletiva por câmaras setoriais e mesas de entendimento.

	Fiscalizações	Trabalhadores Alcançados	Trabalhador /ação fiscal
1996	101.112	10.946.561	108,26
1997	140.799	10.845.999	77,03
1998	160.950	14.755.427	91,68
1999	163.882	14.690.313	89,64
2000	139.515	12.856.076	92,15
2001	127.414	13.086.067	102,71

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – DSST/SIT/IMTE.

Na área de segurança e saúde do trabalhador, a meta para 2002 é realizar 160 mil inspeções, com o intento de garantir efetividade nesse processo.

Trabalhador bem alimentado

No período de 1994 a 2000, foi de 120% o aumento no número de empresas que aderiram ao PAT, com um incremento de 41% no número de trabalhadores beneficiados nesse período.

Por meio do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT as empresas são estimuladas a fornecer alimentação ao trabalhador, permitindo a dedução das despesas no imposto de renda devido em até 4%. Melhorando as condições nutricionais dos trabalhadores, o PAT garante ganhos de qualidade de vida, de produtividade e contribui para a redução dos acidentes no trabalho. O número de empresas que aderiram ao programa atingiu 95 mil no ano 2000, beneficiando aproximadamente 7,5 milhões de trabalhadores. No período de 1994 a 2000, foi de 120% o aumento no número de empresas que aderiram ao PAT, com um incremento de 41% no número de trabalhadores beneficiados nesse período.

	Trabalhadores Beneficiados	Empresas Participantes
1992	5.453.378	36.343
1993	5.831.078	38.832
1994	5.376.322	43.265
1992/1994	-1,41%	+19,04%
1995	5.776.633	54.208
1996	6.022.186	65.083
1997	6.134.623	68.994
1998	6.537.354	73.020
1999	6.605.271	73.339
2000	7.585.313	95.325
1995/2000	+31,31%	+75,86%
2001	8.100.000	105.000

Fonte: MTE

Para 2002, estima-se que esses números sejam de 120 mil empresas com 9,7 milhões de beneficiários. A meta para 2003 é alcançar 135 mil empresas e doze milhões de trabalhadores.

Programa de alimentação do trabalhador

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Desde que surgiram os primeiros movimentos sociais de luta pela terra, como as Ligas Camponesas em 1945, a questão agrária tem sido um dos maiores desafios para os governantes no Brasil. A estrutura agrária brasileira tem raízes num Brasil Colonial que se desenvolveu a partir da grande propriedade, do latifúndio. O sistema de capitâncias hereditárias, que permitia aos súditos da Coroa Portuguesa a exploração econômica da terra, e o regime de sesmarias, que entregava grandes porções de terras a quem se dispusesse a explorá-las, foram determinantes para a concentração fundiária verificada no País.

Na década de 1960, as pressões dos agricultores sem terra e minifundiários e da opinião pública conseguiram incluir a reforma agrária entre as prioridades do Governo na década de 1960. Os esforços daí decorrentes, no entanto, tiveram pouco efeito. Mesmo com a criação da Superintendência de Política Agrária, em 1962, a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, a criação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, em 1970, e os vários programas de desenvolvimento implementados, persistiram as pressões por uma reforma agrária justa e efetiva.

Esse cenário mudou decididamente, a partir de 1995, em função de um conjunto de iniciativas deste Governo. O trabalhador está tendo acesso à terra numa escala nunca antes vista no Brasil e sem paralelo no mundo em países democráticos. Além disso, em conexão com a distribuição de terras, a agricultura familiar passou a ser apoiada numa escala igualmente sem precedentes, tornando-se a principal aliada da reforma agrária e do pequeno produtor.

A estrutura agrária brasileira tem raízes num Brasil Colonial que se desenvolveu a partir da grande propriedade, do latifúndio.

A partir de 1995, o trabalhador está tendo acesso à terra numa escala nunca antes vista no Brasil e sem paralelo no mundo em países democráticos.

Novo mundo rural

O **Programa Novo Mundo Rural** nasceu da conjugação desses dois instrumentos de justiça social no campo – a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar. Um único ministério passou a se responsabilizar, a partir de 1999, por todas as ações do Governo Federal voltadas para a mudança da realidade fundiária brasileira, incluindo o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e o **Programa Banco da Terra**, que conta com recursos do Fundo de Terras e da reforma agrária. Essa reestruturação resultou em maior eficiência, agilidade e eficácia na concessão de financiamentos, considerável redução na grilagem de terras e na violência no campo e o fim das superindenizações.

Critérios para a obtenção de terras

A partir da definição das diretrizes do **Novo Mundo Rural**, o Incra passou a ter a preocupação de só obter terras com qualidade, além de estabelecer parâmetros de custos para investimentos e propici-

ar ao novo agricultor uma visão abrangente do processo, possibilitando o desenvolvimento sustentado do seu empreendimento.

São elementos imprescindíveis à obtenção de terras e à implantação dos projetos de assentamento:

- análise de mercado e dos sistemas produtivos potenciais como pressuposto para obtenção fundiária;
- capacitação básica das famílias beneficiárias; formulação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento;
- obtenção de licença ambiental; execução dos serviços topográficos relativos à organização espacial definida no Plano de Desenvolvimento Sustentado do Assentamento;
- outorga de títulos de domínio;
- prestação de serviços de assistência técnica;
- construções habitacionais;
- implantação de infra-estrutura básica;
- concessão de crédito para implantação de atividades produtivas.

Os assentamentos

Em sete anos deste Governo, mais de 565 mil famílias foram assentadas. Nos trinta anos anteriores, foram assentadas 218 mil famílias.

A realidade no campo, hoje, apresenta mudanças sensíveis em relação ao passado de expansão do latifúndio e esmagamento do minifúndio. Em sete anos deste Governo, mais de 565 mil famílias foram assentadas em cerca de 4.275 projetos de assentamentos criados e mais de dezenove milhões de hectares de terras foram obtidos. Nos trinta anos anteriores, até 1995, foram assentadas 218 mil famílias. Esta nova realidade tira o Brasil das primeiras posições do ranking dos países com pior distribuição de terras do continente americano; saímos da 5^a para a 12^a colocação. Hoje estamos na 9^a posição entre os 22 países do continente americano de maior concentração. A meta para o ano de 2002 é assentar em torno de cem mil famílias, seja pelo instituto da desapropriação ou obtenção fundiária, pelo Incra, ou por meio do crédito fundiário do Banco da Terra. O Brasil está realizando – em plena democracia, sem atropelos nem arranhões ao Estado de Direito – a maior reforma agrária do mundo.

A consciência de que não basta viabilizar o acesso à terra tem levado o Governo a ampliar sistematicamente os programas de sustentabilidade nos assentamentos e grupamentos de pequenos produtores, propiciando assistência técnica, capacitação de técnicos, consciência ecológica, apoio à comercialização, obras de infra-estrutura e educação para jovens e adultos nos assentamentos de reforma agrária.

Banco da Terra

O Banco da Terra financia a terra e a infra-estrutura básica para trabalhadores rurais que queiram tornar-se proprietários.

O instituto da desapropriação não é mais o único meio de o agricultor obter a terra. Foi criado, pela Lei Complementar nº 93, de 1998, o Programa Banco da Terra, que financia não só a terra, mas também a infra-estrutura básica para trabalhadores rurais que queiram tornar-se proprietários. Hoje, é mais fácil fixar-se no

campo porque estamos dando melhores condições de acesso ao crédito e financiamento.

O Banco da Terra concorre para tornar a reforma agrária mais rápida, barata e democrática. A necessidade de realizar uma ampla reforma agrária no Brasil é, há tempos, consenso na sociedade. O Banco da Terra está inserido nesse contexto por propiciar o acesso à terra de forma inovadora, por sua capacidade de geração imediata de ocupação e renda, pela distensão das relações sociais no campo e pela redução do fluxo migratório rural-urbano, proporcionando o cumprimento eficiente das funções clássicas da pequena unidade de produção, fixando o homem no campo.

De outubro de 1999 a dezembro de 2001, foram atendidas pelo Banco da Terra quarenta mil famílias, com um investimento total de R\$ 681 milhões e uma área de 760 mil hectares em imóveis adquiridos. O sucesso da experiência projeta, para 2002, o atendimento de mais 24 mil famílias, com investimentos da ordem de R\$ 398,3 milhões.

Foram atendidas pelo Banco da Terra quarenta mil famílias, com um investimento total de R\$ 681 milhões e uma área de 760 mil hectares em imóveis adquiridos.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

Criado por este Governo, o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf** fornece crédito com juros favorecidos aos agricultores familiares e às cooperativas e associações de produção de agricultores familiares. Os recursos podem ser usados no custeio da safra e da atividade pecuária ou em investimentos, como a compra de máquinas, equipamentos agrícolas, bens de produção e outros itens de infra-estrutura indispensáveis ao empreendimento agropecuário e não-agropecuário do estabelecimento, como turismo rural e artesanato.

Além disso, o Pronaf apóia a instalação de infra-estrutura e serviços essenciais para fortalecimento da agricultura familiar, em municípios mais pobres e com concentração de agricultores familiares. Tais obras e serviços são executados pelas prefeituras municipais e aprovadas e acompanhadas pelos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, garantindo o controle social do Programa.

Com o Pronaf, pela primeira vez na história do País, os agricultores familiares tiveram acesso ao crédito bancário. Isto fez dele um dos principais programas do Governo na área de desenvolvimento rural. Ele está criando novas perspectivas para cerca de 1,5 milhão de pequenas propriedades rurais, gerando emprego e renda e consolidando a cidadania no campo. Favorece, ainda, a desconcentração do desenvolvimento econômico, o que traz benefícios, não só ao meio rural, como também às pequenas e médias cidades do interior.

Com o Pronaf, pela primeira vez na história do País, os agricultores familiares tiveram acesso ao crédito bancário.

De 1995 a 2001, foram contratadas pelo Pronaf mais de 4,2 milhões de operações, com a aplicação de mais de R\$ 10 bilhões.

Evolução das operações do Pronaf –

Crédito Rural

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Total de Operações	332.827	496.550	709.906	802.849	969.727	909.802	4.221.661
Valor Aplicado (R\$ mil)	649.796	1.637.440	1.814.972	1.829.732	2.188.655	2.151.068	10.271.663

Fonte: MDA

A partir de 1999, quando foi transferido para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf passou a ser chamado de **Pronaf Planta Brasil**. Desde então, ele vem ampliando os benefícios aos agricultores familiares, seja no apoio à implantação de infra-estrutura em municípios, seja no apoio à capacitação, na assistência técnica e extensão rural ou no financiamento de atividades produtivas dos agricultores familiares, que vem proporcionando créditos a juros fixos de 4% ao ano para mais de 1,3 milhão de famílias a cada ano. Em 2001, foram capacitados em gestão social cerca de 27.400 agricultores, técnicos, conselheiros e líderes rurais, buscando assegurar, cada vez mais, o controle social do programa.

Brasil - Recursos aplicados, número de municípios beneficiados e números de famílias beneficiárias do Pronaf Infra-estrutura e serviços municipais

Ano	Nº Municípios	Nº Beneficiários.	Valor (R\$ 1,00)
1997	461	375.000	69.000.000
1998	712	479.000	88.000.000
1999	1.006	817.000	150.000.000
2000	916	800.000	152.000.000
2001*	1.253	1.028.000	145.000.000

Fonte: MDA

*Inscritos em restos a pagar.

O fortalecimento da agricultura familiar é a base para o desenvolvimento sustentável dos pequenos municípios brasileiros. Cerca de 70% dos municípios têm menos de vinte mil habitantes e a maioria tem na agricultura familiar sua base econômica e social.

Para que realmente possamos avançar para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, a educação e a formação profissional dos agricultores familiares são consideradas pontos de partida. O apoio do **Pronaf Planta Brasil** a jovens agricultores, às mulheres agricultoras e às formas alternativas de produção tem contribuído de forma efetiva para consolidação desses objetivos.

Combate à grilagem de terras

A grilagem de terras, que tem origem na falta de controle e fiscalização sobre os registros públicos, sofreu um golpe de morte neste Governo. O combate à grilagem nunca foi fácil, visto que ela ocorre, muitas vezes, com a conivência de cartórios de registros imobiliários que registram áreas superpostas ou criam registros sem procedência.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário vem agindo com rigor para combater a grilagem. A Portaria nº 558, de 1999, determinou o recadastramento de 3.065 imóveis rurais com área superior a dez mil hectares. Isto resultou no cancelamento do registro irregular de 63 milhões de hectares, uma área equivalente aproximadamente a 7,5% do território nacional.

Graças a esta medida, à ação do Ministério Público Federal e à decisão da Justiça, o maior latifundiário do Brasil foi preso em Manaus. Ele alegava ter o registro da propriedade de 1,5% do território brasileiro.

O recadastramento de 3.065 imóveis rurais com área superior a dez mil hectares provocou o cancelamento do registro irregular de 63 milhões de hectares, área equivalente a 7,5% do território nacional.

Sistema público de registro de terras

A Lei nº 10.267, de 2001, que cria o Sistema Público de Registro de Terras, tem como objetivo dar maior transparência aos registros cartoriais e imobiliários, garantindo aos proprietários a legitimidade quanto ao domínio do imóvel. Ela impede o uso de mecanismos que possibilitavam a grilagem de terra no País, ao introduzir a uniformização e a articulação de todos os cartórios de registro de terras com o Incra.

Os cartórios serão obrigados a enviar mensalmente ao Incra qualquer alteração nas matrículas, como mudança de titularidade, remembramento, desmembramento, parcelamento, modificação de área, loteamento e alterações relativas a aspectos ambientais. Em contrapartida, o Incra encaminhará mensalmente aos cartórios o código do imóvel para fazer constar na matrícula. As infrações cometidas pelos titulares ou prepostos dos cartórios poderão levá-los a responder administrativa, civil e criminalmente.

Fica criado o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, gerenciado conjuntamente pelo Incra e a Secretaria da Receita Federal, onde os imóveis rurais passam a ser identificados por meio de um código único, propiciando o cruzamento de informa-

Os cartórios serão obrigados a enviar mensalmente ao Incra qualquer alteração nas matrículas dos imóveis.

Medidas administrativas
podem cancelar
matrícula e registro de
terrás públicas que forem
objeto de apropriação
indevida.

ções do Incra, da Secretaria da Receita Federal, dos cartórios e demais órgãos participantes, como Ibama, Funai e órgãos estaduais de terras.

Mediante medidas administrativas, será possível a União, Estado, Distrito Federal ou Município prejudicado requerer o cancelamento da matrícula e do registro na forma prevista em lei, quando verificado que terras públicas foram objeto de apropriação indevida por quaisquer meios, inclusive decisões judiciais, à vista de prova da nulidade identificada. O litígio de terras públicas da União com o setor privado passa, também, com a nova lei, para a esfera da Justiça Federal.

O primeiro passo que o Governo Federal deu para a implementação da nova lei foi a constituição de um grupo de trabalho formado por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Fazenda, Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras – Anoter, Associação dos Notários e Registradores – Anoreg, Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB, Ibama, Funai e Serviço de Patrimônio da União – SPU. Esse grupo elaborou uma proposta de minuta do decreto regulamentador e definirá as estratégias de estruturação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, que busca unificar os dados dos diversos cadastros de imóveis rurais. O prazo para o término do trabalho encerra-se no mês de junho de 2002.

A lei prevê que a localização geográfica e a área total do imóvel serão determinadas com a exigência do memorial descritivo georreferenciado. Isto facilitará a definição da malha fundiária brasileira, evitando fraudes e superposição de áreas. Os proprietários de imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais estão isentos de qualquer custo financeiro para a elaboração do memorial descritivo e da planta georreferenciada.

Ouvidoria agrária

Em 1999, o Governo criou a Ouvidoria Agrária Nacional, com o objetivo de prevenir e diminuir os conflitos agrários.

Outra grande conquista, fruto do diálogo e de mecanismos legais, foi a redução da violência, das mortes e das invasões de terra no campo brasileiro. Em 1999, o Governo criou a Ouvidoria Agrária Nacional, com o objetivo de prevenir e diminuir os conflitos agrários. O trabalho é feito em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, com o Poder Judiciário, o Ministério Público, as secretarias de segurança pública, a Ordem dos Advogados do Brasil, as defensorias públicas e as procuradorias-gerais dos estados, entre outros.

A Ouvidoria Agrária Nacional implantou, com a ajuda dos governos e dos poderes judiciais estaduais, ouvidorias nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná. Dados da Comissão Pastoral da Terra mostram que, em 1985, 180 trabalhadores rurais haviam sido assassinados. As iniciativas des-

te Governo na área da reforma agrária concorreram para reduzir expressivamente a violência no campo. Em 2001, houve quatorze mortes por razões ligadas à questão agrária.

Resultados das ações de combate às invasões no campo

A aplicação de mecanismos legais mais rigorosos contribuiu sensivelmente para a queda no número de invasões de propriedades rurais. A Medida Provisória nº 2.183, de 2001, determinou que imóvel que for objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário não será vistoriado, avaliado ou desapropriado para fins de reforma agrária nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência.

A Portaria nº 101, de 2001, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, exclui do **Programa Reforma Agrária** do Governo Federal as pessoas que forem efetivamente identificadas como participantes diretos ou indiretos de invasões ou esbulhos de imóveis rurais.

A legislação rigorosa, aliada a uma política de apoio ao trabalhador rural assentado, já deu resultados: quanto a invasões de terras, houve considerável redução nos últimos sete anos. As invasões, que em 1997 chegaram a 502, em 2001 foram reduzidas para 157.

Participantes de invasões de imóveis rurais são excluídos do Programa Reforma Agrária do Governo Federal.

Novos procedimentos na reforma agrária

Acesso direto à terra

Uma parceria entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Ministério do Desenvolvimento Agrário garante outro benefício aos trabalhadores rurais. Desde dezembro de 2000, as agências dos Correios de todo o Brasil estão cadastrando os cidadãos interessados em ingressar no **Programa Reforma Agrária**. Isto concorre para democratizar ainda mais o acesso à terra. Pode-se também acompanhar o andamento do pré-cadastro pela internet.

O resultado foi imediato. Mais de 693 mil pessoas compareceram, desde dezembro de 2000, às doze mil agências dos Correios em 26 estados e no Distrito Federal. Destas, mais de 97 mil pessoas inscritas já foram entrevistadas e encontram-se em fase de seleção para assentamento.

Mais de 693 mil pessoas compareceram às doze mil agências dos Correios para cadastrarse no programa de reforma agrária.

Sistema cidadão

O Sistema de Informação e Acompanhamento da Aplicação dos Recursos Públicos, lançado em agosto de 2000, em parceria com a Caixa Econômica Federal, vem permitindo maior controle nas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário quanto à transferência de recursos para as obras de infra-estrutura na reforma agrária (Incra) e agricultura familiar (Pronaf). São recursos destinados a construção de estradas vicinais, açudes, poços artesianos, armazéns, eletrificação rural, construção de casas etc.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário dissemina as informações obtidas da Caixa Econômica Federal pela mídia (Voz do Brasil, rádios locais e internet) e por cartas informatizadas enviadas às prefeituras, câmaras municipais e conselhos de desenvolvimento rural. Quarenta e cinco dias após a liberação dos recursos, o Ministério também envia cartas-resposta com porte pago, em formato de questionário, a cidadãos comuns, na proporção de um para cada grupo de quinhentos habitantes, para que também ajudem a promover a fiscalização das obras. Faltando sessenta dias para o término do convênio/contrato, o Ministério envia outra carta informatizada para as prefeituras e os responsáveis pelo projeto, lembrando-lhes do vencimento da prestação de contas. Ao disseminar essas informações sobre a liberação dos recursos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário solicita que lhe sejam relatadas eventuais irregularidades na execução dos projetos, além de orientar as próprias contabilidades das prefeituras. Sem prestar contas do dinheiro público, os municípios tornam-se inadimplentes e não poderão se beneficiar de novos convênios/contratos do Governo Federal e ainda terão de responder a tomadas de contas especiais do Tribunal de Contas da União – TCU.

A transparência no repasse e aplicação dos recursos reforça a certeza de que o dinheiro público está sendo aplicado corretamente e que, de fato, a vida das populações rurais está melhorando.

Programa empreendedor social

As metas estabelecidas pelo Governo para a reforma agrária em 1995 já foram alcançadas e superadas. Das muitas ações que concorreram para a realização das metas, cabe destacar o Projeto de Modernização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, instituição que já completou seus trinta anos. Uma das principais inovações do projeto de modernização do Incra foi a criação da figura do empreendedor social.

Os empreendedores sociais são servidores do Incra treinados para trabalhar, de forma inovadora, em contato direto com o trabalhador rural assentado. Estão em campo cerca de quinhentos empreendedores sociais, promovendo a integração das ações do desenvolvimento agrário nas localidades, sensibilizando e articulando instituições governamentais, não-governamentais, movimentos sociais, órgãos técnicos e a sociedade civil, além de participarem dos assentamentos nos foros formalmente constituídos.

Desta maneira, os empreendedores sociais também contribuem para tornar mais ágil a concessão e a utilização dos recursos técnicos, humanos e financeiros colocados pelo Governo e pela sociedade civil à disposição das famílias de trabalhadores rurais.

Conselho nacional de desenvolvimento rural sustentável

Criado em 1999, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS é um foro de representantes do Governo e da sociedade civil com a finalidade de elaborar e propor um plano de desenvolvimento sustentável do Brasil rural e adequar políticas

As metas estabelecidas para a reforma agrária em 1995 já foram superadas.

Dezessete estados já criaram seus conselhos de desenvolvimento rural sustentável.

públcas para a reforma agrária e a agricultura familiar. Um terço da população brasileira, 80% dos municípios e 95% do território estão inseridos nesse contexto, apresentando peculiaridades que vêm sendo consideradas no âmbito das instâncias estaduais (CEDRS) e municipais (CMDRS) do Conselho. Dezessete estados já criaram seus conselhos, entre eles Acre, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

Em suas câmaras técnicas, o CNDRS discute e avalia o mundo rural dentro da sua especificidade, visando a necessária diversificação das economias locais. Abre-se, assim, espaço para discutir questões relativas ao empreendedorismo, à saúde, educação, gênero e etnia, assistência técnica, pesquisa e capacitação, geração de renda e organização da produção, crédito rural e orçamento.

Maior expressão ganha essa dinâmica quando se sabe que a discussão se processa não apenas na esfera de governo, mas também da sociedade civil e dos movimentos sociais. A contribuição desses parceiros tem fortalecido o propósito do CNDRS, colocando o mundo rural sob o foco do respeito social, da dignidade humana e da democracia que são bandeiras deste Governo.

Programa de ações afirmativas: gênero, raça e etnia

A feminização da pobreza é uma realidade nos países com economia em transição e está diretamente relacionada com a falta de oportunidades de acesso ao crédito, à propriedade da terra, direito à herança, à educação, aos serviços de apoio e à sua mínima participação no processo de tomada de decisões. Pensando na inclusão de categorias sociais presentes no campo, foi instituído, em março de 2001, o **Programa de Ações Afirmativas** do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pioneiro no Governo Federal. O objetivo é promover a democratização das relações sociais e a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho e no campo, independente do sexo, raça, etnia e geração.

Entre as medidas tomadas pelo Ministério para melhoria da condição da mulher estão: Título da Terra, fornecido em nome do homem e da mulher; cadastramento da mulher como trabalhadora rural, a fim de garantir seus direitos previdenciários; 30% dos cargos de direção para servidoras do Ministério e do Incra até 2003; 30% de recursos dos créditos do Pronaf, preferencialmente, para mulheres trabalhadoras rurais; 30% de vagas para a capacitação e assistência técnica destinadas às mulheres trabalhadoras rurais.

Todo um trabalho de capacitação em gestão social, com enfoque de gênero para servidores e servidoras no nível dos estados, já vem sendo implementado desde 2001.

As diretrizes para a seleção e titulação de beneficiárias da reforma agrária, facilitando o acesso das trabalhadoras rurais à terra e aos

No âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, foram definidas diretrizes para facilitar o acesso das trabalhadoras rurais à terra e aos benefícios da Previdência Social.

benefícios da Previdência Social, foram definidas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Raça e etnia na reforma agrária

A comunidade quilombola de Boa Vista foi a primeira a ser beneficiada com o título de posse da terra, ainda em 1995.

Coube a este Governo colocar em prática o comando constitucional de 1988 que reconheceu aos habitantes das comunidades dos quilombos a propriedade das terras que ocupam tradicionalmente. A comunidade quilombola, de Boa Vista, em Oriximiná (PA), foi a primeira a ser beneficiada com o título de posse da terra, ainda em 1995, com uma área de 1,1 mil hectares.

O avanço concreto no processo de titulação deste Governo já atende a várias outras comunidades quilombolas. Trabalhar para incorporar o enfoque de raça e etnia nas políticas transversais do Ministério também é um grande desafio do **Programa de Ações Afirmativas**.

Como parte do **Programa de Ações Afirmativas**, a portaria assinada, em setembro de 2001 pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, determina a adoção de uma cota mínima de 20% para o preenchimento de cargos para negros e negras no Ministério. Até 2003, esse percentual deverá chegar a 30%. A medida também prevê que 20% do total de funcionários e consultores contratados por empresas prestadoras de serviços terceirizados e de organismos internacionais deverão ser preenchidos por profissionais negros. Os editais para o provimento de cargos de concursos públicos do Ministério e do Incra deverão incluir a cota de 20% das vagas disponíveis para candidatos negros.

Também foi criado, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Núcleo de Estudos Agrários de Gênero, Raça e Etnia. O objetivo é promover pesquisas multidisciplinares sobre as relações de gênero, raça e etnia nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar e no ambiente institucional.

Sala do cidadão

O atendimento digno e ágil ao beneficiário da reforma agrária levou à criação das Salas do Cidadão no Incra em todo o País. Esse programa de atendimento e orientação ao público é implementado por funcionários especialmente capacitados para atuar orientando, encaminhando, informando e dando respostas às demandas apresentadas.

Na Sala do Cidadão, o beneficiário é informado do andamento de processos do seu interesse e obtém informações gerais sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e seus órgãos.

Programas que mudaram a realidade do trabalhador rural

Programa de geração de emprego e renda rural

Executado pelo Ministério do Trabalho, o **Programa de Geração de Emprego e Renda Rural – Proger Rural** é um programa voltado ao desenvolvimento das atividades rurais dos pequenos produtores, de forma individual e coletiva. Foi criado em 1995 e destina recursos para a agroindústria, com vistas a aumentar a produção, melhorar a produtividade, criar postos de trabalho e fixar o homem no campo.

Previdência rural

É o maior programa rural de renda mínima do País. Mesmo que nunca tenha contribuído com o sistema previdenciário, o trabalhador faz jus ao benefício. O programa garante aposentadoria e pensão a mais de seis milhões de trabalhadores.

O maior programa rural de renda mínima do País, garante aposentadoria e pensão a mais de seis milhões de trabalhadores.

Projetos casulo

Criamos o Projeto Casulo em 1997. O objetivo é o de propiciar o retorno ao campo de trabalhadores rurais que estão vivendo na periferia das cidades e os incorporar a unidades de produção agrícola e melhorar a qualidade de vida da população beneficiada.

Roda viva

O projeto Roda Viva introduz melhoramentos nas áreas assentadas, instalando sistemas simplificados de abastecimento de água, redes de eletrificação rural, kits sanitários e construção de quadras poliesportivas e escolas.

Projeto emancipar

O projeto realiza ações de regularização da propriedade da terra. Ainda hoje há assentamentos, alguns que datam de 1927, que jamais foram emancipados, permanecendo sob a tutela do Governo Federal, por intermédio do Incra, gerando custos para toda a sociedade.

Assentamentos que datam de 1927 estão em processo de emancipação.

Programa nacional de alfabetização nos assentamentos – Pronera

É a expressão de parceira estratégica entre o Governo, as universidades e os movimentos sociais rurais com o objetivo de desencadear um amplo processo para a educação de jovens e adultos nos assentamentos de reforma agrária, incluindo formação nas atividades rurais que lhe são próprias e gerenciamento da terra.

Agência regional de comercialização - Arco

Em instalação desde o final do ano 2000, são organizações criadas com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e gerenciadas por associações de produtores rurais com o objetivo de assessorar o agricultor familiar e o trabalhador rural assentado na comercialização de suas safras. Para isso, a Arco oferece apoio ao produtor desde a escolha da melhor cultura até a melhor forma de

As Arcos assessoram o agricultor familiar e o trabalhador rural assentado na comercialização de suas safras.

venda, passando pela seleção de sementes, adequação de métodos de plantio e beneficiamento do produto.

Um benefício imediato da nova estrutura foi a possibilidade de inclusão da produção agrofamiliar brasileira no sistema de comércio eletrônico do Banco do Brasil, que disponibiliza a oferta de produtos agropecuários via internet.

O meio ambiente e a reforma agrária

Ainda neste Governo, foi criada a Agenda Ambiental, cujas diretrizes norteiam as ações da reforma agrária sob o enfoque ambiental, impondo alguns condicionantes, de características preservacionistas e de sustentabilidade, fundamentais para o pleno desenvolvimento de uma política integrada de redistribuição de terras associada ao desenvolvimento local sustentável. Dentre suas várias orientações, encontra-se o direcionamento das ações de desapropriação para imóveis já antropizados e a exclusão das práticas da reforma agrária do corte raso em áreas com cobertura florestal caracterizadas como Mata Atlântica.

Além disso, uma das mais antigas reivindicações do Incra, junto aos órgãos ambientais, teve seu desenlace no decorrer de 2001, quando o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, em sua 31^a Reunião Extraordinária, aprovou resolução que estabeleceu as diretrizes para o licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária. Essa regulamentação, adequada às peculiaridades e à relevância social do **Programa Nacional de Reforma Agrária**, é de fundamental importância na definição de procedimentos de controle e gestão ambiental, para orientar e disciplinar o uso e a exploração dos recursos naturais de forma sustentável nos projetos de assentamentos.